

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

SEMÂNTICA MORFOLEXICAL:
CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCRIÇÃO DO PARADIGMA
SUFIXAL DO PORTUGUÊS ARCAICO

TOMO I

POR
Juliana Soledade Barbosa Coelho

ORIENTADA PELA
Profª Drª Rosa Virgínia Mattos e Silva

Salvador, dezembro de 2004

BIBLIOTECA CENTRAL REITOR MACEDO COSTA - UFBA

C672 Coelho, Juliana Soledade Barbosa.

Semântica morfolexical : contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico / por Juliana Soledade Barbosa Coelho. - 2004.

2 v. : il. + anexos.

Orientadora : Prof^a Dr^a. Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2004.

1. Língua portuguesa - Morfologia. 2. Língua portuguesa - Semântica. 3. Língua portuguesa - Sufixos e prefixos. 4. Língua portuguesa - Português arcaico. I. Silva, Rosa

Virgínia Mattos e. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 811.134.3'366

CDD - 469.5

COELHO, Juliana Soledade Barbosa. Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico. 2004. 2 v. 575 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2004.

Sumário

TOMO I

Lista de quadros	10
Lista de abreviaturas	11
Resumo	12
Abstract	13
INTRODUÇÃO	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.1 A língua portuguesa no período arcaico	19
1.1.1 A formação sócio-histórica da língua portuguesa	19
1.1.2 Do galego-português ao português	24
1.1.3 Periodização e subperiodização do português arcaico	29
1.2 A morfologia derivacional	35
1.3 A fronteira entre a sincronia e a diacronia	53
1.4 Semântica morfolexical	62
1.4.1 A semântica lexical	67
1.4.2 Sobre a sinonímia	70
1.4.3 Sobre a polissemia e homonímia	80
2 METODOLOGIA	93
2.1 O <i>corpus</i>	93

	104
2.2 A coleta de dados	110
2.3 A análise dos dados	
	114
3 ANÁLISE DOS DADOS	
	114
3.1 Semântica morfolexical	115
3.1.1 O fenômeno da alomorfia	121
3.1.2 A polissemia	130
3.1.3 Homonímia e homomorfismo	139
3.1.4 Sinonímia e sinmorfismo	147
3.1.5 <i>Doublets</i> - variação morfolexical no português arcaico	179
3.1.6 Substituição de sufixos, do português arcaico ao português contemporâneo	
3.2 Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico	187
	193
3.2.1 O sufixo – (a)ço	194
3.2.2 Os sufixos –a, –e, –o	202
3.2.3 O sufixo –aça	203
3.2.4 Os sufixos –ada	205
3.2.5 Os sufixos –ado	206
3.2.6 Os sufixos –agem1 e –(a)gem2	207
3.2.7 Os sufixos –al	209
3.2.8 O sufixo –ano ~ –ão2	210
3.2.9 O sufixo –ão1	214
3.2.10 Os sufixos –aria	217
3.2.11 Os sufixos –ario	218
3.2.12 O sufixo –ção ~ –ão3	221
3.2.13 Os sufixos –dade	

3.2.14 O sufixo <i>-da</i>	222
3.2.15 O sufixo <i>-do</i>	223
3.2.16 Os sufixos <i>-doiro</i>	229
3.2.17 Os sufixos <i>-dor</i>	231
3.2.18 O sufixo <i>-edo</i>	232
3.2.19 Os sufixos <i>-eiro ~ -eira</i>	233
3.2.20 O sufixo <i>-el ~ -ela</i>	235
3.2.21 O sufixo <i>-ense ~ -ês</i>	236
3.2.22 O sufixo <i>-ento</i>	237
3.2.23 O sufixo <i>-esa ~ -essa</i>	238
3.2.24 O sufixo <i>-eta</i>	239
3.2.25 O sufixo <i>-ez</i>	239
3.2.26 O sufixo <i>-eza</i>	240
3.2.27 Os sufixos <i>-ia</i>	240
3.2.28 O sufixo <i>-iça</i>	242
3.2.29 O sufixo <i>-ice</i>	243
3.2.30 Os sufixos <i>-ico</i>	245
3.2.31 O sufixo <i>-iço</i>	246
3.2.32 O sufixo <i>-idão</i>	246
3.2.33 O sufixo <i>-ifero</i>	247
3.2.34 Os sufixos <i>-inha2 ~ -ina2</i>	248
3.2.35 Os sufixos <i>-inho</i>	248
3.2.36 O sufixo <i>-io</i>	250
3.2.37 O sufixo <i>-isa</i>	250
3.2.38 O sufixo <i>-isco</i>	251
3.2.39 O sufixo <i>-ismo</i>	251

3.2.40 O sufixo *-mento*

251

3.2.41 O sufixo *-nça*

253

3.2.42 O sufixo *-nda*

254

3.2.43 O sufixo *-nte*

255

3.2.44 O sufixo *-eiro*

256

3.2.45 Os sufixos *-or*

257

3.2.46 O sufixo *-oso*

258

3.2.47 O sufixo *-udo*

260

3.2.48 O sufixo *-ume*

262

3.2.49 Os sufixos *-ura*

263

3.2.50 O sufixo *-vel*

264

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

267

5 BIBLIOGRAFIA

278

TOMO II

INTRODUÇÃO AOS ANEXOS

1-4

Anexo I Exemplário séc. XIII e XIV

1-60

Anexo II Exemplário séc. XV e XVI

1-56

Anexo III Exemplário do português arcaico

1-115

Anexo IV Averbação

CDP

1-12

CDPM

13-28

VFJC

29-37

VFDJII

38-50

Lista de quadros

Quadro 01 Exemplo da tabela de dados da primeira fase do período arcaico	108
Quadro 02 Exemplo da tabela de dados da segunda fase do período arcaico	108
Quadro 03 Teia sêmica do item lexical 'cabeça'	127
Quadro 04 Tabela geral dos sufixos do português arcaico, em sua primeira e segunda fase	268-272

Lista de abreviaturas

A. -	ANTIGO
ADJ -	ADJETIVO
ÁR. -	ÁRABE
B. -	BAIXO
CAST. -	CASTELHANO
CDA -	CANCIONEIRO DA AJUDA
CDP -	CRÓNICA DE D. PEDRO
CDPM -	CRÓNICA DO CONDE D. PEDRO DE MENESES
CÉLT. -	CELTA
CEMD -	CANTIGAS DE ESCÁRNIO E MAL DIZER
CLÁSS. -	CLÁSSICO
DERIV. -	DERIVADO
DSG -	DIÁLOOS DE SÃO GREGÓRIO
ECLES. -	ECLESIÁSTICO
FR -	FORO REAL
FR. -	FRANCÊS
FRAN. -	FRÂNCICO
GERM. -	GERMÂNICO
GÓT. -	GÓTICO
GR. -	GREGO
IT -	ITALIANO
LAT. -	LATIM
MED. -	MEDIEVAL
MLB -	MORFEMA LEXICAL BÁSICO
ODE -	ORTO DO ESPOSO
PA -	PORTUGUÊS ARCAICO
PC -	PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO
PROV. -	PROVENÇAL
PROVA. -	PROVAVELMENTE
RAE -	REGRAS DE ANÁLISE ESTRUTURAL
RFP -	REGRAS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS
SUB -	SUBSTANTIVO
TARD. -	TARDIO
VFDJII -	VIDA E FEYTOS D'EL REY DOM JOÃO SEGUNDO
VFJC -	VIDA E FEITOS DE JÚLIO CÉSAR
~ -	INDICA QUE AS DUAS FORMAS ESTAVAM EM VARIAÇÃO NO PERÍODO EM ESTUDO
< -	INDICA QUE O VOCÁBULO QUE PRECEDE ESTE SINAL DERIVA DO QUE LHE SEGUE

Resumo

A sufixação é um processo de formação morfolexical bastante produtivo na história da língua portuguesa. Sua participação na formação do léxico português é de extrema relevância, sendo o período arcaico importante etapa do estabelecimento de um léxico tipicamente português. Com base em um *corpus* representativo da primeira e segunda fase do português arcaico, procuramos estudar os sufixos em uso no português desse período, observando sua funcionalidade e, sobretudo, os sentidos com que participam dos processos de formação de palavra. A partir dos sentidos dos sufixos, buscamos desenvolver um estudo sobre as possíveis relações semânticas que eles estabelecem entre si, nominalmente, o *homomorfismo*, a *polissemia* e o *sinmorfismo*.

Abstract

Suffixation has been a very productive process in morpholexical construction in the course of history of the portuguese language. Its role in the constitution of the portuguese lexicon is of great relevance, baing the archaic period an important stage in the establishment of a typically portuguese lexicon. Based on a representative corpus of the first and the second phases of archaic portuguese, we heve aimed at studing the suffixes then in use, observing their functions and, mainly the meaning with which thay contribute toward the process of word formation. Taking from the meaning of the sufifixes, we aimed at developing a study of the possible semantic relations which they set among themselves, namely *homomorphism*, *polyssemy* and, *synmorphism*.

INTRODUÇÃO

Dentro de uma perspectiva descritivo-diacrônica, pretendemos, neste estudo, lançar mão de teorias morfológicas contemporâneas para descrever, ainda que de forma parcial, a configuração de um quadro morfológico sufixal do português arcaico.

O estudo da derivação sufixal numa perspectiva histórica é, ainda, incipiente e nosso objetivo é lançar um olhar sobre a configuração do paradigma sufixal nominal da língua portuguesa no período arcaico, delimitado tradicionalmente entre os séculos XIII e XVI, a fim de que possamos, com dados do passado, contribuir para iluminar o presente, como sugere Labov.

Contudo, o objetivo central deste trabalho não é o estudo das mudanças lingüísticas e suas causas na história dos sufixos nominais na língua portuguesa arcaica, como a referência aos estudos labovianos poderia sugerir. Nosso intento é a descrição dos aspectos semânticos morfolexicais do português arcaico, a partir dos dados coletados em textos datados entre os séculos XIII e XVI.

A opção pelo modelo descritivo foi motivada em grande parte pela falta de referencial teórico no que tange ao estudo histórico dos componentes morfolexicais. No entanto, não nos prendemos a uma descrição desprovida de reflexão, uma vez que, ao tratar dos aspectos semânticos envolvidos na configuração do paradigma morfolexical do português arcaico, nos arvoramos por teorias semânticas que fossem capazes de colaborar na compreensão da organização paradigmática de nossos dados.

Tratando-se, pois, de um estudo descritivo dos aspectos da morfologia derivacional no português arcaico, optamos pela denominação de estudo histórico-descritivo, pois ainda que estabeleçamos relações temporais históricas – latim, primeira e segunda fase do português arcaico e português contemporâneo – não nos sentimos confortáveis de tratar esse estudo por diacrônico uma vez que o confronto entre as três sincronias não é feito de forma sistemática.

A presente tese apresenta-se subdividida em dois tomos. No primeiro tomo, estão inclusos os capítulos de Introdução, Fundamentação teórica, Metodologia, Análise dos dados e Considerações finais.

O capítulo intitulado *Fundamentação teórica* se subdivide em quatro itens, um que pretende revisar as informações sobre o português arcaico, seu contexto histórico, sua subperiodização e suas características lingüísticas, outro que objetiva contextualizar o estudo da morfologia em uma perspectiva histórica, enfocando seu papel no português arcaico, outro que almeja situar teoricamente o trabalho entre as abordagens sincrônicas e diacrônicas e, por fim, outro que pretende revisar as bases teóricas dos estudos semânticos, sobretudo, no que tange às relações de significado – homonímia, polissemia e sinonímia, que nos forneceram as bases para o desenvolvimento dos conceitos de *homomorfismo*, *polissemia* e *sinmorfismo*, aplicáveis aos componentes morfolexicais sufixais.

No capítulo dedicado à *metodologia*, primeiramente, buscamos descrever como se deu a seleção e constituição do *corpus*, e procuramos fornecer dados gerais sobre os textos selecionados; passamos pela descrição do processo de coleta de dados, e por fim, buscamos descrever como foi executado o processo de análise dos dados.

O capítulo intitulado *A análise dos dados* se subdivide em dois itens. O primeiro foi reservado às relações semânticas que alguns sufixos estabelecem entre si, introduzindo os conceitos de *sinmorfismo*, *polissemia* e *homomorfismo* aplicados aos sufixos do português arcaico. Desse capítulo ainda consta o levantamento de formas duplas ou *doublets* detectadas no *corpus*, bem como do levantamento de algumas palavras que apontam para a substituição de sufixos, comparando-se os dados do português arcaico e o português contemporâneo.

No capítulo de *análise dos dados*, desenvolvemos um segundo item que vem dar conta da descrição dos sufixos que compõem o paradigma morfolexical do português arcaico, em sua primeira e segunda fase. Essa descrição está centrada nos sufixos formadores de substantivos e adjetivos, o que representa um corte considerável em relação à totalidade dos empregos dos sufixos do português, uma vez que exclui os sufixos formadores de verbos, advérbios e numerais, que possuem um número significativo de morfemas derivacionais em seus processos de formação, além de excluir, também, outras categorias gramaticais, que não apresentam uma ocorrência sistemática de sufixos derivacionais, não tendo, portanto, paradigmas mórficos sufixais dignos de descrição.

É preciso ressaltar que reconhecemos a existência de paradigmas mórficos sufixais a serem considerados nas categorias verbal, adverbial e numeral. Contudo, em prol de um trabalho de pesquisa mais aprofundado e menos panorâmico, nos eximimos da tarefa hercúlea que seria a descrição ampla do sistema sufixal da língua portuguesa em sua primeira e segunda fase histórica, e nos detivemos nos sufixos substantivadores e adjetivadores cuja descrição nos rendeu um número de dados considerável, como se pode ver na relação completa das lexias com sufixos coletadas no *corpus* (Anexos I e II).

Nesse item da análise, optamos por fazer uma descrição individual de cada sufixo encontrado, fornecendo informações quanto ao seu étimo e quanto ao seu correspondente na língua portuguesa contemporânea, com o intuito de evidenciar uma correlação histórico-lingüística entre os usos sufixais em três momentos distintos da história da língua – a origem latina, o sufixo correspondente encontrado na primeira e segunda fase do português arcaico e, o sufixo em sua situação atual. Ademais dessas informações, buscamos fornecer dados sobre a existência de alomorfes, sobre o comportamento funcional do sufixo e seu comportamento semântico. A descrição está acompanhada de exemplos de lexias ocorrentes no *corpus*, que apresentam em sua formação o sufixo derivacional correspondente. Para uma visualização mais sistemática dos dados descritos, procuramos organizar os sufixos em cinco categorias.

Por fim, apresentamos o capítulo das *considerações finais*, que vêm dar conta não só da finalização deste trabalho, avaliando o estudo até aqui realizado acerca do paradigma sufixal do português arcaico, mas também das possibilidades de análise que os dados suscitam e que se abrem como possibilidades para estudos futuros.

No segundo tomo da tese, estão inclusos os anexos I, II, III e IV. O anexo I compreende o exemplário de dados da primeira fase do português arcaico e o anexo II compreende o exemplário de dados da segunda fase. Nesses exemplários, constam todas as ocorrências das palavras derivadas por sufixos selecionados nos glossários e textos analisados para os séculos XIII, XIV, XV e XVI; informações sobre o étimo da palavra, a classe desta, a classe da palavra-base, o sentido com que foi aplicada ao texto ou com que foi descrita no glossário, e as devidas referências. O anexo III é uma junção dos anexos I e II, com os dados organizados por ordem alfabética das ocorrências. O anexo IV

compreende a lista de averbação dos dados da segunda fase do português, organizados, alfabeticamente, para cada texto.

Nesse trabalho de pesquisa se entrecruzam, pois, investigações teóricas e práticas. Teóricas no que diz respeito ao estabelecimento dos parâmetros teóricos que embasaram a análise do *corpus*. Práticas no que diz respeito à observação dos processos sufixais na formação do léxico da língua portuguesa no período arcaico, objetivando, através de um *corpus* representativo do referido período, depreender o caráter funcional e semântico desses morfemas e suas implicações no âmbito vocabular.

“*A história da sufixação, prefixação e composição portuguesa está por escrever*”, disse Carolina M. de Vasconcelos por volta de 1911, e essa afirmativa parece ser válida até hoje, como vemos nessa colocação de Mattos e Silva: “um estudo sistemático dos processos derivacionais no período arcaico espera um autor” (1993:20).

Longe de nós a pretensão de escrever a história da derivação e composição na língua portuguesa. Vale-nos a tentativa de ultrapassar as fronteiras alcançadas pelas gramáticas históricas, que se têm fixado, sobretudo, nos aspectos etimológicos e descritivos quanto a mudanças lingüísticas, e das gramáticas normativas que se restringem apenas a sufixos e prefixos produtivos, e de, ao menos, tratar o assunto com certa extensão e intensidade, como outrora solicitou Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1911-12: 45).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A língua portuguesa no período arcaico

1.1.1 A formação sócio-histórica da língua portuguesa

Ao falarmos da formação histórica da língua portuguesa não podemos nos furtar a iniciar pelo processo de romanização da Península Ibérica, quando se inicia a formação de duas das principais línguas românicas: o português e o espanhol.

Durante mais de cinco séculos, a história da humanidade foi marcada pela dominação romana no chamado “mundo conhecido”. Esse processo de conquista de territórios e dominação de povos, também denominado ‘romanização’, se iniciou na Península Ibérica no séc. III a.C. (por volta de 218 a.C.), em decorrência da 3ª guerra púnica – entre romanos e cartagineses, ocupando, primeiramente, a costa catalã.

O domínio de Roma, excetuando o oriente, mais especificamente, a Grécia, deu-se não só de forma política mas também de forma sócio-cultural e lingüística, sendo o latim a língua usada em quase todo o território dominado pelos romanos, o chamado latim imperial. O termo ‘latim imperial’ designa o latim falado durante o período de romanização.

Durante o período de dominação romana, o latim sobrepujou-se a maioria das línguas autóctones da Península Ibérica, no entanto, não permaneceu ileso às suas influências.

A queda do império romano nos séculos IV e V d.C. não determinou uma ruptura com as instituições e organizações sociais, nem com a língua latina falada nas diversas regiões da Península.

Segundo Wartburg (1971), “a gênese dos domínios lingüísticos românicos parecem ser o resultado de um processo longo e complexo”. Na verdade, essa complexidade já estava instalada na Península Ibérica através da diversidade dos substratos étnicos (povos celtas, lusitanos, vascos etc), a isso foram somadas as diferentes correntes de romanização, a origem social e geográfica dos agentes romanizadores, o modo de romanização. São esses fatores que, associados a posteriores invasões e a fatores intralingüísticos, subsidiaram a formação dos romances e, posteriormente, a formação das línguas românicas, constituindo-se sistemas lingüísticos independentes do latim.

Para o estudo da formação da língua portuguesa, a princípio galego-portuguesa, é preciso considerar os fatores que favoreceram a sua diferenciação em relação ao latim e demais línguas peninsulares.

No decorrer da história da romanização e posteriormente a ela, a região noroeste da Península Ibérica, espaço de formação da língua galego-portuguesa, sofreu isolamentos sucessivos originários de causas diversas.

O primeiro isolamento sofrido pela região noroeste da *Hispania* tem como causa a sua localização geográfica. Cercada por cadeias montanhosas e delimitada, ao sul, pelo rio Minho, a região noroeste era o ponto mais distante das rotas das correntes de romanização. Segundo Paul Teyssier (1997:04), “a área lingüística do que virá a ser o galego e o português delineia-se, pois, desde a época romana”, sendo a última região da Península a

ser totalmente romanizada, por volta do ano 216 d.C., conservando durante um longo período elementos da cultura pré-romana ali existente (sobretudo celta).

A corrente de romanização que, predominantemente, vai atingir e se instalar na parte noroeste da Península Ibérica seguia o fluxo sul-norte ao longo da costa oeste, partindo, portanto, da região da Bética, uma das primeiras a ser romanizada, e onde se usava uma variante latina mais conservadora. Muitos autores tratam esse fator, entre outros, como determinante para a permanência de traços conservadores, em relação ao latim, na língua portuguesa. Outro fator apontado para o caráter conservador do português é o fato de a região noroeste da Península Ibérica estar distanciada dos centros difusores de inovação, de Roma, sobretudo, e resguardada de um grande fluxo de influências inovadoras da região denominada Tarraconense.

O processo de individuação da língua galego-portuguesa em relação às demais línguas da Península Ibérica, também, tem como fator determinante o isolamento sofrido durante a invasão germânica, promovido pelos Suevos e depois pelos Visigodos (entre os sécs. V e VIII). Esse período de isolamento permitiu que o romance ali em formação continuasse o seu processo de evolução no sentido da deriva latina e da influência das línguas autóctones, como afirma Teyssier:

“os três séculos entre a chegada dos germanos à Península (409d.C.) e a dos muçulmanos (711d.C.) não nos deixaram qualquer documento lingüístico. Mas a linha geral da evolução não admite dúvidas. Vê-se acelerar a deriva que transformará o latim imperial em proto-romance, e aparecerem certas fronteiras lingüísticas. Uma destas fronteiras é a que vai separar os falares ibéricos ocidentais, donde sairá o galego-português, dos falares do Centro da Península, donde sairão o leonês e o castelhano.” (1997:13).

Com a invasão árabe em 711, mais uma vez os fatores geográficos contribuíram para a manutenção de um certo isolamento da região norte da Península, ocupada por hispano-romanos que se refugiaram dos invasores, em relação às regiões central e sul, onde predominaram por cerca de cinco séculos, povos árabes e arabizados.

“O latim, já muito distanciado de suas origens e regionalmente diversificado, continuou a evoluir na boca das populações submetidas, ditas moçarábicas” (Câmara Jr., 1975: 16)

Nesse período, formaram-se, no extremo norte da Península, focos de resistência à invasão moura por parte dos povos íbero-romanos, então cristianizados; dali, mais tarde, sairiam as correntes da reconquista.

Ali, no noroeste da Península, defendendo-se constantemente de investidas dos árabes e dos reinos de Leão e Castela, o reino galego-português foi aos pouco se constituindo.

“É durante o período que se segue à invasão muçulmana que vão aparecer outras inovações específicas de que resultará o isolamento dos falares do noroeste da Península. (...) Surgirá, assim, nos séculos IX a XII, o galego-português, cujos primeiros textos escritos aparecerão somente no século XIII.” (Teyssier, 1997:15)

Uma vez divididos os condados *Galego* e *Portucalense* (1112), abrem-se as portas da história para a formação de duas nações distintas, e duas histórias lingüísticas distintas; - muito embora, posteriormente, a região da Galícia tenha sido subjugada e anexada ao reino de Leão e Castela, jamais, até hoje, se tornou uma nação autônoma.

É, pois, a partir desse momento de ruptura política, que se começou a definir efetivamente um espaço nacional para a formação da língua portuguesa. De acordo com as palavras de Teyssier “a fronteira, que no século XII isolou a Galícia de Portugal, estava destinada a ser definitiva” (1997: 25)

É no século XII, com Afonso Henriques que Portugal vai constituir-se um reino independente de Leão e Castela – Batalha de São Mamede, 1128-, passando à reconquista dos territórios no sentido norte-sul da costa oeste da Península, iniciando a delimitação das fronteiras portuguesas que logo cedo se estabeleceram tal como hoje as conhecemos.

Durante o período de reconquista do território ocupado pelos povos árabes e moçárabes, o romance formado no noroeste da Hispânia foi travando contato e se misturando aos falares moçarábicos, incorporando um grande número de itens lexicais de origem árabe, entre outras influências lingüísticas ainda não muito estudadas.

Com a evolução dos dialetos românicos, três grupos lingüísticos se definem, no século XII: o galego-português, o catalão e o castelhano. Quando Portugal se separou da Galiza, falava-se galego-português em toda a região da Galiza e da jovem nação portuguesa. O português originou-se, assim, do galego-português medieval, que foi levado ao sul pela Reconquista.

No início do século XIII, surgem os primeiros textos redigidos em galego-português, empregado, em toda a Península Ibérica, como veículo das cantigas trovadorescas que ali floresceram e também em forma de prosa, em documentos. Com a independência de Portugal, fatores políticos, econômicos e sociais determinaram a quebra da relativa unidade lingüística galego-portuguesa. Já separado do galego por uma fronteira política, o português, bastante diferenciado dos outros falares da região, seguiu seu curso,

tornando-se a língua de Portugal. É então que tem início a fase histórica do português, com a constituição da nova nacionalidade.

1.1.2 Do galego-português ao português

A língua portuguesa, que era veículo de comunicação escrita e oral na época evidenciada, se revela bastante heterogênea no decorrer dos quatro séculos que delimitam tal período. A heterogeneidade a que nos referimos significa um *continuum* de mudanças nas estruturas fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais e semânticas da língua, devido, sobretudo, à falta de normatização da língua, à falta de escolarização em língua portuguesa, que até meados do século XVI se restringia ao latim, e à fragilidade dos padrões de usos lingüísticos, que naturalmente cambiavam de acordo com as mudanças sócio-culturais de uma nação em formação.

Por ser tarefa difícil, se não impossível, e pouco recomendada, evitaremos fazer uma segmentação entre a análise da evolução lingüística e os dados historiográficos. Mister-se faz que mencionemos a situação sócio-histórica de Portugal em fins do século XII, início do século XIII, quando se inicia o período arcaico da língua portuguesa.

Já separado do Condado Galego, o Condado Portucalense tornou-se reino independente a partir de 25 de julho de 1139, após a Batalha de Ourique, em que Afonso Henriques venceu os maometanos, e intitulou-se Rei de Portugal. Efetivamente, o *status* de nação só foi reconhecido oficialmente em 1179, quando o Papa Alexandre II reconheceu o título de Rei a Afonso Henriques.

Contudo, sobre o aspecto da língua, pode-se dizer que a unidade lingüística entre Galícia e Portugal permanecia a mesma, não obstante a ruptura política e, relativamente, sócio-cultural. Assim, pode-se dizer que, até meados do século XIV, a língua de produção escrita e oral, nas regiões galegas e portuguesas, era o galego-português. No século XIII, a língua galego-portuguesa é reconhecida como a língua do reino português, sendo D. Diniz (rei entre 1279-1325) o propulsor dessa mudança: “*D. Diniz dará grande impulso à utilização da ‘língua vulgar’ ao torná-la obrigatória nos documentos oficiais*” (Teyssier, 1997: 46)

Esse período histórico da língua portuguesa, que se estende de fins do século XII a meados do século XIV, se caracteriza pelo surgimento das primeiras produções escritas em português, ou melhor, em galego-português, e não mais em latim ou romance.

Até fins do século XX, os primeiros documentos portugueses não-literários reconhecidos eram o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia do Torto*. O *Testamento de Afonso II*, que data de 1214, era apontado como o mais antigo texto oficial português. Afonso II foi o terceiro rei de Portugal, e ao final de seu testamento explicita que foram feitas treze cópias, com o mesmo teor, que foram enviadas a diferentes localidades de Portugal e Espanha. Dessas treze cópias, duas foram encontradas, a primeira, que pertenceu ao arcebispo de Braga e que se encontra, hoje, na Torre do Tombo, em Lisboa. A *Notícia do Torto* é outro documento não-literário apontado como mais antigo texto português, tendo sua data delimitada entre 1214-1216. Segundo Ana Maria Martins (1999), a *scripta* revelada na *Notícia do Torto* é bastante irregular, apresentando acentuada variação, mesclando elementos formais e estruturais latinos e portugueses.

No entanto, desde os anos noventa do século passado, estudos de Ana Maria Martins vêm apontando para textos de datas mais recuadas, já escritos em português. São documentos notarias do século XII, que apresentam, assim como a *Notícia do Torto*, variação entre formas e estruturas latinas e portuguesas.

Os primeiros textos ou documentos portugueses também estão representados pela literatura poética dos cancioneiros medievais. A produção lírica é a mais numerosa na primeira metade do período arcaico, muitas vezes, moldada nos gêneros, temas e formas da lírica provençal. Por isso, a primeira fase do português arcaico também é conhecida como *Época Trovadoresca*.

Desde o século XII até meados do século XIV, o grande veículo da poesia lírica, em toda a Península, foi a língua galego-portuguesa. Segundo Silveira Bueno (1958:70), a razão da hegemonia da lírica galego-portuguesa deve-se ao fato de ter a Galícia uma posição de ascendência dentre os demais Estados, desde o século XI, graças ao poderio de Santiago de Compostela que era o mais importante centro de irradiação religiosa e artística na Península e para além dela.

A poesia trovadoresca se expandiu por toda a Península, levando consigo a modalidade literária da língua galego-portuguesa que permaneceu registrada nas compilações de cantigas trovadorescas nos cancioneiros medievais, cujos principais são: *Cancioneiro d' Ajuda* – copiado, em Portugal, em fins do século XIII ou princípios do século XIV; *Cancioneiro da Vaticana* - copiado na Itália em fins do século XV ou princípios do século XVI; *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* - copiado na Itália, em fins do século XV ou princípios do século XVI.

Independente de essas compilações apresentarem acomodações lingüísticas posteriores, efetuadas por copistas, a língua que nesses cancioneiros se apresenta é, sem dúvidas, o galego-português em sua forma mais arcaica de língua culta documentada.

Parece ser consensual entre filólogos que a língua arcaica da lírica medieval é, incomparavelmente, mais fixa e depurada que, por exemplo, a língua da prosa dos primeiros documentos do século XIV. Esse argumento, associado a dados históricos corrobora para a segmentação do período arcaico em duas fases, a primeira, descrita aqui, galego-portuguesa, e a segunda, marcada pela diferenciação do português em relação ao galego, tornando-se um sistema lingüístico autônomo.

A partir de meados do século XIV, já podemos falar em língua portuguesa, pois, a partir de então, essa se encontra bastante diferenciada da língua galega, como se pode ver nesta afirmativa de Ivo Castro:

“Estas diferenças manifestam-se mais nas obras em prosa escritas do séc. XIV em diante. A linguagem das narrativas historiográficas e hagiográficas produzidas na Galiza (...) começa a poder distinguir-se da literatura entretanto produzida em Portugal, tanto quanto à estrutura gramatical, como quanto à grafia.” (1991: 35)

No século XV, com o crescimento do império português e início da expansão marítima portuguesa, os portugueses passam a almejar para sua língua um lugar de prestígio - “a língua é companheira do império”. Surgem então os primeiros impulsos em direção à sistematização e normatização da língua portuguesa. Aparecem as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540). Esse fato vem contribuir, decisivamente, para um certo refreamento das mudanças lingüísticas, mas é claro, não as impedindo por completo.

A partir do século XVI, a língua portuguesa, diferenciada do latim e já distante do galego, inicia um novo período, é o chamado português moderno, que foi precedido pelo chamado português arcaico, delimitado entre o século XIII e meados do séc. XVI: “alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o ‘arcaico’ que vai até Camões (séc. XVI) e o ‘moderno’ que começa com ele.” (Teyssier, 1997:42)

Estudar o português arcaico em sua primeira e segunda fase, considerando as conservações e inovações lingüísticas, é fundamental para entendermos a formação da língua portuguesa tal como a conhecemos hoje. Negligenciar o português arcaico seria, para a lingüística histórica, o mesmo que ignorar o *Elo Perdido* da nossa história

A história do léxico português - basicamente de origem latina - reflete a história da língua portuguesa e os contatos de seus falantes com as mais diversificadas realidades lingüísticas, a partir do romance lusitânico. Esse acervo apresenta um núcleo de base latina popular (resultante da assimilação e das transformações do latim pelas populações nativas ibéricas), complementado por contribuições pré-romanas e pós-romanas. Além desse núcleo, é imensa a participação de empréstimos a outras línguas (empréstimos culturais) e ao próprio latim (termos eruditos tomados ao latim clássico a partir do século XVI). Foram os termos populares que deram feição ao léxico português, quer na sua estrutura fonológica, quer na sua estrutura morfológica, quer na sua estrutura semântica. Mesmo no caso de empréstimos de outras línguas, foi o padrão popular que determinou essas estruturas.

No que se refere ao estudo da morfologia lexical nesse período, podemos afirmar que se revela um importante momento de transição em que muitas homonímias e sinonímias se apresentam, acarretando mudanças morfológicas derivacionais significativas em épocas posteriores. Além disso, a morfologia derivacional do português arcaico

apresenta dois componentes importantes: 1) um conservador que o aproxima da língua latina, apresentando raízes e sufixos que pertenciam à língua mãe e que, contudo, não permaneceram na língua portuguesa no decorrer de sua história e 2) outro componente inovador com criações morfológicas próprias, que, apesar de estarem inclusas dentro das possibilidades do sistema, apontam para novas semantizações e novos empregos gramaticais de morfemas derivacionais.

1.1.3 Periodização e subperiodização do português arcaico

“;Quatro séculos e séculos fecundos em feitos históricos e obras literárias, de Sancho I até D. Manuel! ;Das cantigas trovadorescas ao Cancioneiro Geral, com versos de Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda! ;Do sirventês aos que deram os castelos ao Bolonhês como não deviam, à Exortação da guerra e à Barca do Inferno de Gil Vicente! ;Dos primeiros documentos públicos em prosa, tão cheios de irregularidades e mesmo de barbarismos, às Crónicas de Rui de Pina e ao Clarimundo de João de Barros!”

(C. M. de Vasconcelos, 1912: 24)

O período histórico da língua portuguesa que se convencionou chamar de *Português Arcaico* situa-se entre o século XIII e meados do século XVI. Essa delimitação temporal se insere na questão da periodização da língua portuguesa, que é problematizada por Mattos e Silva, em *O português arcaico: fonologia* (1991), de quem tomamos emprestado algumas reflexões para localizar mais especificamente este período sobre o qual pretendemos nos debruçar.

Mattos e Silva (1991:15) ressalta que qualquer tentativa de delimitar temporalmente uma língua é sempre uma atitude arbitrária, e a periodização do português arcaico não foge

a essa regra. Não há, na história das línguas, uma sequência de etapas estanques, mas sim um *continuum* que só pode ser segmentado e categorizado de acordo com observações, a princípio, extralingüísticas, ou internamente, a partir da seleção de traços que sejam, de algum modo, estruturalmente significativos. Assim, alguns momentos históricos e fatos sociais contribuem para iniciarmos uma delimitação, ainda que preliminar, das línguas no tempo, no caso, da língua portuguesa.

A determinação do início do português arcaico no século XIII, até bem pouco tempo, ponto pacífico entre historiadores e filólogos, é marcada, como já explicitamos, pelos primeiros documentos datados escritos em galego-português, mais especificamente, pelo *Testamento de Afonso II* e pela *Notícia do Torto*. A partir de então, abre-se o caminho para o surgimento de uma documentação em língua portuguesa.

Durante quase quatro séculos, até meados do século XVI, a língua portuguesa sofreu notáveis modificações, primeiro se estabelecendo como língua distinta do latim, posteriormente, século XIV, se diferenciando do galego e, por fim, se tornando a língua de um império a partir de meados do século XVI. Essas mudanças externas atingiram, certamente, todos os níveis da língua, o fonético-fonológico, o morfológico, o lexical, o sintático e o semântico, sendo que este último incide sobre os quatro primeiros.

A subperiodização do português arcaico, encontrada em diferentes estudos lingüísticos, se encontra pautada não só em características intralingüísticas, mas sobretudo em fatores sócio-históricos que corroboram para a percepção de dois momentos distintos na língua portuguesa do período medieval.

A primeira fase do período arcaico se caracteriza por uma impossibilidade de distinção, a partir de dados estritamente lingüísticos, da origem diatópica da maioria dos

documentos, i.e., se galega ou se portuguesa. Essa reconhecida relativa unidade lingüística abrangia as áreas tanto ao sul como ao norte do Rio Minho.

Assim sendo, até meados do século XIV, não se pode distinguir, com precisão, traços lingüísticos individuais de cada região que permitam individuar a língua em dois sistemas lingüísticos, por isso, mais acertadamente, Maia (1986) refere-se à língua da primeira fase do português arcaico como galego-português.

Contudo, a unidade entre o galego e o português não se mantém em todo o período arcaico. Segundo Clarinda Maia (1986), em estudo sobre aspectos lingüísticos de documentos notariais das regiões galega e portuguesa, datados entre 1255 e 1516, os dados apontam para uma original unidade lingüística e uma gradual diferenciação no decorrer do tempo. A autora afirma que as diferenciações entre o galego e o português já haviam se iniciado no século XIII, tornando-se mais evidentes nos séculos seguintes, sobretudo no século XV. Portanto, é coerente referir-se à unidade lingüística galego-portuguesa, até o século XIV, mas já não se pode pleitear um mesmo sistema lingüístico ao norte e ao sul do Rio Minho após esse período, não só por diferenças lingüísticas, mas por razões sócio-históricas que individualizaram a história da área galega e da portuguesa.

Muitos filólogos e lingüistas já se debruçaram sobre a questão da periodização e subperiodização da língua portuguesa, ainda que reconheçam a artificialidade dessa taxionomia, como exemplifica Cardeira:

“A história de uma língua torna, pela sua própria natureza, artificial qualquer tentativa de divisão cronológica precisa – podemos, mesmo, questionar a compatibilidade entre os conceitos 'periodização' e 'língua' – mas as vantagens que uma tal divisão apresenta para os estudiosos, enquanto instrumento de trabalho, têm conduzido à materialização de diversos ensaios de periodização.” (Cardeira, 1999: 14)

As propostas de periodização do português arcaico, também chamado medieval, têm sido pautadas, em grande medida, em fundamentos extralingüísticos, que divergem segundo os critérios de cada lingüista-historiador.

Para Leite de Vasconcellos (1911:16) o *português antigo* ou *arcaico* se estende do século IX a meados do século XVI, ressaltando que, até o século XII, a língua arcaica pode ser entendida como português proto-histórico e deste século em diante como português histórico, uma vez que se inicia a produção escrita de textos redigidos em português e não mais em latim ou latim-bárbarico. Segundo o filólogo, a Batalha de Aljubarrota (1385) é um marco histórico que pode determinar a diferenciação de duas fases do português arcaico, uma vez que com a ascensão da Dinastia de Avis ao poder de Portugal, as mudanças político-culturais no território português influíram significativamente para uma diferenciação cada vez maior entre as línguas galega e portuguesa.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto reconhecem a mesma subperiodização da língua portuguesa, entendendo uma primeira fase *trovadoresca*, que se estenderia até 1350 e uma segunda fase, a qual Vasconcelos denomina de *fase da prosa histórica verdadeiramente nacional*, e a qual Silva Neto denomina *período do português comum*, que se estenderia até 1500.

Para Paul Teyssier (1997), a história da língua portuguesa pode ser dividida em dois períodos apenas. Um primeiro período, denominado galego-português, que se estende de 1200 a 1350 e um segundo período, denominado português europeu que se iniciaria no século XIV e se estenderia aos dias atuais. Embora esse autor não se detenha na periodização da língua, da leitura do referido livro, podemos inferir essa sua subdivisão.

Neste trabalho, limitamos, com Mattos e Silva, a primeira fase do português arcaico entre o século XIII e o século XIV, mais precisamente 1385, data da Batalha de Aljubarrota. Estamos, pois, distinguindo uma primeira fase – galego-portuguesa – e uma segunda fase, mais precisamente, portuguesa. Tal periodização se conjuga com o que propõe Clarinda Maia (1986), a partir de uma diferenciação diacrônica e diatópica, quando aponta para uma primeira fase caracterizada por uma unidade essencial galego-portuguesa que se prolonga até meados do século XIV e para uma segunda fase em que a língua portuguesa já apresentava, mais nitidamente, características próprias e particulares, sendo então denominada por ela, de português arcaico médio.

A segunda fase do português arcaico se inicia, pois, com a ascensão da Dinastia de Avis ao trono português. Esse período é marcado pelo nascimento da prosa nacional e por uma trajetória lingüística voltada para a individuação, cada vez maior, do português em relação ao galego, como foi frisado anteriormente.

Essa diferenciação deve-se tanto à penetração de características lingüísticas castelhanizantes do lado galego, quanto à orientação para as variantes meridionais do lado português, uma vez que, do processo de formação do espaço nacional lusitano, decorreu o encontro com variantes moçárabes centro-meridionais.

Os limites finais do português arcaico estão estabelecidos entre fins do século XV e meados do século XVI, que marca historicamente o surgimento das primeiras gramáticas do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Essas publicações marcam o início da normatização da língua, que inaugura a período clássico ou moderno da língua portuguesa.

Segundo E. Williams (1961:27), ao final do século XVI, “*quase todas as características distintas do português arcaico haviam desaparecido; a língua se tornara, no essencial, a mesma de hoje em dia*”. Em que pese o exagero da comparação ao português dos dias atuais, principalmente levando em consideração as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro, a afirmativa de Williams aponta para a dimensão das modificações ocorridas no período arcaico da língua portuguesa, confirmando ainda que os limites desse período realmente se localizam no século XVI.

É a partir do século XVI que o português passa a figurar, ao lado do latim, como matéria de ensino nas escolas de Portugal. O fato de ser o latim a língua ensinada nas escolas até meados do século XVI é um dos pontos que favorece a variação lingüística existente nesse período, o que, efetivamente colocado para a questão da formação de palavras, nos faz supor a existência de algumas formas concorrentes de sufixos e, até mesmo, de lexias formadas por esses morfemas; isso provavelmente acarretou a tradicionalização de uma forma em detrimento da outra e, por conseguinte, a sua ausência ou presença no léxico português atual.

1.2 A morfologia derivacional

A sufixação é um tema que vem atraindo bastante a atenção de lingüistas contemporâneos, que preceituam uma revisão dos estudos realizados, não apenas no que se refere a estudos diacrônicos, empreendidos sobretudo pelas gramáticas históricas, mas também no que tange aos estudos sincrônicos no âmbito da lingüística moderna. O conceito básico, em geral, atribuído à derivação é: *processo pelo qual se formam novas palavras através do acréscimo de sufixos a temas, palavras primitivas ou já derivadas*.¹

Após um longo período – do início do século XX até, mais ou menos, a década de 70 – de constituição da *lingüística moderna* pautada em métodos e princípios basicamente sincrônicos, ligados sobretudo ao conceito de sistema enquanto uma estrutura homogênea, observamos, nas últimas duas décadas, principalmente, um crescimento do interesse pelos estudos diacrônicos e pelo estudo da língua numa perspectiva histórica; estudos, até então, encarados por muitos, segundo Mattos e Silva (1991:15), como “especulações e curtição erudita”. Essa visão pejorativa dos estudos históricos está diretamente ligada à idéia veiculada pelo estruturalismo saussuriano de que seria no estudo absolutamente sincrônico que a lingüística deveria estar pautada, sendo este o seu campo legítimo, em oposição aos estudos de diacronia, que seriam irrelevantes a investigações contemporâneas das línguas.

Essa abordagem retirou os estudos diacrônicos das línguas da posição de protagonistas, após um período secular, até fins do século XIX, em que foi soberana a tradição filológica. Em 1916, a publicação do *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de

¹ A questão da prefixação enquanto fenômeno derivacional é um dos aspectos polêmicos no âmbito da teoria morfolexiacal. No entanto, tal tópico não será aqui tratado, pois ultrapassa o objetivo deste trabalho.

Saussure, inaugurou os conceitos de *estrutura* e *sistema* nos quais estaria pautada, direta ou indiretamente, toda a tradição lingüística subsequente. A lingüística moderna, que ali se iniciava, passou a enfatizar as línguas em seu aspecto funcional; a língua falada se configurou como seu objeto de pesquisa e, a partir de então, abriu-se caminho para questionamentos e estudos que levariam ao surgimento de importantes teorias lingüísticas que se desenvolveram, entre elas a dialetologia, já iniciada anteriormente, a sociolingüística, as análises transfrásticas do discurso, do texto, da conversação, as teorias gerativistas etc, voltadas para aspectos sincrônicos da língua falada ou para aspectos teóricos da linguagem.

Estabelecida e legitimada a tradição de teorias que investigam a língua sob o seu aspecto sincrônico, questões relativas a aspectos históricos começaram a ser levantadas a partir de resultados de investigações sincrônicas, evidenciando que o estágio atual de uma língua é fruto de um processo histórico e de uma contextualização histórica.

“Após terem sido produtivas na análise de dados sincrônicos, teorias estruturalistas da linguagem causaram uma série de paradoxos no estudo da mudança lingüística que precisavam ser neutralizados de uma forma ou de outra.” (Tarallo, 1996:72)

Com isso, chegamos ao momento atual dos estudos lingüísticos, no qual um trabalho sincrônico sobre qualquer língua contemporânea não pode prescindir de um conhecimento sobre vários aspectos de contextualização histórica dessa língua (Mattos e Silva, 1991: 11).

No Brasil, segundo Mattos e Silva (1999: 83), as *teorias estruturalistas* começaram a despontar por volta da década de 70, quando já perdiam sua hegemonia na Europa e nos

Estados Unidos e, ainda hoje, se mantêm, defendidas em alguns centros acadêmicos brasileiros. No entanto, as teorias estruturalistas, *stricto sensu*, que tenderiam a se tornar hegemônicas aqui, não fosse o fluxo, cada vez maior e mais rápido, de informações veiculadas no mundo, vêm perdendo terreno não só para as teorias formalistas – representada pela corrente gerativista – e funcionalistas, mas também para as teorias variacionistas e de mudanças lingüísticas que buscam retomar a perspectiva das línguas no tempo.

É, pois, a partir da década de oitenta, que a lingüística brasileira começa, de forma mais marcante, a determinar um retorno aos estudos históricos, não mais hegemonicamente filológicos, mas sim pautados nas teorias desenvolvidas no âmbito da lingüística moderna. As línguas, em geral, e a língua portuguesa, em particular, passam, então, a serem entendidas como sistemas em estruturação contínua, capazes de serem estudadas através de cortes sincrônicos mas não dissociadas de seus componentes históricos. Segundo Mattos e Silva (1999:87), “no cenário dos estudos lingüísticos brasileiros há hoje um espaço significativo e reconhecido” para os estudos histórico-diacrônicos da língua portuguesa.

Segundo Labov, “*a tarefa da lingüística histórica é explicar diferenças entre o passado e o presente*” (1994: 21). É sob esse ponto de vista que podemos entender e buscar as investigações lingüísticas no período arcaico da língua portuguesa, constatando que a realidade lingüística, de hoje, é fruto de transformações ocorridas em momentos pretéritos da língua.

Relativamente ao período denominado português arcaico, faz-se necessário que tenhamos em mente que é nesse momento que a língua portuguesa começa a se desenvolver como tal; como já dissemos, datam desse período os primeiros documentos escritos em

galego-português, embora, na oralidade, a língua já estivesse traçando o seu percurso histórico. Esse momento é marcado pelo desgarramento definitivo do português do seio materno, i.e., do latim, e pelo estabelecimento da língua como elemento legitimador de uma nação. Essa autonomia e legitimação da língua portuguesa são, sobretudo, favorecidas pela decisão de legalização do português como língua oficial do reino, por D. Dinis, como demonstramos anteriormente.

O período arcaico do português é marcado como o momento da afirmação de um sistema lingüístico próprio, sem haver ainda o controle de padrões de usos prestigiados nem estabelecidos por gramáticas normativas ou qualquer processo geral de controle e padronização lingüística.

Em suma, dois aspectos positivos nesse momento histórico convergem para que os processos de formação de palavras sejam bastante produtivos. De um lado, o estabelecimento do português como um sistema lingüístico independente do latino e, de outro, a falta de agentes normativizadores legitimando certos usos em detrimento de outros.

Pensando o léxico como um nível lingüístico que pressupõe o nível morfológico, é essencial termos a idéia de que foi justamente no período arcaico que o léxico da língua portuguesa começou a se definir de maneira própria. José Joaquim Nunes (1969:361) sustenta a tese de que, na passagem do latim para o português, houve uma grande perda de raízes ou radicais, acarretando uma certa carência vocabular, que veio a ser suprida, de acordo com o autor, por uma profusão de criações lexicais pautadas sobretudo na composição e na derivação.

Além da perda das raízes latinas, a perda de morfemas flexionais também pode ser apontada como um dos fatores que favoreceram o grande número de criações lexicais no

período arcaico do português. Isso porque o empobrecimento da morfologia flexional nominal, ou seja, a perda dos morfemas flexionais que marcavam os casos, ocasionou não só uma ordem mais rígida na organização sintática das palavras e uma ascensão das preposições dentro do sistema lingüístico, mas também a expressão de certos aspectos semânticos que, no latim, eram denotados por casos. Um bom exemplo desse fenômeno é o morfema derivacional do português atual *-ão* que denota ‘aumento’, pois segundo Said Ali (1964:56), o sufixo de aumento se origina do genitivo latino *-onis*, formador de substantivos.

Podemos entender, portanto, a importância de estudar a derivação no período arcaico do português ao constataremos a grande vitalidade e produtividade de sufixos derivacionais na formação de palavras da nossa língua em toda a sua história, sendo o período arcaico, por tudo que já dissemos anteriormente, um momento crucial em relação à atividade do processo derivacional.

Percebendo o quanto o fenômeno da derivação é produtivo na fase atual da língua, acreditamos que, ao estudar a formação lexical no português arcaico, estamos colaborando para entender a língua com a qual nos comunicamos e os processos através dos quais criamos, ainda hoje, novas palavras, inserindo-nos na proposta de lingüística histórica elaborada por William Labov (1994), como dissemos, na tentativa de entender o passado para explicar o presente.

A derivação sufixal parece ser um processo de formação de palavras que sempre figurou nas descrições lingüísticas com as mesmas características, sendo ora separado do processo de prefixação, ora associado a ele, como formação de palavra por derivação. O estudo da formação de palavras na história dos estudos lingüísticos é referido por Paulo

Mosânio Duarte, em *A formação de palavras por prefixos em português* (1999). Ele parte de Dionísio de Trácia e vai até as primeiras gramáticas da língua portuguesa. Segundo Duarte, a distinção entre prefixação e sufixação vem de longa data e já pode ser percebida em Dionísio de Trácia pela classificação de derivados de acordo apenas com o aspecto sufixal. Esse critério se repete em toda tradição gramatical helênica, se manifestando ainda nas primeiras gramáticas latinas, como em Prisciano, ou seja, manteve-se a distinção entre as noções de derivado e primitivo e as de simples e composto, incluindo dentre os derivados apenas as formações sufixais.

De acordo com Duarte (1998), Varrão não foi apenas o primeiro gramático latino, mas também o mais original, conseguindo manter uma certa independência em relação ao legado dos mestres gregos, Dionísio e Apolônio Díscolo. Vale mencionar inclusive que a primeira distinção entre flexão e derivação foi proposta por Varrão. Para o gramático (Varrão *apud* Duarte, 1998), poderíamos dividir a formação de palavras em dois processos: *Derivatio Naturalis*, que corresponderia à flexão enquanto formação natural de palavras, e *Derivatio Voluntaria*, que corresponderia à derivação enquanto processo voluntário de formação de palavras. Contudo, essa distinção não foi considerada na tradição gramatical subsequente, sendo retomada, apenas no século XX por estudiosos da morfologia lexical no âmbito do Estruturalismo.

O desenvolvimento do estudo da formação de palavras não teve lugar de destaque na Idade Média, quando os estudos lingüísticos privilegiaram os aspectos morfossintáticos da linguagem, dando ênfase ao estudo das classes vocabulares e ao modo como estas se articulam no discurso. Foi no século XIX, com a retomada da *Gramática* de Panini, que ocorreu um significativo interesse pela morfologia derivacional. Isso se deveu, em grande

parte, com Margarida Basílio (1980:24-27), à ênfase dada – nesse período – ao estudo das palavras dentro de uma perspectiva diacrônica. O termo morfologia passou, então, a ser utilizado para referir-se tanto à morfologia flexional quanto à morfologia derivacional.

Apesar dessa inclusão dos derivados dentro do nível da língua denominado *morfologia*, percebemos, nas gramáticas históricas do século XX, ainda um certo receio nessa incorporação, uma vez que os capítulos, ou partes dessas gramáticas, intitulados “Morfologia” são destinados principalmente à descrição da morfologia flexional do português, ocupando-se das perdas dos casos latinos e das flexões de gênero e número, cabendo à morfologia derivacional figurar como um subcapítulo intitulado “Formação de palavras”.

A título de exemplificação, fomos buscar em quatro gramáticas históricas as informações acerca dos fenômenos de composição e derivação que, como dissemos, em geral, ocupam o capítulo intitulado “Formação de palavras” neste tipo de obra.

O *Compêndio de gramática histórica portuguesa* de José Joaquim Nunes, editado em 1919, é considerado a mais ampla gramática histórica do português. Ela nos oferece um bom número de páginas destinadas ao estudo da derivação e da composição, incluídas na parte do livro dedicada à morfologia, com lista de verbetes para sufixos e prefixos do português, atribuindo-lhes a origem ou provável origem, a sua carga significativa, as formações a que se prestam, e apresentando exemplos de palavras derivadas por esses afixos.

Segundo J. J. Nunes, é por meio da derivação que se origina a riqueza lexical da língua portuguesa, sendo a maioria dos sufixos originários do latim quer clássico, quer vulgar. Ele ainda considera as possibilidades de substituições e quedas de afixos, assim

como a sinonímia entre eles, revelando-nos uma obra de grande relevância para o estudo da morfologia lexical.

Segundo Duarte (1998), Said Ali é um divisor de águas no que se refere ao estudo da prefixação e sufixação, pois em 1931, com a publicação de sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, ele vai questionar os limites da derivação e da composição, afirmando que não há cabimento em estudar os prefixos em outro setor que não o derivacional.

Contudo, Said Ali também faz distinção quanto à distribuição de morfologia flexional e morfologia derivacional em sua *gramática*. A flexão é observada no capítulo “Os vocábulos: espécies, formas e significados”, em que ele analisa os aspectos de classificação morfológica das palavras, os aspectos formais, ou seja, flexão de gênero e número (para substantivos e adjetivos), diminutivos e aumentativos (para substantivos), e graus comparativos (para adjetivos). A derivação é observada na segunda parte da gramática, no capítulo intitulado “Formação de palavras”. Neste capítulo, Said Ali arrola os tipos de derivação (sufixal, prefixal, parassintética e regressiva) e ainda o fenômeno da composição. Quanto à derivação sufixal, ele segmenta a seção em *suffixos formadores de substantivos e adjetivos* (não fazendo distinção entre eles) e *suffixos formadores de verbos*. Não há uma configuração sistemática para a descrição dos sufixos, ora ele apresenta informações como étimos, usos, significados e alomorfes, ora restringe-se tão somente a exemplos de usos.

Ismael de Lima Coutinho, em sua *Gramática histórica* de 1938, considera no capítulo *Morfologia* apenas os fenômenos relativos à flexão, sendo a derivação e a composição incluídas no capítulo intitulado *Formação das palavras* que contém, apenas, cerca de trinta páginas.

Ao longo desse capítulo, Coutinho descreve os processos de derivação, composição, parassíntese e onomatopéias, que, segundo ele, são os mecanismos utilizados pelo português para a formação de palavras, seguindo basicamente os mesmos padrões latinos. Não há, em Coutinho, inclusão da postura de S. Ali, ele mantém a visão tradicional separando sufixos e prefixos em campos distintos, i.e., na derivação e na composição, respectivamente.

Na parte relativa aos sufixos e na parte relativa aos prefixos, Ismael L. Coutinho estabelece uma espécie de verbete para cada um desses afixos, fornecendo: 1) a origem ou provável origem; 2) alguns dos significados veiculados pela forma; 3) a descrição da sua funcionalidade morfológica, ou seja, a que tipo de formação eles se prestam; e por fim, 4) os exemplos de palavras em que os afixos ocorrem.

A listagem, apesar de bastante extensa, parece estar mais vinculada aos aspectos etimológicos, do que propriamente às características funcionais desses morfemas enquanto formadores em potencial de novas palavras, aliás esse é, em geral, o enfoque dado pela maioria das gramáticas históricas e das gramáticas tradicionais.

Do latim ao português de E. Williams (1938) é uma gramática histórica que se ocupa sobretudo dos aspectos fonéticos-fonológicos envolvidos na passagem do latim para o português. Contudo, há cerca de 90 páginas dedicadas à morfologia, subdivididas de acordo com seis classes gramaticais do português: substantivos, adjetivos, numerais, artigos, pronomes e verbos, estes abordados conforme os fenômenos gerais da flexão verbal, terminações temporais, verbos com modificação no radical, verbos inclassificáveis. Como é possível observar a partir dessa divisão do capítulo da gramática, vemos que é a flexão e não a derivação o objeto central de estudo da morfologia na perspectiva de

Williams. Podemos, no todo do capítulo, detectar umas pouquíssimas observações acerca da morfologia derivacional, como, por exemplo, sobre o aspecto incoativo do sufixo verbal *–ecer*, à página 171 e, à página 131, sobre as substituições ocorridas entre o sufixo *–uminem* e o sufixo *–udinem*, sendo este último, em geral, substituído pelo primeiro.

Saindo das gramáticas históricas, passamos às teorias contemporâneas que podem contribuir de alguma maneira para o nosso estudo. Todavia, essas teorias não se estabelecem na nossa perspectiva como correntes de pensamento a serem privilegiadas, apenas procuramos retratar o panorama dos estudos morfológicos na atualidade.

Podemos afirmar que foi no período de desenvolvimento das teorias estruturalistas que o estudo da morfologia derivacional começou a atrair de maneira mais consistente a atenção dos lingüistas. Passou a haver, então, um interesse maior pela elaboração de um estudo sistemático e a formulação de conceitos básicos para uma fundamentação teórica. O morfema passou a ser definido como *unidade mínima significativa* da palavra, configurando-se como elemento básico e fundamental do estudo morfológico. Na abordagem estruturalista, a análise morfológica consiste em: 1) segmentar as palavras em morfemas, i.e., seqüências de unidades recorrentes e significativas; 2) classificar os morfemas de acordo com o seu significado e/ou função.

No Brasil, a corrente estruturalista que estuda a morfologia do português ainda é muito forte. Seguindo as orientações dadas por Mattoso Câmara Jr., em *Estrutura da língua portuguesa* (1997 [1970]), vários autores têm publicado livros e manuais de morfologia. Podemos citar entre eles, Normélio Zanotto (1986); Antônio José Sandmann (1987, 1991); Ieda Maria Alves (1990); Nelly Carvalho (1986); Valter Khedi (1990, 1992), entre outros. Hoje, a teoria morfológica estruturalista é questionada pelos gerativistas por não se

preocupar com os processos de produtividade dos sufixos, mantendo-se apenas no nível descritivo.

Observa-se que a preocupação com o nível da sentença vinha sendo central nos estudos no âmbito da teoria gerativista e que só com o desenvolvimento de um novo modelo, denominado *Hipótese Lexicalista*, o nível morfológico passou a ser alvo de interesse dos lingüistas gerativistas.

Sobre os pressupostos da hipótese lexicalista, procura-se explicar o processo de formação de palavras, assentando-se em alguns princípios gerais do gerativismo: 1) a tarefa da lingüística é descrever e interpretar a gramática subjacente do falante nativo; 2) o uso da língua se efetiva através de regras internalizadas, as quais devem ser explicitadas; 3) a competência lingüística do falante é o parâmetro que serve de base para a análise lingüística e 4) a descrição lingüística deve preocupar-se com o aspecto produtivo da língua.

A *hipótese lexicalista* enfatiza a possibilidade de se dar conta da relação entre as palavras na esfera do léxico. Nessa esfera, as palavras são formadas e/ou analisadas por regras que regem o comportamento funcional de bases e afixos. As regras que regem a formação de palavras são: 1) RAE: regras de análise estrutural e 2) RFP: regras de formação de palavras. As primeiras permitem aos falantes interpretar estruturas lexicais e as segundas possibilitam a formação de novos itens lexicais.

A teoria gerativa postula uma relação entre os dois tipos de regras e, quanto maior ou menor for esta relação, maior ou menor será a produtividade do processo de formação de palavras.

Para os gerativistas, a competência lexical de um falante nativo constitui-se de: a) uma lista de entradas lexicais relacionadas paradigmaticamente, e b) um sistema

interiorizado de regras (RAEs e RFPs) que permite não só o entendimento e a formação de palavras novas como a capacidade de rejeitar formações que não estejam concordes com as regras do sistema interiorizado, fenômeno que denominam de bloqueio. Graças a essa capacidade, o falante é dotado da possibilidade não só de analisar e entender estruturas já processadas mas também de produzir e entender novas estruturas até então não atualizadas.

Até aqui, a formalização da teoria gerativa nos parece impecável. Contudo, algumas questões relativas à desconsideração de informações históricas colocam em xeque algumas das postulações gerativas.

O sistema da língua observado pelos gerativistas pressupõe uma falsa homogeneidade, assim como o pressupunham os estruturalistas. Qualquer estudo lingüístico, quer sincrônico, quer diacrônico, inevitavelmente, confronta-se com o fenômeno de variação, e no diacrônico, em particular, com o fenômeno de mudança lingüística. Tais fatos lingüísticos nos apontam para a heterogeneidade e dinamicidade do sistema, que garantem a funcionalidade da língua.

Essa oposição entre sistema homogêneo e sistema heterogêneo é uma das questões cruciais dos estudos lingüísticos contemporâneos e coloca em lados diametralmente opostos as teorias gerativistas e as teorias variacionistas.

A corrente variacionista dos estudos lingüísticos, conhecida por sua teoria da variação e mudança lingüística, proposta por William Labov, apresenta a necessidade de se considerar a mudança através da observação sistemática da variação sincrônica, entendendo que variação e mudança fazem parte do funcionamento do sistema lingüístico.

A sociolingüística variacionista surgiu, pois, com a tarefa de desenvolver um modelo capaz de dar conta da dimensão sócio-histórica do fenômeno lingüístico, ou seja,

dos fatos relativos à variação e à mudança lingüística e sua relação com a dinâmica das sociedades.

O sistema admitido, por Labov e seguidores, é um sistema heterogêneo funcional que abarca todos os conhecimentos lingüísticos de todos os falantes potenciais, pois só um sistema heterogeneamente estruturado é capaz de atender às necessidades funcionais comunicativas de uma comunidade também heterogeneamente estruturada.

A língua para funcionar tem que ser heterogênea e variável, afirmou Labov, assim como, toda mudança tem origem na variação. A heterogeneidade é parte integrante da funcionalidade lingüística, e a mudança é necessária para satisfazer as demandas lingüísticas de uma comunidade.

Numa perspectiva histórica, não podem ser ignorados os fenômenos de variação e mudança, e, assim sendo, os estudos de lingüística histórica, em sua maioria, optam pelo conceito de sistema laboviano, em detrimento do conceito de estrutura chomyskiano, uma vez que a língua, historicamente observada, apresenta uma natureza processual, dinâmica, incompatível com qualquer tentativa de homogeneização.

Mesmo em uma abordagem exclusivamente sincrônica, a homogeneidade do sistema se apresenta como teorização um tanto forçada, uma vez que o nível do falante que se pretende atingir numa abordagem gerativista, por exemplo, é na verdade uma mescla de níveis, que vai do mais alto grau de consciência lingüística, “o lingüista ideal” (parafraseando o conceito de Chomsky do “falante ideal”) que inclui informações históricas, ao menor grau de consciência lingüística, onde, aí sim, teríamos o valor absolutamente sincrônico da linguagem. Mas, é possível determinar empiricamente, ou

seja, na língua em uso, que falante tem um grau mínimo de consciência lingüística, se é que ele existe?

Portanto, a conceituação de sistema na abordagem gerativa implica um nível de abstração que, ao nosso ver, se distancia muito da língua em sua função comunicativa, o que acaba por gerar implicações nas análises mórficas gerativas que entram em desacordo com a análise histórica dos dados lingüísticos.

Um dos conflitos mais evidentes provocados pela abordagem gerativista das estruturas mórficas é a não consideração de *alomorfes*, que está, diretamente, relacionada à exclusão dos princípios de variação dentro do sistema. Na análise gerativa, aquilo que se convencionou chamar de *alomorfe*, pela tradição estruturalista e que ainda continua sendo considerado por morfologistas não-gerativistas, é considerado um novo morfema, que requer novas formulações de RFP's e RAE's.

Na morfologia derivacional, as alomorfias têm, sobretudo, uma relação indissociável e direta com o aspecto histórico da língua, apontando para a evidente igualdade de funções e significados dos morfemas, o que, de forma alguma, justificaria a consideração de uma distinção absolutamente radical.

Ainda que a abordagem gerativa da morfologia derivacional apresente formulações dissonantes com o estudo histórico da língua, sua visão da funcionalidade do sistema através de regras de formação e regras de análise não deve ser desconsiderada. Cabe aos novos morfologistas, gerativistas ou não, saberem conciliar as condições de análise e produtividade que as regras gerativistas tão bem configuram aos dados históricos e às teorias de variação e mudança lingüística que também não podem ser dissociadas do sistema morfológico de qualquer língua.

Dentro da teoria gerativista, existe uma corrente de pensamento que define com grande propriedade o espaço do nível morfológico dentro do sistema lingüístico da língua. No modelo de Spencer (1991), o nível morfológico se assume como um módulo autônomo dos demais níveis de representação, tendo estrutura e funcionamento próprios. Contudo, ainda que autônomo, o sistema morfológico estabelece relações, muito freqüentemente, com outros níveis da linguagem (semântica, sintaxe, fonologia e léxico). Segundo Spencer, o nível lingüístico em que se inscreve a morfologia está, paralelamente, relacionado ao nível lexical, uma vez que este depende dos processos morfolexicais tanto para a sua constituição formal quanto semântica. Aronoff (1984) complementa essa idéia entendendo que o processo de construção das unidades lexicais não se dá por operações puramente formais ou puramente semânticas, com efeito, a forma e a significação presidem a formação de palavras de forma indissociável, operando conjuntamente.

Portanto, segundo o modelo de Spencer e Aronoff, a componente morfológica e a componente lexical não atuam isoladas, mas de forma interativa, coarticulando-se complementarmente ainda com os níveis fonológico, sintático e semântico.

Os domínios lingüísticos que estão envolvidos na formação de palavras não se limitam, assim, a aspectos formais e operações aditivas entre bases e afixos, que muitos entendem ser a morfologia derivacional. Os domínios morfológicos alcançam o léxico, como sua fonte de matéria-prima, coarticulam-se com a fonologia, e se expandem para a semântica e sintaxe, uma vez que a derivação implica categorizações e recategorizações sintáticas e semânticas.

No que diz respeito ao estudo da formação de palavras no panorama atual brasileiro, podemos afirmar que as pesquisas realizadas continuam uma trajetória, em geral,

descritiva, que descartam, contundentemente, o enfoque histórico, dando particular ênfase ao aspecto léxico-semântico, em detrimento dos aspectos morfolexicais e mórfico-semânticos.

Segundo Soledad Ortega (1993:13), a respeito dos estudos morfológicos na Espanha, está sendo, cada vez, mais necessário o desenvolvimento de uma orientação teórica ao lado das investigações de cunho analítico-descritivo. Os estudos descritivos estritamente morfológicos, geralmente, se centram em uma série de afixos, classificando-os de acordo com a categoria lexical da base, ou de acordo com a categoria lexical que determinam ao se afixarem a uma base qualquer. Com rara frequência, esse tipo de estudo vem acompanhado de explicações acerca dos critérios de segmentação mórfica adotados e de observações relevantes sobre as variações alomórficas detectadas. Assim, é desejável que, ao lado dessa descritividade, possam figurar reflexões teóricas acerca da produtividade dos afixos, sobre a possível existência de formas concorrentes, assim como, sobre as incidências aspectuais dos afixos sobre as bases.

As considerações de Ortega apontam para a necessidade de se terem trabalhos sobre a morfologia derivacional que, ademais do aspecto descritivo, estabeleçam de forma clara os critérios de segmentação e análise estrutural, bem como apresentem reflexões teóricas acerca do sistema mórfico enquanto módulo autônomo incluso no sistema da língua.

No que se refere à derivação sufixal, especificamente, Ortega afirma que se faz necessário investigar as relações argumentais, ou semânticas, entre sufixos e bases. Esse tipo de estudo seria bem aproveitado num exemplo citado por J. J. Nunes (1961:370): o sufixo *-dor*. Em geral, esse sufixo acrescenta um aspecto agentivo a bases verbais (vended**or**, jogad**or**, pensad**or**), entretanto, algumas vezes, podemos verificar que ele é

utilizado para a formação de substantivos acrescentando o aspecto instrumental como é o caso de ventilad**or**, corre**dor**, medid**or**, entre outros. Existem, nesse caso, dois tipos de relação argumental que se estabelecem entre bases verbais e o sufixo *-dor*. Se as bases para a formação são de categorias idênticas e se o sufixo é o mesmo, o que determina a diferenciação semântica nos derivados? Acreditamos que é a esse tipo de relação que Ortega se refere e a que solicita maior atenção nas investigações morfológicas.

Ainda sobre aspectos carentes de abordagem nos estudos de morfologia derivacional, sobretudo numa perspectiva histórica, há a questão da *produtividade* e *vitalidade* dos morfemas. O lingüista francês Georges Lüdi apresenta, em seu artigo “*Aspects énonciatifs et fonctionnels de la neologie lexicale*” (1984), os conceitos de “produtividade” e “vitalidade”. Segundo Lüdi, o termo *produtividade* pode ser empregado para designar um afixo que se aplica a muitos itens lexicais de uma língua, ao passo que *vitalidade* pode ser usado para designar afixos que possuem força para criar unidades lexicais inéditas. Assim, seria interessante observar os sufixos produtivos, i.e., que permaneceram em lexias da língua portuguesa no período arcaico mas que já não tinham vitalidade, bem como observar aqueles sufixos que se mantiveram vivos, produzindo novas palavras, de acordo com as observações feitas anteriormente de que é no período arcaico do português que ocorre o maior número de formações lexicais através de sufixos.

Atualmente, portanto, embora esteja sendo retomado o veio diacrônico dos estudos lingüísticos, no campo da morfologia derivacional nada há, ainda, de concretamente estudado. As investigações acerca da morfologia derivacional histórica têm se restringido às breves incursões etimológicas das gramáticas históricas. No entanto, acreditamos ser esse o momento exato para retomarmos esses estudos, procurando associá-los às teorias

morfológicas hoje bem mais desenvolvidas, pois, se, durante a tradição filológica, não havia interesse pela morfologia derivacional, e se, durante o desenvolvimento da lingüística moderna, não havia espaço para a morfologia numa perspectiva histórica, é chegada a hora de casarmos a história com as teorias morfológicas e com as teorias semânticas, para termos uma nova perspectiva lingüística da formação de palavras na língua portuguesa.

1.3 A fronteira entre a sincronia e a diacronia

De acordo com o que propôs Ferdinand de Saussure (1969), devemos entender por estudo sincrônico da linguagem aquele que diz respeito ao estudo de um estado de língua considerado isolada e homogeneamente, enquanto que por estudo diacrônico devemos considerar aquele que observa a sucessão dos diversos estados de língua e as mudanças lingüísticas.

A distinção entre uma abordagem sincrônica e uma abordagem diacrônica se afigura em todos os textos de reflexões morfológicas como um ponto de cisão fundamental. Em geral, se aponta a necessidade do estabelecimento de uma abordagem em detrimento da outra, decretando, assim, o inconcebível da interpenetração entre essas duas abordagens,

sem no entanto *ilegitimar* qualquer uma das duas. Ambas são consideradas legítimas, de acordo com critérios e objetivos bem definidos, coerentes e distintos. O que existe, no entanto, é uma persistência na dicotomia saussuriana.

Muito embora alguns autores critiquem a mescla entre abordagens sincrônicas e diacrônicas, há algum tempo, importantes estudos, como os de Eugênio Coseriu, vêm apontando para a necessidade de se obter uma visão da linguagem em sua história pretérita e atual.

“Constitui aspecto fundamental da linguagem o manifestar-se ela sempre como língua: conquanto criação, isto é, produção contínua de elementos novos, e portanto, neste sentido, “liberdade”, por outro lado, a linguagem é, ao mesmo tempo, “historicidade”, técnicas e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados. Em suma, solidariedade com a história atual e com a história anterior da comunidade de falantes.”
(Coseriu, 1980: 101)

A dicotomia sincronia x diacronia, tal qual estabelecida por Saussure, definia os estudos lingüísticos voltados para a língua em duas perspectivas: 1) em um momento determinado (sincrônico) e 2) em seu desenvolvimento histórico (diacrônico). A partir de tal dicotomia, Saussure defendia a primazia dos estudos sincrônicos descritivos da lingüística como objetivo legítimo da lingüística.

Para Coseriu (1980), essa primazia da sincronia sobre a diacronia não é válida. O estudo sincrônico das línguas é necessário, sobretudo, para determinar a gramática de uma língua, ou seja, o seu sistema estático (sua estrutura mais ou menos estável). Mas, se a língua é entendida como algo que contém em si o caráter inovador, então é o estudo histórico-diacrônico – que observa o contínuo desenvolvimento das línguas – o campo fundamental da lingüística.

Porém, é possível que, em um estudo sincrônico, sejam registradas variações na língua, como fazem as “*gramáticas de los errores*”, como denomina Coseriu. Essas obras servem como fonte de estudo para as gramáticas históricas, porque elas registram fenômenos lingüísticos que estão fora da norma num dado momento da língua e que, muitas vezes, vêm a constituir-se como elementos legítimos do sistema através da mudança lingüística.

Segundo Dante Lucchesi, em seu livro *Sistema, mudança e linguagem* (1998: 63-4), a “irrefutável” dicotomia estabelecida por Saussure acabava por sugerir o estudo sincrônico como o “caminho próprio e legítimo da Lingüística”, entendida essa como o estudo da língua (*langue*), enquanto que à diacronia estariam relegados os fatos de fala (*parole*), i.e., a mudança e a variação lingüística, estando esses aspectos “fora dos principais interesses da Lingüística”.

Na morfologia portuguesa, essa dicotomia tem sido respeitada e os estudos nessa área têm elegido a abordagem exclusivamente sincrônica como metodologia mais efetiva para a descrição do sistema morfológico da língua.

Se há, no âmbito dos estudos morfológicos, uma quase totalidade de pensamentos concordantes em torno da necessidade de manutenção da dicotomia sincronia/diacronia, como defender as incursões diacrônicas em estudos morfológicos sincrônicos?

É preciso, portanto, equacionar em que medida e de que forma é possível incorporar as informações de natureza histórica numa análise sistêmica e sincrônica dos processos morfolexicais. Em nosso estudo, notamos que existem alguns aspectos e domínios da formação de palavras em que a consideração da história da língua se revela fundamental e/ou extremamente produtivo.

Na abordagem dos processos de formação de palavras, segundo Rio-Torto (1998), ainda é profundamente dominante o paradigma sincronicista.

O certo é que, se passarmos em revista alguns dos mais emblemáticos marcos da teorização sobre formação de palavras, como M. Halle (1973), M. Aronoff (1984), J. L. Bybee (1985 e 1986), A. M. di Sciullo & E. Williams (1987), D. Corbin (1987 e 1991) e A. Spencer (1991), não é difícil constatar essa generalizada perspectiva sincronicista, quando não até mesmo anti-histórica da produção lexical. No entanto, é importante sublinhar que, na maior parte dos casos, esse assumido alheamento da dimensão histórica na análise dos processos de formação de palavras decorre de uma coerente atitude metodológica, comum a estruturalistas e gerativistas.

Nas últimas décadas, poucos são, com efeito, os que se têm dedicado ao estudo da formação de palavras sob o ponto de vista exclusiva ou predominantemente histórico. Um dos autores, que, de forma mais regular e consistente, tem trabalhado nesta perspectiva e/ou numa perspectiva mista, que articula sincronia e história, é Rio-Torto, que, a exemplo de Manuel Alvar & Bernard Pottier (1987), apresenta uma atitude de complementaridade entre análise histórica e sincrônica, atitude que o recente reinteresse pela lingüística histórica vem revalorizando e renovando com novas perspectivas de enfoque.

No caso dos estudos sobre a morfologia do português, não são muitos os estudiosos que se têm interessado pela abordagem histórica. Nesse aspecto, as informações estão reduzidas àquelas produzidas por autores de gramáticas históricas. Como perspicazmente apontou Rosa Virgínia Mattos e Silva, falta um autor para a abordagem histórica da morfologia portuguesa e também Ana Maria Martins (1996), ao considerar que morfologia derivacional ocupa um lugar de segundo plano, mesmo nas nossas gramáticas históricas.

Rio-Torto aponta como fundamentais e basilares os trabalhos de Joseph M. Piel (1940), especialmente os que se debruçam sobre a formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português e sobre a formação dos substantivos abstratos em português. Contudo, não se pode negar a importância dos capítulos consagrados à formação de palavras por Francisco da Silveira Bueno, *A formação histórica da língua portuguesa*, e por Joaquim Mattoso Câmara Jr., em *História e estrutura da língua portuguesa*.

A grande questão que importa ponderar é a seguinte: que grau de adequação e/ou de credibilidade explicativas tem uma análise estritamente sincrônica da formação de palavras? O problema em causa se enraíza nas limitações que a dicotomia ‘sincronia *versus* diacronia’, tal como foi equacionada por Saussure, encerra.

Sob um ponto de vista metodológico, uma análise estrutural toma por objeto uma língua funcional, ou seja, uma língua de um lugar, de um estrato social, de uma pessoa. Encarada como uma manifestação temporalmente delimitada de uma "língua histórica", uma "língua funcional" contrapõe-se a uma língua considerada na sua trajetória histórica por ser sincrônica a abordagem a que mais linearmente se presta. Todavia, na prática, o acolhimento dessa dicotomia suscita reservas de várias ordens, e a sua concretização depara-se com numerosos obstáculos, decorrentes desde logo do convencionalismo que a delimitação, quer temporal, quer estrutural, de uma língua funcional implica.

Como afirma Coseriu (1980), a antinomia entre sincronia e diacronia, tal como ela é preconizada por Saussure, não se situa no plano do objeto, da realidade idiomática em si mesma, mas no da metodologia de análise, de uma distinção de perspectiva metodológica, que, a ser praticada tal qual, gera incompatibilidades epistemológicas insanáveis.

O fato é que por mais dinâmico e aberto que seja um sistema mórfico, de uma "língua funcional", ele sempre vai pressupor uma delimitação temporal. Um dado conjunto de entidades e de relações mórfico-semânticas funciona de determinado modo, num dado período de tempo. Assim sendo a delimitação de fronteiras cronológicas representa um artificialismo em relação ao funcionamento das unidades lingüísticas, mas sem essa delimitação temporal não é possível identificar o número de entidades que compõem o sistema. Como é caso deste trabalho de pesquisa. E assim nos debatemos na fronteira entre diacronia e sincronia.

Contudo, quanto mais amplo for o período analisado, mais propícias se tornam as investigações acerca da mudança dos paradigmas em questão.

Razões inerentes à natureza dos próprios sistemas lingüísticos permitem reequacionar e superar a aparente incompatibilidade metodológica entre sincronia e diacronia. É que em toda a sincronia há dinâmica, transformação e evolução dos sistemas das línguas funcionais que nela co-ocorrem e convivem.

Assim sendo, é possível ultrapassar a lógica disjuntiva em que assentava a antinomia diacronia/sincronia, e adotar uma filosofia de complementaridade, já praticada por alguns, mas passam a ser repensada de uma outra forma, a história deixou de ser uma oposição em relação à análise sincrônica, passando a ser entendida como parte do funcionamento desta, está inscrita na sua estrutura, sendo, portanto, dela consubstancial. O conceito de sistema heterogêneo, que incorpora os diferentes tipos e níveis de variação coexistentes num dado momento sincrônico, dá corpo a esta realidade.

Em suma, a análise de uma sincronia de uma língua funcional deve dar conta das constantes e das variáveis que, nesse lapso temporal, coexistem, ou seja, ao mesmo tempo

que identifica unidades, relações, funções e estruturas, identifica também os sinais, os indícios e os reflexos de mudança que ocorreram ou que poderão ocorrer.

As informações sobre a formação das palavras e sua evolução e/ou dos paradigmas morfolexicais implicados na sua construção constituem antes de tudo uma fonte complementar de informação da abordagem que a análise sincrônica fornece. Mais ainda, essa complementaridade é não só desejável, mas em certos casos imprescindível.

Quando se pratica uma análise sincrônica, as palavras de estrutura formal e semântica derivada tendem a ser analisadas como produtos morfolexicais, o que nem sempre está em conformidade com o seu verdadeiro estatuto etimológico e/ou estrutural. Por isso, só a ponderação da origem e da história das palavras permite diferenciar os verdadeiros produtos morfolexicais das palavras não derivadas. Não só as palavras produzidas numa dada sincronia, mas também palavras que tenham sido construídas em períodos recuados da história da língua, e que não são atualmente encaráveis como derivadas, porque deixaram de ser sentidas como tal, devem ter sua origem desvendada, senão corremos o risco de tratar um produto como produtor. Os modelos de análise exclusivamente sincrônica, sejam de orientação estruturalista ou gerativista, não revelam a adequação operatória suficiente para analisar convenientemente estes tipos de unidades morfolexicais.

Mas, nem só nestas circunstâncias o concurso da perspectiva histórica se revela importante. De uma maneira geral, ele torna-se incontornável sempre que há descoincidência entre as informações históricas e a descrição-sincrônica de uma unidade lexical.

Só com conhecimento da origem e da história de uma palavra é possível caracterizar adequadamente os aspectos morfolexicais dos seus constituintes. Só assim é possível distinguir os afixos sem valor morfolexical dos verdadeiros componentes morfolexicais, ou diferenciar palavras efetivamente construídas no português de outras cuja estrutura morfolexical é derivada, mas que não representam um produto derivativo da nossa língua, mas de estágios anteriores a ela, sobretudo derivações latinas e gregas.

Por exemplo, vemos a importância do aspecto histórico na análise de palavras como: a) *aferrir, conferir, deferir, inferir preferir referir*; (b) *conceber, perceber, receber*; c) *atribuir, contribuir, retribuir*. Ainda que seja possível identificar os segmentos prefixais atuais, na sincronia não há como estabelecer as bases lexicais dessas palavras derivadas, uma vez que elas não permaneceram na língua de forma autônoma. Apenas através do recurso histórico podemos reconstituir a significação de cada um dos seus constituintes, estas palavras de origem e de estrutura erudita não são produtos derivacionais do português, mas palavras prefixadas no latim, e preservadas na nossa língua. Os segmentos mórficos que, em latim, se comportam como bases, não têm esse mesmo estatuto em português. Da mesma forma, o estatuto dos segmentos prefixais nelas presentes não pode ser analisado senão à luz do valor que eles sempre tiveram nas palavras originárias de que fazem parte.

O conhecimento da origem e da história das palavras revela-se de importância decisiva, quando se pretende apurar se uma palavra é ou não um produto lexical do português, ainda que eventualmente modelado sobre padrões greco-latinos, como detectamos em muitas formações do português arcaico, quer da primeira fase, quer da segunda. O que se nota é que, em muitos casos, a derivação é própria do português, contudo os componentes morfolexicais já existiam no sistema latino.

A partir de critérios exclusivamente sincrônicos, as palavras que não apresentam uma formação portuguesa, ou seja, são derivações latinas, são encaradas como formas-base, perdendo-se assim o seu valor derivacional, ou ainda pior, são analisadas de forma incoerente, como seria o caso de considerar que a lexia '*ocular*' poderia ter sido construída com base em '*óculos*', sendo formas genuinamente portuguesas. Contudo, a partir da consideração diacrônica, palavras derivadas, de origem grega e/ou latina, podem, assim, ser devidamente interpretados, atribuindo-lhes constituintes e processos de constituição decorrentes de um sistema lingüístico pretérito.

Este estudo sobre os aspectos derivacionais do português arcaico nos permite investigar se o sistema morfolexical contemporâneo se encontra fortemente enraizado na tradição lingüística, apresentando sensivelmente a mesma configuração, isto é, os mesmos tipos de operações morfolexicais e os mesmos tipos de operações semântico-categoriais, que nas fases mais recuadas da língua.

Em síntese, mais do que observar a possibilidade de haver insuficiências no tratamento sincrônico dos componentes morfolexicais, e que só uma abordagem histórica pode fornecer uma análise coerente, importa chamar a atenção para a inerente incorporação do passado no presente que todo o sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrônica pode subestimar.

1.4 Semântica morfolexical

A semântica, estudo do significado² (sentido e significação) dos elementos lingüísticos (palavras, morfemas, locuções, sentenças, textos etc), é um dos campos de estudo da lingüística que mais tem apresentado dificuldades para a investigação estritamente científica. Isso porque as questões de significado são em sua essência amplas e complexas, o que acaba por dificultar, em alguns casos, o rigor e a coerência na análise dos dados.

Esse cenário dos estudos semânticos, inerentemente complexo, é agravado, ainda, pelo comportamento particular e singular de cada análise lingüística que vai depender quase

² Neste capítulo, os termos ‘significado’, ‘significação’, ‘sentido’, ‘conceito’ e ‘idéia’ estão sendo empregados com referência equivalente ao uso de cada autor.

que exclusivamente da postura de cada autor diante dos fenômenos que implicam o significado.

A definição do que consiste o significado, também, se revela um ponto controverso nos estudos semânticos. Como assegura Marques (1996):

“Não se tem em lingüística uma resposta inequívoca para a pergunta ‘o que é significado?’. As respostas são múltiplas e divergentes. Os especialistas sequer conseguem concordar quanto à terminologia mais usual. Significado, sentido, significação recebem interpretações diferentes, que variam segundo as correntes de pensamento, a época, a teoria, os autores em que ocorrem, as finalidades ou a área de conhecimento em que são empregados.”

O termo semântica foi criado, segundo Lyons (1979), no século XIX, a partir do verbo grego σημαίνειν que quer dizer ‘significar’, para designar a ciência que estuda o significado, mas apesar da terminologia ser um tanto recente, o interesse pelo estudo do significado é tão antigo quanto o interesse do homem pelo estudo da linguagem.

Segundo Ullmann (1964:11), na antiga filosofia grega, ainda que a especulação acerca da origem das palavras, ou seja, o estudo etimológico tenha desempenhado importante papel e, embora carecesse de princípios metodológicos científicos, os estudos do significado não ficaram de todo alienado dos estudos da linguagem.

A semântica que surge no século XIX, parte de pressupostos muito antigos, que remontam à própria visão de significado segundo Aristóteles. Ullmann (1964) destaca as contribuições da filosofia aristotélica para a compreensão do significado das palavras, entre elas a definição do vocábulo como unidade mínima do significado - ainda que, hoje, essa

seja uma postura em parte ultrapassada -, e a distinção entre duas espécies de palavras: as que mantêm o seu significado mesmo quando isoladas e as que são meros instrumentos gramaticais, divisão que até hoje se mantêm entre palavras lexicais e palavras gramaticais. “*As idéias greco-romanas acerca das palavras e do seu emprego exerceram assim uma influência, se nem sempre benéfica, pelo menos vigorosa sobre a semântica moderna*”, afirma Ullmann (1964:12).

O modelo clássico de análise semântica, pautado em Aristóteles, considera o significado de uma palavra como uma estrutura de atributos necessários e suficientes para se constituir a essência da entidade ou conceito ao qual o significante remete, ou seja, entidades e conceitos são nomeados a partir de uma estrutura de atributos imanentes que nos fazem reconhecer as características que os definem.

Para Aristóteles (1969), o significado é algo prévio, preexistente, uma vez que a entidade é o que é a sua essência, ou seja, a essência é a causa imanente da existência dos entes, limitando-os e individualizando-os. Assim, o que interessa para a definição do significado próprio de uma entidade e/ou conceito, não são os atributos acidentais, mas sim os atributos que afetam a sua essência. Essa concepção imanentista do significado tem relação direta com a própria concepção do que seja o real e a realidade.

Essa noção imanentista do significado há algum tempo vem sendo debatida, por lingüistas e filósofos que partem da pressuposição de que não há *realidade* e sim *realidades* e de que não há significado essencial e sim significados e sentidos, sendo portanto o contexto fundamental para a construção do sentido.

Ullmann nos fornece um testemunho sobre esse debate e coloca a sua posição:

“‘Quando uso uma palavra’ dizia Humpty Dumpty, ‘ela significa exactamente o que pretendo que signifique – nem mais, nem menos’. Alguns lingüistas, no desejo de sublinhar a importância do contexto e de demolir a crença de que existe um significado ‘próprio’, inerente a cada palavra, vão quase tão longe quanto Humpty Dumpty nas suas expressões dogmáticas. Afirmações como ‘le mot n’est que par le contexte et n’est rien par lui-même’, que se ouvem frequentemente nos nossos dias não são exactas nem realistas.” (1964:102)

Nesse trecho, podemos perceber que o debate sobre a teoria imanentista não vem sendo travado tão recentemente, mas tem sido reavivado significativamente pela semântica cognitiva nos últimos tempos. A posição de Ullmann é claramente favorável à tese da imanência, uma vez que ele acredita que, se as palavras não tivessem significado para além do contexto, não seria possível elaborar um dicionário, e nos remete a testes contemporâneos à sua publicação que, ao estudar a influência do contexto, teriam comprovado que cada palavra tem habitualmente “um núcleo sólido de significado, relativamente estável, e que só dentro de certos limites pode ser modificado pelo contexto” (1964:104).

Para Lyons, a questão também se coloca de forma complexa, denominada por ele “*controvérsia filosófica*”. Ele coloca a seguinte pergunta:

“Teriam as coisas às quais damos o mesmo nome algumas propriedades ‘essenciais’ comuns pelas quais possamos identificá-las, [...], ou não teriam elas nada em comum a não ser o nome que por convenção aprendemos a dar-lhes, [...]?” (1979:426)

A partir dessa questão, Lyons coloca outras controvérsias implicadas na solução dessa pergunta como a própria definição de termos como ‘conceito’, ‘idéia’, ‘significado’ e a própria concepção do que seja a ‘verdade’ ou o que é ‘verdadeiro’. A posição do autor

não é de definição, na verdade poderíamos dizer que ele escapa pela tangente. A solução a que se propõe não é trabalhar com o conceito de *significado*, mas sim com a idéia de *sentido*, para, segundo ele, “não se comprometer com a controvertida questão do status filosófico e psicológico dos ‘conceitos’ e ‘idéias’” (1979:471).

Para ele, as relações de homonímia, polissemia e sinonímia se estabelecem entre itens lexicais e não entre ‘significados’. O autor afirma que a resposta à pergunta ‘Qual é o sentido de X?’ é apenas uma parte da resposta à pergunta ‘Qual o significado de x?’ (1979: 472).

De acordo com a semântica tradicional, o significado das palavras é baseado numa estrutura de atributos necessários, imanentes e suficientes para se constituir a essência da entidade ou dos conceitos com os quais associamos a palavra. Tal modelo nos conduz à suposição de que os falantes referem-se às entidades utilizando determinados nomes, por reconhecerem nestas entidades os atributos essenciais que as definem. O referente (entidade ou conceito) passa a ser, portanto, detentor de uma significação imanente, e o signo lingüístico se configura como apenas um tradutor dessa realidade essencial do referente.

A semântica cognitiva, também conhecida como teoria dos protótipos, dos estereótipos, da semelhança de famílias ou princípio de aproximação do protótipo, se caracteriza por fazer uma distinção crucial entre o sentido central e periférico das palavras. Segundo estudiosos da semântica cognitiva, as estruturas dos protótipos têm representações cognitivas que poderiam servir como representações de categorias reais do mundo.

A teoria dos protótipos, dentro do campo da semântica prototípica, originou-se nos meados de 1970, com as pesquisas psicolingüísticas de Eleanor Rosch sobre a estrutura interna das categorias. Seu caráter revolucionário marcou uma nova era para as discussões

da semântica lexical e aos seus estudos seguiram-se as pesquisas de Putnam (1978), de Langacker (1987 e 1991) e Lakoff (1987).

Os estudos de semântica cognitiva partem do princípio de que a cognição humana é o elemento preliminar para todo o processo de categorização, incluindo aí a categorização lingüística.

Para Rosch (1977 *apud* Giannakopoulou, 2004), podemos atribuir a qualquer objeto uma categoria com base em uma comparação com o melhor protótipo do objeto, a partir de características criteriosais. Este protótipo do objeto consiste em uma entidade mental acessível na mente humana.

A semântica cognitiva vem retomando a antiga “controvérsia filosófica”, criticando a denominada *teoria imanentista*. Porém, assim como Lyons, sairemos pela tangente e não discutiremos de forma mais aprofundada a questão do significado. No nosso estudo, nos ateremos às relações de sentido, como propõe Lyons, e deixaremos para depois, após um desenvolvimento mais aprofundado dos estudos de semântica cognitiva, o embate com a controvesa questão.

1.4.1 A semântica lexical

As palavras são os elementos básicos de toda língua, assim como seus constituintes formadores, os morfemas, quer lexicais, quer gramaticais. No entanto, o estudo do léxico não se configura preocupação principal em nenhuma corrente lingüística. É justamente no âmbito da semântica que as palavras assumem o papel principal nos estudos da linguagem.

No entanto, mesmo diante das dificuldades e falta de unidade nas teorias semânticas, estudiosos da língua continuam reavivando o interesse pelo estudo dos sentidos e significações. Na lingüística, o estudo do significado encontra-se subdividido em basicamente três domínios: 1) a semântica lexical, na qual devemos enquadrar a semântica morfolexical como uma sub-área; 2) a semântica da sentença, e 3) a semântica do texto.

Dessas três grandes áreas é a semântica lexical a mais abordada até hoje. Dentro do estudo do léxico, no enfoque semântico, podemos apontar ainda o estudo das relações de sentido que os elementos da língua estabelecem entre si, como um aspecto de grande relevância. Contudo, o interesse não implica em uma definição efetiva e exaustiva desses fenômenos, pelo contrário, como já foi dito anteriormente, a complexidade do tema e a multiplicidade de abordagens teóricas, também, tem efeito sobre a análise das relações de sentido entre os signos lingüísticos.

Até o século XIX, vigorou, entre os estudos lingüísticos, a tese aristotélica de que as palavras eram as menores unidades significativas da fala. Porém, a partir do desenvolvimento de métodos modernos de análise e segmentação das palavras, foram descobertas unidades semânticas menores que as palavras, hoje, conhecidas como morfemas, objetos de estudo desta nossa pesquisa.

Ullmann (1964:58) coloca a complexidade do estudo semântico dos morfemas, uma vez que é, segundo ele, uma categoria extremamente complexa, composta por formas de função e estado totalmente diferentes, que, no entanto, estão agrupadas, apenas, em razão de sua principal característica: são unidades indivisíveis em unidades menores portadoras de significado.

A semântica morfolexical trata de palavras e dos morfemas que as formam, considerando-os, portanto, unidades significativas que devem ser investigadas tanto no que se refere à sua forma quanto no que se refere ao seu significado.

“É este, pois, o lugar da semântica, no sentido estrito do termo, dentro do sistema das disciplinas lingüísticas. Quando falamos de semântica sem qualquer qualificação, referimo-nos geralmente ao estudo do significado das palavras propriamente ditas; mas é perfeitamente normal, e de facto muito comum, explorar a semântica de outros elementos, um sufixo, um prefixo, etc.”(Ullmann, 1964:59)

Outras dificuldades conceituais se apresentam, entre elas a clássica pergunta: é o morfema que compõe a palavra? A resposta depende da concepção que se tem da palavra como uma unidade "abstrata" ("imaterial") ou como um objeto "concreto" ("de realização"). A própria definição de morfema pode depender disso. De modo que há autores que percebem o morfema como uma unidade mínima de realização fonética de significado (por exemplo, Bloomfield (1933), Nida (1949)) e outros que se inclinam por uma versão abstrata do morfema, como uma unidade que se realiza na diversidade fonética (Hockett (1947)) ou como um fator de significado ou função gramatical desenvolvidos na língua através de análises analógicas (Lyons (1979)).

Como, neste trabalho de pesquisa, a análise dos sufixos derivacionais do português arcaico está centrada nas relações de sentido que estes morfemas estabelecem entre si – tendo conseqüências diretamente relacionadas à formação do paradigma morfolexical da língua, como se verá adiante –, faz-se pertinente um estudo das antigas e recentes análises dos fenômenos em questão, sobretudo, quanto à definição dos limites que distinguem a homonímia da polissemia.

Quando o significado entra no estudo da morfologia, como enfoque principal de análise, o tema ganha ainda maior complexidade, pois é preciso distinguir dois níveis de significação: 1) um lexical (também referido como semântico) e 2) um gramatical (também referido como funcional); ambos com implicações no significado do vocábulo. No caso específico dos sufixos derivacionais, objeto de estudo neste trabalho, trata-se de elementos de natureza léxico-gramatical, e, portanto, com dois níveis passíveis de análise semântica.

Nos estudos morfológicos mais recentes, é possível observar um crescente interesse pela semântica dos constituintes morfolexicais, haja vista, por exemplo, os estudos de Bosque e Demonte (1999), que, na parte dedicada à morfologia na *Gramática descriptiva del español*, privilegiam o aspecto significativo dos morfemas derivacionais. A semântica morfolexical, ainda, tem encontrado espaço nos estudos dos morfologistas contemporâneos da língua portuguesa - em uns mais, em outros menos -, como Alina Villalva, Ieda Maria Alves, Graça Maria Rio-Torto, Luiz Carlos de Assis Rocha, Margarida Basílio, Paulo Mosânio Duarte, Valter Kehdi, entre outros.

As teorias semânticas para o entendimento dos fenômenos da homonímia, polissemia e sinonímia entre palavras vêm sendo, cada vez, mais discutidas entre os estudiosos da língua, isso porque a fronteira entre homonímia e polissemia ainda gera muitas divergências na análise de vocábulos em diversas línguas.

No entanto, questões concernentes aos fenômenos da homonímia, polissemia e sinonímia entre morfemas derivacionais, até então, nunca foram, ao que se saiba, foco fundamental de nenhum estudo morfológico, ainda que apareçam de forma transversal em estudos diversos de morfologia.

Os fenômenos de relação de sentido entre morfemas derivacionais não se realizam exatamente da mesma forma como ocorrem entre itens lexicais (palavras), como veremos na análise desses fenômenos aplicados aos dados do português arcaico mais adiante. Entretanto, para podermos entender melhor essas diferenças e tentar caracterizar cada um dos fenômenos em questão, é preciso relacionar o que tem se pensado sobre o assunto através da visão de diferentes autores.

1.4.2 Sobre a sinonímia

A sinonímia é, para a maior parte dos autores, um tema que sugere controvérsias e embates teóricos que levam em consideração não só aspectos lingüísticos, mas também psicológicos e filosóficos.

Em sua obra mais emblemática sobre semântica, Ullmann (1964) começa o capítulo sobre sinônimos levantando uma problemática, ainda hoje, discutida, a questão da sinonímia perfeita. Segundo ele, “na lingüística contemporânea tornou-se quase axiomático que a sinonímia perfeita não existe.” (1964: 291), mas discorda desse axioma ao dizer que “seria errôneo negar a possibilidade de completa sinonímia.” E complementa a sua defesa afirmando que certos termos científicos podem ser utilizados em qualquer contexto como formas portadoras de um mesmo significado. Sob esse ponto de vista, podemos depreender que a sinonímia tem uma relação direta com a polissemia, uma vez que, quanto menor for a possibilidade polissêmica de um vocábulo e de seu equivalente, maiores são os níveis de sinonímia entre eles, pois termos científicos, em geral, são unissêmicos, ou seja, referenciadores de um único conceito, portadores de um único sentido e uma única

significação, ou como quer Ullmann “precisamente delimitados e emocionalmente neutros” (1964: 292).

Ullmann (1964) não estabelece uma definição do fenômeno da sinonímia, em sua obra, talvez por deixar claro, através de exemplos, que se trata de uma relação entre distintos vocábulos ou sentenças com sentidos semelhantes, aproximados, que nos dá a capacidade de evitar repetições, com implicação direta sobre a estilística de um texto.

Para ele (1964: 293), ainda que haja confluência de significado entre várias palavras, ou seja, ainda que existam vários sinônimos na língua, a possibilidade de permutação é, geralmente, limitada pelo contexto, sendo raros os sinônimos perfeitos.

Com base em Collinson, Ullmann (1964:294) acredita que se pode relatar algumas situações específicas que limitam a permutação de sinônimos.

A primeira situação apresentada por ele é quando um termo é mais geral que outro, por exemplo, *carro* e *veículo*. Nesses casos, existe grande possibilidade, numa perspectiva diacrônica, de que o termo mais geral permaneça na língua e o outro caia em desuso, ou sofra algum tipo de mudança semântica, especializando o seu significado.

A segunda situação é aquela na qual um termo pode ser mais intenso que outro, por exemplo, *rejeitar* e *repudiar* (uma opinião). Pode acontecer também que um termo tenha um emprego mais afetivo que outro como: *mãe* e *mamãe*.

Outras situações que podem restringir a permutação de sinônimos ocorrem quando um termo é menos prestigiado que outro (ex.: *comer* e *rangar*), ou quando um é mais científico que outro (ex.: *morte* e *óbito*), casos em que a escolha de um ou outro sinônimo pode depender do contexto comunicativo (se formal ou informal), das escolhas pessoais do

falante, das diferenças dialetais, das diferenças etárias, do nível de escolarização e de outros fatores condicionantes.

Portanto, a sinonímia perfeita encontra, segundo o lingüista, alguns condicionamentos desfavoráveis, uma vez que o contexto de ocorrência pode solicitar o emprego de uma forma em detrimento de outra, por exemplo, um contexto mais formal ou menos formal, um contexto mais emotivo ou menos emotivo, mais geral ou mais específico, mais literário ou mais coloquial etc. Essa visão tradicional dos fenômenos de significação dos elementos lingüísticos completamente associados ao contexto em que se encontram é criticada, por estudiosos que acreditam que essas relações devem ser estudadas do ponto de vista da estrutura da língua, independente de condicionamentos contextuais.

A importância do contexto, para a análise das relações de sentido, vai ter força nas análises estruturalistas e funcionalistas da língua. E, entre estudiosos dessas correntes, os conceitos e reflexões de Ullmann ainda encontram eco.

Do nosso ponto de vista, parece ser incontestável a afirmação de que:

“Quando vemos palavras diferentes, supomos que deve haver também alguma diferença no significado, e, na maioria dos casos, há de fato uma distinção, muito embora ela possa ser difícil de formular. Muito poucas palavras são completamente sinônimas no sentido de serem permutáveis em qualquer contexto, sem a mais leve alteração do significado objetivo, do tom sentimental ou do valor evocativo.”
(Ullmann, 1964: 294)

Mas, como dissemos, Ullmann não se preocupou em definir a sinonímia, mas sim em discutir os critérios de identificação de sinônimos e os contextos em que há restrição ao fenômeno. Vale ressaltar que, em seus estudos, ele afirma que a diferença entre duas formas sinônimas está diretamente relacionada ao contexto, e a fatores emotivos e estilísticos.

Em análises mais contemporâneas dos fenômenos lingüísticos, envolvendo a semântica, podemos ver que Ullmann permanece como grande influência na corrente de pensamento dos semanticistas e lexicólogos.

Em seu livro *Semântica estrutural* (1963:125), Lyons afirma que não conhece “nenhum argumento que dê uma interpretação lingüisticamente útil ao termo ‘sinonímia’”. Para ele, o tratamento da sinonímia é um teste de validade para toda e qualquer teoria semântica. Nessa obra, o autor não vai tratar da sinonímia, nem de qualquer outra relação semântica, com maior aprofundamento. No entanto, em *Introdução à lingüística teórica* (1979), no capítulo sobre os princípios gerais da semântica e no capítulo sobre a estrutura semântica, Lyons irá se debruçar sobre a sinonímia de forma bem mais reflexiva.

Para Lyons, como dissemos anteriormente, as relações semânticas se operam entre duas ou mais unidades vocabulares, em verdade, entre os sentidos com que essas unidades são empregadas, tendo o contexto como relevante a todos os níveis de análise semântica. Assim, ele vai definir a sinonímia como a relação entre duas ou mais unidades, que, substituídas, uma pela outra, resultam em frases com o mesmo significado (1979: 453).

Com o objetivo de melhor definir o conceito de sinonímia, Lyons estabelece uma distinção entre a sinonímia total e a parcial (1979:476). A total se dá, quando os termos se equivalem de forma plena, total e completa, ou seja, são intercambiáveis em qualquer contexto – segundo ele, é esse tipo de sinonímia a que os autores semanticistas têm em mente quando falam de sinonímia ‘real’ ou ‘absoluta’ - e a parcial, quando não se cumpre uma dessas condições, mas sem deixar de ser um caso de relação de sentido, ou seja, sinonímia. O autor afirma que são muito raros os casos de sinonímia total, e se configura

muito pouco produtivo o desenvolvimento de uma teoria semântica da sinonímia baseada nesses casos.

Para Lyons (1979:61), a sinonímia absoluta teria de satisfazer as seguintes condições: 1) o significado global das expressões em que se inserem teriam de ser idênticos; 2) as expressões teriam de ser sinônimas em todos os contextos, e 3) teriam de ser semanticamente equivalentes em todas as dimensões do significado (descritiva e não-descritiva).

Segundo o autor, a sinonímia é um fenômeno que atinge não só o nível lexical da língua mas também o nível sintático, podendo existir frases sinônimas, que transmitem a mesma informação, por exemplo: “eu li o livro” e “o livro foi lido por mim”. Mas, para ele, a sinonímia está completamente condicionada pelo contexto comunicativo.

É justamente a importância do contexto no emprego de formas sinônimas que levanta o questionamento sobre a existência de sinônimos perfeitos. Bloomfield (1933) chegou mesmo a afirmar que não há sinônimos reais, pois “cada forma lingüística tem um significado constante e específico. Se as formas são fonemicamente diferentes, supõe-se que os seus significados são também diferentes”.

Ao discutir a distinção entre *significado cognitivo* e *significado afetivo*, Lyons (1979:477) revela que, quando tratam da sinonímia, os autores, em geral, tendem a considerar apenas os sinônimos cognitivos e não definem o que entendem por sinônimos afetivos. Nessa distinção, estão envolvidos os conceitos de denotação, que se aproxima da faculdade intelectual (cognitiva), e de conotação, que se aproxima da faculdade emotiva (afetiva), que, para Lakoff e Johnson (2002), está relacionada à metáfora, importante mecanismo de organização conceitual das línguas. Para Lyons, o conceito de sinônimos

afetivos é usado de forma bastante ampla para designar um grande número de fatores distintos que podem influenciar na escolha de um ou outro sinônimo numa dada situação, como o faz Ullmann, ao descrever várias possibilidades de restrição de usos de sinônimos, que já mencionamos acima.

Lyons (1979:478) acaba por determinar que é preferível restringir o termo sinonímia ao que os semanticistas denominam de sinônimos cognitivos, voltando a afirmar que se duas frases equivalentes, de mesma estrutura sintática, se diferenciam apenas por dois itens lexicais X e Y, esses itens são sinônimos.

Por fim, sobre a posição de Lyons a respeito da sinonímia, cabe-nos dizer que ele não a considera como uma relação semântica estrutural, pois se comparada com outras relações de sentido, como por exemplo a hiponímia-hiperonímia, não tem a mesma relevância, pois a eliminação dos sinônimos não afetaria o sistema lingüístico, muito embora fosse empobrecê-lo, já eliminação dos hipônimos afetaria o sistema lexical em seu próprio núcleo.

Para Baldinger (1977), a sinonímia se oferece mais como uma possibilidade estilística, não sendo, como crê Lyons, um fator relevante para a organização sistêmica da língua. Para ele, dois sinônimos são duas possibilidades que correspondem no plano conceitual e sobre os quais o falante exerce uma eleição, ou seja, uma decisão estilística.

Baldinger acredita que a sinonímia absoluta é uma função simbólica da linguagem. Para ele, a diferenciação dos sinônimos absolutos se faz através do vínculo com o falante, ou seja, através da função sintomática do signo lingüístico. A sinonímia absoluta é, para o referido autor (1977:227), inegável no plano simbólico, porém impossível no plano

sintomático (pragmático), pois à sinonímia absoluta que provém de valores simbólicos se agregam elementos diferenciadores que provêm do sujeito falante.

Baylon e Fabre (1994) admitem que a sinonímia é relação entre duas palavras ou expressões que possuem o mesmo sentido ou cujo significado é muito próximo. Para eles, de acordo com Lyons, duas ou mais formas lingüísticas, unitárias ou proposicionais, serão sinônimas se dentro de um contexto podemos substituir uma pela outra e obter o mesmo sentido, e exemplificam com “*me veto el paso / me prohibió el paso*”³. Os autores, ainda que admitam uma significação clara e objetiva da sinonímia, reconhecem a complexidade do fenômeno e referem-se também à variação de critérios e conceitos nas definições usadas por estudiosos da semântica lexical.

“Se llama sinónimo al término cuya configuración fonética es distinta pero cuyo significado es similar o idéntico”⁴, assim definem a sinonímia Gonzáles, Hervás e Báez (1984:63). Retomando o conceito tradicional de sinonímia, os autores vão afirmar que a mesma ocorre quando a um significado correspondem dois ou mais significantes.

Porém, diferentes de outros autores, eles irão fazer menção ao critério morfossintático, ao afirmarem que sinônimos se diferenciam por sua composição fônica, mas *pertencem à mesma classe gramatical* e têm a mesma ou semelhante significação.

Os autores tomam por base as reflexões de Baldinger sobre o fenômeno da sinonímia. Partindo da questão sobre se há ou não sinônimos absolutos, vão tratar diversas posições de diferentes autores como Blommfield, Hockett, Bréal e Ullmann, ao qual

³ “*Me vetou a passagem / me proibiu a passagem*”. Nos parece que a sinonímia se mantém em português.

⁴ “*Chama-se sinónimo o termo cuja configuração fonética é distinta mas cujo significado é similar ou idéntico.*”

criticam por ser “un poco asistemático y demasiado generalizador”⁵ (1984:64), e acabam por concluir, como Lyons, que são muito raros os sinônimos perfeitos. Porém, diferentemente de Lyons, os autores acreditam que só podemos tratar de sinonímia quando as palavras podem substituir-se umas pelas outras em qualquer contexto, sem a menor modificação em seu valor comunicativo ou expressivo.

Afirmam, com Baldinger, que a sinonímia absoluta só pode se dar no plano conceitual, i.e. no plano da função simbólica, uma vez que, no plano do discurso - eles usam o termo ‘lectura’ -, não há sinônimos constantes e absolutos, pois o que é sinônimo em um discurso não será em outro contexto.

Para nós, é interessante anotar que os autores trazem uma citação de Baldinger que faz referência a este tipo de relação de sentido incluindo os morfemas:

“Dos monemas (lexemas o morfemas) que tienen dos o varias significaciones jamás son absolutamente sinónimos, aunque se utilicen con la significación que tienen en común, porque las otras significaciones permanecen virtualmente presentes. Solo los monemas sinónimos por sus significados y cuyos campos onomasiológicos contienen un solo miembro (sema) pueden por ello ser sinónimos absolutos, pero sólo en el plano del contenido simbólico.” (Baldinger apud Gonzáles, Hervás e Báez, 1984: 66)⁶

Inversamente a Lyons, e de acordo com Baldinger, os autores afirmam que a sinonímia não existe entre palavras, ou seja, não existe identidade entre sentidos de duas ou mais palavras, a sinonímia existe apenas na identidade entre conceitos.

⁵ “Um pouco assistemático e demasiadamente generalizador”

⁶ “Dois monemas (lexemas ou morfemas) que têm duas ou várias significações jamais são absolutamente sinônimos, ainda que sejam empregados com a mesma significação que têm em comum, porque as outras significações permanecem virtualmente presentes. Somente os monemas sinônimos por seus significados e cujos campos onomasiológicos contêm apenas um membro (sema) podem, por isso, ser sinônimos, porém somente no plano do conteúdo simbólico.”

Uribeetxbarria (1992:147) afirma que a idéia de sinonímia, entendida como uma igualdade de significados, é pouco aceita tanto entre lingüistas quanto entre gramáticos, que se servem da sinonímia abundantemente como um recurso prático para referir-se a palavras e/ou expressões que significam coisas parecidas, mas, em geral, não a admitem nem na teoria, nem na prática. O autor vai nos remeter a Lyons e sua distinção entre sinonímia total e sinonímia parcial, já por nós referida, e o critica dizendo que

“El critério del que se sirve Lyons para decidir si la sinonímia es completa no es propriamente lingüístico: las dimensiones relevantes del significado de que habla nos deben poner sobre aviso de la posible artificiosidad de su análisis del fenómeno sinonímico.” (1992:144)⁷

Segundo Uribeetxbarria (1992:149), a sinonímia está diretamente relacionada ao uso e é, em geral, através do uso que se comprova que duas ou mais palavras são ou não sinônimas. Para ele, essa comprovação nada mais é do que uma decisão do falante, que quer que duas palavras sejam sinônimas, ou uma decisão do analista, que elege os aspectos significativos sobre os quais julga a sinonímia. Ao se perguntar se é possível a sinonímia, o autor acaba por afirmar que, em verdade, o que existe é uma impressão de sinonímia, que depende, diretamente, do contexto concreto e que depende, normalmente, da decisão sinonímica do falante.

Para Pietroforte e Lopes (2003), dois termos são considerados sinônimos, quando apresentam a possibilidade de serem substituídos, um pelo outro, em determinado contexto. Os autores parecem estar com Ullmann, quando asseveram que não há sinônimos perfeitos,

⁷ “O critério do qual se serve Lyons para decidir se a sinonímia é completa não é propriamente lingüístico: as dimensões relevantes do significado de que trata deve nos deixar atentos sobre a possível artificialidade de sua análise do fenómeno sinonímico”

a não ser nas terminologias, pois existem condicionamentos estilísticos e discursivos que impedem que as palavras sejam intercambiáveis em qualquer contexto. Eles nos remetem a uma série de condições de emprego discursivo, descritos por Ullmann, um termo pode ser mais geral que outro, mais intenso que outro, mais emotivo que outro, um termo pode implicar em aprovação ou em censura e outro pode ser neutro, outros condicionamentos envolvendo jargão, literariedade, coloquialismo, variações dialetais e variações sociolingüísticas.

Segundo Pietroforte e Lopes (2003), é no discurso que se dá a sinonímia, e é no discurso que o falante pode ou não tornar duas palavras sinônimas. No entanto, parece haver uma contradição quando dizem que “o discurso pode desfazer sinonímias”, exemplificando com as palavras ‘belo’, ‘sublime’ e ‘bonito’, em contexto em que não são sinônimas. Porém, se é no discurso que se dá sinonímia, qual sinonímia é desfeita no discurso? Existe uma sinonímia prévia, anterior ao discurso? Os autores não chegam a esclarecer esse ponto.

Paulo Mousânio Duarte (2000), no capítulo dedicado à sinonímia, vai introduzir suas reflexões levantando a negação da sinonímia por autores como Blommfield (1933) e a dúvida sobre sua existência levantada por Bréal (1992). Além disso, o autor irá sintetizar as propostas de Ullmann e Lyons, não deixando clara a sua posição, nem estabelecendo critérios para o entendimento dos fenômenos.

Como pudemos observar, o fenômeno da sinonímia tem sido, interessantemente, abordado por diversos autores de diversas correntes de pensamento, com implicações inclusive filosóficas. Contudo, o embate teórico que se tem travado acerca da sinonímia

parece estar longe de uma teorização definitiva, capaz de estabelecer critérios eficazes para a compreensão e definição de como se dá esse fenômeno.

1.4.3 Sobre a polissemia e homonímia

Longe de ser uma distinção claramente estabelecida, a fronteira entre a homonímia e a polissemia ainda solicita reflexões teóricas que venham dar conta não só dos critérios de definição destes fenômenos, mas também de conceitos tão fundamentais como o de sentido, significado e significação. Ao longo do desenvolvimento dos estudos semânticos, vários autores vêm tratando da homonímia e da polissemia, tentando estabelecer reflexões capazes de, eficazmente, compreender a participação desses fenômenos na dinâmica léxica das línguas.

Ullman (1964) caracteriza a polissemia como um traço fundamental da linguagem humana, que se define pela possibilidade de uma mesma palavra apresentar dois ou mais significados diferentes. Ele afirma que, dentre as possibilidades significativas de uma palavra, em geral, só um desses significados se ajustará a um dado contexto, ainda que a ambigüidade possa, sobretudo, na linguagem literária, oferecer mais de uma possibilidade de sentido.

Para ele, a polissemia tem origem em vários fatores, dos quais cita cinco principais, a saber:

1) *mudanças de aplicação*: derivam do caráter impreciso da significação da palavra, a qual só vai adquirir precisão dentro de um dado contexto, assumindo um dado

sentido⁸. É, justamente, através da aplicação da palavra a contextos distintos que se pode agregar novas significações a uma palavra, assim, adjetivos, exclusivamente, aplicados a pessoas podem passar a objetos ou ações e assim adquirirem novas capacidades significativas e vice-versa, por exemplo, o adjetivo *difícil* em português, que, originalmente, qualificava situações ou ações “realizadas com dificuldade”, passou a ter um emprego para pessoas “ele é uma pessoa difícil”, com o valor de ‘complicado, difícil de lidar’;

2) *especialização num meio social*: advêm da possibilidade de uma determinada palavra adquirir um sentido específico dentro de um dialeto ou de um jargão, por exemplo, a palavra ‘ação’ pode ter, para um advogado o sentido de ‘processo judicial’, enquanto, para um soldado, pode significar ‘operação militar’. Segundo Ullmann (1964), existem inúmeras palavras que possuem um sentido geral, na linguagem coloquial, e sentidos especializados, em esferas mais restritas;

3) *linguagem figurada*: o emprego metafórico ou metonímico pode acabar por tradicionalizar-se, imprimindo um novo sentido e uma nova significação ao vocábulo. Neste caso, como nos anteriormente referidos, o surgimento de novas significações para um vocábulo não implica na substituição das antigas significações, mas no acréscimo de mais uma possibilidade significativa a partir de um vocábulo polissêmico, pois, como afirma Ullmann:

⁸ Sob esse ponto de vista, podemos entender que a significação tem um valor mais abstrato, enquanto o sentido tem um valor mais concreto.

“Uma palavra pode adquirir um ou mais sentidos figurados sem perder o seu significado original: o velho e o novo viverão lado a lado desde que não haja possibilidade de confusão entre eles.” (1964: 336)

4) *homônimos reinterpretados*: têm origem na etimologia popular, no desconhecimento por parte dos falantes de que se trata de formas homônimas, advindas de étimos distintos, e que, por desconhecimento, acabam por tratá-las como uma única forma polissêmica, são casos raros de polissemia, uma vez que é difícil delimitar o grau de aproximação de significados entre essas formas homônimas reinterpretadas;

5) *influência estrangeira*: assim como podemos importar uma palavra de uma língua estrangeira, podemos importar um significado para uma palavra, é o que está acontecendo em português com a palavra ‘realizar’ que significa, tradicionalmente, ‘fazer, executar’, mas que já vem sendo empregada no sentido de ‘perceber, imaginar’, com empréstimo de sentido do inglês ‘realize’. O empréstimo semântico, como informa Ullmann (1964: 342), “será particularmente freqüente quando houver um contato íntimo entre duas línguas das quais uma sirva de modelo à outra.”, como sabemos que acontece no português em relação ao inglês.

Podemos perceber que, para Ullmann, a etimologia é um dos critérios importantes na demarcação da fronteira entre homonímia e polissemia, sendo polissêmicas formas advindas de um mesmo étimo e homonímicas as formas originadas de étimos distintos. Contudo, estudiosos contemporâneos admitem que, embora esse critério seja procedente, em muitos casos, não podemos aplicá-lo categoricamente. Além desse critério, Ullmann não parece expor nenhum outro que nos permita diferir a polissemia da homonímia, não entra na questão morfossintática, que implica na mudança de classe gramatical, nem se

aprofunda no aspecto semântico de delimitação dos níveis de proximidades entre conteúdos semânticos.

Ainda que Ullmann apresente conceitos tradicionais, atualmente, criticados, ele tem o mérito não só de tentar estabelecer as origens da polissemia, mas também de defendê-la enquanto uma condição essencial para a comunicação e não um defeito como queria Aristóteles (Ullmann, 1964: 346).

Acerca da homonímia e da polissemia, Lyons (1979) afirma que se poderia dizer que a “língua ideal” seria aquela em que cada forma remetesse a apenas um significado e, cada significado, fosse associado a uma mesma forma, porém, esse “ideal”, provavelmente, nunca foi realizado por uma língua natural. Assim, um mesmo significado pode ser associado a mais de uma forma, ocorrendo, então, o fenômeno da sinonímia, bem como dois ou mais significados podem associar-se a uma mesma forma, ocorrendo, então, a homonímia. Lyons nos remete à concepção tradicional do fenômeno:

“O que é importante notar aqui é que os homônimos, na concepção tradicional, são palavras distintas; homonímia não é diferença de significado interno na palavra. Em princípio, a associação de dois ou mais significados a uma mesma forma é suficiente para justificar o reconhecimento de duas ou mais palavras; é essa, pelo menos, a consequência teórica da concepção tradicional da palavra.” (1979:430)

Porém, o autor problematiza a distinção entre homonímia e polissemia ao dizer que o reconhecimento de tal distinção entre significados idênticos ou diferentes não tem sido produtiva no estudo lingüístico da semântica. E coloca a seguinte questão: “qual deve ser a diferença dos significados associados a uma determinada forma para que se decida que eles são suficientemente diversos para justificar o reconhecimento de duas ou mais palavras?” (1979:431).

Para Lyons, a distinção entre polissemia e homonímia nos dicionários é arbitrária e indeterminada, e depende, em última instância, dos critérios e julgamentos de cada lexicógrafo. O autor faz uma crítica aos lexicógrafos, ao informar que existem muitas discrepâncias entre diferentes dicionários, mesmo com o aperfeiçoamento dos métodos de verificação de dados etimológicos. O lingüista vai fundamentar sua crítica através da defesa da abordagem exclusivamente sincrônica em detrimento da abordagem diacrônica, e acresce:

“Qualquer conhecimento histórico que tenhamos sobre a evolução do significado das palavras é irrelevante para o seu uso e a sua interpretação sincrônica. A distinção entre sincrônico e o diacrônico em semântica está submetida às mesmas limitações gerais que em fonologia e sintaxe.”
(1979:432)

Nada além dessa crítica será elaborado por Lyons a fim de estabelecer uma distinção entre homonímia e polissemia, ou definir os critérios para identificação de qualquer um dos dois fenômenos.

Baylon e Fabre (1994:100) definem a polissemia como a possibilidade de existirem vários sentidos para um mesmo signo, e afirmam que este fenômeno, segundo eles, diacrônico, tem conseqüências diretas na sincronia, uma vez que, os significados que vão sendo adicionados a uma palavra, no decorrer de sua história, acabam por conviver, no plano sincrônico, como as várias significações de um mesmo signo.

Vale ressaltar que os autores mencionam a polissemia entre morfemas derivacionais, ao dizerem que a polissemia não se limita a uma palavra, mas pode se dar também em um sintagma ou em morfemas, quer lexicais, quer gramaticais, e

exemplificam com o sufixo *-on*, do espanhol, que pode assumir um valor aumentativo, como em ‘comilona’⁹, ou um valor aumentativo pejorativo, como em ‘pelón’¹⁰.

Eles afirmam que, de acordo com a tendência da lingüística contemporânea, a pluralidade de sentidos, longe de ser algo raro, se reconheceria em vários signos, mas advertem que é preciso ter cuidado, pois buscar todos os diferentes sentidos de uma palavra sem critérios consistentes para afirmar a semelhança ou a diferença de sentido pode parecer um mero entretenimento lúdico.

Embora façam essa crítica, Baylon e Fabre não expõem critérios para identificação de vocábulos polissêmicos, se limitam a criticar a polissemia como um fenômeno criado por lingüistas para expressar ou disfarçar a impotência na hora de descrever com precisão a noção mesma de significado.

Para Gonzáles, Hervás e Báez (1984), a polissemia e a homonímia são fenômenos semânticos relacionados, mas que causam dificuldade na hora de traçar uma linha divisória entre eles, pois uma palavra polissêmica pode dar origem a duas palavras homônimas e vice-versa. Conforme os autores, assumindo posição inversa a de Baylon e Fabre, a polissemia se caracteriza como um fenômeno sincrônico - pois uma palavra pode assumir, em uma dada época, significações distintas -, mas com implicações de ordem diacrônica – como a aquisição de um novo significado sem perder o significado primitivo.

Sobre as unidades polissêmicas da língua, os autores ainda afirmam que, em semântica diacrônica, está comprovado que quanto mais significados uma palavra agregar,

⁹ ‘Comilona’ empregada com o sentido de ‘que come muito’.

¹⁰ ‘pelón’, empregado com o sentido de ‘peludo’.

maior será o seu desgaste e com maior facilidade poderá sofrer mudanças no significado, ao longo de sua história.

Também, no texto desses autores, não encontramos a discussão de critérios para a definição desses fenômenos: quando estamos diante de item polissêmico ou de dois itens homônimos. Referem-se apenas ao critério etimológico, afirmando que, quando se trata de um fenômeno de homonímia as formas não têm nada em comum diacronicamente, mas estão ligadas a uma mesmo monema, na sincronia.

Uribeetxebarria (1992) começa o seu capítulo sobre polissemia e homonímia dizendo que, de qualquer perspectiva que se observem tais fenômenos, acabam sendo um problema de análise do significado das palavras. Ele é categórico quanto à questão, e assevera que:

“Poco importa que unos consideren que se trata de homónimos, esto es, de palabras diferentes, y que otros rechacen la homonímia totalmente o que admitan sólo cuando razones etimológicas o de especial alejamiento semántico lo permitan: siempre se decide sobre qué es propiamente significativo y sobre qué no lo es.” (1992: 157)¹¹

O autor considera que pouco importa que se trata de uma palavra com vários significados ou de várias palavras, pois, segundo ele, seja homonímia ou polissemia, esse é um fenômeno que não tem nenhuma transcendência para além da sincronia, e considera que o importante, no estudo das relações de sentido, está na distinção dos diferentes tipos de significado e a relação existente entre os diferentes significados de uma palavra.

¹¹ “Pouco importa que alguns considerem que se trata de homônimos, isto é, de palavras diferentes, e que outros se oponham à homonímia totalmente ou que a admitam somente quando razões etimológicas ou de especial distanciamento semântico o permitam: sempre se decide sobre o que é propriamente significativo e sobre o que não o é.”

Depreendemos, daí, a idéia de que ele defende uma postura indiferente à definição do fenômeno, pois, diante de uma palavra de uma dada configuração fônica, devemos analisar os seus vários níveis de significado, sem nos preocuparmos em distinguir se estamos tratando de uma ou mais palavras, e que se queremos atribuir um nome a este fenômeno, então, que nos refiramos à polissemia.

Ele critica as definições de Ullmann para homonímia e polissemia e afirma que mais parecem um jogo de palavras para dizer a mesma coisa. Para o autor, se palavras homônimas são idênticas quanto ao significante e só diferem quanto ao significado, isso é o mesmo que dizer que estamos diante de uma mesma palavra com vários significados¹².

Uribeetxebarria não é o único a defender a maximização da polissemia em detrimento da homonímia, outros autores vêm adotando a mesma postura, que tem fundamento na economia da análise lingüística.

No entanto, os estudiosos que defendem a existência de dois fenômenos distintos acreditam que a economia não deve ser privilegiada se está alicerçada num pressuposto falso, ou pelo menos bastante generalizador, i.e., estaríamos tratando ‘manga’ e ‘maçã’, simplesmente, como frutas, quando na verdade existem diferenças essenciais entre elas, como por exemplo o sabor, a cor, o cheiro, a textura, entre outras.

A teoria de Hjelmslev (1976) de que, nos vocábulos polissêmicos, há significado fundamental de caráter abstrato, é, para Uribeetxebarria, uma hipótese que não foi suficientemente comprovada ainda. Contudo, ele admite que a polissemia não é ilimitada, ou seja, embora os contextos sejam infinitos não há infinitas possibilidades de significação

¹² Ele tem razão em pensar assim, se não está considerando níveis de aproximação ou distanciamento entre significações e sentidos, pois uma vez que atribuímos parentesco entre certas unidades sêmicas e distanciamento entre elas, podemos admitir que se trata, de fato, de dois fenômenos distintos.

de um mesmo item lexical. Mas, como determinar os limites significativos de uma palavra? Ou ainda, como justificar que haja limites para as possibilidades significativas de uma palavra sem considerar um núcleo sêmico, do qual não nos seja possível afastar-se em demasia?

Em verdade, o lingüista problematiza a questão da polissemia sem, contudo, investigar sobre dados e sem analisar critérios que possam definir melhor o estado da questão.

Pietroforte e Lopes (2003) definem a polissemia como um fenômeno do significado, enquanto a homonímia seria um fenômeno do significante. Conforme os autores, a oposição entre os dois fenômenos não está bem estabelecida, pois, a polissemia – palavras que possuem mais de um significado para um mesmo significante, estaria em oposição com a monossemia – um único significado para um mesmo significante.

Os autores ressaltam a importância do contexto e, assim com Ullmann, acreditam que a polissemia é uma característica intrínseca à linguagem humana, “pois os signos, tendo um caráter arbitrário e ganhando seu valor nas relações com os outros signos, sofrem alterações de significado em cada contexto.” (2003: 132).

Em recente trabalho sobre semântica, Paulo Mosânio Duarte (2000) sintetiza de forma clara e objetiva as posições de Ullman e Gonzáles, Hervás e Báez, que já foram aqui referidas anteriormente, e admite algumas críticas, das quais a principal está na dificuldade em verificar-se a proximidade de relações semânticas, nas quais o próprio conceito de polissemia se encontra apoiado, e, por oposição, o próprio conceito de homonímia. Assim, como diz Duarte, “não raras vezes, fica ao critério do lingüista optar por uma classificação de homonímia ou polissemia.” (2000: 41).

No estudo de Duarte, também, está referida a proposta de Maria Aparecida Barbosa, que, baseada em Guilbert (1975), aborda a questão da polissemia/homonímia, de forma mais sistemática, como veremos mais adiante. A crítica de Duarte quanto a teoria de Barbosa fica por conta da exclusividade do critério semântico, pois para ele “a saída para resolver o problema da polissemia e da homonímia é provavelmente considerar os parâmetros de forma, função e sentido paritariamente e não apenas de sentido, que tem sido predominante.”¹³(2000: 42).

Margarida Basílio (2004) apresenta uma distinção entre polissemia e homonímia, mesmo considerando que as discussões para estabelecimento definitivo das fronteiras entre esses dois fenômenos continuam em aberto. Basílio diz que quando os significados de uma palavra são relacionados, o fenômeno em questão será definido como polissemia, já, “quando os significados não apresentam qualquer relação, em geral, é preferível considerar que se tratam de palavras distintas” (2004:15), dando-se, portanto, o fenômeno de homonímia.

Parece-nos que, nesse sentido, Basílio comunga com a posição de Barbosa (1998), assumindo o critério semântico, para a distinção dos fenômenos. Basílio faz, ainda, uma referência importante ao critério morfossintático, ao referir-se a situações de mudança de gênero que apontam em direção à homonímia, embora a aproximação semântica aponte para a polissemia, dizendo, por fim, que “esse caso ilustra, portanto, a dificuldade de decisões definitivas nessa área.” (2004:15).

¹³ Concordamos plenamente com o autor, uma vez que, ajustando o critério semântico, segundo os pressupostos de Barbosa, aos critérios etimológicos (forma) e sintáticos (função), acreditamos ser possível estabelecer uma fronteira mais nítida entre homonímia e polissemia.

A proposta de Maria Aparecida Barbosa (1998) está baseada na concepção de que, a partir do momento em que a palavra passa a ser usada por uma dada comunidade, a sua monossêmia inicial estará apta a ser corrompida rapidamente. No entanto, esse corromper-se não se dá de forma completamente arbitrária e aleatória, mas sim através de uma teia semântica a partir da qual vários feixes de significado vão sendo tecidos e acrescidos, paulatinamente, em torno de significado nuclear inicial, dando-se então o fenômeno da polissemia. Para ela, a homonímia reside na existência de palavras cujo significante, por motivos históricos, se tornaram coincidentes, mas que não podem ser reunidas em torno do mesmo núcleo de significado.

Barbosa (1998:26) vai criticar a oposição tradicional entre homonímia e polissemia, e considera homônimos os morfemas ou as palavras distintas quanto ao significado e idênticas quanto ao significante. Para ela, a homonímia pode ser definida, do ponto de vista teórico, como dois ou mais lexemas distintos que não apresentam, entre os seus sememas, nenhuma figura nuclear comum, enquanto a polissemia corresponde à presença de mais de um semema no interior de um lexema, sendo, portanto, um fenômeno que se revela apenas no plano simbólico (virtual), pois a manifestação de um lexema, ao se inscrever no discurso, elimina a polissemia, realizando apenas um de seus sememas.

Em trabalhos mais recentes, Barbosa (2002) admite que o núcleo sêmico pode ser variável, ou seja, ao empregar uma palavra com um novo significado, o falante pode estar utilizando-a em novo contexto tendo como base para a metáfora ou extensão de sentido, qualquer uma das significações dessa palavra já polissêmica. Por exemplo, dada a palavra ‘cabeça’, cujo núcleo sêmico inicial pode ser apontado como ‘a parte superior e principal do corpo humano’ e suas variantes polissêmicas ‘cabeça = líder’, como em ‘o cabeça do

grupo’ ou ‘cabeça = parte proeminente”, como em ‘cabeça de prego’, um falante que queira empregar a palavra ‘cabeça’ num novo contexto, pode tomar qualquer semema como núcleo, ou seja, pode partir de qualquer *ouput*, seja do núcleo inicial: ‘a parte superior e principal do corpo humano’, seja dos núcleos periféricos ‘líder’ ou ‘parte proeminente’. Esta escolha do *output* está inteiramente associada à idéia de aproximação, analogia, similaridade, *metonimicidade* ou, *metaforicidade* entre itens sêmicos, que são mecanismos lingüísticos incontestáveis para a formação do léxico de qualquer língua.

Neste nosso trabalho de pesquisa, buscamos utilizar a teoria de Barbosa, uma vez que entendemos que o critério semântico não pode ser considerado irrelevante para o entendimento dos fenômenos que envolvem relações de sentido, quer entre palavras, quer entre morfemas, no entanto, acreditamos também que o critério semântico deve estar associado aos critérios etimológicos e morfossintáticos, que podem contribuir para definições mais claras das fronteiras entre tais fenômenos. No item 3.1 dessa tese, abordaremos as relações de sentido, explicitando a nossa compreensão de tais fenômenos, acreditando que, na pior das hipóteses, cometeremos erros que nos ajudarão a construir propostas cada vez mais coerentes para o entendimento dos fenômenos de sinonímia, homonímia e polissemia.

2 METODOLOGIA

Este capítulo está dividido em três seções que procuram dar conta de como o trabalho foi desenvolvido, que métodos foram empregados e que teorias embasaram tais métodos.

Na primeira seção, procuramos descrever o processo de constituição do *corpus*, bem como dar informações gerais sobre os documentos selecionados que consideramos pertinentes. Na segunda seção, nos preocupamos em descrever o processo de recolha dos dados, i.e., a segmentação dos sufixos, de acordo com a teoria da comutação, e a constituição do inventário geral dos sufixos. E por fim, na terceira parte, procuramos mostrar como se desenvolveu o percurso de análise dos dados.

No que se refere às normas de organização de um trabalho de tese, vale dizer que obedecemos às normas da ABNT, com algumas adaptações em prol da melhor sistematicidade dos dados.

2.1 O *corpus*

Quando estamos estudando uma sincronia pretérita de uma língua, não nos é possível constituir um *corpus* de acordo com os nossos interesses de investigação; ele já se encontra delimitado e restrito aos documentos existentes. No caso do período arcaico, essa documentação já é bastante determinada, por ser o período em que se inicia a produção de documentos escritos em português.

Em um trabalho que procura descrever o quadro lingüístico de um momento histórico bastante extenso de uma língua, como é o nosso caso, quase quatro séculos, não poderíamos almejar abranger toda a documentação remanescente do período arcaico, mas sim procurar constituir aquilo que Mattos e Silva (1989: 39) denomina de um *corpus* representativo.

Devido à impossibilidade de se fazer um trabalho exaustivo referente aos textos arcaicos propriamente ditos, optamos por constituir, para a primeira fase do português arcaico, um *corpus* a partir de glossários (publicados ou não) constantes em edições de documentos do período. Para a segunda fase, optamos por recolher os dados a partir dos próprios textos, abrindo mão da sistematicidade dos glossários em prol da variedade e concretude dos dados dentro de um contexto.

Para constituir o *corpus* da primeira fase, portanto, observamos fontes secundárias, i.e., glossários elaborados com base em textos do período arcaico do português e observamos, para a segunda fase, fontes primárias, ou seja, edições de textos arcaicos em prosa datados entre o século XV até meados do XVI.

Para selecionar essas fontes, foram consideradas as observações de Mattos e Silva acerca da constituição de um *corpus* representativo para o estudo do português arcaico.

Conforme a autora, os documentos desse período podem ser divididos em três categorias: a) a documentação poética, i.e., a lírica galego-portuguesa ou o cancionero medieval português; b) a documentação em prosa não literária, ou seja, a documentação de natureza jurídica; e c) a documentação em prosa literária - entendida em seu sentido amplo em oposição aos textos jurídicos, quer em textos escritos em português quer em textos traduzidos do latim ou de outras línguas.

Os textos que elegemos para o nosso trabalho se enquadram nas categorias *a b* e *c*, na primeira fase e apenas na categoria *c*, na segunda fase.

De acordo com Mattos e Silva,

“muitas edições de textos arcaicos são acompanhadas de glossários, que podem ser exaustivos, ou seja, esgotam o vocabulário do texto editado, ou seletivos, em que os editores escolhem nos seus verbetes os itens que julgam de interesse para a história da língua”. (1991:43)

No caso dos seis glossários que constituem o *corpus* da primeira fase do português arcaico, dois são seletivos, (o do *Cancioneiro d’Ajuda*, elaborado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e o das *Cantigas de escárnio e mal dizer*, elaborado por M. Rodrigues Lapa), e quatro se dizem exaustivos (o das *Cantigas de Santa Maria*, elaborado por W. Mettmann, o dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, elaborado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, o do *Orto do esposo*, elaborado por Bertil Maler e o do *Foro Real*, elaborado por José de Azevedo Ferreira).

O *corpus* poético é constituído de três glossários, a saber: a) o da edição crítica do *Cancioneiro d’Ajuda*; b) o da edição crítica das *Cantigas de escárnio e mal dizer*; c) o da edição crítica das *Cantigas de Santa Maria*.

O *Cancioneiro da Ajuda* é um dos códices remanescentes mais antigos, remonta a fins do século XIII e inícios do século XIV. A edição crítica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos foi publicada, em 1904, em Halle, na Alemanha, e ainda não foi superada por nenhuma outra edição mais recente. O glossário elaborado pela autora se encontra ao final do primeiro volume da referida edição e consta de noventa e cinco páginas nas quais encontramos palavras lexicais e gramaticais descritas em seu conteúdo semântico e funcionalidade.

A edição realizada por Manuel Rodrigues Lapa das *Cantigas de escárnio e mal dizer* vem, segundo o autor, complementar a edição de J.J. Nunes das *Cantigas d'amigo e Cantigas d'amor*. Segundo Rodrigues, Lapa a edição de Nunes dava uma idéia parcial, “incompleta e deformada”, segundo suas palavras, do *Cancioneiro medieval galego-português*. Assim, nesta edição, ele reproduz um conjunto de quatrocentos e vinte e oito textos, que foram produzidos entre fins do século XII e meados do século XIV, representantes da poesia satírica medieval portuguesa. O glossário desta edição possui cerca de cem páginas e, assim como o glossário anterior, fornece descrição de palavras lexicais e gramaticais observadas em seu aspecto semântico e funcional.

As *Cantigas de Santa Maria* representam o cancionero religioso, ou Mariano, e vem complementar o quadro da lírica medieval portuguesa no primeiro período do português arcaico. Esses textos remontam ao século XIII, contemporâneos de Afonso X¹⁴, rei de Leão e Castela, responsável pela compilação dos mesmos e também autor de muitos

¹⁴ D. Afonso X, o Sábio (1221-1284) é considerado o grande renovador da cultura peninsular na segunda metade do século XIII. Acolheu na sua corte os trovadores, tendo ele próprio escrito um sem número de composições em galego-português que, como já citamos, foram compiladas nas *Cantigas de Santa Maria*. Promoveu, além da poesia, a historiografia, a astronomia, o direito, etc., tendo sido elaboradas com o seu apoio, entre outros, a *General Historia*, a *Cronica de España*, *Libro de los Juegos*, *Las Siete Partidas* e o *Fuero Real*.

deles. A edição crítica de Walter Mettmann foi publicada, entre 1959 e 1964, em quatro volumes pela Universidade de Coimbra, sendo o glossário publicado em 1972.

As três edições acima citadas constituem um conjunto de documentos representativos do português arcaico referente à documentação poética da sua primeira fase. Segundo Mattos e Silva, essa documentação lingüística fornecida pelo conjunto da lírica medieval é fundamental para a compreensão e conhecimento do léxico da época.

Para representar os documentos não-literários, selecionamos o glossário da edição crítica do *Foro Real*, elaborada por José de Azevedo Ferreira. A edição crítica foi feita sobre a tradução portuguesa do *Fuero Real*, que data dos fins do século XIII a inícios do século XIV, sendo o Rei Afonso X responsável pela sua compilação.

Sobre o único manuscrito da versão portuguesa do *Foro Real*, pode-se dizer que se trata de uma tradução escrita por um único copista e que deve ter sido elaborada em cerca de 1267, tratando-se, portanto, de um dos primeiros documentos legais escritos em português, pois a substituição do latim pela língua portuguesa deve ter-se verificado por volta de 1255, como afirma Ferreira (1987:28).

Com base em estudos lingüísticos, citados por Ferreira (1987:30-43), é seguro afirmar que o texto português do *Foro Real* pertence a finais do século XIII. Muito embora, o manuscrito remanescente não seja, provavelmente, o original, as características lingüísticas foram mantidas.

Como representativo das obras literárias traduzidas, elegemos o *Índice geral de palavras lexicais*, elaborado por Mattos e Silva, que representa o quarto volume de sua tese de doutoramento, na qual preparou a edição crítica de *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório* (1971). Este trabalho, que ainda não foi

publicado em sua íntegra, serviu como *corpus*-base de importante obra da autora, intitulada *Estruturas trecentistas* (1989).

Os Diálogos de São Gregório são enquadrados na tipologia dos documentos arcaicos como texto literário traduzido do latim. Sua tradução visava a educação religiosa e se insere num contexto histórico que foi marcado por várias traduções de textos religiosos latinos, as quais devem ter-se iniciado em fins do século XIII, muito possivelmente, como afirma Mattos e Silva (1989: 33).

Existem quatro manuscritos remanescentes de *Os Diálogos* em português: na Biblioteca Nacional de Lisboa, vindas do acervo alcobacense, uma versão que data de 1416 e uma versão que possivelmente date dos fins do século XIV ou inícios do século XV; nos Arquivos nacionais da Torre do Tombo, outra versão do século XV, ou talvez do século XIV, e a mais antiga versão (da qual Mattos e Silva elaborou a edição crítica e o *Índice geral das palavras lexicais*) que, apesar de não conter indicações externas que permitam datá-la, apresenta características lingüísticas que apontam para uma data anterior aos fins do século XIV. Assim sendo, *A mais antiga versão portuguesa dos Diálogos de São Gregório* reflete a sintaxe e a morfologia do português arcaico em sua primeira fase.

O *Índice geral das palavras* lexicais totaliza todas as ocorrências das palavras lexicais dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. O índice se encontra dividido em quatro partes: substantivos, adjetivos de substantivos; verbos; adjetivos de verbos (advérbios, comumente chamados). Ocupamo-nos, pois, apenas das duas primeiras partes, porque, como foi dito anteriormente, a análise da constituição mórfica de verbos e advérbios ficará para estudos posteriores.

Por fim, como representativo das obras literárias não-traduzidas, selecionamos o glossário do *Orto do Esposo*, que representa o terceiro volume da edição crítica de Bertil Maler (1964).

Segundo o autor, o glossário pretende “registrar *todas* as palavras do texto, em todas as suas acepções”. (1964:39). O glossário consta de, mais ou menos, cento e quinze páginas.

No que diz respeito ao texto do *Orto do esposo*, sabe-se que não é uma obra inteiramente escrita em português, contudo, também não se pode afirmar que se trate de uma tradução. O que de fato vem sendo aventado acerca da origem deste documento é que se trata de uma composição em português com base em diversos textos latinos, muitos deles citados por Maler (1964: 18-19). Ainda que o texto tenha sido elaborado a partir de uma compilação, não podemos dizer que se configura como uma obra traduzida.

A partir de referências contidas no texto, como o levante do povo contra a rainha D. Leonora Telles, pode-se afirmar que o *Orto do esposo* foi escrito, provavelmente, entre 1380 e 1390. Muito embora a data da composição da obra seja possível de se indicar com bastante precisão, o mesmo não ocorre quanto à sua autoria.

À parte as discussões sobre o caráter compilatório da obra e sobre o anonimato da pessoa do autor, vale-nos a consideração de Maler quanto ao estado lingüístico do texto:

“No que diz respeito ao estado da língua empregado, este texto mostra todos os rasgos característicos do português da segunda metade do século XIV” (1964:25)

O que significa dizer que, mesmo que se tratasse de uma tradução de um texto único, hipótese totalmente descartada por Maler, teríamos um texto bastante representativo da língua portuguesa arcaica em sua primeira fase.

Enfim, os seis glossários acima comentados constituem o *corpus* que elegemos para esse estudo da primeira fase do português arcaico e que consideramos como suficiente para nos fornecer um quadro bastante representativo dos usos sufixais da primeira fase do português arcaico.

Sobre as diferenças tipológicas dos documentos que constituem o *corpus* da primeira fase, podemos dizer que essa variedade se justifica não só pela possibilidade de se obter um maior número de sufixos derivacionais, mas também pela possibilidade de encontrá-los desempenhando funções e significados diversos.

Para a segunda fase do português arcaico, foram selecionados quatro textos representativos do período, a saber: *Crônica de D. Pedro*, de autoria de Fernão Lopes, na edição de Giuliano Macchi; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, escrita por Gomes Eanes Zurara, na edição de Maria Teresa Brocardo; *Vida e feitos d'el Rey D. João II*, escrita por Garcia de Resende, na edição de Evelina Verdelho e *Vida e feitos de Júlio César*, de autoria desconhecida, na edição de Maria Helena Mira Mateus.

Como se pode observar, tratam-se de obras em prosa literária, sendo as três primeiras obras não-traduzidas, ou seja, escritas originalmente em português, e a última, uma prosa literária traduzida do francês.

A *Crônica de D. Pedro* escrita por Fernão Lopes, data, provavelmente da quarta década do século XV. Existem, segundo Amado (1993) mais de 40 manuscritos da obra, ainda que alguns sejam incompletos. A maioria dos manuscritos data do início do século

XVI, ou talvez dos últimos anos do século anterior, e um número menor do século XVII. A crônica narra a vida de D. Pedro I, de Portugal. Nessa crônica, Fernão Lopes para além de relatar fatos históricos, como a Morte de D. Inês e a terrível vingança de D. Pedro contra os seus algozes, faz um retrato da personalidade do homem e do político de forma a contrapor dois aspectos bastante significativos dessa figura histórica.

“Não resta a menor dúvida de que Fernão Lopes foi o iniciador da Crônica oficial do Reino, tendo redigido as crônicas dos Reis de Portugal desde a fundação da Nacionalidade até D. João I, inclusive.” (Pimpão, 1959: 236-7).

Fernão Lopes rompeu com a tradição cronística medieval, que se contentava em fazer relatos de histórias e feitos heróicos para elogiar o senhor a serviço de quem o cronista se punha a escrever. As crônicas de Fernão Lopes, e nisso se inclui a *Crônica de D. Pedro*, se caracterizam por uma prévia investigação documental sobre os acontecimentos a serem narrados, e por um confronto explícito, no texto, entre diferentes versões de um mesmo fato. Outro ponto em que se distingue dos cronistas que o antecederam é a forma como consegue conciliar diversos fatores sociais, políticos e econômicos para explicar como os fatos históricos chegaram a acontecer.

Na *Crônica de D. Pedro*, segundo Pimpão (1959:249), o estilo narrativo de Fernão Lopes revela “a arte superior do *contista*”, uma vez que opta por narrar episódios confirmativos e não elogiosos para descrever o caráter justo do rei. Desse modo, o cronista não impõe uma imagem do seu personagem, mas sim deixa que ela se revele através dos seus próprios atos, assim nos deixa perceber não a figura de um herói, cuja maior valia é ter sido escolhido por Deus, mas sim a imagem de um homem complexo, que mesmo tentando ser justo poderia errar.

Sobre o aspecto lingüístico, por se tratar de uma obra da primeira metade do século XV, a crônica ainda revela características próprias de um período anormativo, numa linguagem, como diz Pimpão (1959; 259), “mal desafogada da sua roupagem bárbara”; o que obviamente tem implicações diretas sobre o processo de formação de palavras que, ainda neste período da língua, se encontra em grande parte a mercê da criatividade lingüística dos autores.

Gomes Eanes Zurara iniciou a escritura da *Crônica de D. Pedro de Meneses* por volta de 1458-60, segundo Brocardo (1997:12), por ordem do Rei D. Afonso V, e terá sido concluída em 1463, como o autor explicita ao final da Crônica. No entanto, essa data de conclusão é questionada por alguns autores como Leite (1941) e Diniz (1949) (*apud*. Brocardo, 1997:13), que julgam haver uma contradição entre fatos narrados na crônica e a data de conclusão, apontando o ano de 1464 como a data real da finalização da escrita. Contudo, as diferenças cronológicas de pouco implicam no nosso estudo, o que nos interessa destacar é o fato de que se trata de uma obra da segunda metade do século XV e que conserva características lingüísticas próprias desse período.

Nesta crônica, Zurara narra os fatos decorridos durante a capitania de D. Pedro de Meneses em Ceuta, entre os anos de 1415 e 1437. De acordo com Brocardo (1997:9), trata-se de uma continuação, temática e cronológica, da *Crônica da Tomada de Ceuta*, a primeira redigida pelo cronista.

Quanto ao estilo narrativo, Zurara tem, sempre, recebido menos elogio que o seu antecessor. Em geral, critica-se a sua narrativa pelas excessivas citações, pela monotonia de um relato que tem a verdade como o principal objetivo e pelo elitismo, como demonstra

Pimpão (1959: 280): “Ora o que Zurara viu foi a realidade: e não podemos levar a mal que a nobreza tenha tido o seu Cronista, assim como o povo o tivera, em Fernão Lopes.”

No entanto, do ponto de vista lingüístico, e mais especificamente no que tange aos processos de formação de palavras, Zurara parece assumir uma postura muito mais inovadora, mais criativa, e esse aspecto, que pode lhe ter contado pontos negativos junto a certos filólogos e normativistas, é para nós a face mais interessante desse cronista.

Garcia de Resende escreveu *Vida e Feitos de D. João II* em 1533, ou seja, na primeira metade do século XVI. Segundo Pimpão, o cronista aproveitou, grandemente, a crônica de Rui de Pina para escrever essa obra, que vale, sobretudo, pela vivacidade do retrato do monarca, segundo ele.

A crítica de Alexandre Herculano a esta crônica reflete bem que, nem Zurara, nem Garcia de Resende conseguiram alcançar, segundo os críticos, o mérito que é atribuído a Fernão Lopes. Herculano (apud, Pimpão, 1959:368) afirma que a *Vida e Feitos de D. João II* é “uma biografia real [...] mesquinha coleção de historietas [...], onde apenas avultam algumas páginas com o suplicio de um nobre, o assassinio de outro, e o mistério de um rei que morre, ao que parece, envenenado.”

Vida e Feitos de Júlio César é a tradução portuguesa da compilação francesa, datada do século XIII, cujo título é *Li Fet des Romains*, segundo Maria Helena Mira Mateus (1971:9), “uma das duas obras mais antigas da historiografia latina escrita em francês”. O texto trata da descrição das magistraturas romanas e do período de vida do imperador romano, César, desde o seu nascimento até a sua morte.

Segundo Mateus (1971:21), o códice desta tradução data do século XV, provavelmente concluído antes de 1466. Sua autoria é desconhecida, mas algumas

possibilidades são levantadas. De acordo com a autora da edição, o possível autor da tradução seria alguém que: 1) possuísse um conhecimento sólido e profundo de francês; 2) possuísse um conhecimento igualmente notável de português; 3) tivesse interesse pelas grandes figuras históricas e 4) houvesse possibilidade material de realizar a obra, cuja cópia se encontrava na Biblioteca do Condestável D. Pedro em 1946. Seguindo essas condições, Mateus levanta o nome de Vasco de Lucena como possível autor, uma vez que este possuía prestígio no meio intelectual português para a elaboração de tal obra de tradução.

Trata-se de uma obra de grande riqueza léxica, que, de acordo com Mateus, merece um estudo aprofundado da sua existência e difusão na língua portuguesa do século XV.

O conjunto dessas quatro obras em prosa representa um variado arcabouço lexical para o estudo da segunda fase do período arcaico.

2.2 A coleta de dados

Para a coleta de dados no *corpus* selecionado para a primeira fase do português arcaico estabelecemos uma recolha, o mais abrangente possível, de palavras constituídas com sufixos derivacionais, assim por nós identificadas, encontradas nos glossários, perfazendo um total de 1644 palavras formadas por sufixação. Seguindo a ordem dos textos, foram recolhidos os dados nos glossários e vocabulários das seguintes edições: *Cantigas de Escárnio e Mal Dizer*; *Cancioneiro D'Ajuda*; *Cantigas de Santa Maria, Foro Real*, *Diálogos de São Gregório e Orto do Esposo*.

Para a segunda fase, por se tratar de fontes primárias, a recolha dos dados seguiu uma metodologia distinta. Foram selecionadas cerca de cem páginas de cada obra, a partir do início da narrativa até a conclusão do capítulo após a centésima página. Neste trecho dos textos, efetuamos uma recolha, o mais abrangente possível, de palavras derivadas por sufixação, reconhecidas por nós como tal, perfazendo um total de 1193 palavras. Nesse processo de recolha de dados, para uma maior economia e sistematicidade, descartamos todas as palavras derivadas que já haviam ocorrido no mesmo texto com o mesmo significado.

A segmentação dos morfes seguiu orientação estruturalista, como não poderia deixar de ser, uma vez que todas as teorias subseqüentes, por mais que rejeitem os demais postulados estruturalistas, adotam a sua metodologia para a análise formal dos constituintes morfolexicais.

O processo de segmentação dos itens lexicais coletados se efetuou de acordo com o processo de comutação. Tal processo consiste no estabelecimento de paradigmas formais e segmentação de unidades distintivas, através da substituição e comparação de porções recorrentes.

Assim sendo, estabelecemos paradigmas lexicais em que um constituinte mórfico se repete, apresentando a mesma funcionalidade, e os demais componentes mórficos são distintos. O constituinte mórfico recorrente serve como ponto de referência para a comparação das partes distintas, que são categorizadas como opositivas. Através da identificação do constituinte recorrente, podemos estabelecer o seu estatuto de morfema derivacional, uma vez que as formas em oposição podem ser relacionadas como bases que representam, acrescidas de desinências (verbais ou nominais), formas livres, quer na língua

portuguesa, quer no latim, em se tratando de um estudo que leva em consideração dados históricos.

Segundo crítica de Rio-Torto (1998:19), com que concordamos, a ausência de explicitação dos métodos, que regem a segmentação e a análise morfolexical, é um fato recorrente nos estudos de morfologia contemporâneos. Isso decorre, de acordo com a autora, de uma prévia adoção (não-explicitada) dos princípios estruturalistas de segmentação e classificação dos constituintes mórficos.

Nas mais diversas correntes e modelos de estudo morfológico, pode-se encontrar a apropriação e incorporação dos métodos e princípios estruturalistas de análise mórfica, sem sequer fazer-se menção a eles, pois como assevera Rio-Torto, “considera-se que já fazem parte do patrimônio científico comum” (1998:20).

O processo de comutação para a apreensão dos constituintes morfolexicais é uma tentativa de evitar o procedimento de análises estruturais equivocadas. Contudo, a possibilidade de equívocos não está completamente descartada, nem tampouco todas as análises estruturais se encontram asseguradas pelo processo de comutação. Pois, ainda que tenhamos bem definidos os princípios e métodos que regem a segmentação mórfica, frente às entidades lexicais da língua, as dificuldades ainda existem, uma vez que a complexidade das estruturas morfolexicais não atinge apenas o nível formal de seus constituintes, mas também o nível semântico-lexical, sendo as palavras universos particulares em que nem sempre o significado do todo corresponde à soma dos significados das partes.

“À primeira vista, parece relativamente simples segmentar as unidades afixais de uma língua. Mas a observação dos manuais de análise morfológica revela que de fato assim não o é.” (Rio-Torto, 1998:21)

Assim sendo, o procedimento de comutação nos permitiu identificar com alguma precisão os limites dos morfes, sua carga semântica, seu comportamento distribucional, e seus alomorfes, mas admitimos que a precisão pode ser, eventualmente, questionada.

De acordo com o processo de comutação acima descrito, analisamos todos os itens lexicais relacionados nos glossários, buscando identificar as formas compostas por morfemas derivacionais sufixais, através da segmentação morfolexical. Todas as lexias que apresentaram morfemas sufixais foram selecionadas e passaram a constituir o nosso *corpus* de análise.

Feita a recolha de dados no *corpus*, passamos à pesquisa da origem etimológica de cada palavra coletada. Tal pesquisa foi feita a partir de dicionários etimológicos da língua portuguesa (*Nascentes* (1955), *Machado* (1967), *Cunha* (1997)) e da língua espanhola (*Corominas* (1980)) listados nas referências bibliográficas e do *Glossário* elaborado por Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, em sua obra *Textos portugueses medievais* (1969). Ademais, foram pesquisados dicionários de uso da língua portuguesa (*Aurélio*, (1986), *Aurélio Século XXI* (digital) e *Houaiss* (2001)) e dicionários da língua latina e grega (*Faria* (1994) e *Pereira* (1990)). Esse procedimento objetivou assegurar o étimo das bases e dos sufixos, bem como confirmar a presença do processo derivacional em cada item lexical selecionado.

No entanto, temos consciência de que a língua portuguesa ainda não possui estudos etimológicos totalmente confiáveis, para que possamos fazer afirmações categóricas para um extenso número de vocábulos como é o caso dos nossos dados. Contudo, a referência aos étimos visou, tão somente, confirmar a classe-fonte, ou seja, a palavra base da derivação, já pressuposta pelas regras de formação que cada sufixo acusa realizar.

Os itens lexicais coletados foram inseridos em tabelas, em que cada palavra selecionada foi identificada por um número auto-gerado pelo programa de computador utilizado para a sistematização dos dados, a saber: *Access*. Portanto, tal numeração não representa nenhum tipo de categorização, antes se configura um auxílio para a organização dos itens coletados, de acordo com a ordem de entrada no programa, e posteriores referências a dados da tabela, contudo a essa numeração dos dados foi acrescida a vogal *A* e vogal *B*, para diferenciar os dados da primeira e segunda fase, respectivamente, como se pode ver nos exemplos a seguir:

Cód	Sufixo	ocorrência	Classe-alvo	Classe-fonte	Étimo	Sentido(s)	Ref	Pág
A279	-(a)ço	<i>canção</i>	Sub	Verbo	Do PA cansar < lat. <i>campsare</i>	cansaço	ODE	57

Quadro 01 – Exemplo da tabela de dados da primeira fase do período arcaico

Cód.	Sufixo	ocorrência	Classe-Alvo	Classe-Fonte	Étimo	Sentido(s)	Ref	Pág
B1	-a, -e, -o	<i>acorro</i>	Sub	Verbo	Do PA acorrer < do lat. <i>accurrere</i> .	Socorro, ajuda	CDP	125

Quadro 02 – Exemplo da tabela de dados da segunda fase do período arcaico

Ademais da numeração, as tabelas apresentam mais oito colunas. Na primeira, registra-se o sufixo segmentado da lexia. Na segunda, ocorrência no *corpus*, i.e., o item lexical do qual o sufixo foi segmentado. Na terceira, a classe-alvo, ou seja, a que tipo de formação morfosintática aquele sufixo se presta. Na quarta coluna, descrevemos a classe morfosintática da base lexical, ou seja, da palavra a partir da qual se processou a derivação. Na quinta, registrou-se o étimo da palavra. Vale ressaltar que, embora saibamos que o caso acusativo foi o caso que deu origem à maioria dos itens lexicais do português, as etimologias foram registradas tal qual encontradas nos dicionários etimológicos, que

variam em seus dados, ora apresentando o nominativo seguido de genitivo, ora o acusativo, ora o tema desprovido de desinências. Na sexta, apresentamos o sentido da lexia. Para a primeira fase, os sentidos foram atribuídos pelos próprios glossários, exceto para os dados do DSG, cujos sentidos foram atribuídos por nós e encontram-se entre parênteses. Para os dados da segunda fase, todos os sentidos foram depreendidos dos textos por nós e podem ser verificados nas averbações constantes no anexo IV. Na sétima e oitava colunas, foram fornecidas as referências, ou seja, o glossário ou texto e a página do glossário ou texto, das quais foram retiradas as palavras. A referência aos glossários e aos textos foi identificada através das seguintes siglas: 1) CDA: *Cancioneiro da Ajuda*; 2) CEMD: *Cantigas de escárnio e mal dizer*; 3) CMS: *Cantigas de Santa Maria*, 4) FR: *Foro real*; 5) GREG: *Diálogos de São Gregório*; 6) ODE: *Orto do esposo*, para a tabela de dados da primeira fase, e 7) CDP: *Crônica de D. Pedro*; 8) CDPM: *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*; 9) VFDJII: *Vida e Feitos de D'el Rey D. João II* e 10) VFJC: *Vida e Feitos de Júlio César*, para a tabela relativa aos dados da segunda fase do português arcaico.

Essas tabelas constituem o inventário completo dos sufixos nas lexias encontradas e estão arroladas no anexo I, para a primeira fase e no anexo II, para a segunda fase. Produzimos, ainda, um terceiro anexo no qual os dados da I e II fases podem ser consultados conjuntamente, organizados por ordem alfabética das ocorrências, o que visa permitir uma visualização mais ampla da riqueza vocabular de morfolexical do período da língua em estudo.

Os dados específicos dos sufixos (significado, funcionalidade, alomorfias e demais informações) não entraram no processo de coleta dos dados, mas sim no desenvolvimento de análise, que detalharemos a seguir.

2.3 A análise dos dados

Depois de coletados todos os dados fornecidos pelo *corpus*, partimos para a análise destes. Esse exame seguiu algumas etapas que iremos descrever agora.

Em primeiro lugar, buscou-se identificar a que tipo de formação o sufixo se prestava, ou seja, qual era a classe-alvo, para podermos, assim, determinar a sua posição no quadro descritivo deste trabalho. Também, com essa finalidade, foi preciso identificar, com auxílio do étimo da palavra, ou ao menos, inferir, quando a etimologia não forneceu dados, a classe morfossintática das bases (classe-fonte), principalmente, daquelas formações que se originavam de bases verbais, as quais apresentam características estruturais bastante peculiares.

Feita essa identificação, partimos para a observação das alomorfias, constante de cada um dos morfes, no *corpus*. Muitas vezes essas alomorfias nos forneceram pistas para a descrição do comportamento funcional dos morfemas sufixais, estabelecendo pontes com o étimo, o que nos permitiu identificar as origens de associações semânticas e funcionais entre vários sufixos.

Quanto à pesquisa sobre o étimo, é preciso esclarecer que foram feitas pesquisas em duas etapas. Em primeiro lugar, foram pesquisadas as etimologias das lexias, na fase de coleta dos dados; posteriormente, foram consultados os étimos dos sufixos destacados das lexias, que, como dissemos, foram registrados assim como estavam registrados nos dicionários consultados. O procedimento, de consultar primeiro o étimo da palavra e depois o étimo do sufixo, visou assegurar uma maior confiabilidade acerca das descrições funcionais e semânticas dos sufixos.

Alguns sufixos possuem uma configuração fônica ou grafemática distinta no português arcaico; distinta tanto de sua origem, latina ou não, quanto de sua representação atual na língua. Por isso, por vezes, decidimos buscar e apresentar seu correlato no português atual, estabelecendo a forma do sufixo em sua origem, no português arcaico e no português contemporâneo.

Em etapa posterior, buscamos descrever os aspectos funcionais e semânticos. Essa descrição foi feita com base nas ocorrências dos sufixos no *corpus*. Observando os vários usos, foi possível detectar funções distintas e sentidos variados para um mesmo sufixo.

Cada sufixo possui características morfo-semânticas particulares, por isso, cada um solicitou um estudo individualizado, que se efetuou em gramáticas históricas, em gramáticas contemporâneas e em variados estudos de morfologia derivacional, de orientação estruturalista e gerativista.

Essa etapa da pesquisa solicitou uma certa sistematização, que passou pelas seguintes fases: primeiro, foram estudadas as gramáticas históricas, posteriormente os estudos morfológicos derivacionais e, por fim, as gramáticas contemporâneas, estas dignas de muitas críticas acerca das descrições propostas para os sufixos.

Descrevemos o *sufixo* e as alomorfias encontradas. Não segmentamos essa parte da análise em *sufixo* e *alomorfes*, por não julgarmos produtiva a proposta de alguns estudiosos de que há uma forma que se define como sufixo (forma matriz) e outras formas que se caracterizam como alomorfes, em verdade, acreditamos que existem formas variantes de um sufixo e todas são alomórficas.

Procuramos fornecer, de forma mais fiel possível, o *étimo* do sufixo e sua configuração no *português atual*, de acordo com os objetivos acima citados.

Sobre a função gramatical, objetivamos determinar a que tipo de formação morfossintática o sufixo se presta. Apesar de reconhecermos que este aspecto funcional dos sufixos é, também, parte de sua significação, optamos por segmentar sua carga significativa para evidenciar que existe um componente categorizador, que se volta para a organização exclusivamente intralingüística, e um componente lexical, que se volta para as referências intra e extralingüísticas.

Como a fronteira entre substantivo e adjetivo é muitas vezes tênue, alguns sufixos apresentam, no seu componente funcional, a possibilidade de formar derivados em ambas as classes. Nesses casos, foram diferenciadas as ocorrências em um e em outro caso, para melhor exemplificar a característica funcional do sufixo.

Buscamos, também, analisar o *conteúdo semântico*, tentando identificar nas ocorrências todos os significados que os sufixos acresciam às bases nos diferentes empregos. Algumas vezes, a distinção desse significado não foi possível, então, para evitar uma inferência equivocada, descrevemos o sufixo como de significado opaco.

Exemplificando os usos encontrados, selecionamos algumas ocorrências do *corpus*, que estão dispostas na quinta seção do quadro. Não seria produtivo listarmos todas as

ocorrências encontradas para cada sufixo, uma vez que estas estão arroladas na listagem completa dos sufixos coletados, que se encontra nos anexos I e II dessa tese.

É importante notar que o número total de ocorrências apontado inclui todas as palavras derivadas encontradas, isso quer dizer que, no número dado como total, podem estar inclusas duas ou mais ocorrências de uma mesma lexia.

Tratando-se de documentos escritos do português arcaico, fase em que não havia ainda uma normatização nem gramatical nem ortográfica da língua, não poderíamos esperar que a representação gráfica dos sufixos fosse uniforme e, encontrando variações, não poderíamos ignorá-las. Assim, neste capítulo de descrição dos sufixos coletados, procuramos registrar todas as formas de representação gráfica encontradas para cada um dos sufixos, sem, necessariamente, considerá-las alomórficas.

Para a análise do comportamento semântico dos sufixos encontrados, nos debruçamos no desenvolvimento do nosso próprio entendimento sobre os fenômenos da homonímia, polissemia e sinonímia, para, a partir deles desenvolver, os conceitos de homomorfismo, polissemia e sinmorfismo, aplicados aos morfemas sufixais do português arcaico. Nessa parte da análise foram verificados os processos de formação de cada palavra e o valor semântico agregado por cada sufixo e, assim, os sufixos foram organizados por coincidência tanto formal quanto funcional e semântica.

Depois de feita essa análise, partimos para a identificação de casos sistemáticos, ou não, de homomorfismo, polissemia e sinmorfismos.

Esse estudo ainda conta com anexos que compreendem: 1) os exemplários de dados para a primeira e segunda fase, 2) o exemplário total dos dados e 3) as averbações para as ocorrências da segunda fase do português arcaico. Nos anexos, consta uma introdução que

explica a organização e sistematização dos dados, bem como orienta a busca de informações nas tabelas.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Semântica morfolexical

Ao pesquisarmos os sufixos derivacionais, a partir dos dados coletados, para o estudo do paradigma sufixal do português arcaico, percebemos que esses elementos estabelecem, entre si, relações que se instauram tanto ao nível da forma quanto ao nível do sentido. Essas relações, apesar de nos parecem fundamentais para a organização dos paradigmas derivacionais, pouco são estudadas por morfologistas.

Em geral, nos estudos de morfologia, apenas as relações de forma, apontadas no fenômeno da alomorfia, são mais extensamente enfocados e, em alguns casos, há menção ao fenômeno da homonímia, não mais que isso.

Como exemplo, temos a *Gramática Descriptiva del Español*, de Bosque e Demonte, que dedica ao fenômeno da homonímia, apenas, página e meia, em que se afirma:

“La admisión de formas fonémicas diferentes como alomorfos de um mismo morfema se justifica precisamente porque señalan o representan idéntico significado. Pero resulta que el fenómeno de la

homonímia supone el caso inverso: un morfo, en cuanto tal y aislado, señala morfemas distintos.”¹⁵

Contudo, os morfemas derivacionais não só estabelecem relações através da alomorfia e da homonímia, mas também, como em qualquer signo, podemos identificar entre esses elementos relações como a polissemia e sinonímia, ainda que, por vezes, entre morfemas derivacionais, esses fenômenos atuem com algumas particularidades.

Para a descrição dos paradigmas sufixais no português arcaico, foi necessário desenvolver melhor o entendimento desses conceitos, para então aplicá-los na organização dos sufixos, de acordo com estas relações de forma e sentido.

É sobre este tema que nos debruçaremos agora, tentando apresentar o nosso entendimento dos fenômenos e exemplificar a sua aplicação na descrição dos dados.

3.1.1 O fenômeno da alomorfia

O fenômeno da alomorfia tem um papel importante no estudo dos sufixos, em uma perspectiva diacrônica. Ele se apresenta como relação entre formas variantes de um mesmo sufixo. Segundo Koch e Souza, os alomorfes podem ser definidos como variação formal de um mesmo morfema.

“Os diferentes morfemas de uma língua não estão obrigatoriamente ligados a um segmento fônico imutável. (...) A essa possibilidade de variação de cada forma mínima dá-se a nome de alomorfia” (1997:21)

¹⁵ “A admissão de formas fonêmicas diferentes como alomorfes de um mesmo morfema se justifica precisamente porque assinalam ou representam idêntico significado. Porém, acontece que o fenômeno da homonímia pressupõe o caso contrário: um morfe, enquanto tal e isolado, representa morfemas distintos.”

Mattoso Câmara Jr., em quem se encontra pautada grande parte das abordagens morfológicas subseqüentes, afirma em *Estrutura da Língua Portuguesa* (1997a:73) que alomorfia é a possibilidade de variação de um morfema e que esta pode se apresentar como de natureza puramente mórfica ou depender de fatores condicionantes que se verificam também no plano fonológico. A essa conceituação bastante generalizada podemos adicionar uma informação complementar dada pelo próprio Mattoso Câmara Jr. em *Problemas de Lingüística Descritiva*. Ele assevera: “por alomorfia entende-se a possibilidade de diferenças para o corpo fonológico de cada unidade mórfica elementar” (1997b:42). Nessa complementação, reforça-se uma idéia que, para a nossa compreensão, será fundamental, isto é, a noção de *unidade mórfica elementar*. Entendamos, por isso, a noção de que o alomorfe não configura um outro morfema, ele é variação de um mesmo elemento, de uma mesma unidade mórfica.

Outra noção apresentada por Câmara Jr., nessa mesma obra, é a de *valor lingüístico*. Segundo ele, segmentos fônicos diversos podem ser uma mesma forma lingüística, se correspondem todos a um mesmo valor semântico ou funcional, ou ambos, dentro da língua, ou seja, os alomorfes possuem, fundamentalmente, um mesmo valor lingüístico, seja ele de caráter funcional, de caráter semântico ou ambos. Dito de outra forma, entendemos que os alomorfes apresentam uma diferença de significante, não de significado.

No entanto, esse conceito nos remete a uma problemática. Existem morfemas derivacionais que apresentam o mesmo valor lingüístico e, todavia, nunca são referidos como alomórficos, como, por exemplo, *-ção* e *-mento*; *-eiro* e *-dor*, entre outros. No caso

de *-ção* e *-mento*, ambos formam substantivos abstratos, a partir de verbos, conservando a vogal temática verbal, ambos apresentam um conteúdo semântico “ação ou resultado de ação”, e encontram-se, na sincronia, produtivos e vivos. Isso significa dizer que se fôssemos formar, por exemplo, o verbo MESAR [fazer parte de uma mesa diretiva de trabalhos] e dele fôssemos formar um substantivo abstrato com o significado [ato ou ação de compor ou participar de uma mesa diretiva de trabalhos] teríamos, no mínimo, duas possibilidades MESAÇÃO ou MESAMENTO, bastante viáveis e interpretáveis, tanto do ponto de vista do sistema, quanto do uso. Parece não haver qualquer critério semântico ou morfológico que determine o uso de uma forma ou de outra, em um determinado contexto, ou seja, as duas formas podem ocorrer em um mesmo contexto.

Segundo Elson e Pickett, “*alomorfes ocorrem em distribuição complementar*” (1973:43), i.e., os contextos em que um ocorre são diferentes dos contextos em que o outro ocorre. Isso parece justificar que *-ção* e *-mento* não devam ser considerados alomorfes, uma vez que eles podem ocorrer em um mesmo contexto, a exemplo do que acontece com o par [*internação*] e [*internamento*].

O critério da distribuição dos alomorfes parece ser fundamental para a definição da alomorfia entre os morfemas derivacionais, embora não tenhamos certeza se esse critério valerá para todos os outros tipos de morfemas (bases lexicais, prefixos e flexões).

Assim, utilizando a definição de Elson e Pickett, consideramos que alomórficos são aqueles morfemas que: 1) apresentem o mesmo significado; 2) apresentem distinção/variação no segmento fônico; 3) achem-se em distribuição complementar e 4) apresentem a mesma origem etimológica.

Quanto à distribuição complementar dos alomorfes, vale ressaltar ainda que não parece haver qualquer condicionamento estritamente lingüístico para o emprego de uma ou outra forma.

“A distribuição dos alomorfes parece ser completamente arbitrária – um alomorfe ocorre com certo grupo de morfemas e outro alomorfe ocorre com um grupo diferente. Parece que não há nada, nem no significado, nem na configuração fonêmica dos morfemas radicais que justifique a distribuição dos alomorfes...”
(Elson e Picket, 1973: 47)

No português arcaico, o fenômeno da alomorfia se apresenta com alguma recorrência em variados sufixos. Por exemplo, o morfema gentílico *–ano* (*rromano*, B125)¹⁶ apresenta alomorfia em: *–ão* (*romãaos*, B140; *africão* A37) e *–ã* (*cortesaã*, B137), neste último caso, o morfema acumula a noção de feminino.

É bom lembrar que não estamos considerando alomórficos morfemas que apresentam variações na representação ortográfica, como *–agem* e *–ajem*, pois essas variações acontecem com grande frequência no português arcaico, por conta da falta de normatização da língua nesse período – que já comentamos anteriormente, sem que as variações na representação gráfica dos sufixos impliquem no conceito de alomorfia.

Um par alomórfico sempre citado nos manuais de morfologia é *–al2* (*apostolical*, (B78) *corporal*, (B83)) ~ *–ar* (*seculares* (B155), *singular* (A1492), *familiar* (A780)). No português arcaico é observável uma maior ocorrência de *–al2*, 49 itens, contra 7 ocorrências de *–ar*. No entanto, vale lembrar que a alomorfia só acontece entre *–al2* com valor ‘qualidade de x’, pois existe um morfema *–al1* (*canaveall* (B118)), com valor

¹⁶ Nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4 deste capítulo, apresentaremos os itens lexicais sem a devida averbação. Para quaisquer esclarecimentos quanto aos sentidos com que as lexias foram empregadas remetemos a consulta aos anexos I, II e IV.

locativo, e um morfema *-al3* (*punhal* (B120)) com valor de instrumento, que não apresentam a possibilidade alomórfica *-ar*.

Tradicionalmente, os manuais de morfologia identificam como alomorfes os sufixos: *-ção ~ -são ~ -ão*. A alomorfia entre esses sufixos apresentou-se em semelhante configuração no português arcaico, a saber: *-ção* (*confirmação* (B186)) e *-ão* (*rrepremsão* (B151)). Ressaltamos que, nos casos do português arcaico, as formas que, em geral, se interpretam como constituídas pelo alomorfe *-são*, de fato, devem ser identificadas com derivadas em *-ão*, uma vez que o *-s-*, ali presente, pertence à base verbal latina, com origem no particípio passado, e não ao sufixo.

Outros exemplos de alomorfia são *-dade* (*mizquindade* (B323)) ~ *-idade* (*ociosidade* (B328)) e *-nça* (*mostrança* (B957)) ~ *-ncia* (*indulgencias* (B996)).

Chama-nos a atenção o fato de não ocorrer, nos nossos dados do português arcaico, o alomorfe *-bil-* (condicionado a uma *sobrederivação*), ainda que a ocorrência de *-vel* tenha sido relativamente baixa, 17 ocorrências nos dados da primeira fase e 14 ocorrências nos dados da segunda fase do português arcaico.

Em grande parte dos trabalhos sobre morfologia, quer numa perspectiva histórica, quer numa perspectiva sincrônica, pares alomórficos são apresentados sem maiores discussões sobre o fenômeno. No entanto, os exemplos apontados anteriormente não seriam analisáveis, se não tivesse sido feito um estudo prévio sobre o fenômeno da alomorfia.

A teorização feita acima teve o objetivo de, não só subsidiar a nossa análise dos pares alomórficos, mas também de nos permitir um maior entendimento dessa relação morfolexical, possibilitando-nos a diferenciação entre esse fenômeno e as releções de sentido que analisaremos subseqüentemente.

Ao compreendermos a alomorfia como um fenômeno que atinge os morfemas em seu aspecto formal, ficamos com uma pergunta: não sendo sufixos como *-ção* e *-mento*, *-eiro* e *-dor* pares alomórficos, que tipo de aproximação existe entre eles que nos permite utilizar um ou outro para a construção de um mesmo significado?

Para desenvolver melhor esse tema, procuramos entender as demais relações de significação que se estabelecem entre as palavras, a saber: homonímia, polissemia e sinonímia, na expectativa de poder estabelecer um paralelo com as relações de sentido entre morfemas.

Sobre essas relações de sentido entre morfemas, tentamos buscar alguma referência nos manuais de morfologia. A esse respeito, foram encontradas apenas três menções, e, em todas, apenas a homonímia entre sufixos é mencionada, as demais relações são completamente ignoradas.

A primeira menção que encontramos foi em Ernesto Faria (1958:104), sobre a homonímia entre morfemas que ele denomina de *homomorfismo*, termo que resolvemos incorporar.

Em Valter Kedhi (1990), a menção a morfemas homônimos poderia passar despercebida, uma vez que a citação é, por demais, breve. Comentando acerca do morfema *-S* de plural dos nomes e morfema *-S* de pessoa verbal, Kedhi afirma: “como os valores significativos são diferentes, devemos reconhecer, aí, dois morfemas homônimos” (1990:14).

Em Luiz Carlos de Assis Rocha (1992), podemos encontrar uma referência mais elaborada a morfemas homônimos, tratando, inclusive, desse fenômeno entre os morfemas derivacionais, embora esse tema não se encontre como elemento central de seu estudo.

A referência a morfemas homônimos nos fez pensar sobre relações de significação que podem ser estabelecidas entre morfemas derivacionais, entre elas, a própria homonímia, a sinonímia e a polissemia. Assim, buscamos desenvolver um entendimento sobre o que seria o homomorfismo, sobre como se dá a polissemia nos morfemas derivacionais e sobre como a sinonímia se revela nos sufixos, nos levando a desenvolver a noção e criar o termo sinmorfismo.

3.1.2 A polissemia

A polissemia é descrita, tradicionalmente, como a ocorrência de mais de um conteúdo semântico em um mesmo signo lingüístico, ou seja, seria a possibilidade que uma dada palavra tem de comportar várias significações, de remeter a mais de um referente, quer esses referentes sejam concretos, quer sejam abstratos. Em geral, a polissemia está condicionada ao uso de um mesmo signo lingüístico, em diferentes contextos ou situações, o que acaba por gerar a pluralidade de sentidos.

No nosso entendimento, a polissemia é um fenômeno que consiste na associação de uma forma (significante), seja lexical ou mórfica, a mais de um conteúdo semântico nuclear. A polissemia é uma relação de sentido, por natureza, pragmática que, freqüentemente, se explicita por abordagem diacrônica, pois as palavras são criadas, a partir da necessidade comunicativa dos falantes, com uma denotação nuclear, a princípio, única. No decorrer do tempo, seu freqüente uso é capaz de fazer com que elas tenham seu sentido estendido, restringido, ou transportado de um campo semântico a outro. Quanto

mais freqüente for o uso de uma palavra, maior será a possibilidade de seu emprego com sentidos, cada vez mais, variados.

O surgimento de um novo sentido para uma palavra raramente corresponde ao apagamento do(s) antigo(s). Em geral, o novo sentido se estabelece como mais uma possibilidade denotativa (ou conotativa) do vocábulo, gerando assim o processo de plurissignificação da palavra, ou seja, a polissemia.

É certo que a polissemia, ou seja, o acúmulo de sentidos relacionados a um mesmo significante está, diretamente, imbricado à diversidade dos aspectos sociais e intelectuais da sociedade, e, lingüisticamente, ela só se torna possível pelo caráter arbitrário dos signos. O fato de um significante estar associado, arbitrariamente, a um ou mais sentidos, sendo, portanto, uma convenção lingüística, é um fator que, ao contrário de impedir, favorece a associação desse significante a mais de um referente.

Portanto, a polissemia se constitui diacronicamente e se caracteriza pela adição de novos sentidos ao núcleo sêmico primitivo de uma palavra. Determinar quando, como e por que esse fenômeno ocorre não é tarefa fácil, pois muito raramente se pode determinar quando uma palavra foi criada e mesmo saber exatamente qual o sentido primitivo, portanto, não é nossa intenção tentar fazê-lo. Na nossa pesquisa, podemos, apenas, abordar o fenômeno da polissemia do ponto de vista concreto, ou seja, a partir das implicações do fenômeno em nossos dados.

O termo *polissemia* traduz-se em *vários* (do gr. *poly*) *significados* (do gr. *sema*). Nesse sentido, portanto, pode ser aplicado a qualquer unidade lingüística portadora de mais de um significado. Assim sendo, também, os morfemas derivacionais são unidades

lingüísticas passíveis de polissemia, e, de fato, podemos observar que muitos deles comportam mais de um sentido.

A polissemia e a homonímia são fenômenos que podem, facilmente, ser confundidos, e até hoje, na bibliografia a respeito do assunto, a variação de critérios para diferenci-los é muito grande e insatisfatória.

O critério etimológico é o mais empregado nos estudos semânticos, e admite que há polissemia quando está em causa apenas um étimo, o que, afinal, significa que se tem apenas uma forma. Contudo, este critério não é, totalmente, satisfatório, primeiro porque nem sempre é possível determinar com exatidão o étimo de uma palavra, depois porque, na história das línguas, ocorrem fenômenos de divergência que podem gerar palavras de um mesmo étimo que tenham adquirido sentidos muito distantes, o que lhes permitem serem interpretadas como formas homônimas, como a palavra “pata” (fêmea do pato) e “pata” (membro de um quadrúpede) que, como exemplifica Mattoso Câmara Jr (1973:112), são supostamente palavras originárias de um mesmo étimo, cujo MLB seria *pat-*.

Ao considerar falho esse critério, Mattoso Câmara Jr. (1973: 113-114) propõe o critério sintático para a distinção entre polissemia e homonímia. Segundo esse critério, palavras que possuem a mesma distribuição sintática, i.e., que são sempre atribuíveis à mesma categoria morfossintática, seriam polissêmicas, mesmo que tenham étimos distintos, enquanto aquelas que possuem distribuição sintática distinta seriam homônimas. Assim ‘canto¹’ (‘ato de cantar’), sendo substantivo, seria homônimo de ‘canto²’ (1ª pessoa do verbo ‘cantar’), por ser esta uma forma verbal, ou seja, por terem distribuições sintáticas distintas.

Até então, nada parece estar equivocado nesse raciocínio. Todavia, esse critério não nos parece suficiente para a distinção de todos os casos de homonímia e polissemia. Comparemos, por exemplo, as palavras “canto¹” (ato de cantar) e “canto³” (ângulo) ambos substantivos. Ao considerar apenas o critério sintático, teríamos um caso de polissemia e, portanto, uma mesma palavra, ainda que seus significados sejam completamente distintos.

Enfim, chegamos à conclusão de que não há como distinguir a homonímia da polissemia, a partir de um único critério, e concordamos com Taylor (1992: 103-105) que não seria produtivo abrimos mão dessa distinção maximizando a homonímia ou estendendo todos os casos à polissemia ou vice-versa, pois embora seja difícil traçar a linha divisória entre os dois fenômenos, e existam muitos casos em que não está claro se estamos diante de um ou outro fenômeno, há casos em que nitidamente percebemos a polissemia e casos em que podemos distinguir claramente a homonímia, como afirma o autor (1992:103).

Uma luz incide sobre o tema. Maria Aparecida Barbosa (1998:19-40) propõe para fenômenos dessa natureza um critério semântico de distinção. Segundo a autora, um vocábulo polissêmico pode apresentar um sem número de significados variados, porém, todas as acepções apresentadas por esse vocábulo terão um sema nuclear comum, que as aproxima a ponto de, por exemplo, não podermos atribuir, para cada significado, um verbete individual no dicionário. Por exemplo, podemos citar o adjetivo *grave* [doença grave – que pode levar à morte] e [homem grave - sério], cujo sema nuclear e comum poderia ser definido como [sério].

Porém, sob esse exclusivo critério ‘canto¹’ (‘ato de cantar’) e ‘canto²’ (1ª pessoa do verbo ‘cantar’) seriam o mesmo item lexical, visto que ambas as formas possuem um ou

mais semas nucleares comuns. Isso nos leva a um novo problema: podemos considerar um verbo e um substantivo uma mesma palavra? No nosso entender não. O que nos parece ocorrer é que temos um mesmo MLB, comportando semas nucleares que permanecem tanto no substantivo quanto no verbo, por sua vez, os morfemas flexionais operam uma distribuição sintática distinta, que nos leva a considerar a homonímia.

Visto que um único critério não é capaz de definir, seguramente, os fenômenos de polissemia e homonímia elaboramos, pois, a tentativa de distinção a partir da combinação de critérios.

Assim, podemos considerar como polissêmicas aqueles itens lexicais cujos MLBs associem uma mesma seqüência fônica a sentidos distintos; que geralmente têm o mesmo étimo; que possuem mais de uma possibilidade de sentido, tendo esses sentidos um sema comum, embora não necessariamente o mesmo para todos; e que se vinculam à mesma categoria morfossintática em qualquer dos seus usos, ou a categorias morfossintáticas contíguas (como substantivos e adjetivos; advérbios e conjunções, etc.)¹⁷.

O MLB do item lexical *cabeça* é um bom exemplo de polissemia, no português. Como substantivo ou como adjetivo, a palavra possui vários sentidos inter-relacionáveis numa mesma teia sêmica, sendo uns sentidos mais próximos de outros, estabelecendo relações ora metafóricas, ora metonímicas.

¹⁷ A compreensão da contiguidade ou distanciamento entre categorias sintáticas pode ser realizada através de critérios morfológicos: percebe-se que as categorias de substantivo e adjetivo são contíguas porque possuem o mesmo sistema flexional enquanto este sistema é completamente diverso nos verbos, sendo verbos e substantivos categorias morfossintáticas distanciadas, assim, também podemos aproximar conjunções de advérbios por serem formas desprovidas de uma paradigma mórfico flexional. Acreditamos que não há motivos para inserirmos maiores considerações acerca de outras categorias morfossintáticas, uma vez que estas pouco implicam nos fenômenos de homonímia e polissemia, por serem categorias praticamente esvaziadas de conteúdo semântico.

Assim, a lexia *cabeça* pode ser empregada com os sentidos de: A ‘extremidade superior do corpo humano e que contém órgãos como os que formam o encéfalo, os da visão, os da audição, os do olfato’¹⁸; B ‘a sede da razão, do raciocínio’¹⁹; C ‘nome comum a certas extremidades arredondadas’²⁰ e D ‘elemento principal’²¹, os quais estabelecem entre si relações metafóricas, formando a parte nuclear de sua teia sêmica.

Por sua vez, esses sentidos ditos nucleares, sobretudo através de relações metonímicas, dão origem a outros sentidos, como podemos ver, pois, que, relacionados ao núcleo A, temos os sentidos: A1 ‘a parte da cabeça coberta pelo couro cabeludo’²² e A2 ‘crânio’²³. Por outro lado, relacionados ao núcleo B temos: B1 ‘juízo, prudência, tino’²⁴; B2 ‘a sede da memória, das lembranças, do pensamento’²⁵; B3 ‘a sede das sensações’²⁶, B4 ‘elucubração, imaginação’²⁷ e B5 ‘pessoa muito inteligente e/ou culta’²⁸. Relacionados aos núcleos C e D, temos, respectivamente: C1 ‘a extremidade mais dilatada de um objeto’²⁹ e D1 ‘chefe, líder’³⁰.

¹⁸ Por exemplo: ‘Fazer um raio X da cabeça’.

¹⁹ Por exemplo: ‘Ele não tem cabeça para matemática’.

²⁰ Por exemplo: ‘a cabeça do femur’.

²¹ Por exemplo: ‘o capítulo de desenvolvimento é a cabeça da tese’.

²² Por exemplo: ‘Vou lavar a cabeça’.

²³ Por exemplo: ‘rachou a cabeça, teve traumatismo’.

²⁴ Por exemplo: ‘Não fará loucuras: tem cabeça’.

²⁵ Por exemplo: ‘O incidente de ontem não me sai da cabeça’.

²⁶ Por exemplo: ‘A minha cabeça está mais leve depois que resolvi o problema’.

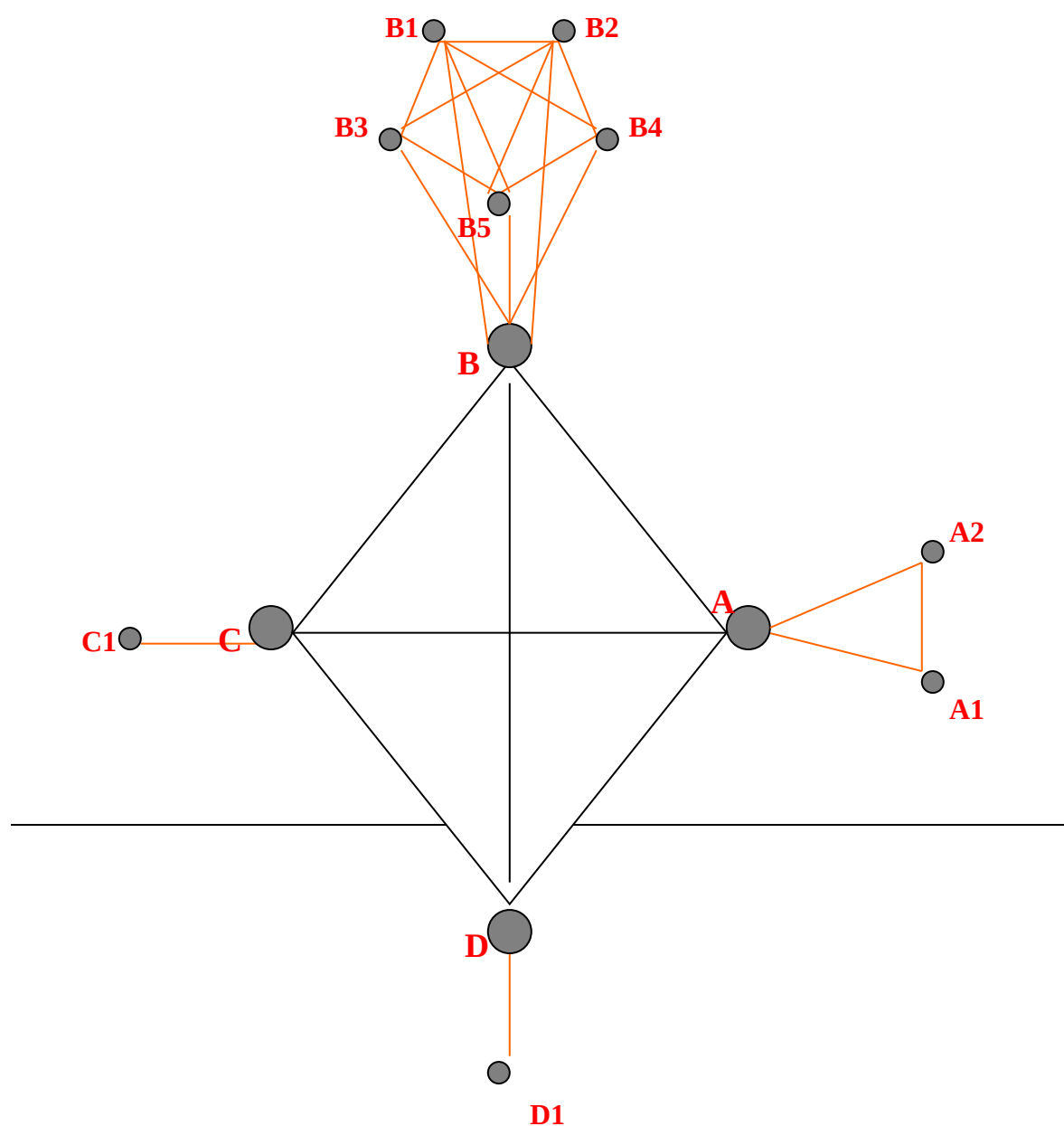
²⁷ Por exemplo: ‘Você inventa coisa, que cabeça essa sua’.

²⁸ Por exemplo: ‘Ele é uma das maiores cabeças do Brasil’.

²⁹ Por exemplo: ‘Tem que bater o martelo na cabeça do prego’.

³⁰ Por exemplo: ‘Ele foi a cabeça da revolução’.

O gráfico da página a seguir é uma tentativa de explicitar, visualmente, a teia (poli)sêmica da lexia *cabeça*. Vale lembrar que o surgimento de um novo sentido para essa lexia poderia tomar como núcleo qualquer dos sentidos arrolados e pertencentes a essa teia sêmica, ou destacar novo núcleo. E, também, que essa teia sêmica é uma tentativa de descrição a partir dos exemplos levantados, nada impede que outras projeções metafóricas, metonímicas ou de outra natureza venha a se estabelecer entre os núcleos sêmicos antigos e novos.





A polissemia é um fenômeno que pode ocorrer tanto no nível lexical da língua, quanto no nível mórfico, sem que haja qualquer diferença no comportamento do fenômeno em um e em outro nível.

A polissemia, em morfemas derivacionais sufixais, é bastante comum, isso porque, por ser associado a uma determinada base lexical, o sufixo pode situar-se em diferentes níveis da produção do significado. Nos casos em que há polissemia sufixal, é preciso distinguir as diferentes nuances significativas e se possível hierarquizar os sentidos polissêmicos dos sufixos em uma teia de relações de significados.

Nos dados do português arcaico, pudemos observar esse fenômeno em alguns componentes morfolexicais, como, por exemplo, no sufixo *-dor1*. Tradicionalmente este sufixo é descrito como ‘agentivo’ e, de fato, este pode ser encarado como o núcleo semântico que interliga as aplicações polissêmicas deste sufixo. No português arcaico, encontramos duas das três acepções polissêmicas apontadas por Bosque e Demonte

(1999:4697) para o sufixo *-dor1*, a saber: (1) ‘pessoa que profissionalmente faz X’ (*corregedor* (B486); *emperador* (B496); *ouvidores* (B519)) e (2) ‘pessoa que é inclinada a realizar a ação X’ (*atormentador* (B475); *compridor* (B483); *comedor* (B482)).

Um outro caso de polissemia, em sufixos do português arcaico, é o que ocorre em *-aria1*, cujo conteúdo semântico pode ser descrito como ‘locativo’. Por sua vez, esse núcleo sêmico tem pelo menos dois desdobramentos, a saber: (1) ‘local onde existe (grande quantidade de) X’ (*enfermaria* (A667)) e (2) ‘local de atividade relacionada com X’ (*albergaria* (A59); *chancelaria*, (B160)).

Bosque e Demonte (1999: 4537) apontam algumas possibilidades polissêmicas do sufixo *-dad*, em espanhol. Esse sufixo a que ele se refere é aquele que identificamos como *-dade1* que tem como carga semântica ‘qualidade de X’. Segundo os autores, esse conteúdo semântico pode ser desdobrado em duas variações polissêmicas: (1) ‘pessoas que possuem a qualidade X’ e (2) ‘objetos que possuem a qualidade X’. Nos dados do português arcaico, essa polissemia, igualmente, se revela: ‘pessoas que possuem a qualidade X’ (*bondade* (B290); *castidade* (A317)) e ‘objetos que possuem a qualidade X’ (*antiguidade* (A126)).

O sufixo *-ão2*, que se apresenta alomórfico com *-ano*, tem como acepção o caráter ‘gentílico’. Por sua vez, este conteúdo semântico, nos dados do português arcaico, apresentou-se polissêmico em duas distintas possibilidades: (1) ‘proveniente, originário de X’ (*romãaos* (B140); *africação* (A37)); (2) ‘sectário ou partidário de X, pertencente à categoria X’ (*cristãos* (B139)).

A polissemia anteriormente discutida de *-eiro1* com valor ‘agentivo’ [± Humano] parece ser uma inovação posterior ao português arcaico, uma vez que em nossos dados, *-eiro1*, com valor ‘agentivo’, só apresenta agentes humanos (*carpinteiro* (B559);

conselheiro (B566); *espingardeiro* (B571)). Interessante observar que a acepção ‘agente inumano’, que não aparece no português arcaico, é um exemplo de extensão de sentido de caráter metafórico, que provavelmente é uma característica que aparece em estágio posterior ao período que nos dedicamos a estudar.

É possível que, em análises posteriores, venhamos a identificar mais casos de polissemia entre sufixos. Acreditamos, que esses casos por nós detectados, embora pouco numerosos, sejam bastante exemplificativos do fenômeno e de sua importância nos processos de formação de palavras e na configuração do paradigma morfolexical do período arcaico.

3.1.3 Homonímia e homomorfismo

A homonímia pode ser definida por oposição à polissemia, ou seja, a partir da problemática de distinção entre esses dois fenômenos. Os problemas, quanto aos critérios, revelam-se os mesmos, ou seja, seriam homônimas todas aquelas palavras que, possuindo o mesmo corpo fônico, não apresentam o mesmo étimo? Ou ainda, seriam homônimas aquelas palavras que, possuindo o mesmo corpo fônico, se distribuem em categorias sintáticas distintas, independentemente de seu étimo?

Como vimos relativamente à polissemia, esses critérios não foram suficientes para iluminar todos os casos. Assim, como assumimos, em parte, a postura de Maria Aparecida Barbosa, o faremos agora, pois se um vocábulo polissêmico é aquele que tem seus diversos significados ligados por uma teia sêmica, vocábulos homônimos são aqueles cujos conteúdos semânticos não estão obviamente associados por nenhuma teia sêmica.

Assim, através da combinação de critérios, podemos considerar como homônimas aquelas palavras que apresentam uma mesma seqüência fônica; que geralmente são provindas de étimos distintos; que não possuem seus significados relacionados por uma teia sêmica quando da mesma categoria morfossintática ou que, se possuem seus significados relacionados por semas comuns, pertencem a categorias morfossintáticas distanciadas (como substantivo e verbo, adjetivo e verbo, etc.).

Podemos retomar os exemplos que citamos anteriormente, e à luz desse último critério dizer que “canto¹” (ato de cantar) e “canto³” (ângulo) são palavras homônimas por não terem, aparentemente, semas comuns, enquanto “canto¹” (ato de cantar) e “canto²” (1ª pessoa do verbo cantar) são palavras homônimas porque, apesar de possuírem semas comuns, pertencem a categorias morfossintáticas opostas.

Taylor (1992: 104) admite o critério sintático, mas o questiona ao perguntar se podemos distinguir um verbo como *to drink* em seu uso transitivo do mesmo verbo em seu uso intransitivo, por serem de categorias sintáticas distintas, considerando-os, pois, como duas formas homônimas. Contudo, esse problema pode ser contornado a partir da consideração de categorias morfossintáticas próximas e categorias morfossintáticas distanciadas.

A homonímia e a polissemia são, portanto, fenômenos que envolvem o aspecto formal – vocábulos que apresentam seqüências fônicas idênticas; o aspecto semântico – vocábulos que apresentam referentes/significados distintos – e o aspecto funcional – vocábulos que apresentam, distintivamente, aproximação ou distanciamento sintático.

O fenômeno da homonímia, também, pode ocorrer entre morfemas, sendo, nesse caso, denominado de homomorfismo por Faria (1958: 104).

O homomorfismo, em sufixos, segue os mesmo padrões da homonímia, isto é, há a coincidência entre seqüências fônicas e há divergência de conteúdo semântico, sem qualquer aproximação entre eles por um sema nuclear. Contudo, é mais comum encontrarmos sufixos homônimos de étimos idênticos, do que palavras homônimas de mesmo étimo (*canto*¹ e *canto*²).

Os sufixos -ADA exemplificam muito bem o fenômeno do homomorfismo:

- a) -ADA¹ → Boiada, Papelada → Multidão, coleção de X
- b) -ADA² → Jornada, Noitada → Duração prolongada de X
- c) -ADA³ → Bananada, Feijoada → Alimento feito de X
- d) -ADA⁴ → Pincelada, Canetada → Ato praticado com X
- e) -ADA(O)⁵ → Colherada, Punhado → Porção contida em X

Os sentidos que os sufixos agregam às bases lexicais são distintos e não há, obviamente, um sema comum importante que nos permita dizer que se trata de um mesmo morfema polissêmico, ainda que estes apresentem o mesmo étimo (do lat. *-atus*, *-ata*), selecionem a mesma classe-fonte (substantivos) e a mesma classe-alvo (substantivos). É preciso destacar que não podemos nos valer do critério sintático estrito, quando se trata de morfemas.

Vale aqui apresentar um exemplo de polissemia entre sufixos para que se possa melhor visualizar a distinção entre os dois fenômenos no âmbito morfológico. Um bom exemplo são os sufixo *-eira*¹ e *-dor*¹: a) *lavadeira*: ‘pessoa que lava’ e *empacotadora*: ‘pessoa que empacota’; b) *lavadora* ‘máquina que lava’ e *empacotadeira*: ‘máquina que empacota’.

Observamos que, em a), temos um traço semântico [+ Humano] e, em b), um traço semântico [- Humano]. Em *-eiro1* a classe-fonte é a base participial dos verbos, e em *-dor1* a classe-fonte é um tema verbal, mas essa distinção não parece influenciar em qualquer nível a variação de semas [$\pm$ Humano] que há entre 1. e 2. Nos parece, portanto, que são os sufixos *-eira1* e *-dor1* que contêm a polissemia. Apesar dos traços sêmicos distintivos, não podemos estabelecer uma relação de homonímia, pois podemos encontrar nos exemplos de *-eira1* e *-dor1* um sema nuclear comum que pode ser descrito como ‘agente’. Então, a polissemia se revela entre a) e b) da seguinte forma: a) *-eira1* e *-dor1*: agente [+ humano] e b) *-eira1* e *-dor1*: agente [- humano].

No estudo desses conceitos, podemos perceber que a distinção entre uma unidade lexical polissêmica e duas ou mais unidades lexicais homônimas, ou entre um morfema derivacional polissêmico e dois ou mais morfemas derivacionais homomórficos não é facilmente estabelecida sem critérios bem definidos.

Os casos de homomorfismo identificados, nos dados do português arcaico, são tão numerosos que é possível dizer que, considerando sufixos homomórficos como sufixos distintos, o número de morfemas sufixais derivacionais é quase o dobro daqueles tradicionalmente descritos em gramáticas históricas e normativas.

Observemos o caso do sufixo *-ada*, já citado anteriormente. Pudemos encontrar nos dados do português arcaico, pelo menos cinco sufixos *-ada* com valores semânticos distintos: *-ada1*, formador de substantivos com carga semântica ‘grande quantidade de X’ (*dineirada* A598), *-ada2*, formador de substantivos com carga semântica ‘duração prolongada de X’ (*jornadas*, A931; *invernada*, B50); e *-ada3*, formador de substantivos com valor semântico ‘ação praticada com X’ (*punhaladas*, B56; *fachada*, B53), *-ada4*,

formador de substantivos com valor ‘alimento feito com X’ (*queijada*, A1355) e *-ada* formador de substantivos com carga semântica equivalente a ‘medida equivalente a X’ (*braçada*, A237 *pollegada*, A1297).

O sufixo que tem o formato tradicionalmente descrito como *-agem* pode ser descrito, contemporaneamente, como dois sufixos distintos: *-agem1*, formador de substantivos e que possui conteúdo semântico de ‘estado, modo, qualidade relativa a X’ e serve para formar substantivos a partir de base nominais (*linhagem*, B67; *selvagem*, A1468) e *-(a)gem2*, que forma ‘nomes de ação’, a partir de bases verbais (*passagem*, A1222; *usage*, A1590).

Outro exemplo de homomorfismo encontrado nos dados é relativo ao sufixo *-al*. Foram identificados dois sufixos sob este formato, o primeiro, *-al1*, refere-se à formação de substantivos com valor ‘locativo’ (*canaveall*, B118; *cathedral*, B119; *arraial*, B117 *portal*, A1298; *casal*, A313), o segundo, *-al2*, refere-se à formação de adjetivos com valor semântico de ‘qualidade de X’ (*eternall*, B89; *humanall*, A899; *liberal*, B93).

É muito interessante observar que, nos dados do português arcaico, em sua primeira e segunda fases, *-al1*, com valor ‘locativo’, ocorre em número bastante inferior a *-al2*, com valor ‘qualidade relativa a X’. Na primeira fase, apenas 03 ocorrências de *-al1* contra 65 ocorrências de *-al2*. Na segunda fase, encontramos apenas 05 ocorrências de *-al1* contra 37 ocorrências de *-al2*. Este fato nos leva a considerar que talvez *-al2* seja uma inovação da língua processada no período arcaico. Essa hipótese pode ser reforçada pela observação etimológica, uma vez que nenhuma das oito ocorrências de *-al1* parecem ter sido formadas no latim.

Com o formato *-ão*, foram encontrados três sufixos distintos: *-ão1*, formador de substantivos com valor ‘afetivo, aumento’ com formas variantes *-om* e *-on* (*garganton*, A858; *rrabão*, B130); *-ão2*, formador de substantivos e adjetivos ‘gentílicos’, que apresenta alomorfe *-ano* (*africão*, A37; *rromãoos*, B140; *rromanos*, B125, *castelhano*, B124); *-ão3*, formador de substantivos abstratos com valor igual a ‘resultado, modo, estado, processo de uma ação X’, que se apresenta alomórfico com *-ção* (*conclusom*, A400; *pressyssão*, B148; *sucessom*, B152).

O sufixo *-aria*, como descrevem Bosque e Demonte (2003: 4723) para o espanhol contemporâneo, também, se desdobra em quatro, no português arcaico, considerando as cargas semânticas distintas. Observamos a presença de um *-aria1*, com valor ‘locativo’ (*chancelaria*, B160; *saboarias*, B164); um *-aria2*, com valor ‘qualidades ou atitudes próprias de certos indivíduos’ (*alcouuetaria*, A66; *drudaria*, A 617), um *-aria3* com valor ‘coletivo’ (*pedraria*, B166; *specearia*, B167) com valor ‘atividade profissional, arte ou ofício’ (*pescaria*, B159, *pedraria*, A1230). Pudemos observar que a lexia *pedraria* ocorre com dois valores semânticos distintos, na primeira fase do português arcaico, *pedraria* (A1230) apresenta o sentido de ‘arte de gravar em pedra’, já na segunda fase é o valor coletivo que *pedraria* (B166) apresenta, tendo o sentido de ‘porção de pedras para construção’.

Para o sufixo *-ario*, foram encontradas três formas distintas, nos dados do português arcaico. São eles: *-ario1*, formador de substantivos, cujo conteúdo semântico é ‘ocupação, ofício, profissão’ (*secretario*, B173; *cossarios*, B170) e *-ario2*, formador de substantivos e

adjetivos, cujo conteúdo semântico é ‘qualidade de X’, (*contraíro*, A 442; *famíliairo*, B77).

O sufixo *-dade*, segundo os nossos dados, recobre, pelo menos, dois sufixos distintos. Um primeiro *-dade1*, formador de substantivos abstratos, cujo valor semântico é ‘qualidade de X’ (*brevidade*, B293; *piedade*, A1279) e um segundo *-dade2*, formador de substantivos, cujo valor semântico é ‘designação de estatus’ (*autoridade*, B343).

O sufixo *-dor*, nos dados do português arcaico, apresentou-se com duas possibilidades de sentido, a saber: *-dor1*, formador de substantivos com o carácter ‘agentivo’ (*buscador*, B477; *comedor*, B482; *guardador*, A885, *morador*, A1111) e *-dor2*, formador de substantivos com valor ‘locativo’ (*dormidor*, A613). É interessante observar que, com a segunda aceção (locativa), encontramos apenas uma ocorrência, contra um total de 267 ocorrências de *-dor1*, com valor ‘agente [+humano]’. Também podemos observar que *-dor3*, encontrado hoje, no português contemporâneo, com valor de ‘instrumento’ não ocorre nos nossos dados. Isso indica que tanto o valor ‘locativo’, quanto o valor ‘instrumento’ devem ter se firmado no paradigma morfolexical do português posteriormente ao período arcaico.

As duas formas do sufixo *-doiro* que foram encontradas nos dados do português arcaico são, a saber: *-doiro1* ~ *-douro1*, que formam substantivos a partir de bases verbais (*dormidoiro*, A608) e *-doiro2* ~ *-douro2*: ‘qualidade relativa a X’, formador de adjetivos a partir de bases verbais (*compridoiro*, B468; *falecidoiro*, A773). No entanto, o número de ocorrência é bastante restrito, 10 na primeira fase do português arcaico, e 3 na segunda. Chama-nos a atenção que do total de 13 ocorrências, apenas a forma *dormidoiro* ‘local onde se dorme’, que ocorre na primeira fase do PA, apresenta o sufixo *-doiro1*.

Segundo Bosque e Demonte (1999: 4571), no espanhol, o sufixo *-eiro* possui seis empregos distintos, ou seja, na nossa visão, existem seis sufixos com o formato *-eiro* no espanhol. No português arcaico, pudemos identificar, pelo menos, cinco sufixos com as formas *-eiro* ~ *-eira*, a saber: *-eiro1*, formador de substantivos com valor ‘agentivo’ (*beesteiros*, B555; *conselheiro*, B566); *-eiro2*, formador de substantivos com a acepção de ‘locativo’ (*ribeira*, B605; *catiueyro*, A321); *-eiro3*, formador de adjetivos com valor ‘qualidade relativa a x’ (*faagueiras*, B611; *ligeiro*, B614); *-eiro4*, formador de substantivos com valor ‘árvore que dá fruto X’ (*figueira*, A812; *maceeyra*, A1014); e *-eiro5*, formador de substantivos com valor de ‘objeto, instrumento’ (*candieiros*, A280; *tavleiro*, A1528).

No português arcaico, encontramos, com o formato *-ia*, quatro sufixos distintos. São eles: *-ia1*, formador de substantivos com valor ‘qualidade moral, ato psíquico, disposição para X’ (*mancebia*, B704; *cortesia*, A460); *-ia2*, formador de substantivos com carga semântica de ‘entidade, organização, corporação, colégio’ (*clerezia*, A368; *capitania*, B691); e *-ia3*, formador de substantivos com valor ‘título, tratamento, hierarquia’ (*senhoria*, B716); *-ia4* formador de substantivos com valor ‘lugar relacionado a X’ (*abadia*, A3) .

Ao analisarmos os dados do português arcaico, nos deparamos com a descrição de dois sufixos *-ina* ~ *-inha*, a saber: *-ina1* ~ *-inha1* (*madrinha*, B764; *padrinho*, B769), cujo valor semântico é descrito tradicionalmente como ‘diminutivo’, mas que também tem caráter ‘afetivo’ e é usado na formação de substantivos e adjetivos a partir de bases nominais; *-ina2* ~ *-inha2* (*galinha*, B763; *rainha*, B765), cujo valor semântico é ‘feminino’, e também se presta à formação de substantivos e adjetivos a partir de bases nominais. Optamos pela identificação do homomorfismo ainda que saibamos da possibilidade de se

considerar o caso como polissemia, uma vez que o feminino, também, pode ser entendido como um diminutivo sócio-cultural.

Da mesma maneira, o sufixo *-or*, em nossos dados, associa-se a diferentes acepções. Um sufixo *-or1*, formador de substantivos abstratos que designam ‘sentimentos’ (*amor*, B1036 *temor*, B1042); *-or2*, que se presta à formação de substantivos designativos de ‘percepções sensoriais’ (*fedor*, A789; *amargor*, A100; *duçor*, B1037) e um sufixo *-or3*, que se presta à formação de substantivos e adjetivos que designam ‘agentes’ (*confessor*, B1049; *malfeitor*, B1055).

Ainda podemos dizer que há um homomorfismo entre dois sufixos *-ura*. Esse homomorfismo já é aludido por quem defende a existência de um morfema *-dura* e um morfema *-ura*, em análises sincrônicas da língua. No entanto, numa perspectiva diacrônica, e segundo os dados do português arcaico, podemos dizer que existem dois sufixos homomórficos com o formato *-ura*. Dentre eles, o sufixo mais produtivo é *-ura1*, formador de substantivos a partir de bases adjetivais (*formosura*, B1165; *longura*, A999). No entanto, é o sufixo *-ura2* que mais demanda investigação, uma vez que a definição do tipo de base que ele seleciona ainda continua em questão entre lingüistas estudiosos da morfologia. Nos nossos, dados o sufixo *-ura2* apresentou-se com conteúdo semântico ‘produto de ação’, formando de substantivos abstratos a partir de bases verbais do particípio passado (*escriptura*, B1158; *criatura*, A470).

Veja-se que, em grande parte das homonímias, há divergência não só de conteúdo semântico, mas também de comportamento funcional, pois há variação no tipo base selecionada (classe-fonte) e/ou na categoria morfossintática do produto (classe-alvo).

Com o fenômeno do homomorfismo, podemos perceber que o surgimento de novos sufixos derivacionais é uma constante na língua, uma vez que, ao sofrerem ressemantizações ou mesmo recategorizações, os antigos sufixos acabam por dar origem a novos sufixos homônimos a si.

Como se pode ver, este é um fenômeno bastante recorrente na língua e a descrição dos sufixos derivacionais sem a consideração deste aspecto semântico acaba por identificar como um mesmo morfema derivacional, formas que têm comportamentos semânticos e funcionais distintos.

3.1.4 Sinonímia e sinmorfismo

O conceito de sinonímia não apresenta qualquer confusão com os conceitos de polissemia ou homonímia uma vez que se caracteriza pela presença de unidades lexicais distintas, ou seja, seqüências fônicas diferentes, geralmente de étimos distintos que, contudo, possuem referentes comuns.

A sinonímia, como já demonstramos anteriormente, é um dos conceitos mais tradicionalmente discutidos no âmbito dos estudos semânticos³¹. No entanto, não nos

³¹ Um estudo sobre a sinonímia nos textos do período arcaico poderia resultar numa importante contribuição para o entendimento do fenômeno, uma vez que, não raras vezes, detectamos construções em que duas palavras, aparentemente sinônimas, ocorrem, em um mesmo contexto, apenas separadas pelo conetivo *e*, como por exemplo, *acorro* e *ajuda* no seguinte contexto: “... diziam elles que as leis e justiça se nom compria

aprofundaremos em discussões de natureza filosófica e psicológica sobre a essência do significado, nem sobre a polêmica da existência ou não de sinônimos perfeitos. A princípio, manteremos a discussão sobre o fenômeno no plano do uso, ou seja, consideraremos sinônimas duas ou mais palavras que, num dado contexto, forem empregadas com o mesmo sentido

Nos morfemas derivacionais sufixais, fenômeno similar a sinonímia pode ocorrer. A essa possibilidade denominamos de *sinmorfismo*, termo criado por nós, em paralelo ao termo *homomorfismo*, encontrado em Ernesto Faria (1958).

O sinmorfismo se caracteriza pela existência de dois morfemas que apresentam seqüências fônicas distintas e, no entanto, apresentam-se, em um mesmo contexto ou em contextos distintos, agregando o mesmo valor, ou seja, são sufixos que associados a bases – iguais ou diferentes – revelam o mesmo sentido. Como ocorre nos morfemas a seguir, em que o conteúdo semântico comum é “grande quantidade de X” -ADA $\Rightarrow$ *papelada, boiada*; -ADO $\Rightarrow$ *eleitorado, teclado*; -EDO $\Rightarrow$ *folheto, passaredo*; -ARIA $\Rightarrow$ *escadaria, boataria*.

Um aspecto importante do *sinmorfismo* é que ele se revela perfeitamente no plano simbólico, ou seja, dois sufixos podem ser sinmórficos perfeitos, já no plano do discurso o sinmorfismo raramente é revelado, uma vez que a existência de formas duplas - que iremos discutir mais detalhadamente a seguir-, como *internação* e *internamento*, não é abundante na língua portuguesa.

senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham ajuda e acorro, caindo em ella rrompíam-na e escapavam.” (CDP:125).

O conceito de homomorfismo será muito importante para a detecção de sufixos *sinmórficos*, uma vez que, se considerarmos os sufixos como, tradicionalmente, vêm sendo descritos, como uma mesma e única forma, podemos entender, erroneamente, ao nosso ver, que o *sinmorfismo* entre dois sufixos pode se dar tanto sistematicamente, como entre *-ção* e *-mento*, que são *sinmórficos* em qualquer contexto ou mesmo fora de contexto, quanto assistematicamente como em *-aria* e *-ada*, por exemplo, que são *sinmórficos* em alguns contextos como em *escadaria* e *papelada* e não são em outros como em *feijoada* e *padaria*. Porém, se consideramos que existe um sufixo *-aria*₃ com valor “grande quantidade de X” e um *-ada*₁ com valor ‘grande quantidade de X’, podemos dizer que o *sinmorfismo* é sempre sistemático, uma vez que a falta de *sinmorfismo* entre *-ada* de *feijoada* e *-aria* de *padaria* também é sistemática, uma vez que temos *-ada*₄ ‘alimento feito com X’ e *-aria*₁ ‘locativo’.

Ao observarmos o comportamento de sufixos *sinmórficos*, poderíamos entender que há alguma confusão com o conceito de *alomorfia*, uma vez que há nesse fenômeno também a coincidência de significados e divergência de forma. Contudo, é preciso perceber que na *alomorfia* as diferenças entre os segmentos fônicos *alomórficos* se apresentam apenas com pequenas variações no corpo fônico (ex: *-dade* ~ *-idade*; *-vel* ~ *-bil*), que estão diretamente associados à origem do morfema, ou seja, decorrem da evolução morfofonêmica de formas de mesmo étimo. Já no *sinmorfismo* não há similaridade fônica entre os morfemas que, por sua vez, apresentam étimos distintos.

Essa última característica do *sinmorfismo* é bem particular e o contrapõe, contundentemente, à sinonímia, pois é possível encontrarmos palavras sinônimas provindas de um mesmo étimo, são as chamadas formas divergentes (ex: *rijo* e *rígido*; *leigo* e *laico*).

Outro aspecto que diferencia a sinonímia do *sinmorfismo* é a possibilidade de permutação em um determinado contexto. Nas palavras sinônimas, ainda que haja certos condicionamentos, é possível, gramaticalmente, a substituição de uma palavra por outra em um mesmo contexto. No caso dos morfemas *sinmórficos*, essa possibilidade é mais restrita, pois esses morfemas, em geral, se apresentam em distribuição complementar, pois quando se quer criar uma determinada palavra derivada e se tem a possibilidade de usar dois ou mais sufixos *sinmórficos* para originar um mesmo significado, o falante elege um desses morfemas e a palavra formada, através do uso freqüente, se cristaliza daquela forma, não admitindo a possibilidade, ao menos sincrônica, de substituições de um sufixo por outro *sinmórfico*, como é o caso de palavras como *casamento*, *irradiação*, *cozimento*, etc, (que desfavorecem a criação de *casação*, *irradiamento* e *cozição*).

Por outro lado, a existência de formas duplas como *internação* e *internamento* - ambas dicionarizadas, e *debilitação* – dicionarizada - e *debilitamento* - não-dicionarizada - em que a alternância entre os morfemas derivacionais se dá, tal como acontece com palavras sinônimas, em um discurso, demonstra que a restrição não é absoluta.

Margarida Basílio (1998:27) levanta a tese de que existe um bloqueio paradigmático que a partir da existência de *debilitação* impediria a criação de *debilitamento*. No entanto, esse bloqueio não nos parece absoluto, uma vez que, ainda que sejam raros, os casos de *doublets* na língua, em parte, contradizem essa tese. Dizemos em parte, porque a tese de Basílio, ao que nos consta, vem dar conta da língua enquanto estrutura mental de um dado falante, e não da língua no seu sentido amplo. Contudo, mesmo assim, o bloqueio não pode ser considerado sistemático, o que existe, acreditamos, é uma certa restrição, ou como dissemos anteriormente, um desfavorecimento, só assim podemos entender que um autor,

num mesmo texto, na mesma página, use *espidiçam* (B230) e *expedimemto* (B842), ambos com o mesmo sentido de ‘despedida’, como ocorre num de nossos textos.

O conceito de *sinmorfismo* pode ser, parcialmente, identificado com o que Rocha (1999: 112) denomina de concorrência entre sufixos. Em suas palavras:

“Sufixos concorrentes são aqueles que, embora distintos sob o ponto de vista fonético, apresentam o mesmo sentido e/ou função. (...) Observe-se que, para serem concorrentes, as bases e os produtos precisam pertencer à mesma categoria lexical.”

Embora concordemos com a descrição do fenômeno, discordamos da denominação, pois preferimos denominar de *sinmorfismo* por identificar, como dissemos anteriormente, um certo paralelismo com o fenômeno da sinonímia, que ocorre entre itens lexicais, e por não cremos que estas formas estejam, sempre, em concorrência.

Nos nossos dados do português arcaico, foram detectados alguns casos de *sinmorfismo* que, por vezes, aparecem comprovados pela ocorrência de *doublets*. Primeiramente, analisaremos os casos de *sinmorfismo*, os quais consideramos sistemáticos, verificando-se os sentidos agregados pelos sufixos às suas bases e as funções que desempenham no paradigma morfolexical da língua. Posteriormente, analisaremos as ocorrências de *doublets* no nosso *corpus*, a fim de exemplificarmos o comportamento *sinmórfico* de alguns sufixos.

Nos nossos dados, três sufixos foram encontrados com o valor ‘grande quantidade de X’, formando substantivos a partir de bases substantivas, a saber: *-ada1* (*dineirada*, A 598); *-edo* (*arvoredos*, B549); *-aria3* (*pedraria*, B166), apontando para um sinmorfismo sistêmico, que pode ser ainda identificado no português contemporâneo.

Os sufixos nominalizadores estão entre os casos mais recorrentes de sinmorfismo, gerando um grande número de formas duplas no período arcaico. Os nominalizadores formam substantivos abstratos a partir de verbos com o valor de ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’. Nos nossos dados, encontramos uma configuração semelhante ao que hoje identificamos como nominalizadores, a saber: *-ção* (*declaraçom*, A507); *-mento* (*rrecompensamento*, B900) *-nça* (*entendença*, A708) ~ *-ncia* (*obediencia*, B999); *-(a)ço* (*canção*, A279); *-a* (*mentira*, A1073); *-o* (*estrango*, B33).³²

A língua portuguesa no período arcaico apresentou um grande número de ocorrências com valor ‘agentivo’, três sufixos são responsáveis pela derivação de tais formas, a saber : *-dor1*, *-nte*, *-eiro1* ~ *-eira1*. Podemos apontar um sinmorfismo entre *-dor1*

³² Em pesquisas paralelas ao desenvolvimento da tese, elaboramos um estudo acerca dos nominalizadores e a estrutura argumental dos verbos que lhes fornecem as bases. Nosso objetivo era identificar se havia condicionamentos determinados pela natureza da estrutura argumental dos verbos que favorecessem ou excluíssem a possibilidade derivativa com um ou outro sufixo nominalizador. Após analisarmos as nominalizações de acordo com as bases verbais, considerando o número de argumentos que selecionam e a relação gramatical que tais argumentos desempenham na oração, chegamos à conclusão de que este fator não opera decisivamente na seleção do sufixo operador das formas nominalizadas, ou seja, o sinmorfismo, no plano simbólico, parece ser completamente absoluto. Contudo, nesse mesmo estudo, procuramos investigar se existiam condicionamentos determinados pela natureza aspectual dos verbos e encontramos uma situação intrigante: verbos estativos parecem selecionar exclusivamente o sufixo *-nça* ~ *-ncia*. Em todos os casos que conseguimos relacionar, independente do número de argumentos que as bases verbais selecionam, a nominalização foi sempre realizada pelos sufixos *-nça* ~ *-ncia* (*essência*, *existência*, *pertença* ~ *pertinência*, *tenência*, *sapiência*, *vidência*). Mas, a explicação para este fato talvez esteja apenas na casualidade, uma vez que, em geral, essas nominalizações já haviam sido realizadas em latim, língua em que o sufixo *-ntia* era bastante produtivo, diferente do acontece em português, tanto arcaico, quanto contemporâneo. Um forte indício de que essas nominalizações são, de fato, latinas é a conservação de bases alomórficas mais próximas dos precedentes diacrônicos do que das formas hoje encontradas, por exemplo, ‘*tenência*’, em cuja base está o verbo latino ‘*tenere*’ e não o seu correspondente português ‘*ter*’. A lista de exemplos é pequena e é preciso, ainda, investigar mais de perto esse fenômeno.

e *-nte*, uma vez que ambos formam substantivos e adjetivos a partir de bases verbais com valor ‘agentivo’, no caso dos dados do português arcaico, todos ‘agentes [+humanos]’, como em: *-dor1* (*luitador*, B506; *guardador*, A884) e *-nte* (*combatentes*, B1011; *desobediente*, A566). O sufixo *-eiro1* ~ *-eira1*, embora apresente valor ‘agentivo’ seleciona bases substantivas, não sendo, portanto, um caso de sinmorfismo.

Alguns sufixos, que formam adjetivos a partir de substantivos com valor ‘qualidade relativa a X’, podem ser considerados sinmórficos, como, por exemplo: *-al2* ~ *-ar* (*mortal*, A1122; *vullgar*, B157); *-eiro3* ~ *-eira3* (*faagueiras*, B611; *uerdadeiro*, A1579). Outros sufixos também podem ser apontados como agregadores de valor semântico ‘qualidade relativa a X’, no entanto, este valor parece se especificar em alguns casos, como ocorre com os sufixos *-ado1* e *-udo* que apontam para um valor de ‘qualidade relativa a quem é provido de X’, como em *-ado1* (*barvado*, A205; *irado*, A920) e *-udo* (*barvudo*, A206; *sanhudo*, A257).

Outro caso de sufixos adjetivadores é o dos sufixos que formam adjetivos a partir de bases substantivas com valor ‘provido de, cheio de X’: *-ento* (*fedorento*, A791; *bolorento*, A215) e *-oso* (*saboroso*, A1433; *odorosas*, B1104). No entanto, esse sinmorfismo não é absoluto, uma vez que *-ento* parece acrescentar um valor pejorativo, que *-oso* nem sempre apresenta, ou seja, *-ento* e *-oso* só são sinmórficos relativamente a uma acepção pejorativa de *-oso*.

Os sufixos *-eza* e *-ez* são, em geral, considerados alomorfes, no entanto, Bosque e Demonte (1999: 4560) apontam para uma distinção entre os dois sufixos, com base no argumento de que, contemporaneamente, já se diferenciaram, e que *-ez* não é mais produtivo, enquanto que *-eza* ainda o é. Mas e no português arcaico, já se pode considerar

que eram sufixos diferentes? Os exemplos apontam para o fato de que *-ez* ocorre, em geral, selecionando bases com aspectos pejorativos, como em *sandez*, cujo conteúdo semântico, contemporaneamente, é representado por *sandice*, o que aponta para um possível sinmorfismo entre *-ez* e *-ice*. Já *-eza* não apresenta essa tendência para selecionar bases com aspecto pejorativo, nem parece ter possibilitado formas duplas com *-ice*.

No entanto, tanto *-eza* quanto *-ez* apresentam comportamento funcional idênticos, ou seja, formam substantivos a partir de bases adjetivas com carga semântica ‘entificação de uma qualidade ou estado’, porém há um traço pejorativo em *-ez*, que não ocorre em *-eza*.

Embora esses dois sufixos apresentem um comportamento funcional idêntico e sentidos diferenciados apenas pelo traço pejorativo não podemos considerar uma polissemia, uma vez que não há coincidência formal, nem tampouco o homomorfismo. Resta-nos o sinmorfismo e a alomorfia.

No entanto, teremos de desconsiderar a alomorfia uma vez que, no português arcaico, esses sufixos não se apresentam em distribuição complementar, como demonstram os *doubltes*: *graandeza* (A875) e *grããdez* (A873).

E chegamos então ao problema de uma possível parcialidade nesse comportamento que seria sinmórfico, uma vez que há distinção entre as bases selecionadas, gerando produtos com distinção semântica pelo traço [+ pejorativo].

Sufixos que formam substantivos a partir de bases substantivas com valor ‘qualidade de X’, também apresentam casos sinmórficos é o caso de *-ez* (*meninez*, A1070; *sandez*, A1450) e *-ice* (*meninice*, A1069; *sandice*, B728). Pode-se observar, que estes sufixos geraram formas duplas no período arcaico, que, no entanto, no português

contemporâneo podem apresentar diferentes sentidos, caso que discutiremos mais detalhadamente no item destinado aos *doublets*.

O sinmorfismo também pode ser encontrado entre sufixos que formam substantivos e adjetivos a partir de bases substantivas, com valor ‘gentílico’, como é o caso de *-ês* (*portugues*, B634); *-ano* (*rromano*, B125) e *-ense* (*portuense*, A1303).

O *sinmorfismo* tem uma importante função no estudo diacrônico, pois a existência de morfemas *sinmórficos* e formas duplas, como vimos acima, estão relacionadas a mudanças lingüísticas no decorrer da história da língua, não ocorrendo, em verdade, uma substituição, mas sim a concorrência entre duas unidades lexicais, uma formada por um sufixo e outra por outro, apresentando o mesmo significado. Neste caso, ocorre a seleção de uma das formas. Esse processo de seleção, a nosso ver, envolve fatores mais sociais que, propriamente, lingüísticos.

3.1.5 *Doublets* - variação morfolexical no português arcaico

O sinmorfismo entre sufixos derivacionais pode ser percebido através de *doublets*³³ que podem ser observadas tanto sincrônica, quanto diacronicamente, por sua vez as formas duplas são geradas pelo sinmorfismo que existe entre uns e outros sufixos.

O que aqui chamamos de *doublets* ou formas duplas é também denominado por outros autores de formas ‘concorrentes’. Preterimos o termo ‘concorrentes’ por percebermos que nem sempre os *doublets* estão em concorrência, uma vez que podem

³³ Embora o termo ‘*doublets*’ seja usado pela tradição filológica com referência a formas divergentes, achamos que este é o melhor termo para referir o fenômeno de variantes lexicais cuja diferenciação se dá pelo emprego de sufixos *sinmórficos*.

pertencer a dialetos distintos, como é o caso de ‘*deslocação*’ no português europeu e ‘*deslocamento*’ no português brasileiro.

Caracterizamos como ***doublets*** lexias cuja base lexical é a mesma, mas que se servem de morfemas derivacionais distintos, porém, sinmórficos no plano discursivo, para referência de um mesmo sentido, ou de sentidos similares.

Os ***doublets***, quando pertencentes a um mesmo dialeto de uma língua, estabelecem uma relação de concorrência que acaba por determinar ou uma mudança de significado (especialização semântica) em uma das formas ou o desaparecimento de uma das lexias. Neste caso, está implicado não só o fenômeno do *sinmorfismo* mas também o da própria sinonímia.

Esse fenômeno tem, portanto, implicação direta na dinâmica lexical de uma língua. E, para entendermos melhor essa dinâmica, nos propomos a observar alguns casos de ***doublets*** que ocorreram em variação no português arcaico. Vale destacar que só podemos falar em concorrência, estritamente, nos casos em que os ***doublets*** ocorrem num mesmo texto, com o mesmo sentido. Nos demais casos, não há como se confirmar a sua concorrência direta.

Na expectativa de comprovar as nossas hipóteses acerca das relações sinmórficas entre sufixos, buscamos recolher, entre nossos dados, um número, mais abrangente possível, de ***doublets***. Ao estabelecer essa coleta, pudemos observar que algumas palavras formadas por esses sufixos sinmórficos estabelecem uma relação de concorrência, no sentido de gerar a seleção de uma forma em detrimento da outra, enquanto outras palavras parecem conviver pacificamente, no sentido de gerar a especialização de cada uma das

formas em campo semântico próximos, mas distintos. Buscamos analisar esse comportamento em cada caso de *doublets*³⁴.

Os sufixos nominalizadores por estabelecerem entre si uma relação de sinmorfismo absoluto, ou seja, tanto no plano virtual, quanto no plano do discurso, geram um maior número de ocorrências de formas duplas.

Entre os sufixos *-mento* e *-o*, formadores de substantivos abstratos com valor ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’ encontramos quatro casos de *doublets*.

As formas *acorrimento* (A19) e *acorro* (A20), *acorrimento* (B781) e *acorro* (B1), derivadas do verbo ‘acorrer’ (lat. *accurrere*), foram encontradas como variantes tanto na primeira, quanto na segunda fase do português arcaico, embora tenham sido registradas em quatro textos diferentes. Nas quatro ocorrências, o sentido empregado é o mesmo ‘socorro, auxílio, préstimo, ajuda’, como atestam as averbações da segunda fase: “*Em tanto trouve Herodes acorrimento dos Romãaos.*” (VFJC:57) e “*... diziam elles que as leis e justiça se nom compria senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham ajuda e acorro, caindo em ella rrompiam-na e escapavam.*” (CDP:125). No português contemporâneo³⁵, essas duas formas são atestadas nos dicionários³⁶ como sinônimas, nos parece, contudo, que

³⁴ Nessa análise, nos serviremos dos contextos em que as palavras da segunda fase do período arcaico foram empregadas, infelizmente, para os dados da primeira fase, não obtivemos os contextos, e os sentidos das palavras aqui referidos equivalem aos sentidos descritos pelos autores dos glossários que compuseram o *corpus* representativo dos séculos XIII e XIV.

³⁵ As referências ao português contemporâneo são relativas ao português brasileiro, as referências ao português europeu contemporâneo, quando pertinentes, estarão devidamente identificadas.

³⁶ Para a comparação com o português contemporâneo, foram utilizados os dicionários Aurélio (1986), Aurélio Século XXI (digital), Houaiss (2001) e a nossa intuição enquanto falantes da língua. Vale ressaltar que, embora algumas palavras não tenham sido encontradas nos dicionários de consulta e não sejam usadas pela mídia, é possível que estejam em uso em dialetos, sobretudo rurais, do Brasil.

embora constantes dos dicionários são formas arcaizantes que não permanecem no léxico comum do português brasileiro, sendo preteridas em favorecimento da palavra ‘socorro’.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos num mesmo glossário de um texto, *Orto do Esposo*, as variantes *apostamento* (A134) e *aposto* (A135), derivadas do verbo ‘apostar’ (do lat. *apponere*), ambas empregadas com o sentido de ‘ornamento’. Em nossos dados da segunda fase do período arcaico, já não encontramos a ocorrência das formas derivadas do verbo ‘apostar’, mas, com o mesmo sentido, encontramos a palavra *ornamentos* (B883) (do lat. *ornamentum* -i < do lat. *ornare*) com o sentido de ‘enfeites, adornos’ em: “... *fez muitas e reaes obras e deu muy riquissimos ornamentos.*” (VFDJII: 242). No português contemporâneo, a forma ‘apostamento’ não se encontra dicionarizada, embora o verbo ‘apostar’ no sentido de ‘aprontar(-se), preparar(-se), enfeitar(-se)’ esteja registrado. A forma ‘aposto’ aparece, no *Dicionário Houaiss* (2001), como uma palavra polissêmica e dentre as suas possibilidades de sentido está “3 que tem boa apresentação; bem apessoado, elegante” (2001: 259), mas vale ressaltar que em nenhuma das acepções a palavra apresenta o valor ‘ornamento’.

Os substantivos abstratos *avisamento* (B804) e *avisos* (B6), empregados na segunda fase do período arcaico, com o sentido de ‘aviso, recado, informação, notícia’, são também exemplos de **doublets** que atestam o sinmorfismo entre os sufixos *-mento* e *-o*. Esses sufixos são, como já dissemos, formadores de substantivos a partir de bases verbais com o sentido de ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’, nesse caso, X é o verbo ‘avisar’ que vem do fr. *aviser*, deriv. do lat. *visum*, part. de *videre* ‘ver, olhar’. Os contextos que atestam a sua variação são, a saber: “... *e omde compria mais ou menos força de gemte, de guisa que por mimgoa de bõo avisamemto nõ reçebesse allgũa perda.*” (CDPM: 216) e “... o que

foy causa de nam crer muitos avisos que nestes dias lhe vieram em especial do marquês ...” (VFDJII:210). Não foram encontradas formas derivadas de ‘avisar’ na primeira fase do período arcaico, nem palavras com o mesmo sentido. No português contemporâneo, ambas as formas estão registradas em dicionário, ainda que a palavra *avisamento* apareça indicada como sinônima, de *aviso*, porém pouco usado.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos mais um exemplo de **doublents** em *-mento* e *-o*, a saber: duas ocorrências de *empeço* (A641), *empeço* (A642), cuja origem pode ser apontada como do verbo arcaico ‘empeçer’ (do lat. **impediscere*) e uma ocorrência de *empedimento* (A643) cujo étimo aponta para a derivação latina *impedimentum* (do lat. **impediscere*), as três formas foram identificadas, em seus respectivos glossários, como referentes a um mesmo sentido: ‘obstáculo, empecilho’. Essa variação indica uma sinonímia parcial, sendo a forma *empeço* mais popular e a forma *empedimento* mais erudita. Na segunda fase do período arcaico, encontramos uma ocorrência da forma *empeecimento* (B831), cujo étimo retoma a base do verbo arcaico ‘empecer’ (do lat. **impediscere*). No entanto, não podemos afirmar que se trata de um **doublents**, pois o sentido com que esta forma é empregada não parece ser exatamente o mesmo das indicações de sentido das formas anteriores, como nos revela o texto: “*E ali se começou a batalha aspera e mortal, e tornou-se a grande empeecimento dos Clutões;...*” (VFJC:78). Nesse contexto, o sentido de *empeecimento* parece remeter a noção de ‘prejuízo, dano’ e não de ‘obstáculo, empecilho’. Essa noção coaduna com o sentido contemporâneo apontado para o verbo ‘empecer’ que, segundo os dicionários, refere-se a ‘causar dano a; prejudicar; transtornar’, assim como o derivado *empecimento*, também registrado nos dicionários, que se refere ao ‘ato de empecer’. A forma *empeço* igualmente

se encontra registrada nos dicionários do português contemporâneo, segundo os quais seu sentido é equivalente a ‘empecilho’.

Contudo, das três palavras citadas acima, a forma mais usual, contemporaneamente, é, sem dúvida, a palavra *impedimento*, que é, geralmente, usada para denotar ‘algo que impede’ num contexto mais abstrato, enquanto que para denotar ‘algo que impede’ num contexto mais concreto é mais comum usar-se a palavra ‘obstáculo’, ainda que seja possível o trânsito das duas formas, em ambos contextos. Por exemplo, se alguém se refere a *um muro que lhe impede a passagem*, em geral, ele será identificado como um ‘obstáculo’, de outra parte, se alguém se refere a uma restrição ou proibição para uma dada ação, por exemplo, *alguém quer viajar e a mãe não permite*, essa situação poderá ser associada, mais comumente, à idéia de ‘impedimento’ ou, ainda, ‘empecilho’. No entanto, não há impossibilidade de que o *muro* seja referido como um ‘impedimento’ ou ‘empecilho’, e que *a não permissão da mãe* seja referida como um ‘obstáculo’. Também podemos identificar que há divergência entre os sentidos das formas ‘impedimento’ e ‘empecilho’, se uma mulher de quarenta anos deseja engravidar, ela pode encontrar ‘empecilhos’, mas não há um ‘impedimento’, enquanto se uma mulher que ligou as trompas deseja engravidar, ela vai encontrar um ‘impedimento’ e não apenas ‘empecilhos’.

A produção de **doublets**, no período arcaico, com os sufixos nominalizadores *-mento* e *-nça* também foi bastante significativa, contabilizando quatro casos.

Encontramos, na primeira fase, as formas *ensinamento* (A698), *ensinamento* (A699) e *ensinança* (A700), *ensinança* (A701), derivadas do verbo ‘ensinar’ (do lat. *insignare*), as quatro apontadas com o sentido de ‘ensino, instrução’, segundo os seus respectivos glossários. Na segunda fase do período arcaico, encontramos a ocorrência da palavra

ensinos (B29), igualmente derivada do verbo ‘ensinar’ (do lat. *insignare*), no entanto, o sentido com que é empregada não parece ser o mesmo das formas anteriores, uma vez que se refere à noção de ‘ensinamentos, lições’, como pode confirmar o contexto: “... *tam vertuosos e verdadeyros conselhos e ensinos* ...” (VFDJII: 218). Notamos que o sentido com que a palavra *ensino* está empregada não coaduna com o sentido com que é utilizada usualmente no português contemporâneo, pois é mais comumente usada para referir à ‘transmissão formal de conhecimento’, enquanto, ‘ensinamento’ é usado para denotar o sentido com que a palavra *ensinos* foi empregada no contexto acima. Nos dicionários contemporâneos, as três formas (*ensinamento*, *ensinança* e *ensino*) encontram-se documentadas, bem como um outro ***doublet*** em *-ção* (*ensinação*). Vale ressaltar que *ensinamento*, *ensinança* e *ensinação* são apontadas como sinônimas, e que, das três, apenas a primeira é empregada usualmente. As formas *ensino* e *ensinamento*, embora apresentem semas comuns, não são apontadas, pelos dicionários, como formas sinônimas, e o seu emprego, geralmente, em contextos bastante diferenciados pode justificar tal compreensão.

Na primeira fase do português arcaico encontramos, ainda, os ***doublets*** *avondamento* (A196), derivada do verbo arcaico ‘avondar’ (lat. *abundare*) e *avondança* (A197), derivada no latim *abundantia,ae* (do lat. *abundare*), ambas com o sentido de ‘fartura, excesso’. Na segunda fase, ocorre apenas a forma *avondança* (B921), com sentido de ‘fartura, excesso’, no contexto “... *que nós avemos mais cidadãaos e maior avondança de cavalo e d’armas.*” (VFJC: 34). No português contemporâneo a forma *abundância* ainda é bastante usual, já a forma *abundamento* encontra-se registrada no dicionário Houaiss (2001: 33) como sinônima de *abundância*, mas não foi encontrada nos demais dicionários consultados.

Tanto na primeira, quanto na segunda fase do português arcaico encontramos **doublets** derivados do verbo ‘conhecer’. Na primeira fase foram identificadas duas ocorrências em *-mento*: *conhocimento* (A418) e *conhecimento* (A416), derivadas do verbo ‘conhecer’ (do lat. *cognoscere*), e quatro ocorrências em *-nça*: *conhocença* (A417), *conhecença* (A413), *conhecença* (A414), *conhecença* (A415), também derivadas do verbo ‘conhecer’ (do lat. *cognoscere*). Em todos os glossários, nos quais foram coletadas as ocorrências, o sentido indicado é ‘conhecimento’. Sabemos, contudo, que a palavra possui muitos sentidos polissêmicos, que, em uma análise mais apurada dos contextos da primeira fase, poderiam revelar-se. Na segunda fase, os **doublets** em *-mento* e *-nça* também ocorrem, sendo três ocorrências em *-mento*: *conhecimento* (B812), *conhecimento* (B813), *conhocimento* (B814) e apenas uma de *conhecenças* (B925), porém os contextos em que ocorrem revelam variações polissêmicas de sentido. Em “... *deixar morrer em seus reinos e em sua casa e sua cama com conhecimento de sua morte; ...*” (VFDJII: 177), o sentido pode ser descrito como ‘consciência’. Em “... *daar comta e rrazão das cousas que passã nos tempos de minha hydade ou daquellas que passarão tam açerca de que eu posso aver verdadeiro conhecimento ...*” (CDPM: 173), o sentido pode ser descrito como ‘noção, discernimento’. Em “... *por que nos seus feitos pode homem achar assaz de conhecimento de fazer bem ...*” (VFJC: 06), o sentido aproxima-se de ‘sabedoria, conselho’. Em “... *boa cousa he tomar amizades e novas conhecenças, muito melhor he, segundo diz o sabedo, ...*” (CDP: 128), o sentido é ‘pessoas com quem travamos relações’. No português contemporâneo, *conhecimento* e *conhecença* encontram-se registradas nos dicionários, ainda que o verbete da segunda remeta ao verbete da primeira como palavra sinônima.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos mais um par de **doublets** formado por *-mento* e *-nça*, a saber: *entendença* (A708) e *entendimento* (A709), ambas derivadas do verbo ‘entender’ (do lat. *intendere*), e identificadas, nos glossários, com o sentido de ‘entendimento’. Semelhante ao que ocorre com a palavra ‘conhecimento’, há polissemia na palavra ‘entendimento’, que talvez pudesse ser verificada na análise dos contextos da primeira fase, como pudemos verificar nas ocorrências da segunda fase do período arcaico. Nos dados da segunda fase, encontramos três ocorrências com o sufixo *-mento*: *entendimento* (B835), *entendimento* (B836), *entendimentos* (B837) e nenhuma com o sufixo *-nça*. Nessas ocorrências, duas formas apresentaram o sentido de ‘entendimento, compreensão, juízo’, nos seguintes contextos: “*E tall virtude como esta pode cada hũu ganhar per obra de bõo entendimento...*” (CDP: 88) e “*Aqueles que foram ante nós ouverom siso e entendimento, ...*” (VFJC: 32) e uma forma apresentou o sentido de ‘entendimentos, ajustes, acordos, combinações’ no contexto: “*... com achaques e cautellas que punham e outros entendimentos que os capitulos davam desviados ...*” (VFDJII: 193). Atualmente, apenas a palavra ‘entendimento’ encontra-se dicionarizada.

Os sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* produziram o maior número de **doublets** do nosso *corpus*, num total de nove casos.

Na segunda fase do português arcaico, encontramos as formas *contradiçam* (B190), derivada no latim *contraditio -onis* (do lat. *contradicere*) e *contradizimento* (B819), derivada do verbo ‘contradizer’ (do lat. *contradicere*). Em ambos os casos são empregadas com sentido de ‘oposição, contrariedade, combate’, como atestam os trechos a seguir: “*... chegarão logo sem alvoroço, perigo, nem contradiçam, ...*” (VFDJII: 213) e “*...e tornou-se ao castelo sem contradizimento de nem hũu.*” (VFJC: 50). A sinonímia também parece

estar restrita a condicionamentos, pois enquanto *contradiçam* tem formação erudita, *contradizimento* é formada na língua popular. No português contemporâneo, apenas a palavra ‘contradição’ encontra-se dicionarizada, ainda que o sentido bélico, com que é empregada nos textos, não seja citado pelos autores dos dicionários consultados.

As palavras *correição* e *corregimento* também se apresentaram como **doublets** na segunda fase do português arcaico, sendo a primeira uma derivação latina *correctio –onis* (do lat. *corrigere*) e a segunda uma derivação portuguesa do verbo ‘corregere’ (do lat. *corrigere*). No entanto, os sentidos com que as formas foram empregadas não são exatamente os mesmos. Em *corregimento* (B820), “...e que façam emenda e *corregimento* de toda perda e dano...” (VFJC: 72), o sentido é ‘correção, reparo, retificação’. Já em *corregimentos* (B821), “...pera hordenar seus *corregimentos* segundo a hordenança que lhe era dada...” (CDP: 96), o sentido empregado é ‘punições, reparações, corretivos’. E em *correição* (B194), “Amava muito de fazer justiça com *dereito*; e assi como quem faz *correiom* andava pollo rreino...” (CDP: 92), um sentido mais específico se apresenta ‘função administrativa, em via de regra, de competência do corregedor’. Na primeira fase, apenas as ocorrências *correizon* (A456) e *correpçom* (A457), derivadas no latim *correctio –onis* (do lat. *corrigere*), foram registradas. Nos dois casos, os respectivos glossários apresentaram o mesmo sentido: ‘reprimenda, censura’. Podemos, então, verificar um conjunto diversificado de semas, ainda que estes estabeleçam entre si relação de polissemia. Contemporaneamente, as duas formas estão registradas nos dicionários como polissêmicas. A palavra ‘corregimento’, no Aurélio Século XXI, apresenta a possibilidade de emprego com os seguintes sentidos: 1) ato ou efeito de corregere; 2) reparação do dano; multa; 3) ornamento; alfaia. Por outro lado, a palavra ‘correição’, apresenta as seguintes

possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de corrigir; correção; 2) função administrativa, em via de regra de competência do poder judiciário, exercida pelo corregedor; 3) visita do corregedor às comarcas, no exercício de suas atribuições. Não podemos, entretanto, deixar de citar a palavra ‘correção’ que hoje é empregada com maior frequência para referir todos os sentidos empregados no período arcaico, exceto o sentido de ‘função administrativa, em via de regra, de competência do corregedor’.

Na primeira fase do período arcaico, encontramos as formas *encantaçon* (A649), do lat. *incantatio*, -onis (lat. *incantare*), ‘bruxaria, magia’ e *encantamento* (A654), do lat. *incantamentum*, -i (do lat. *incantare*), ‘bruxaria, magia’. Interessante observar que as duas palavras são derivações latinas e que, portanto, já eram **doublets** nessa língua. Resta saber se possuíam exatamente os mesmos semas, ou seja, se eram empregadas sempre com o mesmo sentido, assim como foram empregadas no português arcaico. Na segunda fase, nenhuma forma derivada de ‘encantar’ foi registrada nos nossos dados. Nesse campo semântico apenas a forma *feiticeira* (B573) foi empregada. No português contemporâneo, estão registradas nos dicionários ‘encantamento’ e ‘encantação’, ainda que o verbete desta remeta ao verbete daquela com a indicação de sinonímia.

No glossário do *Orto do esposo*, primeira fase, encontramos registradas as formas *enganaçom* (A675) e *enganamento* (A679), derivadas do verbo ‘enganar’ (do lat. **ingannare*), com a indicação de sentido ‘engano, artifício’. Na primeira fase ainda encontramos *engano* (A680), igualmente derivada do verbo, ‘enganar’ (do lat. **ingannare*), mas o sentido apontado foi ‘fraude, logro’. Na segunda fase do período arcaico, apenas a forma *engano* (B28) foi empregada com o sentido de ‘logro. idílio, erro’, no contexto: “... *a meetade de quanto assi levara fosse pera o tesouro d’el-rrei e a metade pera aquelle que*

recebera tall engano ...” (CDP: 141). No português contemporâneo, os dicionários registram somente a palavra ‘engano’ com os seguintes sentidos: 1) erro causado por descuido, falta de conhecimento específico ou desatenção; 2) logro, armadilha, embuste; 3) falsa crença, ilusão e 4) ligação telefônica errada. Diferentemente de ‘enganamento’, a palavra ‘enganação’ ainda é usada popularmente, pelo menos no dialeto baiano, com o sentido de ‘fraude’, por exemplo, surge uma nova dieta milagrosa e é comum referirem-se a ela como ‘enganação’.

Na *Crônica de Dom Pedro de Meneses*, segunda fase, na mesma página, em parágrafos seguidos, ocorreram as formas *espidiçam* (B230) e *espedimento* (B842), derivadas do verbo arcaico ‘espedir’ (do lat. *expetere*), ambas com o sentido de ‘despedida, separação’, como se pode inferir dos contextos em que ocorrem: “... *eu nom poderia escrever sem lagrimas a espidiçam que estas gentes fezerão hũas das outras, ...*” (CDPM: 210) e “... *a ora daquela partyda, foy amtre elles hũ espedimento tam doroso, ...*” (CDPM: 210). Na primeira fase do período arcaico, nenhuma ocorrência dessas formas foi identificada. Nos dicionários contemporâneos, ‘expedimento’ não está registrada e ‘expedição’, ainda que documentada, não apresenta, segundo os dicionários, a possibilidade de sentido com que foi empregada na segunda fase do português arcaico, sendo usada para referir: 1) ato ou efeito de expedir; despacho, remessa; expediência; 2) prontidão, diligência, desembaraço; 3) remessa de tropas para determinado fim; 4) o corpo de tropa; 5) grupo que se destina a explorar, pesquisar, estudar uma região; 6) seção encarregada de expedir as mercadorias, nos estabelecimentos comerciais.

Outro caso interessante de *doublents*, no período arcaico, ocorre entre *juraçon* (A937), derivado de ‘jurar’ (do lat. *jurare*), que foi registrado no glossário do *Cancioneiro*

d' Ajuda, primeira fase, com o sentido de 'juramento' e os três registros de *juramento* (B866), *juramento* (B867), *juramentos* (B868), já derivados no latim tardio *juramentum* (do lat. *jurāre*), empregados com o sentido de 'jura, testemunho', nos contextos: "... *dava a cada hũu juramento aos evangelhos quantos dinheiros rreceberam d'aquell rrecadador ...*" (CDP: 140); "... *Marcus Crassus nom veo ao dia assinado, por medo ou por se arrepender do juramento.*" (VFJC: 16) e "... *assi se fez com muito segredo e grandes juramentos, ...*" (VFDJII: 182). É importante observar que na primeira fase há ocorrência de uma forma mais popular enquanto, na segunda, há a retomada da forma latina, portanto, mais erudita. No português contemporâneo, apenas a forma 'juramento' apresenta-se registrada nos dicionários.

Na primeira fase do período arcaico, identificamos as ocorrências de *mudaçom* (A1128), derivada no latim *mutatio*, *-onis* (do lat. *mutare*), *mudamento* (A1131) e *mudança* (A1132), derivadas do verbo 'mudar' (do lat. *mutare*), sendo as três referidas, em seus respectivos glossários, com o sentido de 'mudança'. Na segunda fase, encontramos a ocorrência de *mudamentos* (B879) e *mudanças* (B959), derivadas de 'mudar' (do lat. *mūtāre*), com o mesmo sentido da primeira fase, com atestam os seus contextos: "... *as gemtes mymgoadas pellos muitos mudamemtos que se fezerã nas moedas, ...*" (CDPM: 190) e "... *a estimavam muyto, e em tempos de mudanças e em reyno estranho ...*" (VFDJII: 197). Nos dicionários contemporâneos, apenas as forma 'mudança' e 'mutação' estão registradas.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos três ocorrências de *saluaçom* (A1440) *salvaçon* (A1442) *salvaçon* (A1443), forma derivada no latim *salvatio* *-onis* (do lat. *salvare*) e uma ocorrência de *salvamento* (A1445), derivada do verbo 'salvar' (do lat.

salvare), apontadas, nos seus respectivos glossários, com o mesmo sentido ‘salvação, remissão’. Na segunda fase do português arcaico, encontramos apenas duas ocorrências de *sallvação* (B268) e *salvaçam* (B269), forma mais erudita já derivada no latim. Nessas ocorrências, o sentido empregado é o mesmo referido pelos glossários da primeira fase, como se pode observar nos trechos a seguir: “... *homẽ catolico e amigo de Deus, grande rrimidor de catyvos, pera a sallvação dos quais nõ tynha em comta nenhũa rriqueza ...*” (CDPM: 182) e “...*soube que a vida d’ el-rey seu pay nam tinha remedio algum lho quis buscar pera salvaçam de sua alma...*” (VFDJII: 177). É interessante observar que essas duas formas estão registradas nos dicionários do português contemporâneo, contudo, são usadas em contextos específicos, apontando para uma especialização semântica, uma vez que ‘salvação’ apresenta o sentido de ‘ato ou efeito de salvar(-se), ou de remir(se)’, usada, sobretudo, em contextos religiosos para referir à ‘salvação da alma’, enquanto que a forma ‘salvamento’ é usada para indicar o ‘ato, operação ou efeito de salvar; resgate’.

Identificamos, na primeira fase do período arcaico, a ocorrência de *ofereçon* (A1188), e, na segunda fase, a ocorrência de *offerecimentos* (B882), ambas derivadas do verbo ‘oferecer’ (do lat. **offerescere*). No entanto, o sentido indicado, pelo glossário, para *ofereçon* foi de ‘oferta, oferecimento, doação’, que difere do sentido que depreendemos do contexto em que *offerecimentos* ocorre. No trecho: “... *nom conrrompido per nẽhũus falsos offerecimentos que trasmudam os juizos dos homẽes.*” (CDP:119), podemos perceber que o sentido é de ‘oferta, suborno’. Na segunda fase do português arcaico, ainda ocorre a forma *ofertas* (B37), do latim. **offerta* (do lat. **offerescẽre*, incoativo de *offerre*), com sentido de ‘oferenda’, como sugere o contexto: “...*nom leixavam de fazer seus sacrificios e suas ofertas.*” (VFJC:52). No português contemporâneo, os dicionários não registram a

forma **oferença*, mas há registro de ‘oferta’, ‘oferecimento’ e ainda ‘oferenda’. Pode-se dizer que estas são **doublets** do português contemporâneo, e, ainda, que suas possibilidades de emprego estabelecem relação semântica, ou seja, ainda existe uma sinonímia, ainda que parcial, como podemos ver através de seus verbetes retirados do *Aurélio Século XXI*: *oferenda*: 1) objeto ou coisa qualquer que se oferece; presente, dádiva, oferta e 2) oferta piedosa; oblata, oblação / *oferta*: 1) ato de oferecer(-se); oferecimento; 2) aquilo que se oferece; oferenda, dádiva, oblação; 3) retribuição de certos atos litúrgicos / *oferecimento*: 1) ato ou efeito de oferecer(-se); 2) expressão da vontade de servir, de ser útil ou agradável a alguém; 3) dedicatória. Segundo o *Aurélio*, *oferenda* e *oferta* serão sinônimas quando estiverem empregadas no sentido 1) e 2), respectivamente, enquanto *oferta* e *oferecimento* serão sinônimos quando empregadas no sentido 1) e 1), respectivamente. É interessante ainda notar que, segundo os sentidos acima apontados, não há possibilidade de sinonímia entre *oferenda* e *oferecimento*, mas acreditamos que não haja impossibilidade de que isso ocorra no discurso.

Apenas dois casos de **doublets**, entre os sufixos *-nça* e *-ção*, foram detectados.

Na segunda fase do período arcaico, encontramos duas ocorrências de *governaçam* (B240) e *governação* (B241), derivadas no latim *gubernatio -onis* (do lat. *gubernare*), com sentido de ‘governo, administração’, e quatro ocorrências de *governança* (B943), *governança* (B944), *governança* (B945), *governança* (B946), derivadas do verbo ‘governar’ (do lat. *gubernare*), também, no sentido de ‘governo, administração’, com pode ser verificado em seus respectivos contextos: “... o principe ficou em Portugal com a governaçam do reyno ...” (VFDJII: 155); “...tornou a rrepetir o que lhe amte dissera, emcomendando-lhe os fidallgos que sou sua governação ficavã, ...” (CDPM: 209); “... e

por consentimento d' el-rey seu pay deixou o regimento e governança do reino ...” (VFDJII: 159); “... *achey per escripto //(p.8) nas cartas que hos ofiçiaes que os rreis tinhã naquella çidade pera governança dos moradores della ...*” (CDPM: 178); “... *des i boa governança que em seu rreino tiinha, ...*” (CDP: 102); “... *que o senado e o poboo lhe outorgassem a guarda e guovernança do Egito.*” (VFJC: 24).

É importante observar que, no português contemporâneo, ambas as formas estão registradas nos dicionários, com o mesmo sentido ‘ato de governar(-se); governo; governança’. Porém, é a forma ‘governo’ a mais usual no Brasil; e, em Portugal, temos conhecimento que a forma ‘governança’, ainda , é bastante usada.

Os **doublets** derivados do verbo ‘ordenar’ não ocorreram em variação na primeira fase do português arcaico, tendo sido encontradas duas ocorrências de *ordenaçom* (A1201) e *ordinhaçon* (A1202), do latim *ordinatio*, -onis (do lat. *ordinare*), ambas com o sentido de ‘ordem, mando’. Com o mesmo sentido, na segunda fase do período arcaico, ocorreram **doublets** em -ção e -nça. Detectamos duas formas em -ção: *hordenaçom* (B243): “... *tragia el-rrei enculcas que lhe soubessem parte de taaes homens, por se comprir em elles sua hordenaçom.*” (CDP: 104) e *hordenaçoões* (B244): “... *poendo hordenaçoões em ssi e nos seus por teerem tesouros e seerem abastados.*” (CDP: 135), derivadas no latim *ordinatio*, -onis (do lat. *ordinare*), e duas formas em -nça: *hordenamça* (B948): “...*e tall hordenança tiinha em esto que nênhũu era deteudo em sua casa...*” (CDP: 92) e *hordenança* (B949): “... *se passarão muy gramdes e notaveis feitos, assy acabados por sua propia pessoa como por seus servidores // (p. 3) e naturais por sua hordenamça e mamdado ...*” (CDPM: 174), derivadas no latim medieval *ordinantia* (do lat. *ordinare*). No entanto, na segunda fase, ocorreu a forma *hordenanças* (B950), com sentido de

‘regulamentos, ordens, leis militares’, como se pode inferir do contexto: “*Emtom leixou Cesar em seu logar Titos Labienus, com toda a hoste e as hordenanças da guerra.*” (VFJC: 69). E, ainda, ocorreu a forma *hordenamento* (B863), derivada do verbo ‘ordenar’ (do lat. *ordinare*), no sentido de ‘liderança, chefia, capacidade de dar ordens e ser obedecido’ “... *hũu homem mancebo que avia nome Pisa, de grande linhagem e de grande hordenamento e ardimento, ...*” (VFJC: 16).

No português contemporâneo, as três formas encontram-se registradas nos dicionários, além, é claro, da palavra ‘ordem’. Podemos identificar entre essas formas algumas relações de sinonímia parcial que, ainda, permanecem no português atual. Segundo os dicionários de uso consultados, a palavra ‘ordem’ pode ser empregada com, pelo menos, 13 sentidos diferentes, dentre eles: 2) disposição metódica; arranjo de coisas segundo certas relações; 3) boa disposição; bom arranjo; arrumação; 8) determinação de autoridade; mandado, prescrição, ordenação: ordem superior. Por sua vez, a palavra ‘ordenação’ pode ser usada com os sentidos de 1) ato ou efeito de ordenar; ordenamento; 2) determinação de autoridade; mandado, prescrição, ordenação, ordem; 3) boa disposição; arranjo metódico; arrumação, ordem. Podemos observar que os sentidos de ‘ordem’ e ‘ordenação’ são os mesmos em 8) e 2) e em 3) e 3), respectivamente. A palavra ‘ordenamento’ possui as possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de ordenar; ordenação; 2) método ou conjunto de preceitos que se devem observar no tratamento e exploração das matas. Nesse caso, podemos perceber que o sentido 1) é o mesmo em ‘ordenação’ e o mesmo com que a ocorrência foi empregada no português arcaico. A palavra ‘ordenança’ parece ter sido a que mais se especializou, segundo os dicionários consultados, podendo ser empregada com os sentidos de: 1) regulamento militar; 2) corpo de tropas; exército; 3) soldado às ordens de

um superior hierárquico. Isso nos chama a atenção pelo fato de esta ter sido a forma mais recorrente no período arcaico com o sentido de ‘ordem, mando’.

Ainda identificamos mais dois casos de *doublets* entre sufixos nominalizadores.

O primeiro refere-se a formações em *-ção* e em *-a*. Na primeira fase, identificamos três ocorrências de *perdiçom* (A1246), *perdiçom* (A1247) e *perdiçom* (A1248), derivadas no latim *perditio*, *-onis* (do lat. *perdere*), descrito pelos glossários, com o sentido de ‘perdição’ e uma ocorrência de *perdiçom* (A1245), com o sentido de ‘danação eterna’. Não há, na descrição de sentido dos glossários, como identificar se, nas duas primeiras ocorrências, o sentido ‘perdição’ equivale a ‘danação eterna’, mas, de fato, existe essa possibilidade. Ainda na primeira fase do período arcaico, encontramos a forma *perda* (A1244), derivada do verbo ‘perder’ (do lat. *perdere*), com sentido de ‘perda’, indicado pelos glossários³⁷. Na segunda fase, encontramos uma ocorrência de *perda* (B40) e três ocorrências de *perdição* (B253), *perdiçam* (B252) *perdiçom* (B254). Nos chamou a atenção o fato de *perda* (B40) e *perdição* (B253) ocorrerem num mesmo texto, na mesma página, no mesmo parágrafo, com o mesmo sentido: ‘perda, privação da presença de alguém’, como se pode notar pelos contextos: “... a *nembrança de sua perda gerall não se podia esquecer por outra nenhũa cousa de melhora, por grande que fosse.*” (CDPM:221) e “... e assy começavam de fazer seu pramto mui dorido chorando sua *perdição*, ...” (CDPM:221). Nas outras duas ocorrências, *perdiçam* (B252), apresentou o sentido ‘perda, privação de alguma coisa que se possuía’ em “... *manda degolar Dom Fernando duque que foy de Bragança por cometer e trautar trayçam e perdiçam de seus reinos ...*” (VFDJII: 223) e *perdiçom* (B254)

³⁷ Essa indicação de sentido dos glossários, donde retiramos os dados da primeira fase, é um tanto frustrante, uma vez que parece remeter às possibilidades polissêmicas das palavras, enquanto sabemos que, no texto, elas foram empregadas com um sentido específico que não foi descrito.

atualizou o sentido de ‘perdição, danação, ruína’ em: “... *assi que todos os homens vão a perdição* ...” (VJC: 33).

Ambas as formas encontram-se registradas nos dicionários atualmente, apresentando possibilidade de sinonímia. Segundo os dicionários de uso, o item lexical ‘perdição’ pode ser empregado com os seguintes sentidos: 1) ato ou efeito de perder(-se); 2) desgraça, ruína, estrago, desastre, perda; 3) condenação às penas eternas; danação; 4) desonra, descrédito, imoralidade, desregramento. Por sua vez, a palavra ‘perda’ pode referir-se a: 1) ato ou efeito de perder; 2) privação de alguma coisa que se possuía; 3) privação da presença de alguém; ausência, falta, desaparecimento; 4) morte, falecimento, desaparecimento; 5) extravio, sumiço; 6) destruição, ruína, aniquilamento; 7) o ato ou fato de deixar de ganhar; 8) decréscimo, diminuição; 9) danação, perdição. Nesse caso, os sentidos de ‘ato ou efeito de perder(-se)’ e ‘desgraça, ruína, estrago, desastre, perda’ podem ser atualizados pelas duas formas.

O segundo caso, refere-se aos *doublets*, ocorridos da primeira fase, *inchaçon* (A915) e *jnchaço* (A924), derivadas do verbo ‘inchar’ (do lat. *inflare*), empregadas com o sentido de ‘inchaço’, segundo os seus respectivos glossários. Quanto a essas formas, o mais interessante é verificarmos que não só essas duas formas se encontram registradas nos dicionários, como também aparece a forma ‘inchamento’, todas referidas como sinônimas, ou seja, os verbetes de ‘inchaço’ e ‘inchamento’ remetem ao verbete de ‘inchação’, que apresenta as seguintes possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de inchar; inchamento; 2) tumor, anasarca, inchaço 3) arrogância, presunção, vaidade.

Em suma, os *doublets*, originados por sufixos nominalizadores, são bastante recorrentes na língua portuguesa, seja no período arcaico, seja contemporaneamente. No nosso entendimento, isso se dá pelo alto grau de sinmorfismo que existe entre esses sufixos.

Contudo, não só sufixos nominalizadores geram *doublets*, outros casos foram detectados em nosso *corpus* e merecem referência para que analisemos as possibilidades de sinmorfismo entre outros sufixos.

O sufixo *-ura1*, formador de substantivos a partir de base adjetivas, é utilizado para a entificação de uma qualidade ou estado, e o sufixo *-or2*, formador de substantivos a partir de base adjetivas, opera a entificação de uma qualidade relacionada à percepção sensorial. Embora haja uma especificidade no comportamento de *-or2*, ao menos nos dados do período arcaico, em relação a *-ura1*, esses dois sufixos geraram três casos de *doublets*.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos as formas *aluura* (A89) e *alvor* (A91), derivadas do adjetivo ‘alvo’ (do lat. *alvus*), descritas com o sentido de ‘alvura, brancura’, por seus respectivos glossários. No entanto, ainda na primeira fase, encontramos mais duas ocorrências da forma *alvor* (A90) e *alvor* (A92), porém empregadas com o sentido de ‘alvorada, alvorecer, amanhecer’. Nos dicionários de uso do português contemporâneo, há indicação de que as duas formas ainda podem apresentar sinonímia em uma das suas possibilidades de sentido. Segundo os dicionários consultados, ‘alvura’ apresenta as possibilidades de sentidos: 1) ‘qualidade do que é alvo; brancura’ e 2) ‘candura, pureza, inocência’, por sua vez, ‘alvor’ pode indicar: 1) a primeira luz da manhã; alva, 2) alvura, brancura; 3) brilho, esplendor e 4) alvorada. Podemos notar, portanto, que as condições de emprego continuam as mesmas, pois as duas formas podem ainda referenciar a idéia de ‘brancura’, enquanto apenas ‘alvor’, como ocorre no português

arcaico, permite a referência à ‘alvorada’. Vale ressaltar que, no português contemporâneo, ainda temos ‘o alvorecer’ e ‘a alvorada’, para referirmos ao ‘crepúsculo matutino’, que derivam da mesma base ‘alvor’.

As formas *amargor* (A100) e *amargura* (A104), *amargura* (A105), derivadas do adjetivo ‘amargo’ (do lat. **amaricus* < lat. *amarus*), foram identificadas, na primeira fase do período arcaico, como sinônimas, indicadas com o sentido de ‘amargura’ pelos glossários. Na segunda fase do português arcaico, encontramos apenas a ocorrência da forma *amargura* (B1145), empregada com o mesmo sentido dos *doublets* da primeira fase, como atesta o contexto: “... *temo que esta piedade e esta duvida nom se vos torne a mizquindade e amargura.*” (VFJC:35). Segundo os dicionários consultados para o confronto com o português contemporâneo, as duas formas permanecem como sinônimas, quase perfeitas, ou seja, quase todos os semas de uma estão presentes também na outra. Assim, ‘amargura’ pode ser empregada com os sentidos de: 1) sabor amargo; amargor: amargo; 2) tristeza, sofrimento, mágoa; amargor; 3) sofrimento arraigado de dor e ressentimento; acrimônia, azedume; amargor, da mesma forma ‘amargor’ pode referir-se a: 1) sabor amargo; amargura; amargo; 2) qualidade de amargo; 3) amargura (2 e 3). Nos parece, intuitivamente, que essas possibilidades sinonímicas estão mais no plano virtual, pois, no discurso, ‘amargura’ é, provavelmente, mais empregada para referir-se ao ‘sentimento arraigado de dor e ressentimento’, enquanto, ‘amargor’, seria mais usada com o sentido de ‘sabor amargo’.

Na primeira fase do período arcaico, encontramos a ocorrência dos *doublets* *dulçor* (A619), *derivado* no castelhano ‘dulzor’ (do lat. *dulcis*,*e*), com o sentido de ‘doçura, qualidade do que é doce’ e *dulçura* (A620), derivado de ‘dulce’ (do lat. *dulcis*, -*e*) com o

sentido de ‘doçura, ternura, brandura’. Na segunda fase do período arcaico, encontramos as mesmas formas, porém, com os sentidos invertidos. A ocorrência de *doçura* (B1157), na segunda fase, está associada ao sentido de ‘qualidade do que é doce’, como atesta o trecho a seguir: “... *se a bomdade da arvore pella doçura do fruto mais perfeitamente se conhecee, ...*” (CDPM: 200), por sua vez, a ocorrência de *duçor* (B1037) está associada ao sentido de ‘doçura, ternura, brandura’, no seguinte contexto: “... *o maaõ feito daqueles que som presos nom deve de sobrepojar a nossa dignidade e o nosso duçor.*” (VFJC: 30). As duas palavras são indicadas como sinônimas, nos dicionários consultados, podendo apresentarem os sentidos de 1) qualidade do que é doce; 2) gosto do doce; 3) brandura, suavidade, serenidade; 4) meiguice, ternura.

Os sufixos *-eza* e *-ura1* formam substantivos a partir de bases adjetivas, e foram empregados, no período arcaico, para a entificação de uma qualidade ou estado. O mesmo comportamento gramatical e semântico desses sufixos, ou seja, o sinmorfismo dá margem, segundo nossa hipótese, ao surgimento de *doublets*. No período arcaico, foram identificados quatro casos de variantes formadas com esses sufixos.

No primeiro caso ocorre uma variação entre a primeira e a segunda fase do período arcaico. Nos dados da primeira fase, ocorre a forma *blandezza* (A228), derivada do adjetivo ‘blando’ (do lat. *blandus*), descrita com o sentido de ‘brandura’ pelo glossário, e, na segunda fase, ocorre a forma *brandura* (B1148), derivada do adjetivo ‘brando’ (do lat. *blandus*), também com o sentido ‘brandura, mansidão, afabilidade’, como se pode inferir do contexto: “... *com brandura, dissimulaçam e siso apagar a sua furia e encendimento.*” (VFDJII). Nos dicionários contemporâneos, apenas a forma ‘brandura’ está registrada, com as possibilidades de sentido variadas, dentre elas: ‘mansidão, afabilidade, doçura’.

O segundo caso de *doublets* se deu, na primeira fase do período arcaico, entre as formas *caluura* (A275) e *calvareça* (A276), derivadas do adjetivo ‘calvo’ (do lat. *calvus*), ambas empregadas com o sentido de ‘calvície’. No caso de *calvareça*, encontramos a alomorfia *-eza ~ -eça*. Nenhuma das duas formas está em uso no português contemporâneo, segundo os dicionários consultados. Atualmente, se faz uso de ‘calvície’ (do lat. *calvitie*), para referir ‘estado de quem ou do que é calvo’.

Na segunda fase do período arcaico, identificamos um terceiro caso de *doublets* com *-eza* e *-ura*¹. Identificamos duas ocorrências de *grandeza* (B664) e *grandeza* (B665), derivadas a partir do adjetivo ‘grande’ (do lat. *grandis*), a primeira empregada com o sentido de ‘liberalidade, generosidade’, como se pode constatar no trecho a seguir: “*que el-rei dom Affonso fosse comprido d’ardimento e muitas bondades, tachavam-no porém de seer escasso e apertamento de grandeza...*” (CDP: 92) e a segunda utilizada com o sentido de ‘nobreza de caráter’, no seguinte contexto: “*... mostrou logo a grandeza e esforço de seu coração.*” (VFDJII: 153). E identificamos uma ocorrência de *grandura* (B1169), derivada do adjetivo ‘grande’ (do lat. *grandis*), com sentido de ‘tamanho, dimensão’, como se pode inferir do seguinte contexto: “*... fez outros espadins de cobre da feyçam e grandura dos de ouro ...*” (VFDJII: 244). Na primeira fase, os nossos dados não demonstram variação, encontramos duas ocorrências de *grããdez* (A873) e *grããdez* (A874) com os sentidos de ‘grandeza de ânimo, nobreza’, segundo os respectivos glossários.

Apenas a palavra ‘grandeza’ permanece no léxico contemporâneo do português, segundo os dicionários consultados, e possui, entre outras as possibilidades de sentido: 1) qualidade ou caráter de grande; 2) tratamento honorífico dos antigos grandes do reino; 3) nobreza de ânimo; generosidade, liberalidade.

Na primeira fase do português arcaico, achamos duas ocorrências de *tristeza* (A1567) e *tristeza* (A1568), derivadas no latim *tristitia* (do lat. *tristis*), e duas ocorrências de *tristura* (A1569) e *tristura* (A1570), derivadas do adjetivo ‘triste’ (do lat. *tristis*). As quatro formas foram empregadas com o mesmo sentido de ‘tristeza’, segundo os respectivos glossários. Na segunda fase, apenas a forma em *-eza* ocorre, nos seguintes contextos: *tristeza* (B682), “... o comde disse aaquelles que com elle ficarom rrepreemdemdo-os da tristeza que tinham.” (CDPM: 216); *tristeza* (B683) “E toda aquella noyte esteve con grande tristeza por nam saber novas ...” (VFDJII: 162) e *tristezas* (B684), “E foe a cidade em tal servidõoe que entenderom bem que a sua alegria era tornada em tristeza.” (VFJC: 31). Nos três casos, o sentido parece o mesmo: ‘infelicidade, desalento, consternação’. Nos dicionários contemporâneos, as duas formas encontram-se documentadas, sendo ‘tristura’ apontada como sinônimo de ‘tristeza’, com as possibilidades de apresentarem os seguintes sentidos: 1) qualidade ou estado de triste; 2) falta de alegria; 3) pena, desalento, consternação e 4) aspecto revelador de mágoa ou aflição. Isso nos aponta para um mesmo estado de coisas desde o período arcaico até os nossos dias.

Os *doublets* referidos acima expõem de forma significativa uma aproximação entre os sufixos *-eza* e *-ura*¹, ainda que não tenhamos dados suficientes para admitir um sinmorfismo sistemático.

Os sufixos *-ez* e *-ice* apresentam um sinmorfismo sistemático, no período arcaico. Ambos são formadores de substantivos, a partir de bases substantivas e adjetivas, que apresentam o sentido de ‘qualidade, propriedade, estado, condição, modo de ser, relativo a X’. Esse sinmorfismo deu origem a dois casos de *doublets*.

O primeiro caso diz respeito às ocorrências de *meninice* (A1069) e *meninnez* (A1070) na primeira fase do período arcaico. As duas formas são derivadas do substantivo ‘menino’ cujo étimo ainda não foi definido, segundo os dicionários etimológicos consultados. As formas foram empregadas, respectivamente, com os sentidos de ‘infância’ e ‘meninice’, de acordo com os glossários em que estão registradas. No entanto, ‘meninice’, hoje, pode ser empregada tanto com o sentido de ‘infância’, quanto com o sentido de ‘infantilidade’, e só pela descrição do glossário não há como saber em que sentido foi empregada a palavra *menninez*. Segundo os dicionários contemporâneos, a palavra ‘meninez’ é usada, no português, apenas com o sentido de ‘infância’.

O segundo caso refere-se a uma ocorrência de *sandez* (A1450) e seis ocorrências de *sandece* (A1448), *sandece* (A1449), *sandice* (A1451), *sandice* (A1452), *sandice* (A1453), *sandice* (A1454), na primeira fase do período arcaico. As duas formas derivam do adjetivo ‘sandeu’, de origem obscura, segundo os dicionários etimológicos consultados. Os sentidos com que as ocorrências são descritas, pelos glossários, variam em sinônimos como ‘sandice, loucura, doidice, insensatez, parvoíce’. Na segunda fase, apenas a forma *sandice* (B728) foi encontrada, no seguinte contexto “...e outro remedio lhe nom posso fazer salvo doer-me dele em meu coração, da sua sandice;...” (VFJC:76), em que é empregada também com o sentido de ‘loucura, insensatez’. No português contemporâneo, a forma ‘sandez’ não tem registro nos dicionários consultados, por sua vez a forma ‘sandice’ é descrita, nos dicionários, com o sentido de ‘qualidade, condição ou ação de sandeu; necedade, parvoíce, insensatez, tolice’.

Outros sufixos do português arcaico, também, apresentaram casos isolados de *doublets*, que passaremos a descrever a seguir.

Os sufixos *-ado1* e *-udo*, formadores de adjetivos a partir de bases substantivas, com o sentido de ‘provido de X’, geraram, na primeira fase do português arcaico, as formas *barvado* (A205) e *barvudo* (A206), derivadas do substantivo arcaico ‘barva’ (do lat. *barba*, *-ae*), empregadas com o sentido de ‘com barba’, segundo os glossários. Nos dicionários consultados, as duas formas encontram-se registradas. O adjetivo ‘barbado’ apresenta as possibilidades de sentido: 1) que tem barba; 2) que apresenta a barba crescida. Por sua vez, o adjetivo ‘barbudo’ apresenta o sentido de: 1) que tem muita barba. No entanto, percebemos, intuitivamente, que a forma ‘barbudo’ já se generalizou e pode ser empregada tanto com o sentido de ‘provido de barba’, quanto com o sentido de ‘que tem muita barba’ e que a forma ‘barbado’ está caindo em desuso, sendo, ao que nos parece, ainda, utilizada no contexto *mulher barbada*, ou seja, ‘mulher provida de barba’.

O sufixo *-dor1* forma substantivos a partir de bases verbais e expressa a noção de ‘agente’, por sua vez, o sufixo *-nte* gera adjetivos a partir de bases verbais e, também, expressa a noção de ‘agente’. Como a fronteira entre substantivos e adjetivos é bastante tênue, por conta das possibilidades de mútua conversão entre as duas classes e a possibilidade de extensão de propriedades de uma classe para outra, como afirma Basílio (2004: 67), os dois sufixos podem gerar *doublets*, sem que haja a necessidade de sinmorfismo. Assim, na primeira fase do português arcaico, encontramos a forma *combatedor* (A81), derivada do verbo ‘combater’ (do lat. vulg. **combattere*), sendo empregada como substantivo com sentido de ‘combatente’. Na segunda fase do período arcaico, encontramos a forma *combatentes* (B1011), derivada do verbo ‘combater’ (do lat. vulg. **combattere*), sendo empregada, também, como substantivo, como demonstra o

contexto a seguir: “...*seriam escolheitos boos combatentes e poderosos de seer duques e capitãaes de batalha.*” (VFJC: 101), em que apresenta o sentido de ‘soldados, guerreiros’. No português contemporâneo, apenas a forma ‘combatente’ está dicionarizada, podendo ser usada como adjetivo, com sentido de ‘que combate ou pode combater’ ou, como substantivo, com sentido de ‘pessoa que combate ou pode combater; soldado, guerreiro’. Vemos, portanto, um caso de *doublets* ocasionado não por sinmorfismo, mas por implicações morfossintáticas que envolvem as classes de substantivo e adjetivo.

O sufixo *-nte*, como foi dito acima, forma adjetivos a partir de bases verbais expressando a noção de ‘agente’, por sua vez, o sufixo *-vel* forma adjetivos, a partir de bases verbais, com sentido de ‘passível de X’, em que X representa uma base verbal. Esses sufixos não são considerados sinmórficos, no entanto, na primeira fase do período arcaico, os encontramos nos *doublets* *convenavil* (A444), derivada do verbo arcaico ‘convenir’ (do lat. *convenire*) e *conveniente* (A445), derivada no latim *conveniens,entis* (do lat. *convenire*), ambas empregadas com o sentido de ‘conveniente’, segundo seus respectivos glossários. Na segunda fase, apenas encontramos a ocorrência de *convinhavel* (B1182), empregada com o mesmo sentido, no contexto: “... *todavia, ela nom he convinhavel ao nosso comũu.*”. (VFJC: 31). Se considerássemos as palavras derivadas como produtos da soma das partes, ou seja, sentido da base + sentido do sufixo, diríamos que o adjetivo ‘conveniente’ seria empregado com o sentido de ‘o que convém’, enquanto o adjetivo ‘convinhável’ seria empregado com o sentido de ‘que é passível de convir’. Contudo, os processos de formação de palavras das línguas, não raras vezes, fogem de regras pressupostas, esse é um caso em que isso fica bastante explícito. Nos dicionários consultados, as duas formas encontram-se documentadas, sendo ‘convinhável’ apresentada como sinônima de ‘conveniente’ que pode

ser utilizada com os sentidos de: 1) útil, proveitoso, interessante; 2) vantajoso, cômodo; 3) favorável, propício, oportuno; 4) decoroso, decente.

Esses sufixos, ainda, geraram, na primeira fase, os *doublets* *semelhauel* (A1471) e *semellante* (A1473), e, igualmente, na segunda fase, *semelhaavel* (B1193), *semelhantes* (B1028) e *semelhamte* (B1027), derivadas do verbo ‘semelhar’ (do lat. **similare*). Segundo os glossários da primeira fase, a forma *semelhauel* (A1471) foi empregada com o sentido de ‘semelhante’ e a forma *semellante* (A1473), com o sentido de ‘imagem, retrato’. Por outro lado, na segunda fase, *semelhaavel* (B1193), *semelhantes* (B1028) e *semelhamte* (B1027) apresentaram o sentido de ‘parecido, comparável, análogo, similar’, como atestam os trechos em que ocorrem: “*Despois, hũu semelhaavel requerimento lhe fezerom os Embarões, que eram parentes e amigos dos d’Oscum.*” (VFJC:70); “... o outro se atremecia das cousas de fora, assi como de conquistar e doutras semelhantes cousas; ...” (VFJC: 9) e “*E pero elle fosse comde feito em Castella, ell rrey nunca lhe quis dar semelhamte autoridade ...*” (CDPM: 185). Os dois adjetivos se encontram dicionarizados, mas sem remissão de sinonímia entre seus verbetes. Segundo os dicionários consultados, ‘semelhável’ pode ser empregada com o sentido de ‘que se pode semelhar’, enquanto ‘semelhante’ remete aos sentidos de ‘análogo, parecido, conforme, convizinho, similar’.

Os sufixos *-eza* e *-dade* formam substantivos a partir de bases adjetivas para a entificação de uma qualidade ou estado. Segundo Basílio (2004: 49), esses dois sufixos se diferenciam pela possibilidade de associar-se a bases já derivadas. A autora demonstra que apenas o sufixo *-dade* ~ *-idade* pode formar substantivos a partir de adjetivos em cuja estrutura estejam os sufixos *-al*, *-vel*, *-tivo*, *-ico*, *-ário*, entre outros, podendo também se afixar as bases não derivadas, por sua vez, o sufixo *-eza* se combina apenas com bases não

derivadas. No entanto, na primeira fase do período arcaico encontramos as formas *natureza* (A1148) e *ardidez* (A148), em que as bases dos substantivos em *–eza* são derivadas, no caso, em *–al* e em *–do*, respectivamente. Todavia, esses são dois exemplos isolados, que poderiam se justificar por se tratar de um período da língua em que os paradigmas passavam por processos de (re)estruturação, pois, nos demais casos, a teoria de Basílio é confirmada.

Mesmo assim, podemos dizer que, partindo de bases não derivadas, esses sufixos seriam sinmórficos, como demonstram os *doublets*, da primeira fase do período arcaico, *igualdeza* (A913), derivada de ‘igual’ (do lat. *aequalis*, *e*) e *igualdade* (A911), *igualdade* (A912), derivadas no latim *aequalitas, atis* (do lat. *aequalis*, *e*), descritas com o sentido de ‘iguladade’, conforme os glossários em que ocorrem. Na segunda fase, identificamos a forma *igualdade* (B313), com sentido de ‘equidade, equilíbrio’, no contexto: “*Este rrei dom Pedro, enquanto viveo, husou muito de justiça sem afeição, teendo tall igualdade em fazer dereito que a nêhũu perdoava os erros que fazia,...*” (CDP: 111). E, ainda, encontramos a forma *desygualleza* (B653), com sentido de ‘desigualdade, diferença, desequilíbrio’, como pode-se inferir do trecho a seguir: “*... pedimdo aaquelle Deus que em sy mesmo, com eternall ordenamça, ã persoall ternário sem desygualleza, ...*” (CDPM: 181).

Os sufixos *–eza* e *–idão* formam substantivos a partir de bases adjetivas e promovem a entificação de uma qualidade ou estado. Na segunda fase do português arcaico, esses sufixos geraram os *doubltes*: *firmeza* (B656), *firmez* (B657), formas derivadas do adjetivo ‘firme’ (do lat. vulg. *firmis*), e *firminoções* (B739), derivada no latim *firmitudo, inis* (do lat. vulg. *firmis*). O sentido com que a forma *firmeza* (B656) é empregada pode ser descrito como ‘segurança’ como pode ser inferido do contexto: “*... e cada hũa*

dellas em ella conteudas, sem arte, cautella, fraude, engano, nem mingoamento; e por firmeza delo assiney aqui.” (VFDJII: 185). Por sua vez, as formas *firmezas* (B657) e *firmidoões* (B739) são empregadas com o sentido de ‘acordos, contratos, alianças’, nos seguintes contextos, respectivamente: “*E sobre este proposito foram feitas as seguranças e as firmezas antre Orgentoris e Caamata e Demoris.*” (VFJC: 66) e “*... rrespondeo a seu neto que elle sabia bem e era certo das posturas e firmidoões que foram feitas antre el-rrei dom Denis ...*” (CDP: 149). No português contemporâneo, as duas formas estão registradas nos dicionários de uso e podem ambas significar ‘constância, segurança, precisão’, mas unicamente a forma ‘firmidão’ apresenta a possibilidade de sentido ‘acordo, contrato, aliança’, ainda que o seu verbete aponte para o seu desuso na atualidade.

O sufixo *-eiro1* é formador de substantivos a partir de bases substantivas com a noção de ‘agente’ e o sufixo *-dor1* é formador de substantivos a partir de bases verbais, também, com a noção de ‘agente’. Os critérios de seleção das bases impedem o sinmorfismo entre os sufixos, contudo, na primeira fase do período arcaico do português, esses sufixos geraram *doublets*. Encontramos duas ocorrências com *-eiro1*: *mercadeiro* (A1084) e *mercadeiro* (A1085), derivadas do substantivo ‘mercado’ (do lat. *mercatus*, -us) e duas ocorrências com *-dor1*: *mercador* (A1086) e *mercador* (A1087), derivadas no latim *mercator*, -oris (do lat. **mercare*). Os glossários em que ocorrem as quatro formas informam que elas foram empregadas com o sentido de ‘mercador’. Na segunda fase, apenas a forma em *-dor1* ocorre em três contextos: *mercadores* (B509), em “*... mandaria prender em Sevilla todollos mercadores catellaães ...*” (CDP:169); *mercadores* (B510), em “*... todollos moradores da çidade pella mayor parte heram mercadores, ...*” (CDPM:233) e *mercadores* (B511), em “*...eram alongados de mercadores e de gentes doutras terras,...*”

(VFJC: 63). Nesses três casos, o sentido parece ser o mesmo da primeira fase: ‘comerciante, negociante’. Nos dicionários de uso consultados, tão somente, a forma ‘mercador’ encontra-se documentada, com sentidos bastante específicos de: 1) aquele que compra para vender a retalho e 2) negociante de panos. Vale ressaltar, que os dicionários apontam a forma ‘mercante’ como sinônima de ‘mercador’.

Os sufixos *-oso* e *-udo*, formadores de adjetivos a partir de bases substantivas, com noção ‘provido de’, na primeira fase do português arcaico, geraram os *doublers*: *sannoso* (A1458) e *sanhudo* (A1455), *sanhudo* (A1456), *sanhudo* (A1457), *sannudo* (A1459) *sannuhudo* (A1460), derivadas do substantivo ‘sanha ~ sanna’ (do lat. *insania*). Na segunda fase do período arcaico, não encontramos nenhuma ocorrência em *-oso*, em contrapartida, identificamos duas ocorrências em *-udo*: *sanhudo* (B1138), no contexto: “*el-rei, mui sanhudo, por tomar logo algũa vingança, passou per sentença contra o iffante dom Fernando ...*” (CDP:192) e *sanhudo* (B1139), em “*Entom foe sanhudo Julio Cesar contra os senadores. Por que lho nom quiserom outorgar, ...*” (VFJC: 25). Em todos os casos, o sentido é ‘provido de sanha, irado, raivoso, irascível’. Nos dicionários consultados, as duas formas encontram-se registradas, o verbete de ‘sanhudo’ remete ao verbete de ‘sanhoso’, sendo indicada portanto a sinonímia, podendo ser empregada com o sentido de ‘que tem sanha; irascível’. No entanto, sabemos que o sufixo *-udo*, atualmente, apresenta um traço semântico que não permite dizermos que seja um *sinmórfico* perfeito de *-oso*, pois *-udo* apresenta um traço de exagero que, por vezes, pode ser interpretado como pejorativo, que não identificamos, sistematicamente, em *-oso*.

Nas formas *ceguidade* (A335), derivada do adjetivo ‘cego’ (do lat. *caecus*), e *cegamento* (B809), derivada do verbo ‘cegar’ (do lat. *coecare*), que ocorreram na primeira

e na segunda fase, respectivamente, encontramos um caso de *doublets* entre sufixos que não podem ser apontados como sinmórficos, uma vez que *-idade* forma substantivos abstratos a partir de bases adjetivas e *-mento*, a partir de bases verbais. Segundo o glossário em que ocorre a forma *ceguidade* (A335), o sentido empregado é ‘cegueira’, enquanto o sentido de *cegamento* (B809), pode ser inferido como ‘falta de lucidez, falta de discernimento’, como atesta o trecho a seguir: “... *elle o ñ fez com mymgoa de coração nem de boa vomtade, mas çegamemto d’afeição daquelles que o comselhavão.*” (CDPM: 198). No português contemporâneo, é a forma ‘cegueira’ a mais usual para o emprego de ambos os sentidos, todavia, ela não ocorre em nossos dados. Nos dicionários atuais, as formas ‘cegamento’ e ‘ceguidade’ estão registradas e seus verbetes remetem ao verbete de ‘cegueira’, como sinônimas. Fica, portanto, a pergunta: como dois sufixos não sinmórficos podem gerar *doublets*?

É interessante observar que, muitos *doublets*, que ocorreram no período arcaico da língua portuguesa, não permaneceram na língua com o mesmo comportamento, em alguns casos, apenas uma das formas permanece em uso na língua, em outros houve especialização semântica e não há concorrência entre as formas. Porém, o mais importante é detectar que algumas formas duplas permanecem na língua, ainda com a possibilidade de sinonímia, ou seja, há uma convivência de mais de oitocentos anos, sem que uma forma tenha sido preterida em favorecimento de outra. Isso nos faz questionar se a sinonímia é de fato tão descartável no que se refere à organização sistêmica do léxico das línguas, como afirmam alguns autores.

Outro ponto a se notar é que, quando os *doublets* se especializam em campos semânticos próprios, deixando de ser sinônimos, o sufixo não deixa de ser sinmórfico,

porque a especialização ocorre no produto, ou seja, na lexia derivada, e não nos sufixos, pois estes continuam com as mesmas possibilidades de sentido no plano virtual.

3.1.6 Substituição de sufixos, do português arcaico ao português contemporâneo

Os falantes, constantemente, têm de adaptar a sua língua em função de necessidades comunicativas, criando processos de variação e iniciando processos de possíveis mudanças. No nível do léxico, segundo Schendl (2001: 28), isso pode significar a formação de uma nova palavra, ou que velhas palavras assumam novos sentidos, ou tenham o seu significado estendido a outros campos semânticos, por outro lado, isso pode significar que, constantemente, existem palavras caindo em desuso.

Nos nossos dados, chamou-nos atenção, o desuso, no português brasileiro contemporâneo, de certas palavras empregadas no português arcaico. Identificamos que algumas dessas palavras sofreram substituição de sufixos, ou troca de sufixos, ou seja, apresentam, hoje, a mesma base, o mesmo significado, mas diferentes sufixos com que foram derivadas e empregadas no período arcaico. Essas substituições, em geral, se dão entre sufixos que denominamos de *sinmórficos*, que, favorecem o processo de substituição, por não causarem alteração na configuração sêmica do vocábulo.

De acordo com Assumpção Júnior (1986), esse fenômeno pode ser chamado de desativação, que ele define como “resolução de concurso léxico pelo abandono de uma das formas que o instituem” (1986:137). O concurso léxico, de acordo com o autor, pode se dar entre formas sinônimas, como aconteceu entre as palavras **aio** e **preceptor**, entre formas variantes, como se deu entre **nado** e **nascido**, **gastado** e **gasto**, entre outros, e pode se dar, também, entre variantes decorrentes de processos criativos, ou, mais precisamente, do processo de construção por sufixação. Esse último processo, que nos interessa particularmente, se deu, como exemplifica o autor, entre formas em *-eza*, que foram substituídas por formas em *-idade*, como **igualeza** > **igualdade**, **liberaleza** > **liberalidade**, **crueleza** > **creldade**, entre outras. Segundo Said Ali (1964: 233), esse processo decorre da “concorrência de outras formações que significavam a mesma coisa”. Isso significa que essas formas, em algum momento da história da língua passaram por uma convivência, ou seja, estavam em variação, e eram, portanto, *doublets*.

Assim sendo, esses casos não representam simples “substituições” de sufixos, como poderia parecer. Não é provável que uma lexia, em uso, derivada por um sufixo, simplesmente, deixe de ser usada com a derivação selecionada, e passe a ser empregada com outro sufixo, sem nenhuma razão. De fato, o que parece ocorrer é que, em um determinado período da língua, a forma lexical mais antiga passa a sofrer concorrência de uma forma lexical nova, que pode surgir, entre outros motivos, por desconhecimento de algum(ns) falantes da forma tradicionalizada, gerando assim, uma sinonímia. Em consequência disso, os falantes, diante de duas formas sinônimas, acabam fazendo uma seleção lexical, e optando por uma forma e desativando a outra. Quando a forma

selecionada é a inovadora, aos olhos distanciados da história da língua, o que, aparentemente, acontece é a “substituição” de sufixos.

No item anterior, demonstramos as formas duplas que estavam em variação no período arcaico. Agora, iremos tratar das aparentes substituições de sufixos entre o período arcaico e o período contemporâneo, sabendo, que, em algum momento da história da língua, as duas formas estiveram em variação, gerando a desativação da forma arcaica³⁸ e o prevalecimento da forma que hoje utilizamos³⁹.

A palavra *começamento*⁴⁰ (B810), derivada do verbo *começar* (do lat. vulg. **cominitiare*), ocorreu na segunda fase do período arcaico, com o sentido de ‘início, princípio’, como demonstra o contexto a seguir: “*Mais aquela cousa foe começo de grande mal ...*” (VFJC: 31). No português contemporâneo, não mais fazemos uso dessa forma, a nominalização do verbo *começar* é feita pelo sufixo *-o*, sinmórfico de *-mento*, dando origem à forma *começo*, que pode ter os sentidos de ‘o primeiro momento da existência ou da execução duma coisa; princípio, origem, início’. Segundo A. G. Cunha e A. Houaiss, a primeira documentação da forma *começo* data do século XIII, no entanto, não encontramos tal ocorrência em nossos dados, o que não quer dizer que a forma não possa estar registrada em outros documentos, como atesta o insigne lexicógrafo.

³⁸ A desativação será considerada a partir de consultas aos dicionários de uso e levando-se em consideração os nossos conhecimentos enquanto falantes da língua portuguesa, no entanto, como já dissemos anteriormente, não há impossibilidade que as ditas formas desativadas estejam em uso em algum dialeto, sobretudo rural, do português, quer brasileiro, europeu, africano ou asiático.

³⁹ Vale ressaltar que, alguns casos de substituições de sufixos em relação ao português contemporâneo já foram mencionados no item anterior quando ocorreu de nenhum dos *doublets* permanecer em uso.

⁴⁰ Um dos indícios do desuso das palavras do período arcaico de que tratamos nesse item é o fato do corretor ortográfico do computador em que redigimos a tese não reconhecê-las como palavra da língua portuguesa, ou seja, toda vez que digitamos as sete palavras, o computador indica a necessidade de correção ortográfica, através de uma marca sublinhada em vermelho. Vale a ressalva que o léxico do computador não é dos mais abrangentes.

Outro exemplo de substituição de sufixos envolvendo os sufixos *-mento* e *-o* pôde ser verificado no emprego, na segunda fase do português arcaico, da palavra *roubamentos* (B897), derivada do verbo ‘roubar’ (do germ. *raubōn*), empregada com o sentido de ‘extorsão, despojamento’, no contexto a seguir: “... *a qual era crueldade de batalhas, e forçamento de moças virgões, e desonra das nobres donas, e roubamentos dos templos ...*” (VFJC: 30). No presente momento, a forma mais usualmente empregada é *roubo*, que, segundo os dicionários de uso, pode ter os sentidos de: 1) ato ou efeito de roubar; 2) aquilo que se rouba e 3) preço muito alto, que se considera extorsivo; assalto. A forma *roubamento* não se encontra dicionarizada. De acordo com os dicionários etimológicos consultados, a forma *roubo* data do século XIII, contudo também não ocorreu em nossos dados.

Na primeira fase do período arcaico, localizamos a forma ***condenamento*** (A401), derivada do verbo *condenar* (do lat. *condemnare*), com sentido de ‘ato ou efeito de condenar’, segundo o glossário em que ocorre. Nos dicionários de uso do português contemporâneo, essa forma não está documentada e seu sentido é atualizado pela palavra *condenação*. Podemos mais uma vez constatar que a substituição se dá entre sufixos nominalizadores, que, como demonstramos anteriormente, apresentam um sinmorfismo perfeito no plano virtual. Segundo os dicionários etimológicos, no latim existia a forma *condemnatio*, *onis*, no entanto, a forma *condenação* só foi documentada na língua portuguesa no século XV, e, contudo, não aparece nos nossos dados, nem do século XV e nem do século XVI.

A forma *çugidade* (A496), derivada do adjetivo arcaico *çujo* (do lat. *sucidus*), foi encontrada nos dados da primeira fase do período arcaico com o sentido de ‘sujeira, lixo’,

conforme o glossário em que foi documentada. A palavra ‘sujidade’, embora documentada nos dicionários de uso do português brasileiro contemporâneo, é no Brasil um arcaísmo, sendo bastante usual, para a denotação do sentido com que foi empregada no período arcaico, o item lexical *sujeira*. O fato de essa forma encontrar-se registrada nos dicionários, talvez, se deva ao fato de *sujeira* ser uma forma bastante recente, segundo os dicionários etimológicos, sendo documentada, pela primeira vez, no século XX, com a corroboração de ser ainda usada no português europeu. Vale ressaltar que, se confirmada a datação da palavra *sujeira*, é muito impressionante a rapidez como se deu a total substituição da forma *sujidade* no português do Brasil. Sobre os sufixos, pode-se dizer que há um sinmorfismo entre *-eira*³ e *-dade*¹, que formam substantivos a partir de bases adjetivais e que representam a entificação de uma qualidade ou estado.

Na segunda fase do período arcaico, encontramos a forma *escolhimento* (B839), derivada do verbo *escolher* (do lat. **excolligere*), usada com o sentido de ‘escolha, seleção’, no seguinte contexto: “... *avendo em meu escolhimento mayor afeição do que devia, ...*” (CDPM: 207). A palavra que, atualmente, usamos para este sentido é *escolha*, formada pelo sufixo nominalizador *-a*, sinmórfico de *-mento*, como já comentamos em outra passagem. A forma *escolhimento*, ainda se encontra registrada nos dicionários de uso consultados, mas seu verbete aponta para a sinonímia com a palavra *escolha*. Segundo os dicionários etimológicos, a palavra *escolha* data do século XVII, portanto, a variação entre as duas formas deve ter-se dado posteriormente ao período da história da língua que nos dedicamos a estudar. Nos parece que, embora *escolhimento* esteja em processo de desuso no português brasileiro, o seu sentido, caso seja utilizada no discurso, não será opaco aos falantes.

A ocorrência da forma *rrecompensamento* (B900), derivada do verbo ‘recompensar’ (do lat. *com-pēnsāre*), na segunda fase do português arcaico é outro exemplo de substituição entre os sufixos *-mento* e *-a*. Como se pode inferir do contexto: “... o [*rrecompensamemto*] do ganho deve ser dado aaquelle que he mesteiroso e o *rrecompensamemto* da homrra aaquelle que he muyto nobre e exçellemte, ...” (CDPM: 175), a forma *rrecompensamemto* foi empregada com o sentido de ‘prêmio, premiação, galardão’, no entanto, essa forma não é mais usada no português contemporâneo, nem tampouco se encontra registrada nos dicionários de uso, sendo substituída pela forma *recompensa*. Vale dizer que, nos dicionários de uso, consta, também, a forma *recompensação*, dita como sinônima de *recompensa*. Esta, por sua vez, segundo os dicionários etimológicos, data do século XIX, mais especificamente 1813, de acordo com A. G. Cunha. A desativação de *recompensamento*, portanto, deve ter se dado posteriormente.

Como asseveramos acima, Assumpção Jr., com Said Ali, expõe alguns exemplos de substituições de sufixos entre palavras antes formadas com o sufixo *-eza* e agora derivadas com o sufixo *-dade*. Encontramos, nos nossos dados, um caso inverso, duas formas em *-dade* passaram a formas em *-ez*, ambos sufixos sinmórficos de *-eza* e sinmórficos entre si. Assim, encontramos a ocorrência de *mizquindade* (B323), derivada do adjetivo mesquinho (do ár. *maskin*), na segunda fase do período arcaico, no contexto a seguir: “... temo que esta piedade e esta duvida nom se vos torne a *mizquindade* e *amargura*.” (VFJC:35), de onde podemos inferir que o sentido com que é empregada a forma *mizquindade* (B323) equivale a ‘mesquinhez, atitudes mesquinhas’. Nos dicionários de uso contemporâneos, **mesquindade* não se acha registrada; para o sentido empregado no

período arcaico temos a palavra *mesquinhez*. Segundo os dicionários etimológicos consultados, a forma *mesquinhez* teve sua primeira documentação no português datada de fins do século XVIII, o que justifica o seu não aparecimento nos nossos dados e indica que a variação entre as duas formas se deu posteriormente ao período que nos dedicamos a estudar. Vale ressaltar que, conforme os dicionários etimológicos consultados, data também do século XVIII, a palavra, *mesquinharia*, sinônima de *mesquinhez* segundo os dicionários de uso. Onde podemos inferir que, atualmente, temos *doublets* em *–aria* e *–ez*.

Também encontramos, na primeira fase do período arcaico, a forma *surdidade* (A1520), derivada no latim *surditas –atis* (do lat. *surdus*), empregada com o sentido de 'surdez', segundo o glossário em que ocorreu. A 'falta de audição' é, na presente sincronia, referida pela palavra *surdez*. Nos dicionários de uso, localizamos a palavra *ensurdecimento* como outra forma para o mesmo conteúdo semântico. No entanto, intuímos que, no discurso, as duas formas não são empregadas como sinônimas, uma vez que a forma *ensurdecimento* é, em geral, usada com o sentido de 'falta de audição momentânea' ou 'processo que poderá levar à surdez'. De acordo com os dicionários etimológicos consultados, a forma *surdez* data do século XIX, apontando para uma desativação, posterior, da forma *surdidade*.

Sobre o processo de desativação, é importante ressaltar, com Assumpção Jr., que o detrimento de uma forma léxica e o prevalecimento de uma sua concorrente não se dá de forma repentina e imediata, é antes, por um lado, um processo de redução progressiva de emprego, ou seja, de crescente desuso, que culmina na sua desativação e, por outro lado, um processo de difusão da nova lexia, que, progressivamente, vai assumindo o espaço antes ocupado pela forma sinônima.

“A crescente marginalização de dada forma – fator de sua futura obsolescência – tem sempre, vale frisar, contrapartida no crescente prestígio de uma concorrente – fator de sua futura soberania. Afinal, o uso das palavras é condicionado pelas necessidades de comunicação e a preferência por essa ou aquela forma depende dos atributos fônicos, mórficos e semânticos que a tornam para aquele fim mais eficaz, consoante escolha, variável no tempo e no espaço, da comunidade.” (Assumpção Jr, 1986: 137)

Para Martinet (1978), a desativação é um processo natural das línguas, como se pode inferir dessa sua afirmação:

“Tudo pode mudar numa língua: a forma e o valor dos monemas, ou seja, a morfologia e o léxico; a ordem dos monemas no enunciado, quer dizer, a sintaxe; a natureza e condições de emprego das unidades distintivas, isto é, a fonologia. Aparecem novos fonemas, novas palavras, novas construções, enquanto outras unidades e maneiras de dizer diminuem de freqüência e caem no esquecimento.” (Martinet, 1978: 177)

O esquecimento, todavia, não pode ser identificado com a ‘morte’ de tais formas, pois, cumpre notar que não se trata de uma desativação definitiva, as formas que caíram em desuso deixaram a atividade lingüística, contudo, podem ser reativadas, assumindo novos ou antigos sentidos.

A língua possui uma dinâmica lexical muito mais móvel do que se pode supor, recursos como a desativação e a reativação incidem sobre o léxico de forma bastante mobilizadora, ainda que estejam sempre subjugados às necessidades comunicativas dos seus falantes.

Quanto ao papel da sufixação, é importante frisar que a dinâmica do léxico envolve, freqüentemente, os processo de derivação sufixal, bem como as relações de

sentido estabelecidas entre os componentes morfolexicais. Os sufixos, por atuarem em dois níveis de formação lexical: o funcional e o semântico; e, por serem muito acessíveis no plano virtual, facilitam a mobilidade e renovação do léxico das línguas.

3.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCRIÇÃO DO PARADIGMA SUFIXAL DO PORTUGUÊS ARCAICO

Qualquer língua possui mecanismos lingüísticos, através dos quais é possível formar novas palavras e através dos quais palavras antigas foram formadas. Neste capítulo, apresentamos o estudo do fenômeno de derivação por sufixação que é, sem dúvida, o processo de formação de palavras mais produtivo e diversificado na história da língua portuguesa.

A derivação é, geralmente, definida como um processo formador de novas palavras através do acréscimo de afixos a uma base lexical. O que se denomina *afixos* engloba sufixos e, em algumas abordagens, prefixos, os primeiros se associam à base em posição posterior enquanto os segundos, em uma posição anterior.

Mas, assim como os sufixos, as desinências ou morfemas flexionais, também, se associam à base numa posição posterior. Então o que diferencia sufixos de morfemas flexionais?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que as flexões possuem um caráter gramatical determinante, sua funcionalidade está voltada para a organização intralingüística. Isso está

refletido no desencadeamento de concordância, bem como na sistematicidade e regularidade apresentada pelo paradigma flexional, uma vez que existe um número restrito de morfemas flexionais e que esses poucos morfemas se aplicam, em princípio, a quase todos itens lexicais da classe de palavras que os seleciona, admitindo, portanto, as possibilidades categoriais, ou seja, os morfemas número-pessoais e modo-temporais para os verbos e os morfemas de número e gênero para substantivos e adjetivos, no caso da língua portuguesa.

Ademais, o emprego de flexões não altera, significativamente, o conteúdo semântico do item lexical a que se aplica, não gerando, pois, a formação de um novo sentido, de uma nova palavra.

Por sua vez, o processo de sufixação se caracteriza por ser de natureza não só gramatical mas também lexical. O caráter gramatical dos sufixos se revela quando percebemos a sua capacidade de determinar a classe gramatical das lexias de que são formadores. Alguns manuais de morfologia afirmam que os sufixos são modificadores de classe gramatical. Contudo, não assumimos essa posição, pois nem sempre a sufixação dá origem a uma palavra de classe gramatical distinta da classe da palavra da qual é extraída a base lexical, por isso utilizamos o termo “determina” e não “modifica”.

O caráter lexical dos sufixos se revela quando percebemos que a palavra derivada possui um novo significado, ou seja, o sufixo altera efetivamente o conteúdo semântico da base.

Assim, os sufixos seriam morfemas léxico-gramaticais (Coelho, 1998) e não apenas lexicais como descreveu Mattoso Câmara Jr., e seguidores, em uma tipologia dos morfemas do português

Os morfemas derivacionais sufixais do português são muitos e não existe, até hoje, uma listagem exaustiva que determine quais e quantos eles são. O uso desses morfemas não obedece a regras sistematizadas, nem tampouco o seu emprego em uma determinada palavra é obrigatório, ou seja, é exigido pela natureza da frase ou por uma relação de concordância; seu uso criativo é, muitas vezes, determinado pela opção do falante.

Enfim, os sufixos são morfemas léxico-gramaticais que formam novas palavras a partir de bases lexicais, podendo ou não envolver alteração categorial, em relação à categoria gramatical da base, acrescentando-lhe determinados traços semânticos e morfossintáticos.

As bases sobre as quais se operam os processos de sufixação observados neste estudo, são, em 99% dos casos, verbos, substantivos e adjetivos, em casos raros a base pode ser um numeral, um pronome ou um advérbio.

Há controvérsias, nos estudos de morfologia derivacional sincrônica, sobre se podemos ou não determinar a categoria gramatical da base a partir de derivados sufixais. Contudo, percebemos que muitas vezes a constituição mórfica da forma derivada indica a procedência categorial das bases, como é o caso de algumas sufixações deverbais em cuja estrutura pode-se encontrar a vogal temática correspondente à respectiva conjugação do verbo-base.

Num estudo diacrônico, algumas das dúvidas, quanto à origem categorial das bases, podem ser sanadas, uma vez que os dicionários etimológicos, com base em documentos datados de diferentes épocas das línguas, indicam, com certa confiabilidade, a origem das formas derivadas. Portanto, nos é possível, determinar a classe-fonte sobre a qual se processa o fenômeno de derivação. Além disso, o estudo histórico dos sufixos é capaz de

nos fornecer pistas para o reconhecimento de determinada base, mesmo sem se ter confirmado a etimologia da palavra.

São os sufixos que, em geral, selecionam as categorias gramaticais das bases a que se afixam, como é o caso do sufixo *-mento*, que seleciona, tão somente, bases verbais para a formação de substantivos abstratos. Esse tipo de seleção ou relação entre a categoria gramatical da base e o sufixo derivacional constitui importante componente da sistemática do paradigma mórfico das línguas.

É preciso esclarecer que tanto a base lexical quanto o sufixo são portadores de conteúdo semântico que pode variar em cada produto morfolexical. A base é um elemento mórfico, porque possui um conteúdo semântico associado a um segmento fônico recorrente, a partir do qual se formam novas palavras pela associação de sufixos, ou a partir do qual se pode analisar a formação complexa de uma palavra já formada.

A sufixação, portanto, não pode ser considerada como um resultado de operação matemática, em que se obtém uma nova palavra pela simples junção de bases lexicais a sufixos, morfemas flexionais e vogais temáticas, ela se processa a partir de palavras já existentes na língua, primitivas ou já derivadas.

Ao considerar as categorias morfossintáticas das palavras em língua portuguesa, acreditamos ser necessário explicitar, não só a classe-alvo do processo de sufixação e o conteúdo semântico de cada sufixo, mas também a classe gramatical (classe-fonte) e o conteúdo semântico da base, pois a base lexical, além de ter um importante componente gramatical a ser considerado nos processos de sufixação, possui um componente semântico que se apresenta, recorrentemente, em formas complexas. Para o estudo da sufixação é fundamental, por conseguinte, a consideração das características semânticas e categoriais

da base Assim, ao processarmos o emprego de uma sufixo, temos, no mínimo, quatro componentes operacionais a serem considerados, a saber, classe-fonte e significado(s) da base, e classe-alvo e significado(s) do sufixo.

Segundo Rio-Torto (1992), na estrutura semântica de uma palavra derivada convergem diversos níveis de significação. Dois deles nos interessam, particularmente. O primeiro é o que está relacionado ao processo operacional dos sufixos, ou seja, o caráter intra-gramatical ou funcional, que opera na derivação como determinadores de relações categoriais (ex: sufixos formadores de substantivos a partir de verbos, de substantivos ou de adjetivos, etc.). Este nível de significação é considerado abstrato, pois permanece num patamar intralingüístico, mas não deixa de ser um nível sistêmico de produção de sentidos.

O segundo nível, que se revela na referência extralingüística dos elementos envolvidos na derivação, é considerado um nível não-abstrato, pois aponta para referentes externos à língua. Neste caso, há, no mínimo, três conteúdos semânticos a serem considerados: o da base (que incide sobre o sufixo); o do sufixo (que incide sobre a base); e o da palavra derivada (que se origina da co-incidência dos conteúdos semânticos da base e do sufixo).

No primeiro nível de significação, temos uma regularidade considerável, pois os sufixos possuem componentes gramaticais sistêmicos, selecionando sempre bases de uma mesma classe-fonte dando origem a palavras da mesma classe-alvo, o que nos permite visualizar a configuração do paradigma mórfico de uma dada língua, numa dada sincronia. No segundo nível, a irregularidade e a pluralidade significativa são grandes e, assim, o elenco de possibilidades semânticas cresce, em geral, no sentido sufixo > base > palavra derivada.

Portanto, assim como não existe unicidade semântica para qualquer palavra constituída, também, não existe unicidade semântica para elementos operadores da derivação (bases e sufixos). Isto fica claro à medida que nos deparamos com a diversidade e complexidade de significados atestados para cada derivado de uma mesma base, ou para cada derivado com um mesmo sufixo, isso sem implicar, ainda, as possibilidades de variação de sentido, ou seja, polissemia que uma mesma palavra pode adquirir quando empregada, dinamicamente, na língua.

Ainda que se possa constituir uma descrição dos aspectos sufixais, i.e., dos conjuntos de funções e significados dos sufixos, não podemos perder de vista o caráter atomístico do estudo lexical, pois existe uma teia semântica em cada lexia que nos parece ser individual, particular e única.

O estudo da formação de palavras por sufixação envolve não só a descrição do processo de co-articulação entre bases e sufixos, mas também a descrição dos paradigmas organizacionais que a combinação desses elementos acaba por produzir. Assim, os aspectos morfolexicais que procuramos descrever, nesse estudo, ainda que não cubram a totalidade do paradigma mórfico sufixal, podem comprovar a sistematização inerente ao componente morfolexical da língua, que acaba por configurar-se um sub-sistema desta.

Enfim, ao analisarmos cada um dos sufixos ocorridos nos dados do português arcaico, como faremos a seguir, pretendemos demonstrar que cada um deles funciona como uma unidade significativa morfolexical, que atua na dinâmica lexical tanto em nível gramatical, quanto em nível semântico. Vale frisar, mais uma vez, que cada lexia compõe-

se da co-articulação entre o significado da base e significado dos sufixos, podendo sofrer variações semânticas, que se operam durante o uso na língua.

3.2.1 O sufixo *-(a)ço*

O sufixo *-(a)ço* foi encontrado, em nossos dados, funcionando como formador de substantivos abstratos a partir de bases verbais, em duas ocorrências na primeira fase: *cansaço* (A279) *jnchaço* (A924), e uma ocorrência, na segunda fase: *camsamço* (B48), nas quais a noção expressa pelo sufixo pode ser entendida como ‘resultado de ação’.

Não encontramos, nas pesquisas em dicionários etimológicos e em gramáticas históricas, nenhuma menção ao sufixo *-(a)ço* formador de substantivos a partir de bases verbais. Em contrapartida, encontramos o sufixo *-aço*, de origem latina. *-aceus*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, com o sentido de ‘conjunto’ (*fumaça*, *barcaça*) e com sentido de ‘intensidade’ (*canhoaço*, *pistolaço*). Com esses sentidos, recentemente, surgiram, no português, formações como *panelaço*, *buzinaço*, *apitaço*, que, segundo os dicionários de uso, são formadas por influência do castelhano *cacerolazo*.

É possível que esses dois sufixos, *-(a)ço* e *-aço* sejam formas divergentes de um mesmo sufixo latino, uma vez que, quando associado a bases verbais, como nas ocorrências do português arcaico, além de apresentar-se como nominalizador, o sufixo *-(a)ço* acrescenta um traço intensificador a esses substantivos, além de ‘resultados de ação’. Outro

indício dessa associação é a apresentação da etimologia dessas duas palavras em A. G. Cunha (1998: s.v. *cansar* e s.v. *inchar*), quando é indicada uma derivação em *-aço*, bem como a indicação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1911-12:46) de que *cansaço* é uma formação deverbal com o sufixo *-aço*.

No português atual há um aparente homomorfismo entre esses dois sufixos, porém é coincidência é apenas aparente, uma vez que a vogal *-a-* do sufixo nominalizador é a vogal temática da base verbal.

3.2.2 Os sufixos *-a*, *-e*, *-o*

Os sufixos *-a* *-e* *-o* do português arcaico possuem a mesma configuração com que os encontramos hoje, no português brasileiro contemporâneo, e provêm das desinências latinas *-a*, *-i*, *-u*. Esses sufixos possuem uma função gramatical nominalizadora, i.e., formam substantivos abstratos a partir de bases verbais. O valor semântico que esses sufixos agregam às bases é amplo, pois podem denotar ‘*ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X*’, sendo X uma base verbal. Na primeira fase do período arcaico, ocorreram 32 nominalizações com estes sufixos, entre elas: *acorro* (A20), *conquista* (A424), *deleito* (A519), *empeço* (A641), *ganho* (A853), por sua vez na segunda fase, foram encontradas 45 nominalizações, entre elas: *agravo* (B3), *assossego* (B5), *avisos* (B6), *carrega* (B9), *credito* (B15).

O enquadramento desses morfemas como formas de sufixos nominalizadores é um tanto polêmica. Alguns autores os consideram vogais temáticas que se conjugam a bases verbais, originando substantivos abstratos regressivos.

As gramáticas tradicionais da língua portuguesa, ainda hoje, mantêm, dentre os processos de formação de palavras, a denominada derivação regressiva, ainda que estudos de teoria morfológica, como os de Alvar e Pottier (1987), Pena (1980), Alvar Ezquerria (1983) e Varela Ortega (1993), tenham apontado em direção contrária, e desconstruído a hipótese de regressividade, dando às formas *-a*, *-e* *-o*, o estatuto de sufixo.

A derivação regressiva é descrita por Bechara (1972:184) como um processo de criação de palavras por analogia, através da subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem derivantes; de *atrasar*, tiramos *atraso*; de *embarcar*, *embarque*; de *pescar*, *pesca*; de *gritar*, *grito*.

Como mostra Alexandra Rodrigues (2001), os dicionários e gramáticas do português enquadram dentre as palavras ditas regressivas, produtos lexicais díspares, ora trata-se de formas deverbais, ou, como preferimos chamar, nominalizadas, com implicação na mudança de categoria morfossintática, como *abraço* < *abraçar*; ora trata-se de produtos lexicais isocategoriais, sem implicação na mudança de categoria morfossintática, como *sarampo* < *sarampão*.

Ao considerar, tão somente, as supostas regressões deverbais, teríamos então uma supressão das flexões modo-temporais e número pessoais para o acréscimo do elemento nominalizador. Em muitos casos, a nominalização se dá com um elemento coincidente com a vogal temática verbal, por exemplo, *melhora* < *melhorar*, daí talvez a idéia de regressividade.

No entanto, o maior número de nominalizações com estes sufixos, recai sobre o morfema *-o*, e não há, em português, verbos com esta vogal temática, o que levanta a questão de uma possível sufixação e não uma regressão.

A hipótese de derivação regressiva, também, é desfavorecida pela análise de casos particulares em que não há a supressão da vogal temática, nem do morfema modo-temporal do infinitivo (-r), como em *mentira* < *mentir*, ou seja, não há aqui nenhum indício de regressividade..

Na perspectiva de Bechara, esses elementos mórficos são considerados como vogais temáticas que se conjugam a bases verbais, originando substantivos abstratos regressivos.

Rocha (1999:185 - 187) defende a participação desses elementos em derivação sufixal zero:

“... não está correto dizer que em patrulha, melhora, desmate, etc. não há sufixo. Há sim, o sufixo zero, razão por que os casos estudados [...] devem ser enquadrados como derivação sufixal, ou se quisermos, como derivação sufixal zero ou implícita (por oposição à derivação sufixal explícita). Em face do exposto não faz sentido falar-se em derivação regressiva.”

O conceito de morfema zero foi desenvolvido no âmbito das teorias estruturalistas. Contudo, o estruturalismo aplica o conceito de morfema zero para casos em que a ausência de elementos mórficos marca um determinado valor funcional/semântico, como acontece na diferenciação do singular e do plural em português. No plural temos o acréscimo morfema -s ao final de temas substantivos e adjetivos para indicar o conceito de “mais de um” enquanto o singular dessas formas é marcado pela ausência de -s, o fato de não haver nenhuma marca no singular é que indica o conceito “apenas um”.

Na abordagem de Rocha (1999:186), não fica claro que valor ele atribui aos elementos -a, -e, -o, o seu esquema aponta para a seguinte configuração: *patrulhar* + sufixo zero > *patrulha* Ø / *melhorar* + sufixo zero > *melhora* Ø / *desmatar* + sufixo zero > *desmate* Ø / *agitar* + sufixo zero > *agito* Ø.

Segundo Schendl (2001), a derivação zero ou conversão refere-se ao que as gramáticas tradicionais chamam de derivação imprópria, ou seja, a mudança de classe que pode ocorrer em uma palavra. Ele exemplifica, no inglês, com a passagem do verbo *to cheat* a nome *a cheat*, e diz que, neste caso, ocorre “*the change of word class without the addition of a formal suffix.*”⁴¹ (2001: 28).

No caso do português, ocorre de fato uma conversão, pois há mudança de classe, mas, diferentemente do inglês, ocorre a adição de um morfema, que, no caso, pode ser *-a*, *-e*, ou *-o*. Há, portanto, uma presença significativa, que marca a substantivação de um verbo, originando um nome relativo a uma ação X.

Levados, talvez, por essa reflexão, alguns autores, como Sandmann (1992), questionam se essas vogais não poderiam ser consideradas sufixos:

“O leitor talvez ou provavelmente esteja se perguntando o que é afinal o *-o* de *agito*. Será que não pode ser considerado um sufixo (...)? Será que o corpo diminuto, apenas uma vogal, desaconselha atribuir-lhe o status de sufixo?” (Sandmann, 1992: 44-46)

Ao refletir sobre os questionamentos de Sandmann, fomos levados a buscar se havia outros autores que considerassem esses constituintes morfolexicais como derivacionais. Essa postura foi encontrada em Ernesto Faria (1952), quando ele afirma serem esses elementos sufixos formadores de substantivos deverbais. Também, em Alvar e Pottier (1987) encontramos essa mesma postura diante dos sufixos *-a*, *-e*, *-o* no espanhol.

É um fato que estudiosos da morfologia do português têm rejeitado a hipótese de regressividade, uma vez que não é mais aceite a teoria de que a base das nominalizações seja o infinitivo verbal. Há, nos parece, duas propostas de identificação da base para a

⁴¹ “a mudança de classe de palavras sem a adição de um sufixo formal.”

formação deverbal, numa primeira hipótese, seria o tema verbal a base derivacional, como querem Villalva (2003) e Mateus et alii (1998). Numa segunda perspectiva, de acordo com Mattoso Câmara Jr. (1985) e Alvar e Pottier (1987), a forma derivante está localizada no radical verbal, ao qual se conjugam os respectivos elementos mórficos *-a*, *-e*, *-o*.

Essa segunda perspectiva é que aceita Rodrigues (2001) ao dizer que

“Uma solução deste tipo dispensa o recurso a estratégias diferentes forjados, por uma lado, para salientar os casos em que há coincidência entre a vogal temática do verbo, e, por outro, para salvaguardar aqueles em que as vogais temáticas do derivante e do seu produto são divergentes”. (idem, p. 59)

Contudo, Rodrigues não parece à vontade para denominar esses elementos de sufixos, uma vez que, segundo ela, não se comportam como verdadeiros sufixos derivacionais nominalizadores, como *-ção* e *-mento*. De acordo com Rodrigues, estes últimos “são apontados exclusivamente como sufixos derivacionais operadores da construção *nomina actions*” (idem, p.200), enquanto que *-a*, *-e*, *-o*, que denomina de marcadores de classe, seriam, para além de nominalizadores, marcadores de género gramatical e integradores lexicais, em substantivos.

A denominação de marcador de classe, proposta por Rodrigues, nos parece correta, uma vez que, enquanto operadores de nominalização, estes elementos acabam por determinar uma classe gramatical. Contudo, acreditamos que todos os sufixos derivacionais são, em segunda escala, marcadores de classe.

Para entender melhor o que estamos dizendo, é preciso compreender as características léxico-gramaticais dos sufixos derivacionais. O carácter lexical dos morfemas se revela quando este se apresenta como o portador de uma carga semântica substancial,

i.e., que remete a referentes extra-lingüísticos, ou seja, ao isolarmos um morfema lexical percebemos, nitidamente, ser ele o possuidor de um conteúdo significativo amplo e marcante. Por sua vez, o caráter gramatical dos morfemas revela-se como, paralelamente, opositivo ao caráter lexical. Não há, nos morfemas gramaticais, um valor extralingüístico obrigatório e fundamental, sua expressividade ou seu valor vem de sua funcionalidade na gramática da língua. O caráter léxico-gramatical dos morfemas é junção dessas duas possibilidades comportamentais: 1) apresentar um caráter, estritamente, semântico; 2) apresentar um caráter, estritamente, gramatical, e 3) apresentar as duas características. Neste quadro, se encaixam, perfeitamente, os morfemas derivacionais sufixais, pois são elementos formadores de novos vocábulos, isto significa que, em maior ou menor grau, eles alteram a semântica do vocábulo em que se apresentam. Em função de sua gramaticalidade, os morfemas derivacionais são apontados *como modificadores da classe das palavras* com eles derivadas, no entanto acreditamos que o seu valor gramatical está em *determinar* classes de palavras.

Entretanto, o problema colocado por Rodrigues tem por base a teoria da transcategorização, (Don, 1993 apud, Rodrigues 2001) segundo a qual o radical verbal é convertido em radical nominal que, posteriormente, sofre o acréscimo de uma vogal *-a*, *-e* ou *-o*, que funcionariam como “meros atualizadores do léxico”. Neste caso, segundo Rodrigues, os marcadores de classe serviriam para manifestar a categoria nominal do produto, mas não seriam os responsáveis por ela.

Essa teoria, entretanto, nos parece desfavorável uma vez que implicaria na distinção das nominalizações operacionadas por *-ção*, *-mento* e outros sufixos, das nominalizações operacionadas por *-a*, *-e* ou *-o*. Ou, em todos os casos de nominalização, ocorrem a

transcategorização da base verbal em nominal? Ou, se não, porque, apenas, nos casos das nominalizações em *-a*, *-e* ou *-o*?

O problema parece estar na tentativa de deixar aproximadas as vogais temáticas nominais *-a*, *-e* ou *-o*, dos nominalizadores *-a*, *-e*, *-o*. Como diz Rodrigues (2001: 71) “conceber o marcador de classe como impulsionador da transcategorização passa, necessariamente, por traçar uma distinção clara entre *-a*, *-e* e *-o* dos substantivos básicos e dos *deverbais* e pela possibilidade de integrar estes nos sufixos derivacionais”.

No nosso entendimento, há argumentos que favorecem a identificação de *-a*, *-e* e *-o* como sufixos derivacionais, e, portanto, categoricamente distintos das chamadas vogais temáticas nominais⁴².

Na base dessa distinção, está o conceito, acima apresentado, que difere morfemas gramaticais, nos quais se incluiriam as vogais temáticas e morfemas léxico-gramaticais, em que estariam enquadrados os sufixos derivacionais.

Ao entender *-a*, *-e*, *-o* como sufixos derivacionais, podemos atribuir-lhes tanto um valor funcional/gramatical: formador de substantivos abstratos, quanto um valor semântico/lexical: *ato*, *efeito*, *processo*, *fato*, *resultado*, *estado*, *evento* ou *modo de uma ação X*. Enquanto, às formas *-a*, *-e* *-o*, em substantivos primitivos, não pode ser atribuído um valor semântico/lexical.

⁴² As ditas vogais temáticas nominais em português, como se pode observar, desde o período arcaico, já não possuem uma função classificatória, uma vez que a distribuição em declinações, segundo o paradigma latino, se perdeu completamente. Alguns autores preferem denominar estas formas de atualizadoras do léxico. Contudo, não há, ao que saibamos, um estudo aprofundado acerca do assunto.

Para melhor reforçamos a nossa teoria de que estes morfemas são de fato sufixos e não morfemas flexionais, podemos, também, analisar a distinção do ponto de vista da derivação *versus* a flexão.

Uma das características da flexão é a regularidade que diz respeito à ocorrência das formas em todos (ou quase todos) os itens nominais a que se aplicam, paradigmaticamente. No caso das vogais temáticas, excetuando alguns casos, se aplicam a todos os termos substantivos e adjetivos do português, e não há outras possibilidades para a atualização do léxico que não as formas referidas, ou seja, para formar um nome, quer substantivos, quer adjetivos, é necessária a presença desses elementos, como exemplo, temos os empréstimos lingüísticos que, não raras vezes, ao serem atualizados para o português, sofrem o acréscimo de *-a*, *-e* ou *-o*. Além disso, não existem na língua outros elementos capazes de realizar este tipo de atualização, o que nos faz dizer que *-a*, *-e* *-o*, enquanto vogais temáticas participam de forma regular e sistemática na língua.

No entanto, não se pode atribuir a mesma regularidade e sistematicidade aos sufixos em questão. Neste caso, nem todas as formas verbais em português sofrem a nominalização, ainda que potencialmente seja possível segundo as possibilidades sistêmicas da língua. E, em segundo lugar, nem todas as nominalizações são operacionalizadas pelos mesmos sufixos. Ao produzir um substantivo abstrato deverbal, o sujeito tem a sua disposição uma gama de sufixos, a saber: *-ção*, *-mento*, *-nça* ~ *-ncia*, *-(a)gem*; além de *-a*, *-e* e *-o*.

As vogais temáticas, por outro lado, são elementos não opcionais, e sim exigidos pela própria organização interna da língua, enquanto que as formas sufixais estão em

alternância com outras formas que exercem o mesmo papel semântico e funcional e por isso dependem de condicionamentos que não exclusivamente intralingüísticos.

Não nos parece produtivo, portanto, estabelecer uma nova categoria para enquadrar os morfemas *-a*, *-e* *-o*, a fim de dar conta de dois fenômenos completamente distintos, a atualização lexical de substantivos primitivos e a formação de substantivos abstratos deverbais.

Neste sentido, vem acrescentar razão para a nossa hipótese, a composição de um paradigma derivacional para as formas nominalizadas, i.e., existe um padrão sufixal, em português, que nos permite, através de uma operação V + sufixo, obter um substantivo abstrato (*nomina action*), e os elementos *-a*, *-e* *-o* fazem, obviamente, parte desse paradigma.

A teoria de transcategorização da base lexical nos parece ser insuficiente como argumento para explicar o fenômeno da formação de *deverbais*, uma vez que a transposição de categoria verbal para categoria nominal das bases, se, de fato, ocorre, acontece em todos os casos de nominalização, qualquer que seja o sufixo.

3.2.3 O sufixo *-aça*

O sufixo *-aça*, de étimo latino *-acea*, forma substantivos derivados a partir de bases substantivas, podendo imprimir as noções de ‘grandeza’, ‘coleção’ ou ‘intensidade’. Nos dados do português arcaico, encontramos apenas duas ocorrências, na segunda fase, da mesma forma: *couraça* (B46) e *couraça* (B47), empregadas com sentidos de ‘proteção de ferro para os órgãos vitais dos navios de combate’ e ‘armadura de couro ou metal que

protege as costas e o peitoral’, respectivamente. Entendendo a *couraça* primitiva como ‘peça da armadura feita em couro’, podemos inferir que o sentido do sufixo *-aça*, nesse emprego, pode ser definido como ‘intensidade ou força’, sendo *couraça* um couro forte e resistente capaz de proteger partes vitais dos guerreiros em batalha. Os demais sentidos se realizam por extensão metafórica da palavra.

3.2.4 Os sufixos *-ada*

Os cinco sufixos homomórficos *-ada*, identificados no *corpus* do período arcaico, têm o mesmo étimo latino *-ata*, e operam como formadores de substantivos a partir de base substantiva, no entanto, apresentam sentidos distintos.

O sufixo *-ada1* foi empregado em apenas duas ocorrências nos nossos dados, *dineirada* (A598) na primeira fase, *mesnada* (B49), na segunda fase do período arcaico, em que a noção do sufixo pode ser compreendida como ‘grande quantidade de X’.

Nos nossos dados, o número de ocorrências de *-ada2* também não foi expressivo, verificando-se cinco na primeira fase, como *iornada* (A932), *invernada* (A918), e três na segunda fase, como *invernada* (B50) e *jornada* (B51), em que o sentido do sufixo aparece como ‘duração prolongada de X’.

O sufixo *-ada3*, cujo sentido pode ser descrito como ‘ação praticada com X’, foi identificado em cinco ocorrências na primeira fase, por exemplo, em *dentada* (A532) e *punhada* (A1341) e em quatro ocorrências na segunda fase como em *llançada* (B54) e *punhalada* (B56).

O sufixo *-ada4* apareceu em apenas uma ocorrência em todo o *corpus*, a saber: *queijada* (A1355), em que o sentido do sufixo pode ser interpretado com ‘alimento feito com X’.

E por fim, o sufixo *-ada5*, cujo sentido pode ser identificado com ‘medida equivalente a X’, apresentou-se em duas ocorrências, a saber: *braçada* (A237) e *pollegada* (A1297).

No português contemporâneo, os sufixos *-ada* apresentam mais formas homomórficas do que as encontradas nos dados do português arcaico. Alguns autores, como Ali (1964), Rio-Torto (1998) e Rocha (1998), descrevem outras possibilidades de sentido, para o sufixo *-ada*, em português, por exemplo “porção contida num objeto X” (ex: *colherada*). Contudo, a não ocorrência dessa acepção pode indicar que essa seja uma possibilidade de sentido que o sufixo desenvolveu posteriormente ao século XVI, por outro lado, não significa que não possamos encontrá-la, no período arcaico, em um estudo mais amplo, com um maior número de lexias.

Outro aspecto interessante a ressaltar sobre os sufixos *-ada* é que em sua origem ele se encontrava associado aos sufixos em *-ado*, de fato, no latim, esses dois sufixos eram um mesmo morfema derivacional, sendo *-ata* o correspondente feminino de *-atus*, sufixos latinos formadores de substantivos.

Num momento mais recuado do latim, esses sufixos teriam sua origem no particípio passado latino, como coloca Said Ali (1964:237), ao dizer que no português existem: “substantivos abstratos ou concretos cuja criação se deve à simples adaptação semântica do particípio do pretérito de certos verbos. (...). Contudo, ainda no latim, algumas lexias

perderam a identidade entre o derivado e os participio verbais”, assim sendo *–ada* e *–ado* passaram a ser considerados como elementos morfolexicais sufixais.

Segundo Said Ali (1964), essa evolução afetou, sobretudo, o sufixo *–ada*, que assumiu uma vitalidade significativa no latim, que passou ao português arcaico – como se pode ver nas ocorrências coletadas no nosso *corpus* (*anexos I e II*) – e que se manteve no português contemporâneo.

3.2.5 Os sufixos *–ado*

Os dois sufixos *–ado*, encontrados nos dados do período arcaico, vêm do sufixo latino *–atus*, e operam na língua de forma diferenciada. O sufixo *–ado1*, o mais produtivo – com onze ocorrências, na primeira fase, e seis ocorrências, na segunda, aparece como formador de adjetivos a partir de bases substantivas, imprimindo a noção de ‘provido de X’ ou ‘provido de qualidade relativa a X’, em que X é um substantivo. São exemplos de ocorrências com *–ado1*: *barvado* (A205) e *demoniado* (A520), na primeira fase; e *ladrilhados* (B59) e *leterados* (B60), na segunda.

O sufixo *–ado2*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, imprime a noção de ‘entidade, organização, colégio’, ocorrendo em cinco formas na primeira fase, como em *arçobispado* (A145) e *bispado* (A223); e em apenas uma forma na segunda: *mestrado* (B62).

Segundo Said Ali (1964: 239), os derivados em sufixos *–ado2* se aplicam a “títulos honoríficos, a territórios governados por certos titulares, a alguns cargos elevados, a certas

instituições, posições e condições sociais e políticas”, porém, vale destacar que o autor não menciona os derivados em *-ado1*.

3.2.6 Os sufixos *-agem1* e *-(a)gem2*

Os sufixos *-agem1* e *-(a)gem2*, se originam do provençal *-atge* que, por sua vez, se originou do latim *-aticum*. O sufixo *-agem1*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, foi encontrado em doze ocorrências na primeira fase e em oito, na segunda fase do português arcaico, o sentido expresso pelo sufixo nessas ocorrências pode ser descritos como ‘coletivo’ em *linhagen*, (A984) e *fardagens* (B66). Nas demais ocorrências, o sufixo *-agem1* tem um conteúdo semântico muito vago ou opaco, pois ao nosso ver parece assumir em cada lexia um significado particular e individual.

O sufixo *-(a)gem2*, formador de substantivos a partir de bases verbais, é empregado coma noção de ‘ato, resultado, modo de X’, em que X é um verbo. Nos dados do período arcaico foram encontradas apenas três ocorrências de *-(a)gem2*, duas na primeira fase: *usage* (A1590) e *passagen* (A1222), e uma na segunda fase: *passagem* (B72).

Nos manuais de morfologia foram encontradas três acepções para o sufixo *-agem*, descrito sem a distinção entre o que seleciona bases verbais e o que seleciona bases substantivas. A primeira, e mais referida, é a que encontramos em *usage* (A1590), que pode ser descrita como ‘ação, resultado de ação’ ou ‘nomina actionis’, como pensa Rio-Torto (1998:116). A segunda é ‘coletivo’ ou ‘nomina quantitatis’, também com Rio-Torto (idem),

que encontramos em *fardagens* (B66). A terceira é ‘nomes de impostos’ como vemos em *carcerage* (A292).

Em *menage* e *salvage* não há uma acepção claramente identificável, e que não pode ser associada a nenhuma das acepções acima descritas, nem tampouco promover uma aproximação semântica entre essas três ocorrências.

No português contemporâneo, existe uma tendência a interpretar como deverbais todos os derivados em *-agem*, cuja base tenha um correspondente verbal, ou seja, são considerados denominais aqueles derivados que não possuem verbos correspondentes, por exemplo, *linguagem*, cuja base *lingu-* não formou um verbo **linguar*, enquanto são considerados deverbais aqueles derivados, cuja base permitiu a formação de um verbo, ainda que, também, tenha formado um nome, por exemplo, *contagem*, que tem uma possível base nominal *conta* e uma possível base verbal *contar*.

Essa análise é, obviamente, sincrônica, pois, numa abordagem diacrônica, é preciso observar a origem do verbo e do substantivo, para poder determinar se há a possibilidade de ambos terem servido de base para a derivação.

3.2.7 Os sufixos *-al*

Os três sufixos *-al*, cujo étimo vem do latim *-alis*; *-ale*, participam dos processos de formação de palavras de forma diferenciada uns dos outros.

O sufixo *-al* forma substantivos a partir de bases substantivas, com a noção de ‘locativo’. Esse sufixo apresentou-se, no período arcaico, com um pequeno número de ocorrências, três na primeira fase: *casal* (A313) e *portal* (A1298) e cinco na segunda fase,

por exemplo, *arreal* (B117) e *canaveall* (B118). No português contemporâneo o sufixo *-al1* possui uma grande vitalidade, embora não se apresente com grande produtividade no português arcaico.

O sufixo *-al2* ~ *-ar*, formador de adjetivos a partir de bases substantivas, apresenta a noção de ‘qualidade relativa a X’. Esse sufixo teve um número de ocorrências bastante expressivo; em *-al2*, foram setenta e duas ocorrências, na primeira fase, e trinta e sete, na segunda; por sua vez, com a forma *-ar*, encontramos apenas duas ocorrências, na primeira fase e cinco, na segunda. São exemplos de *al2* ~ *-ar*: *carnal*, *mentiral*, *mortal*, *infernai*, *familiar*, *singular*.

O sufixo *-al3*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, imprime a noção de ‘instrumento’. Com esse sufixo, encontramos uma ocorrência na primeira fase do português arcaico: *anasal* (A117), e quatro ocorrências na segunda fase, entre elas: *punhal* (B120) e *signal* (B121).

Sobre a alomorfia entre o sufixo *-ar* e o sufixo *-al2*, pode-se dizer que são formas divergentes do sufixo latino *-alis*, e embora *-ar* seja mais inovador que *-al*, foi este que assumiu uma maior vitalidade no português contemporâneo.

A origem *-ar* se explica pela dissimilação de *-alis* em *-aris*, que, segundo Said Ali (1964:136), se deu em casos de lexias que apresentavam em seu radical uma consoante lateral *-l*, no final do radical, como em *familiar* (1537), no meio, como *militar*, ou no início como *lunar*.

Há autores que questionam se *-al* e *-ar* não seriam diferentes sufixos, sinmórficos portanto, ou se representariam formas alomórficas para a representação de um mesmo valor semântico-funcional.

É interessante observar que os componentes morfolexicais em questão parecem apresentar uma distribuição complementar sistemática, ou seja, não temos **familiar*, nem **lunal*, nem temos **mortar*, **infernar*, **naturar*, sem a possibilidade de existência de formas duplas ou *doublets*, como ocorre, algumas vezes, entre morfemas sinmórficos. Eles também não apresentam uma composição fônica tão distanciada que não nos permita aproximá-los, tendo a mesma origem etimológica.

Se entendêssemos que se tratam de sufixos sinmórficos, teríamos o distanciamento fônico entre as formas ou étimos distintos. Portanto, só podemos decidir que há neste caso uma alomorfia.

Nos dados do português arcaico, o número restrito de ocorrência é um indício de que não havia um paradigma mórfico fortemente estabelecido e autônomo para o sufixo *-ar*.

3.2.8 O sufixo *-ano ~ -ão*²

O sufixo *-ano ~ -ão*², cujo étimo é indicado como do latim *-anus*, *-ana*, forma adjetivos a partir de bases substantivas, e pode ser descrito como ‘gentílico’, no entanto, esse é um conteúdo semântico polissêmico que pode ser sub-dividido em: (i) proveniente, originário de X; (ii) sectário ou partidário de X e (iii) que pratica atividade relativa a X. Essa polissemia, geralmente, é apresentada nas descrições desse sufixo em manuais de morfologia. A teia semântica se interliga pelo caráter ou conteúdo semântico, dito ‘participação ou pertença a’, encontrado nos três significados do morfema.

Com a forma *-ano*, encontramos sete ocorrências, quatro na primeira fase, e quatro na segunda, por exemplo: *cirurgiano* (A361), com a noção de ‘que pratica atividade relativa a X’ e *castelhano* (B124), *rromano* (B125), *venezeanos* (B127), com a noção de ‘proveniente, originário de X’.

Com a forma *-ão*, forma encontradas 15 ocorrências na primeira fase e 16 na segunda, por exemplo: *africão* (A37), *aldeião* (A69), com a noção de ‘proveniente, originário de X’; *cristão* (A355), com a noção de ‘sectário ou partidário de X’ e *escrivão* (A727), *capelan* (B132), com a noção de ‘que pratica atividade relacionada a X’.

Segundo Said Ali (1964: 246), os adjetivos em *-ano* em português foram quase todos recebidos do latim. Contudo, é possível notar uma forte vitalidade desse sufixo no português contemporâneo, principalmente, para a formação de adjetivos com carga semântica (i) proveniente, originário de X (por exemplo: *alagoano*, *baiano*, *paulistano*) e (ii) sectário ou partidário de X (por exemplo: *petiano*, *anglicano*).

No *corpus* analisado, para a primeira fase do português arcaico, não foram encontradas formas inovadoras, ou seja, todas as formas encontradas têm sua origem no latim, já na segunda fase, foram encontradas três formas inovadoras

3.2.9 O sufixo *-ão1*

O sufixo *-ão1* forma substantivos a partir de bases substantivas e adjetivos a partir de bases adjetivas. Esse sufixo apresentou-se no período arcaico com configurações gráficas, que remetem a possíveis configurações fônicas, distintas, a saber : *-on*, predominante na primeira fase e *-ão*, predominante na segunda fase do período arcaico.

Com esse sufixo, foram encontradas dezenove ocorrências na primeira fase, entre elas: *Cabeçon* (A254), *Certão* (A343), *Nadigon* (A1140), *Garganton* (A858), e apenas três ocorrências na segunda fase: *cordões* (B128), *garganton* (B129), *rrabão* (B130). A noção expressa pelo sufixo *-ão1* é, tradicionalmente, descrita como ‘aumento’, sabemos, contudo, que essa noção pode ter algumas nuances de expressão.

Segundo Said Ali (1964: 56-57), esse morfema tem sua origem no genitivo dos substantivos latinos em *-onis*, que, em geral, eram designativos de pessoas, pertenciam à linguagem plebéia ou familiar e tinham sentido depreciativo. Como diz Said Ali “do aumento exagerado ao ridículo não é grande a distância”, assim, algumas palavras empregadas no caso genitivo já vinham assumindo um valor adjetival pejorativo, é o caso, por exemplo, de *valentonem*, ou seja, *valentão*. É provável que, com a perda dos morfemas de caso, esta desinência tenha migrado do campo flexional para o derivacional, ou seja, deixando de ser designador de caso genitivo e passando a ser formador de substantivos e adjetivos, fato que comporta duas possibilidades significativas: acrescer valor ‘pejorativo’ ou valor de ‘aumento’, o que nos reporta ao contexto atual da língua, em que esse morfema derivacional observa esse comportamento.

Essa primitiva noção pejorativa do sufixo pode explicar o grande número de ocorrências na primeira fase em relação ao baixo número delas na segunda. Isso porque a maioria das palavras com *-ão1* na primeira fase forma identificada no glossário das *Cantigas de escárnio e mal dizer*, cujo teor irônico favorece o uso de termos pejorativos, em oposição às crônicas da segunda fase, que, por serem narrativas elogiosas, muito desfavorecem o uso da *pejoração*.

A classificação do morfema *-ão* como um sufixo derivacional é uma postura bastante nova, encontrada em alguns manuais de morfologia contemporâneos, em contraposição às posturas encontradas em gramáticas tradicionais e gramáticas históricas. Essa inovação se deve à percepção de que não há o mesmo comportamento em morfemas aumentativos e diminutivos e morfemas flexionais.

Essa questão parece ter sido abordada, no âmbito da lingüística brasileira, primeiramente por Mattoso Câmara Jr., que apresenta argumentos para entendermos o grau como uma derivação e não como uma flexão.

“A expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.” (Câmara Jr., 1997: 45)

Os dois fenômenos parecem apresentar uma grande diferença no comportamento gramatical, além da obrigatoriedade, pode-se questionar aspectos como regularidade e sistematicidade, concordância.

A regularidade e sistematicidade no caso da flexão implicam na existência de morfemas exclusivos para determinados conteúdos gramaticais e que são regularmente aplicados a todos os itens da(s) classe(s) de palavras sobre as quais incidem. Isso pode ser exemplificado através do morfema *-s-* de formação do plural em português, pois ele obedece a todas as características dos mecanismos flexionais. Todos os itens nominais da língua portuguesa são passíveis de flexionar-se em número e ao fazê-lo se utilizarão do morfema específico *-s-*.

Em relação ao grau dos substantivos e adjetivos percebemos não haver essa regularidade e sistematicidade, uma vez que a nem todos os itens nominais da língua pode-

se aplicar a noção de grau aumentativo através do morfema *-ão*, nestes casos, o grau se expressará de forma analítica (ex: *grande calma* e não **calmão* ou **calmona*). Por outro lado, também não há um morfema exclusivo para a expressão do grau aumentativo, além do *-ão* existem também *-érrimo* (*nigérrimo*); *-zarrão* (*homenzarrão*); *-arra* (*bocarra*); entre outros.

No que se refere à concordância, parece nítido que a flexão de número estabelece relação exigida por regras estruturais da língua, o que alguns definem como ‘natureza da frase’, ou seja, se estamos nos referindo a mais de um elemento teremos que nos utilizar da flexão numérica e esse elemento, por sua vez, irá desencadear um processo de concordância com outros elementos frasais, como determinantes e adjetivos. No que diz respeito ao grau, não há nenhuma implicação na organização da frase, ou seja, se empregarmos um substantivo no grau aumentativo isso não implicará em concordância com determinantes ou adjetivos, podemos por exemplo dizer: *carrão bonitinho*, *carrão bonito*, *carro bonitão*, etc.

Em outras palavras, quando utilizamos um substantivo no grau aumentativo, não significa que tenhamos que “flexionar” seus adjetivos, nem tampouco o verbo e os determinantes.

A obrigatoriedade se relaciona à questão anterior que é a concordância. Não nos parece ser opcional o uso do singular ou do plural. Quando nos referimos a *mais de um livro* estamos nos referindo sem sombra de dúvidas a *livroS*, e o uso do morfema *-s-* não vai ser uma opção do falante, é uma obrigatoriedade lingüística que deriva de realidades extra-lingüísticas selecionadas pela gramática do português, como a noção de plural. Por outro lado, o uso do morfema de grau *-ão* não parece possuir um relação exclusiva com a natureza extra-lingüística do objeto referido, ou seja, ao dizermos por exemplo que “aquele

é um *carrão*”, podemos estar nos referindo a um carro grande em suas dimensões empíricas ou podemos estar nos referindo até mesmo a um carro de pequeno porte, como um *fusca*, mas que nunca quebra. Nesta questão observamos que está implicado no emprego do aumentativo ou diminutivo um grau considerável de subjetividade do falante, dito de outra forma, muitas vezes o uso do grau está mais implicado na relação de afetividade falante-objeto do que na natureza empírica do objeto. E se há um uso que se relativiza pela relação afetiva do emissor com o objeto, vemos aí o grau máximo de opcionalidade.

Justificamos assim a presença do morfema *-ão*, indicador de aumento, dentre os morfemas derivacionais coletados no *corpus*. Por tudo o que foi dito anteriormente fica claro que este se trata de um morfema derivacional e não flexional, desde o português arcaico.

3.2.10 Os sufixos *-aria*

Os quatro sufixos homomórficos *-aria*, identificados no *corpus* do período arcaico, têm o mesmo étimo, contudo existem duas hipóteses para sua origem. A primeira, de acordo com Said Ali, indica que sua proveniência se deve à adjunção do sufixo latino, de origem grega, *-ia* a formas morfolexicais já derivadas em *-eiro*, como afirma o autor: “palavras do gênero de cavalaria, rouparia, feitiçaria devem sua origem à junção do sufixo *-ia* aos derivantes *cavaleiro*, *roupeiro*, *feiticeiro*, do mesmo modo que *frontaria*, *romaria*, *padaria* procederam de *fronteiro*, *romeiro*, *padeiro*.” (Said Ali, 1964: 232); o autor parece assim justificar a ocorrência do alomorfe *-eria* - abundante no castelhano, tendo, portanto, influenciando algumas formas em português. A segunda hipótese, de acordo com A. G

Cunha, indica que o sufixo é proveniente da fusão do sufixo latino *-arius* (hoje, *-ário*) com o sufixo grego *-ía*, e que o alomorfe *-eria*, seria uma influência do francês *-erie*, ou do italiano *-eira* ou, ainda, influência de terminação *-e* de certos substantivos a que se liga, como *leite* > *leiteria*.

Rio-Torto (1998: 190-192) opta pela hipótese de Said Ali. Segundo ela, o sufixo *-ia*, usado para formar substantivos a partir de bases adjetivas, tinha o conteúdo semântico equivalente a “nomina qualitatis” i.e., substantivos relativos a qualidades, como *valentia*, *ousadia*, enquanto o sufixo *-eiro* era usado para formar “nominas agentis”, ou seja, substantivos agentivos.

Apesar de não termos encontrado nenhuma citação a esse respeito na *Gramática do latim vulgar* de Maurer Jr. (1959), pode-se inferir que o processo de junção desses dois sufixos (*-eiro* + *-ia* = *-aria*), se assim ocorreu, se iniciou no latim vulgar, uma vez que a sua presença em outras línguas românicas (italiano: *-eria*; espanhol: *-eria*; francês: *-erie*) aponta para uma origem prévia, ou seja, que a junção dos sufixos se deu antes da diferenciação do latim nas línguas românicas.

No português arcaico, o uso de *-aria* é freqüente e parece que ainda se pode estabelecer alguma relação entre as formas em *-aria* e as formações em *-eiro* as quais lhes servem de base, por exemplo, *cavalaria* < *cavaleiro*, que foram atestados em nosso *corpus*. No português contemporâneo, já não se pode dizer que essa interrelação seja reconhecida, pois o sufixo *-aria* parece ter adquirido autonomia, e pode anexar-se a bases que designam não só agente, mas também referentes concretos [-animado] como, por exemplo, em *boataria* cuja base derivativa é *boato* e não **boateiro*. Contudo, não podemos afirmar que essa autonomia seja recente, e parece que de fato ela já estava em processo no

português arcaico, uma vez que foram encontradas formas como *drudaria* (238), *jograria* (886) e *estacarias* (1048), cujos correspondentes em *-eiro* parecem não existir, nem no período arcaico, nem no português contemporâneo (segundo consultas aos dicionários etimológicos e de uso e aos dados coletados no *corpus*). Por outro lado, não é impossível que essas formas correspondentes em *-eiro* tenham existido no latino-romance, uma vez que, em nosso *corpus*, ocorreram formações inesperadas como *peçoaria* e o correspondente *peçoeiro*.

No português arcaico a forma *-aria* apresentou-se em quatro sufixos que se comportam como formadores de substantivos a partir de base substantiva, porém apresentam sentidos distintos.

O sufixo *-aria1* apresentou-se, em nossos dados, com a noção ‘locativo’, revelando a polissemia entre os sentidos: (i) local onde existe (grande quantidade de) X e (ii) local de atividade relacionada com X, sendo encontrado em 12 ocorrências na primeira fase, entre as quais: (i) *albergaria* (A59) e (ii) *enfermaria* (A667), e em 05 ocorrências na segunda fase, entre elas: (ii) *chancelaria* (B160) e *saboarias* (B164). Na segunda fase, *-aria1* com sentido ‘local onde existe (grande quantidade de) X’ não foi encontrado.

O sufixo *-aria2*, cujo sentido pode ser descrito como ‘qualidade ou atitudes próprias de certos indivíduos ou resultado desses atos’, foi encontrado em seis ocorrências na primeira fase, como, por exemplo, *alcoyataria* (A68), *dudraria* (A617), *putaria* (A1348). Na segunda fase, o sufixo *-aria2* não foi identificado em nenhum das ocorrências.

Com a noção ‘coletiva’ encontramos o sufixo *-aria3*, que se apresentou em três ocorrências do mesmo vocábulo, na primeira fase: *caualaria* (A322); e em cinco ocorrências na segunda fase: *mercadarias* (B158), *pedraria* (B166), *specearia* (B167).

E por fim, encontramos, ainda, o sufixo *-aria4*, com a noção de ‘atividade profissional, arte, relacionada a X’, em quatro ocorrências na primeira fase: *agoiraria* (A40), *jograria* (A929), *pedraria* (A1230), e em três ocorrências na segunda fase: *cavallaria* (B169) e *pescaria* (B159).

É interessante observar que as lexias *pedraria* e *cavallaria* apresentam-se polissêmicas, através do uso de dois sufixos homomórficos, pois na primeira fase, *pedraria*, com *-aria4*, tem o sentido de ‘arte de gravar em pedra’ e na segunda fase, com *-aria3*, tem o sentido de ‘porção de pedras para construção’, por sua vez, *cavalaria*, na primeira fase, apresenta, com *-aria3*, o sentido de ‘tropa de cavalos’ e na segunda fase, com *-aria4*, o sentido de ‘arte de cavalgar’.

3.2.11 Os sufixos *-ario*

Os sufixos com a forma *-ario* são descendentes diretos do sufixo latino *-arius*, tendo como forma divergente o sufixo *-eiro* que advém da forma popular de *-arius* (>*-airo* > *-eiro*). Essa evolução justifica a presença, em nosso *corpus*, de formas como *contrairo* (664) e *aversairo* (963), nas quais se pode verificar a forma sufixal de transição *-airo*.

Embora o português arcaico apresente um número reduzido de *-ario*, apenas 13 ocorrências, em comparação ao número de ocorrências da forma divergente *-eiro* (198), não caiu em desuso, pois em épocas posteriores o *-ario* voltou a produzir novas formas. Em alguns casos, desfez-se a metátese, acarretando o retorno de alguns vocábulos em *-eiro* à forma primitiva. O eruditismo, que ocasionou o uso de palavras em *-ario* diretamente tomadas do latim, acabou reforçando a possibilidade de se criarem novos vocábulos com

esse sufixo no português moderno, e ainda no português contemporâneo ele ocorre com relativa frequência. Assim, pode-se dizer que o sufixo *-ario*, que era pouco produtivo e sem vitalidade no português arcaico, retoma sua produtividade através do retorno à formas diretamente modeladas sobre o latim, e passa a ter nova vitalidade, produzindo novas formas no português contemporâneo.

O sufixo *-ario*¹ forma substantivos a partir de bases substantivas, com a noção de ‘ocupação ofício, profissão relacionadas a X’. Foram encontradas três ocorrências na segunda fase: *cossarios* (B170) e *secretario* (B173), e nenhuma na primeira fase.

O sufixo *-ario*² apresentou em um maior número de ocorrências, sendo três na primeira fase e sete na segunda. Esse sufixo revelou-se, em nossos dados, como formador de adjetivos, contudo as bases selecionadas foram díspares: 1) adjetiva, em *aversairos* (B73); preposicional, em *contrairos* (B75), substantiva em *familiario* (B77), e em uma base que não conseguimos definir em *necessário* (B171).

3.2.12 O sufixo *-ção* ~ *-ão*³

O sufixo *-ção*, como o conhecemos contemporaneamente, cujo étimo é apontado como do latim *-tio*, *-tionem*, apresentou-se, no português arcaico, com configurações gráficas - que nos remetem a possíveis configurações fônicas – distintas: *-com* e *-con*, na primeira fase do português arcaico e *-com*, *-cam*, *çã*, e *-ção*, na segunda fase. Este sufixo apresentou alomorfia em *-om*, na primeira fase e em *-ão*, na segunda fase. No caso dos alomorfes apontados, as bases verbais não partem do tema do infinitivo, mas sim do tema do particípio passado. Formador de substantivos a partir de bases verbais, imprimindo a

noção de ‘ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X’, esse sufixo é encarado por alguns autores, como Basílio (2004), como semanticamente vazio, isso porque a pluralidade de sentidos que as formas derivadas assumem não possibilita uma descrição semântica sistemática para esse sufixo, assim como ocorre com a maioria dos sufixos nominalizadores.

Nos dados da primeira fase, o sufixo *-ção* apareceu em 87 ocorrências, como em *juraçon* (A937) e *loaçon* (A993) e, na segunda fase, em 110 ocorrências, como em *invençom* (B248), *maginaçam* (B249) e *perdição* (B253). Por sua vez, *-ão*⁴ apareceu em 07 ocorrências, na primeira fase, como em *conclusom* (A400), *confisson* (A404), *defenson* (A510) e em 04 na segunda, como em *rreprensão* (B151) e *sucessom* (B152). No total, são 209 nominalizações em *-ção* ~ *-ão*³.

O sufixo *-ção* é apontado por vários estudiosos da língua portuguesa como o mais produtivo para efetuar a nominalização, na atualidade. Rocha (1998: 30) aponta *-ção* como o mais produtivo da língua portuguesa, com base num estudo de Basílio sobre 400 novas formações lexicais nominalizadas.

Pudemos confirmar também essa alta produtividade e vitalidade do sufixo *-ção*, no português contemporâneo, através de dados do dicionário de rimas de Fernandes (1996:73-90), em que foram encontradas cerca de 3000 ocorrências de nominalizações apresentando o sufixo *-ção* ~ *-ão*⁴.

Também, no latim, o sufixo *-tio*, *-tionem*, do qual se origina o arcaico *-çom* e contemporâneo *-ção*, parece ter sido o nominalizador de maior vitalidade, como se pode ver em Faria (1959:287), quando diz que “o sufixo *-tio* latino era o mais produtivo dos sufixos na formação dos substantivos verbais abstratos no latim”. Tal informação nos levou

à seguinte pergunta: teria sido sempre *-ção* o sufixo nominalizador mais produtivo na história da língua portuguesa?

Contudo, pelo menos no português arcaico, a hipotética predominância de *-ção* é desconfirmada, uma vez que o número de nominalizações em *-mento* foi superior, num total de 225 ocorrências. Vale ressaltar que muitas formas em *-ção* já eram derivadas no latim, enquanto, muitas das formas em *-mento*, encontradas no *corpus*, são nominalizações portuguesas.

Assim, a superioridade do número de ocorrências de *-mento*, nos dados coletados no português arcaico, contraria a suposta predominância de *-ção*, uma vez que numa etapa intermediária entre o latim e o português contemporâneo, etapas em que aparentemente seria *-ção* o sufixo mais produtivo da língua portuguesa, essa situação se inverte passando *-mento* para a posição de maior vitalidade.

Sobre o comportamento morfolexical de *-ção*, pode-se dizer que esse sufixo tem uma atuação bastante regular, na língua portuguesa arcaica, dado que ele opera sistemática e regularmente nominalizações, nunca se prestando a qualquer outro tipo de formação lexical.

A formação da lexia derivada em *-ção* apresenta com alguma frequência a conservação da vogal temática verbal, no caso, *-a*, para a primeira conjugação (*ocupaçom* (A1186)) e *-i*, para a segunda (*perdiçom* (A1245)) e terceira conjugações (*partiçon* (A1219)). A permanência da vogal temática do verbo é usual, mas não geral, uma vez que a nominalização pode se dar por meio do alomorfe *-on* (*-ão* no PC) que não possibilita a conservação da vogal temática, como em *defenson* (A510).

3.2.13 Os sufixos –*dade*

Nos nossos dados, encontramos dois sufixos *-dade* ~ *-idade* ~ *-edade*, que vêm do sufixo latino *-itas*, *-itatis*. O sufixo *–dade1* ~ *-idade1* ~ *-edade*, formador de substantivos a partir de adjetivos com a noção de ‘entificação de uma qualidade ou estado X’, foi o mais produtivo, tendo sido encontradas 156 ocorrências na primeira fase, entre as quais: *castidade* (A314), *maldade* (A1023), *piedade* (A1279); e 61 ocorrências na segunda fase, como em: *equidade* (B309), *fielidade* (B 310), *honestidade* (B312).

O sufixo *–dade2* ~ *-idade2*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, foi encontrado em apenas uma lexia, que ocorrem uma vez na primeira fase e quatro vezes na segunda, a saber: *actoridade* (A24) e *autoridade* (B343).

O sufixo *–dade*, como alguns componentes morfolexicais que operam a formação de substantivos abstratos, como os nominalizadores, é tido como portador de uma carga semântica menor, como afirma Rio-Torto (1998: 158). Isso porque, segundo ela, a configuração semântica desses derivados não corresponde fielmente à composição semântica de seus componentes, dando margem a inúmeras idiossincrasias. Isso quer dizer que muitos derivados em *–dade*, assumem cargas semânticas particulares, devido à falta de especificidade do significado do sufixo. Contudo, é possível admitir que as descrições semânticas acima recobrem todos os casos de ocorrências do português arcaico, embora em nenhum momento da história do português, ou mesmo do latim, possamos admitir um traço [+concreto] a *–dade*.

Sobre a vitalidade desse sufixo, pode-se dizer que ela parecer ser sempre contínua, uma vez que existem atestadas no nosso *corpus* algumas derivações em *-dade* que parecem ser derivações próprias do português arcaico, muito embora, na grande maioria dos casos, as lexias em *-dade* já tenham sido derivadas no latim.

O sufixo *-dade1* apresenta, apenas na primeira fase do português arcaico, um alomorfe *-edade*, de baixa produtividade, apenas 4 ocorrências: *antiguedade* (A126), *enfermedade* (A670), *propriedade* (A1338) e *torpedade* (A1546). E pode-se dizer que esse alomorfe não mais existe na segunda fase do período arcaico, nem no português contemporâneo já que as formas atuais dessas palavras são: *antiguidade*, *enfermidade* e *torpitude* (essas duas últimas já atestadas no nosso *corpus*).

Quanto à lexia *propriedade*, pode-se dizer que ela mantém o alomorfe *-edade* por uma questão de acomodação fônica, uma vez que a composição **propriedade* seria contrária às normas fonéticas da língua portuguesa.

3.2.14 O sufixo *-da*

O sufixo *-da*, tem origem na forma feminina do sufixo latino de particípio passado *-ta*, e serve como formador de substantivo a partir de bases verbais, sendo, portanto, um nominalizador, cuja noção pode ser descrita como ‘ato, resultado, modo, qualidade de X’. Foram encontradas doze ocorrências na primeira fase, entre as quais: *albergada* (A58), *alçada* (A64), *bastida* (A207), *cavalgada* (A333), *ferida* (A797), *madurgada* (A1018); e seis ocorrências na segunda fase: *armada* (B368), *bastidas* (B373), *entrada* (B409), *feridas* (B418), *morada* (B444).

Segundo Margarida Basílio (2004: 43), as nominalizações com esse sufixo são feitas, via de regra, a partir de verbos de movimento e que, em função dessa restrição semântica, são menos freqüentes. Além disso, a autora indica que existe, ainda, a possibilidade de formações em *-da* comporem expressões perifrásticas do tipo ‘dar uma [V-*da*]’, por exemplo, *dar uma olhada*, *dar uma estudada*, etc, que são utilizadas como atenuantes do verbo. Contudo, nos dados do período arcaico, não podemos dizer que essas condições já estavam incorporadas ao comportamento paradigmático do sufixo *-da*, uma vez que, algumas das ocorrências não partem de verbos de movimento e, por outro lado, não identificamos nenhuma das formas compondo expressão perifrástica do tipo acima exemplificado.

3.2.15 O sufixo *-do*

O sufixo *-do*, formador de adjetivos a partir de bases verbais, com a noção de ‘estado ou qualidade resultante de X, ou relativa a X’, do sufixo de particípio passado latino *-tus*, *-tas*. Foram muitas as ocorrências do adjetivo participial em nossos dados, tendo sido encontradas 117 ocorrências na primeira fase e 116 ocorrências na segunda, dentre elas: *acordado* (A16), *aguisado* (A51), *cousido* (A464), *metudo* (A1101), *perdudo* (A1252), *podrido*, (A1295) e *rrepairedas* (B459), *rresguardo* (B460), *sagrado* (B462), *temorizado* (B463), *tornada* (B464), *vemcido* (B467).

De fato esse sufixo é formador de particípio passado que em algumas lexias deixa de ter um emprego verbal e passa a um emprego adjetivo, ou ainda em algumas lexias que

possuem a capacidade de se comportar como adjetivo ou como verbo a depender do contexto sintático.

Além disso, existem ocorrências de algumas palavras oriundas do particípio passado que se tornaram substantivos, nesses casos é possível imaginar que a trajetória da lexicalização tenha passado pela categoria de adjetivo, ou seja, que antes de se tornar um substantivo o particípio passado originalmente tenha sido usado como adjetivo, sendo, posteriormente, substantivado. A fluidez entre as categorias de adjetivo e substantivo é muito grande, uma vez que essas são categorias contíguas, apresentando as mesmas características flexionais.

O tempo a que denominamos particípio passado em português tem sua origem no particípio passado, ou perfeito, latino, que tinha a seguinte configuração morfemática: *-(a)tu* para os verbos de primeira conjugação, *-(u)tu* para os verbos de segunda conjugação e *-(i)tu* para os verbos de terceira conjugação.

No português arcaico, a configuração se manteve praticamente a mesma sendo que se observam algumas concorrências entre os morfemas *-(u)do* e *-(i)do* para formação de particípios de verbos da segunda conjugação. Na primeira fase, é superior o número de ocorrências em *-(u)do* (25 ocorrências) em relação às lexias em *-(i)do* (apenas 9 ocorrências), provenientes de verbos da segunda conjugação. Por sua vez, na segunda fase, encontramos apenas uma ocorrência em *-(u)do*: *conteúdas* (B382), contra quinze ocorrências em *-(i)do*. No português moderno, os particípios em *-udo* já haviam desaparecido, permanecendo, apenas, formas nominalizadas como *conteúdo*, *teúdo* e *manteúdo*.

As motivações aventadas para a substituição gradual, mas categórica, dos participios em *-udo* por terminações em *-ido* são variadas. Segundo Silveira Bueno (1958), é disparatada a teoria de que a mudança se processou pela impossibilidade das línguas de substrato, sobretudo celta, de pronunciar o *u* latino, criando o som intermediário *ü* do francês e posteriormente passando a *i*, para ele o fator primordial da mudança foi, tão somente, a analogia, que ocorre em outros tempos verbais da segunda (*-ere*) e terceira (*-ire*) conjugações.

Para Mattoso Câmara Jr. (1975), o português substituiu as formas em *-udo* por *-ido* provavelmente por dois motivos: 1) a falta de apoio estrutural no resto do verbo para a vogal *u* no participípio; 2) a homonímia com o sufixo nominal *-udo*, formador de adjetivos a partir de substantivos. Adolfo Coelho (apud Câmara Jr.: 1975) também sustenta que a motivação da mudança está na analogia, ou regularização do paradigma verbal, a partir da terceira conjugação portuguesa.

A cronologia da mudança apontava anteriormente para meados do século XVI. Contudo, Clarinda Maia (1997) já havia indicado o recuo do fenômeno de mudança em progresso para o século XV, em cujos documentos se verifica a concorrência dos dois tipos de participios. Assim, era pacífica idéia entre os historiadores da língua que os participios passados em *-udo* dominaram o século XIII e ainda se encontravam generalizados no século seguinte.

Maria José de Simões Pereira Carvalho (1999), em sua dissertação de Mestrado, levanta dados que vêm de encontro a essa cronologia da mudança até então difundida. Segundo a lingüista, as terminações em *-ido* podem ser encontradas já em documentos da segunda metade do século XIII, não apenas como ocorrências ocasionais e esporádicas, mas

como fenômeno largamente conhecido, exibindo formas surpreendentemente inovadoras como *auuido*, que, segundo ela, até o século XV concorreu com a forma arcaica *avudo*.

Fato é que, a partir de meados do século XIII, a forma de particípio *-ido* já se implementava como possibilidade de flexão para os verbos da segunda conjugação. Essa possibilidade foi se generalizando de tal modo que já nos primeiros anos do português moderno a terminação *-udo* para particípios havia se extinguido.

Para o estudo dos dados coletados na documentação poética do século XIII é preciso, pois, que levemos em consideração a possibilidade de ocorrência do morfema *-udo* em no mínimo três possibilidades morfossintáticas: 1) como morfema flexional de particípio passado em papel verbal; 2) como morfema flexional de particípio passado em papel adjetival; e 3) como morfema derivacional formador de adjetivos a partir de bases nominais (note-se que nos dois casos anteriores a base lexical será sempre verbal e, mais especificamente, verbos de segunda conjugação).

Vimos então necessidade premente de se estabelecer critérios para distinguir quando no *corpus* analisar um particípio como forma verbal e quando analisar como adjetivo. Essa é uma problemática que se mantém até os dias atuais: qual a fronteira funcional dos particípios passado na língua portuguesa?.

Segundo Pimenta-Bueno (1986), no português existiriam três formas participiais: a) o particípio imperfeito ativo que equívale ao que denominamos de gerúndio; b) o particípio perfeito ativo, que seria equivalente ao particípio passado, com ocorrência em tempos compostos conjugado com verbo auxiliar; e c) o particípio perfeito passado ou adjetivo verbal em função predicativa ou adnominal.

Nessa classificação, Pimenta-Bueno não cita, coerentemente, como forma participial, os participípios presentes latinos, que no português perderam completamente o caráter verbal passando a figurar na nossa gramática como formas adjetivais.

As formas participiais, sobre as quais nos detivemos, são as citadas nos itens b) e c) acima descritos; i.e., o participípio passado, que ora se apresenta com caráter verbal ora se apresenta com caráter adjetival.

Tínhamos a noção impressionística de que esta problemática era recente e advinha de um crescente aumento nas ocorrências de participípios em função adjetivadora, perdendo o caráter de processo e passando a um caráter estativo.

Contudo, ao levantar as ocorrências dos participípios no português arcaico e após leituras sobre a gramaticalização de tempos compostos, pudemos observar que desde o latim os participípios passados tinham grande ocorrência como adjetivadores, inclusive apresentando as marcas flexionais características dessa classe nominal.

A consideração feita por alguns gramáticos de que apenas em contexto de tempos compostos com *ter* e *haver* auxiliar é que podemos categorizar a forma participial como verbo nos parece um tanto inadequada, uma vez que podemos observar traços processuais em participípios fora desses contextos explicitados por ele.

Da mesma forma, acreditamos que participípios passados com função adjetivadora, além de ocorrerem em contextos adnominais e predicativos, também se apresentam, com esta funcionalidade, em outros contextos.

Portanto, a pergunta que nos fazemos é: quando classificar as formas de participípio passado como verbos e quando classificá-las como adjetivo?

Mariza Pimenta-Bueno (1986) elaborou um trabalho que trata as formas [V+do] cuja base verbal é um verbo transitivo direto. Ela observa que as formas participiais podem ser verbais ou não verbais, e que essas formas, quando possuidoras de uma base verbal não transitiva direta, devem ser encaradas como adjetivos deverbais.

Existem, como pretendemos demonstrar, contextos sintático-semânticos nos quais a presença de uma forma verbal ou uma forma adjetival é favorecida ou mesmo determinada. Obviamente, a determinação do caráter verbal ou de formas participiais pode e deve ser determinado por sua ocorrência nestes contextos.

Os participípios passados de caráter verbal podem se apresentar nos seguintes contextos: 1) em tempo composto com *ter* e *haver*, como em *elas têm **vivido** com muita parcimônia* - nesses casos, como se pode observar, os participípios não concordam com o sujeito da oração, e, também, não apresentam flexões nominais; 2) em frases passivas com o verbo *ser*, por exemplo, *eles eram castigados pela mãe* - nesse contexto sintático, as formas de participípio podem apresentar flexões nominais, embora sintaticamente funcionem como verbos. O caráter verbal, nesses casos, pode ser atestado pela transformação da frase em sua correspondente ativa quando a forma participial passa a ser a única forma verbal: *o pai as castigava*; 3) em orações reduzidas: ***cumpridas** as tarefas, fomos para casa* - nesse tipo de ocorrência, as orações reduzidas podem ser substituídas por subordinadas causais, concessivas, condicionais etc.

Observados esses contextos em que o participípio ocorre com caráter verbal, observaremos agora contextos em que as formas participiais podem ocorrer com feições adjetivas: 1) em posição predicativa, por exemplo, *Edmundo era **sabido***; 2) em posição de

ADN: *ele agora é um jogador **respeitado***; 3) como ADN precedido de intensificador (*muito, bem e bastante*), como em: *este é um brinquedo muito **disputado** pelas crianças* - nesse caso vale ressaltar que, em formas verbais, esses intensificadores vêm pospostos e não antepostos: *as crianças **disputam** muito este brinquedo*; e 4) em coordenação com outros adjetivos: *o bolo estava cheiroso, bonito e **solado*** – uma vez que, o adjetivo participial pode ocorrer em coordenação com outros adjetivos mas o particípio passado verbal não irá ocorrer em coordenação com outros verbos: **Eles comeram, beberam e **dormidos***.

Enfim, o sufixo *–do* de particípio passado adquiriu na história da língua a possibilidade de formar tanto verbos quanto adjetivos. Por se tratar de uma análise da sufixação em substantivos e adjetivos, este trabalho apresenta somente os derivados participiais que apresentam as características de adjetivos acima apresentadas.

3.2.16 Os sufixos *–doiro*

O sufixo *–doiro*¹ ~ *–torio*, cujo étimo é apontado como do sufixo latino. *–torium*, tem a função gramatical de formar substantivos a partir de bases verbais com conteúdo semântico ‘locativo’. Com o alomorfe *–doiro1*, encontramos três ocorrências de *dormidoiro* (A608), na primeira fase, e nenhuma ocorrência na segunda fase. Por outro lado, com o alomorfe *–tório*, encontramos seis ocorrências na primeira fase, dentre as quais: *dormitorio* (A614), *oratorio* (A1199), *purgatorio* (A1344), e apenas uma ocorrência na segunda fase: *consistorio* (B1137)

Em português, os locativos mais comuns são aqueles operados por *-aria* e *-eiro*, que selecionam bases substantivas para suas derivações. Em geral, as formas em *-doiro* e *-torio* são formas lexicalizadas, ou seja, formas já derivadas no latim.

Em todos os estudos consultados sobre esses alomorfes fez-se menção à possibilidade de valor ‘instrumental’ que esse sufixo pode agregar a alguns derivados, como argumenta Rio-Torto (1998:199): “o lugar destinado a uma determinada actividade é muitas vezes inseparável do instrumento que serve para a sua realização.”

Rio-Torto propõe, diferentemente das interpretações anteriores, que separavam os derivados locativos dos derivados instrumentais em *-douro* ~ *-torio*, que se tome o valor de locativo no sentido amplo, passando a incorporar não só o ‘lugar onde se X’ mas também o ‘instrumento que serve para X’, como *bebedouro*.

A produtividade desse sufixo não é alta no português arcaico, embora se apresente com vitalidade, produzindo formas próprias ao período. Não se pode dizer que tenha perdido a vitalidade no português contemporâneo, mas, sem dúvida, o número de formações novas com este é muito reduzido.

O sufixo *-doiro*₂, também se origina do sufixo latino *-torium*, contudo apresenta função gramatical e conteúdo semântico distintos de *-doiro*₁, uma vez que forma adjetivos a partir de bases verbais, com a noção de ‘qualidade relativa a X’ ou ‘que é passível de X’. Na primeira fase do período arcaico, encontramos oito ocorrências desse sufixo, como em: *amadoiras* (A95), *casadoira* (A312), *compridoiro* (A391) e três ocorrências na segunda fase, a saber: *compridoiro* (B468), *segadoiros* (B469) e *vymdouros* (B470).

No português arcaico, a alomorfia *-doiro*₂ ~ *-tório*₂ não ocorre, embora saibamos que ela exista no português contemporâneo. Segundo Said Ali (1964: 238), é considerável o

número de adjetivos como este sufixo em português, sobretudo aqueles em *–tório*, como, por exemplo, *preparatório*, *transitório*, *satisfatório*, que, conforme Said Ali, vêm enriquecendo nosso idioma por via erudita.

Vale frisar que, na primeira fase do português arcaico esse tipo de adjetivação era operada pelo sufixo *–doiro* e que, ao que tudo indica, no português contemporâneo, essa operação de adjetivação só ocorre através de *–torio*. Um estudo sobre um *corpus* do português contemporâneo, em confronto com os dados do português arcaico, poderia render mais considerações acerca dessa questão.

3.2.17 Os sufixos *–dor*

Os sufixos *–dor* provêm do mesmo étimo latino. *–tor*, *–toris*. O sufixo *–dor1* forma substantivos a partir de bases verbais com a noção de ‘agente’ ou ‘experienciador’. Foram encontradas 188 ocorrências na primeira fase e 79 na segunda, como em, por exemplo, *conhecedor* (A411), *fiador* (A804), *guardador* (A885), *razoador* (A1378) e *batalhador* (B476), *buscador* (B477), *caçadores* (B478), *comedor* (B482), *defendedores* (B488).

O sufixo *–dor1* é o substantivador deverbal mais produtivo e de maior vitalidade no português arcaico, aparecendo em um total de 267 ocorrências, em que ele apresenta traço semântico [+agentivo] ou [+experienciador].

O traço [+experienciador] é um pouco distinto do traço [+agentivo], uma vez que designa a entidade que é a sede psicológica de uma dada propriedade ou reação. Assim, sendo, os verbos com os quais *–dor1* interage para formar substantivos de caráter

[+experienciador] são, em geral, de natureza perceptiva ou cognitiva ou de estados afetivos, segundo Mateus (1980:58)

Alguns autores apresentam o sufixo *-dor* como portador de um valor ‘instrumental’, além do valor agentivo, que pode ser exemplificado por *ventilador* e *medidor*, entre outros. Entendemos, contudo, que o valor instrumental a que se referem nada mais é que [+agentivo] com traço [-humano]. No nosso entender, *-dor1* apresenta no português contemporâneo uma polissemia, bastante produtiva nos dois campos semânticos, ou seja, o sufixo em questão é responsável pelo acréscimo de um valor [+agentivo] a bases verbais, dando origem a um derivado ora [+humano], ora [-humano]. Vale frisar que esse aspecto polissêmico do sufixo *-dor1* não foi identificado nos nossos dados, o que nos fornece indícios de que essa polissemia se origina, provavelmente, em etapa posterior ao século XVI.

O sufixo *-dor2*, formador de substantivos a partir de bases verbais com a noção ‘locativo’, foi encontrado, em nossos dados, em apenas uma ocorrência na primeira fase: *dormidor* (A613) (= ‘dormitório, lugar onde se dorme’). No entanto, esse parece ser um caso muito particular, pois além dessa ocorrência, encontramos *dormidor* (A611) com o significado ‘agentivo’ (= ‘que dorme muito’). O fato de *-dor2* não aparecer nos dados da segunda fase do período arcaico também favorece o estranhamento em relação a essa ocorrência. Sabendo que *-dor2* é relativamente produtivo no português contemporâneo, fica a pergunta, em que momento da língua ele assumiu tal vitalidade?

3.2.18 O sufixo *-edo*

O sufixo *-edo*, segundo os dicionários etimológicos, vem do sufixo latino *-etum*. Esse sufixo foi encontrado em apenas uma ocorrência na segunda fase do período arcaico: *arvoredos* (B549). Nesse contexto, podemos observar que ele opera a formação de um substantivo a partir de uma base substantiva com a noção de ‘coletivo’.

3.2.19 Os sufixos *-eiro* ~ *-eira*

Os sufixos *-eiro* ~ *-eira*, originário do sufixo latino *-arius*, são de particular importância no estudo do período arcaico da língua portuguesa, isso porque ele assume sua autonomia não só fônica, seguindo as seguintes etapas: *-ari-* > *-airo* > *-eiro*, mas também sua autonomia funcional, apresentando uma tal vitalidade que *-ario*, o descendente direto do sufixo latino, não conseguiu superar.

Os estudos sobre *-eiro* ~ *-eira*, no português contemporâneo, revelam que, com essa forma, podemos encontrar, atualmente, pelo menos cinco sufixos homomórficos. O que não podíamos imaginar é que tão cedo, isto é, logo que assumiu sua autonomia, no português arcaico, esse sufixo já apresentasse essas relações homomórficas.

No português arcaico, *-eiro1* ~ *-eira1* apresentou-se como formador de substantivos a partir de bases substantivas, imprimindo a noção de ‘agente’. Esse sufixo aparece como o mais produtivo e de maior vitalidade, essa característica, ao que tudo indica, se mantém no português contemporâneo, sendo esse sufixo o mais estudado dentre os seus homomórficos. Vale ressaltar que o produto de *-eiro* [+agentivo], nos dados do período arcaico, apresenta a idéia de ‘agente humano’. Foram encontradas 66 ocorrências desse sufixo na primeira fase e 44 ocorrências na segunda, dentre elas: *arreiro* (A155),

barbeiro (A203), *caleiro* (A272), *çapateiro* (A285) e *archeiros* (B553), *arteiro* (B554), *beesteiros* (B555), *camareiro* (B558), *carpinteiros* (B559).

O sufixo - *-eiro2 ~-eira2*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, com valor ‘locativo’, se revelou de baixa vitalidade nos dados do português arcaico, o que diferencia o comportamento desse sufixo com o português contemporâneo, em que sua vitalidade é bastante significativa. Foram encontradas 12 ocorrências na primeira fase e 11 ocorrências na segunda, como em, por exemplo: *pesqueyra* (A1269), *cabeceira* (A252), *carreira* (A305), *catiueyro* (A321), *celeiro* (A337) e *rribeira* (B605), *carreira* (B598), *catyveiro* (B599), *galinheiros* (B600), *terreiros* (B606).

O sufixo *-eiro3* é o segundo em vitalidade dos homomórficos com a forma *-eiro*, ele designa “nomes adjetivos”, como quer Said Ali (1964: 242) ou *nomina qualitatis*, como quer Rio-Torto (1998: 125), formando adjetivos a partir de bases substantivas. Com esse sufixo, foram encontradas 32 ocorrências na primeira fase e 16 na segunda, entre as quais: *certeiro* (A346), *duradeiro* (A629), *faagueyro* (A769), *falseyro* (A775), *mentireiro* (A1077) e *derradeiro* (B607), *faagueiras* (B611), *ligeiro* (B614), *praceiro* (B616).

Segundo Rocha (1998: 131-133), nem todo substantivo pode servir de base lexical para a formação de derivados com o sufixo *-eiro3*, ele cita, por exemplo, substantivos abstratos como *mentira*, no entanto, em nosso *corpus* encontramos *mentireiro* (A1077). De fato, a possibilidade de *-eiro3* selecionar bases substantivas abstratas parece restrita a poucos casos, contudo, essa possibilidade existe e já existia no português arcaico.

O sufixo *-eiro4 ~ -eira4*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, com noção ‘árvore que dá fruto X’, foi encontrado em apenas três ocorrências na primeira fase, todas com o alomorfe *-eira4*: *figueira* (A812), *maceeyra* (A1014), *oliveiras* (A1192).

Vale ressaltar que esse sufixo tem bastante vitalidade e produtividade no português contemporâneo, diferentemente do período arcaico.

O sufixo *-eiro5* ~ *-eira5* forma substantivos a partir de bases substantivas, com a noção de ‘instrumento’. Encontramos 13 ocorrências na primeira fase, por exemplo: *aguardeira* (A45), *bandeira* (A202), *caldeira* (A271), *candeeiro* (A280), *fogueira* (A818) e seis ocorrências na segunda fase: *bandeira* (B551), *barreira* (B623), *candieiros* (B624), *fogueiras* (B552), *topeteira* (B625), *traseira* (B626).

Um dado interessante sobre esses sufixos é que podemos dizer que eles são os mais portugueses de todos os sufixos, isso se revela no percentual de formas derivadas em latim e o percentual de formas derivadas no português, segundo os nossos dados, num total de 200 ocorrências com os sufixos *-eiro* ~ *-eira*, apenas 27 formas foram derivadas no latim, com sufixo *-ariu*, *-aria*, representando apenas 13% do total de derivações em *-eiro*.

3.2.20 O sufixo *-el* ~ *-ela*

O sufixo *-el* ~ *-ela*, tem origem no sufixo latino. *-ellu*, *-ella*, e forma substantivos a partir de bases substantivas. O sufixo *-ellu* ~ *-ella* latino servia para formar substantivos, exprimindo idéia de diminuição, no entanto algumas palavras, em sua história particular, perderam essa idéia, como a palavra *janela*, no português contemporâneo.

No caso das ocorrências da primeira fase, todas mantêm o valor diminutivo, talvez pela proximidade temporal com sua origem histórica, uma vez que, todas parecem ser de origem provençal, incorporadas ao português entre os séculos XII e XIII. Foram encontradas, portanto, 4 ocorrências na primeira fase: *chapitel* (A351), *donzel* (A606),

donçela (A604), *donzela* (A607). Já na segunda fase, o valor ‘diminutivo’ não aparece de forma clara nos dois derivados encontrados: *dorsel* (B627) e *tropell* (B628).

3.2.21 O sufixo *-ense* ~ *-ês*

O sufixo *-ense* ~ *-ês* tem origem no sufixo latino *-ense*, e funciona como formador de adjetivos a partir de bases substantivas, com a noção de ‘originário ou proveniente de x’ Com o alomorfe *-ense*, encontramos apenas uma ocorrência na primeira fase, a saber *portuense* (A1303). Com o alomorfe *-ês*, encontramos seis ocorrências na segunda fase: *franceses* (B630), *genoeses* (B631), *ingreses* (B632), *portugues* B634).

Segundo Said Ali (1964: 245), *-ês* representa uma redução de *-ense*, sendo a forma popular que se fixou no português com grande vitalidade, para formar adjetivos pátrios.

Os sufixos que formam adjetivos pátrios não marcaram presença significativa em nosso *corpus*. O sufixo *-ano* ~ *-ão1*, que também apresenta esse valor, ocorreu em número bem superior a *-ense* ~ *-ês* (29 ocorrências contra 07). Contudo, nem todos os seus derivados apresentam o significado de ‘origem, naturalidade’.

Sobre a vitalidade do sufixo *-ense* no latim vulgar, Maurer Jr. (1959: 260) afirma:

“Usado especialmente na formação de adjetivos pátrios, existia no latim vulgar, embora não tivesse, segundo cremos, a vitalidade que muitas vezes lhe atribuem. (...) a data recente da maior parte das formações ocidentais o evidenciam ou pelo menos lançam dúvida sobre o seu uso abundante no latim vulgar.”

Assim, de acordo com as colocações de Maurer Jr., e segundo a baixa ocorrência de *–ês ~ –ense* em nosso *corpus*, podemos dizer que a vitalidade desse sufixo é típica do português atual, ou pelo menos, pós-século XVI. Como dissemos, só um estudo do *contínuum* histórico dos sufixos pode nos dar a certeza das oscilações de produtividade e vitalidade que eles sofrem, o certo é que um sufixo de alta vitalidade numa determinada época, não garante essa vitalidade numa época posterior contígua, nem tampouco um sufixo sem vitalidade está fadado a permanecer em formas cristalizadas ou a desaparecer.

3.2.22 O sufixo *-ento*

O sufixo *–ento*, originado do sufixo latino *-entus*, opera como formador de adjetivos a partir de bases substantivas e adjetivas com a noção de ‘provido de X’, ‘cheio de X’. Foram encontradas 5 ocorrências na primeira fase, entre elas: *auarento* (A183), *bolorento* (A215), *fedorento* (A791), e apenas uma ocorrência na segunda fase: *fedorentos* (B629).

Os adjetivos formados por esse sufixo, não raras vezes assumem um valor semântico pejorativo. Esse valor se deve, a nosso ver, à associação entre os conteúdos semânticos das bases lexicais e o conteúdo do sufixo.

Pois, não bastasse o sufixo *–ento* acrescentar uma idéia de exagero, abundância, as bases às quais ele seleciona tem um valor negativo, como é o caso das ocorrências acima, cujas bases são, respectivamente: *avaro*, *bolor*, *fedor*. Assim sendo, é possível que a constante associação a bases de valor semântico negativo, tenha influenciado *–ento*, que, no português contemporâneo, assumiu completamente o valor pejorativo, associado ao seu significado primitivo, passando a formar adjetivos pejorativos, sem necessariamente ter por

base lexical um substantivo com valor negativo, como é o caso de *amarelento*, no português contemporâneo.

3.2.23 O sufixo *-esa* ~ *-essa*

O sufixo *-essa* ~ *-esa* tem sua origem no sufixo latino *-issa*, derivado do sufixo grego *-issa*, e funciona como formador de substantivos a partir de bases substantivas participando da formação de ‘nomes de título, cargo ou função femininos. Com o alomorfe *-esa* encontramos duas ocorrências na segunda fase do período arcaico: *duquesa* (B636) e *princesa* (B637); da mesma forma, foram encontradas duas ocorrências em *-essa* na segunda fase: *comdessa* (B638). Esses sufixos não foram encontrados na primeira fase.

Segundo A. G. Cunha (1997:326), quase todos os derivados desse sufixo em português têm descendência direta do latim, o que justifica portanto, sua baixa vitalidade no português arcaico.

Ele se revela com conteúdo semântico equivalente a ‘formador de feminino’, contudo não é qualquer feminino, ele seleciona bases substantivas específicas, não só masculinas, mas masculinas honoríficas.

É interessante observar que estudiosos, como Mattoso Câmara Jr. (1997: 79), não hesitaram em considerar este um sufixo, ou seja, um componente morfolexical derivacional e não flexional, embora ele opere a formação de substantivos femininos.

A formação do feminino no português (quer contemporâneo, quer arcaico), revela-se uma das questões mais polêmicas dos estudos de morfologia, pois a existência de sufixos derivacionais com valor ‘feminino’ como *–essa*, *–inha* e *–triz*, nos leva a questionar se o morfema *–a* de ‘feminino’, é de fato uma desinência flexional, ou é um sufixo derivacional, já que se comporta como *–essa*, por exemplo, *abade* > *abadessa*, *juiz* > *juíza*.

Enfim, essa é uma questão que fica para ser analisada em estudos posteriores, quando se poderá dar maior atenção a todos os componentes morfolexicais operadores de derivados femininos.

3.2.24 O sufixo *–eta*

O sufixo *–eta* é apontado, pelos dicionários etimológicos, como originário do sufixo latino *–itta*, e funciona como formador de substantivos a partir de bases substantivas, com a noção ‘diminutivo’. Foram encontradas apenas duas ocorrências da mesma lexia na segunda fase do período arcaico: *trombetas* (B640). A maioria das palavras com esse sufixo no português contemporâneo são lexicalizações de palavras já derivadas no latim, para a designação de ‘diminutivo’ o português contemporâneo parece preferir o sufixo sinmórfico *–inho1*. E isso já parece ocorrer no período arcaico, tendo *–inho1* ~ *–inna1* ~ *–inha1*, aparecido em 10 ocorrências.

3.2.25 O sufixo *–ez*

O sufixo *–ez*, forma divergente dos sufixos *–eza* e *–iça*, se origina do mesmo sufixo latino *itia*, *–itie*, porém, *–ez* funciona como formador de substantivos, a partir de bases

substantivas e adjetivas, e atualizam o sentido de ‘qualidade, propriedade, estado, condição, modo de ser, relativo a X’. Encontramos quatro ocorrências desse sufixo na primeira fase do período arcaico: *grããdez* (A873), *grããdez* (A874), *meninnez*, (A1070), *sandez* (A1450). Nenhuma ocorrência foi encontrada na segunda fase, apontando para o a baixa vitalidade que esse sufixo assumiu no português. Esse indício de desuso de *-ez*, já na segunda fase do período arcaico, pode decorrer da homofonia com o sufixo gentílico *-ês*, que não ocorre na primeira fase, enquanto que na segunda fase aparece em seis ocorrências.

3.2.26 O sufixo *-eza*

O sufixo *-eza*, originado do sufixo latino *-itia* , *-itie*, forma substantivos abstratos a partir de bases adjetivas promovendo a entificação de uma qualidade ou estado. Esse sufixo foi identificado em 110 ocorrências no período arcaico, sendo 67 na primeira fase e 43 na segunda, dentre elas: *cruenza* (A493) , *nobreza* (A1161), *pobreza* (A1284), *vileza* (A1636), *desygualleza* (B653), *dureza* (B654), *estreitezas* (B655), *firmeza* (B656).

O sufixo *-eza* possuía uma grande vitalidade no português arcaico, que parece estar relacionada a grande produtividade de *-itia* no latim. No português contemporâneo, contudo, alguns vocábulos em *-eza* tornaram-se pouco usuais ou desapareceram completamente devido à concorrência com outras formações derivadas por sufixos sinmórficos, como exemplificam alguns casos citados por Said Ali, como *igualeza* e *igualdade*, *maleza* e *maldade*, *liberaleza* e *liberdade*. Esses exemplos revelam o sinmorfismo que existe entre *-eza* e *-dade* .

3.2.27 Os sufixos *-ia*

Os três sufixos com o formato *-ia* vêm do latim eclesiástico *-ia*, originado do sufixo grego *-ía*. Maurer Jr. (1959: 252) afirmou que *-ia* é frequentemente incluído entre os sufixos do latim vulgar, o que para ele não tem razão de ser, pois o sufixo em questão parece ser recorrente apenas nas línguas românicas ocidentais, não aparecendo no “rumeno”. Para esse autor, *-ia* foi introduzido do grego no latim eclesiástico e por essa via teria chegado ao português.

O sufixo *-ia1*, formador de substantivos a partir de bases substantivas e adjetivas, opera a entificação de uma qualidade ou estado, e foi o mais produtivo entre os homomórficos, aparecendo em 48 ocorrências na primeira fase e em 36 ocorrências na segunda, como em, por exemplo: *alegria* (A72), *cortesia* (A459), *sabedoria* (A1426), *valia* (A1600) e *artaria* (B690), *concordia* (B695), *efficacia* (B701), *fidalgua* (B702).

É interessante observar que esse sufixo parece ter assumido vitalidade no português no século XIII e, ao que tudo indica, não ter tido grande vitalidade no latim, uma vez que a maioria das formas derivadas em *-ia1*, encontradas em nosso *corpus*, são apontadas como criações do português arcaico, excetuando-se alguns vocábulos como *luxuria*, *clerezia*, *discordia*, *infamia*, *profecia*. É possível detectar em português contemporâneo uma produtividade de *-ia1* em vocábulos derivados na língua grega, como *astronomia*, *hipocondria*, formas não atestadas no *corpus*.

No português arcaico, encontramos o sufixo *-ia2*, formador de substantivos a partir de bases substantivas, com o valor de ‘entidade, colégio, organização, corporação’, em 5

ocorrências na primeira fase e em 4 na segunda fase, dentre elas: *abadia* (A3), *clerezia* (A368), *capitania* (B691).

O sufixo *-ia3* apresentou-se na formação da palavra *senhoria* (B715) que ocorre duas vezes na segunda fase do período arcaico, nesse caso podemos dizer que houve uma formação de um substantivo a partir de uma base substantiva, dando origem a uma forma de tratamento.

Posteriormente, surgiu outro significado para *-ia*, ou seja, um novo sufixo homomórfico *-ia4*, com valor de “profissão” (advocacia), “titulação” (baronia), ambos apontados por A. G Cunha como do século XVIII, justificando-se, assim, sua ausência em nosso *corpus*.

3.2.28 O sufixo *-iça*

Assim como *-eza* e *-ice*, esse sufixo se filia ao latim *-itia*, *-itie*, apresentando o caráter funcional de formador de substantivos a partir de bases adjetivas para a entificação de uma qualidade ou estado. Foram encontradas 4 ocorrências na primeira fase, duas de cada lexia: *justiça* (A938), *lediça* (A957) e 3 ocorrências de *justiça* (B722) na segunda.

Ao sufixo *-iça* “falta-lhe a facilidade de produzir novos substantivos no seio da língua portuguesa”, como afirma Said Ali (1964: 234). De fato, mesmo sua produtividade, ou seja, sua capacidade de perpetrar, no português, formas derivadas já produzidas no latim, é baixa. No *corpus* do português arcaico analisado, foram encontradas apenas duas formas *lediça* e *justiça*. No português contemporâneo, o quadro de baixa produtividade e nenhuma vitalidade não é diferente, pode-se encontrar apenas umas trinta formas em *-iça* e

umas vinte formas em *-ícia*, segundo consulta ao dicionário de rimas de Fernandes (1996), todas derivadas no latim, o que aponta para uma vitalidade nula no português. Vale ressaltar que o alomorfe *-ícia* não ocorreu em nossos dados.

3.2.29 O sufixo *-ice*

O sufixo *-ice* ~ *-ece*, forma divergente de *-eza*, vem do sufixo latino *-itia*, *-itie*, funciona como formador de substantivos abstratos a partir de bases adjetivas e substantivas com a noção de ‘qualidade, propriedade, estado, condição, modo de ser relacionado a X’. Foram encontradas dezoito ocorrências na primeira fase, entre elas: *arteyrice* (A164), *beuedice* (A221), *cauardice* (A326), *ligeirice* (A976), e cinco ocorrências na segunda: *covardices* (B725), *ligeirices* (B727), *sandice* (B728), *velhice* (B729).

É interessante observar que *-ez* e *-ice* são *sinmórficos* no português arcaico, apesar de serem alomorfes diacrônicos, ou seja, originários de um mesmo étimo. Uma indicação dessa relação é a presença dos *doublets* *meninnez* (A1070) e *meninice* (A1069), sendo estes vocábulos portadores de mesmo conteúdo semântico, sinônimos, portanto. A presença desses dois sufixos em combinação com a mesma base (*menin-*) indica a impossibilidade de alomorfia, uma vez que esse fenômeno não permite a presença de alomorfes na composição de um mesmo vocábulo. Além disso, a configuração fônica dos sufixos se distanciou de tal maneira que no português contemporâneo, por exemplo, eles já não são interpretados como sendo o mesmo morfema, sendo bem provável que já não o fossem vistos assim no

português arcaico. Portanto, o que tínhamos no latim como uma única forma, *-itia*, *-itie*, originou no português três formas *-eza*, *-ez* e *-ice* ~ *ece*, formas divergentes, portanto. É preciso observar que o alomorfe *-ece* não permaneceu, aparentemente, no português contemporâneo, embora não descartemos a possibilidade de sua ocorrência em algum dialeto rural.

Como dissemos no corpo deste trabalho, a presença de homonímias e sinonímias foram grandes motivações para mudanças lingüísticas, no caso específico de *meninnez* e *meninice* a sinonímia acarretou na tradicionalização da segunda e no desaparecimento, no uso comum, da primeira, considerando o português contemporâneo.

Mais uma vez, é preciso considerar que a forma substantiva que indica *atitudes relativas ou semelhantes a de um menino* pode ocorrer com *-ez* ou *-eza* em algum dialeto rural ou em situações esporádicas, casos em que o falante desconhece a forma tradicionalizada (*meninice*).

O sufixo *-ice* parece ter uma certa propensão a selecionar bases adjetivas que exprimem vícios ou defeitos pessoais. Esse aspecto acabou dando origem a um traço pejorativo que antes ele não carregava, ou seja, por selecionar adjetivos pejorativos e originar substantivos denotadores de “atos que aberram o procedimento de pessoas sérias ou sensatas” (Ali, 1964: 234), o sufixo acabou por adquirir, analogicamente, um sentido pejorativo, mesmo em formações cujas bases adjetivas não apresentavam esse traço. Como, no português arcaico, *meninice* e, no português contemporâneo, *beatice*.

O alomorfe *-ície* é próprio do português contemporâneo, como afirma Said Ali (1964: 234), e justamente por isso não foi encontrado no *corpus*. Sua configuração

morfofonêmica é modelada diretamente sobre o latim. Ele pode ser encontrado em formações contemporâneas como: *calvície*, *superfície*, *imundície*.

3.2.30 Os sufixos *-ico*

O sufixo *-ico*¹, cujo étimo vem do sufixo latino *-icus*, que, por sua vez, vem do sufixo grego *-ikós*, aparece em nossos dados como formador de adjetivos a partir de bases substantivas, com a noção de ‘qualidade relativa a X’. Com o sufixo *-ico*, encontramos 4 ocorrências na primeira fase, a saber: *angelico* (A123), *canonico* (A281), *diabolico* (A593), *menencolico* (A1066) e 7 ocorrências na segunda fase, entre elas: *apostolica* (B730), *diabolicos* (B732), *ecclesiasticos* (B733), *theorica* (B736).

Este sufixo, de baixa produtividade no português arcaico, uma vez que só foram encontradas 11 ocorrências em nosso *corpus*, todas já derivadas no latim, assumiu em português uma relativa vitalidade, inclusive, gerando um sufixo homomórfico que forma adjetivos pátrios, como ocorre em *britânico*, *ibérico*, *céltico*, etc. Interessante observar que este sufixo sempre gera formas proparoxítonas, o que quer dizer que este é um componente morfolexical átono, o que vai diferenciá-lo do sufixo *-ico*² ~ *-igo*, que é tônico e gera formas paroxítonas.

O sufixo *-ico*² ~ *-igo* tem origem incerta, segundo os dicionários etimológicos consultados, e funciona como formador de adjetivos a partir de bases substantivas, como

conotação francamente depreciativa, como em *nanico*, *maricas* etc. No nosso corpus, apenas uma ocorrência foi encontrada, com o alomorfe *-igo*, que sofreu a sonorização, a saber: *molharigos* (B746), que foi empregada com o sentido de ‘efeminado’.

3.2.31 O sufixo *-iço*

O sufixo *-iço* ~ *-icio* é oriundo do sufixo latino *-icius*. Esse sufixo se caracteriza, desde o latim, por ser formador de adjetivos a partir de bases adjetivas, em geral, adjetivos vindos do particípio passado. A noção com que é empregado pode ser descrita como ‘propensão para X, facilidade para X’. Foram encontradas nove ocorrências na primeira fase do período arcaico, entre elas: *auiyndiço* (A187), *caidiço* (A268), *escorregadiço* (A723), *fingidiço* (A815), *mudadiço* (A1130).

No português arcaico, encontramos algumas formas que fogem à regra de formação morfossintática desse sufixo, como é o caso da forma *noviço* (A1172), cuja base lexical é um adjetivo não participial.

Segundo Said Ali, a vitalidade desse sufixo em português não é muito significativa, e de acordo com ele as novas formações se devem, em grande parte, à analogia. No entanto, no dicionário de Fernandes (1996), foram encontradas uma centena de formas derivadas com o sufixo em questão, sendo algumas próprias do português, como *roliço*, *inteiriço*, *magriço*.

3.2.32 O sufixo *-idão*

O sufixo *-idão* ~ *-dõe* ~ *-idom* ~ *-doen* ~ *-idoen*, que tem origem no sufixo latino *-itute*, *-itudinem*, atua na formação de substantivos a partir de bases adjetivas operando a entificação de uma qualidade ou estado. Nos nossos dados, encontramos 9 ocorrências na primeira fase e 07 na segunda, dentre as quais: *certidoen* (A347), *liuridom* (A987), *mansidoen* (A1041), *podridom* (A1296), *vermelhidoen* (A1625) e *certydão* (B738), *firmidoões* (B739), *ingratidões* (B740).

Vale lembrar que esse sufixo apresenta uma grande semelhança comportamental com o sufixo *-dade*, revelando-se sinmórficos.

O sufixo *-dom* é tipicamente formador de substantivos a partir de bases adjetivas, contudo, assistematicamente, ele pode operacionalizar nominalizações como ocorre em *servidõe* (B744). Essa sua capacidade é mencionada em estudos sobre nominalização, como em Rocha (1998) que aponta os principais nominalizadores e afirma que existem sufixos como *-dão* e *-ura* que ocasionalmente operam a substantivação de verbos. Contudo, é importante ressaltar que, ao menos no português arcaico, o sufixo *-dão* como nominalizador tem uma produtividade reduzida, apresentando apenas 1 vez a forma arcaica da lexia latina, *servitudo*, *-tudinis*. Diferentemente de *-ura*, cujo papel de nominalizador no português arcaico é mais significativo.

3.2.33 O sufixo *-ifero*

O sufixo *-ifero*, originado do latim *-fer*, raiz do verbo *ferre* ‘trazer, conter’ e que já se documenta em alguns vocábulos latinos como *aurífero*, apresentou-se em apenas uma

ocorrência, na segunda fase do português arcaico: *frutiferas* (B745). Nessa ocorrência, podemos ver que o sufixo funciona como formador de adjetivo a partir de base substantiva, no caso, *fruto*, imprimindo a noção ‘que produz x’. Interessante observar que esse sufixo vem de uma forma verbal, apontando para um processo de gramaticalização.

3.2.34 Os sufixos *-inha2* ~ *-ina2*

Os sufixos *-inha2* ~ *-ina2*, que derivam do sufixo latino *-ina*, operam na formação de substantivos a partir de bases substantivas, com valor de ‘feminino’, ou seja, formam substantivos femininos a partir de bases substantivas masculinas.

O sufixo *-inha2* ~ *-ina2* participou da formação de 5 substantivos, na primeira fase e de 4 substantivos na segunda, dentre elas: *gallina* (A857), *pastorinna* (A1223), *reinna* (A1391) e *galinhas* (B749), *raynha* (B751).

Segundo Maurer Jr. (1959: 84), já no latim se recorria a esse sufixo para a formação de substantivos femininos, como ele exemplifica: *gallina* < *gallus*, *regina* < *rex*. Sendo *rainha* e *galinha*, duas das três formas que ocorrem no nosso *corpus*, poderíamos imaginar que esse sufixo não possuía capacidade para formar novas palavras, com esse aspecto semântico, contudo, a ocorrência de *pastorinna* (A1223), formação própria do português arcaico, desconfirma essa hipótese.

Parece ser clara a associação entre *-inna*, formador de feminino, e *-inno*, formador de diminutivo, uma vez que os correspondentes femininos de substantivos masculinos, não raras vezes, são encarados como menores, às vezes em tamanho, às vezes, infelizmente, em importância

3.2.35 Os sufixos *-inho*

O sufixo *-inho1 -inha1 -ina1 -im*, proveniente do latim *inus, -ina -inum*, é formador de substantivos a partir de bases substantivas, e de adjetivos a partir de bases adjetivas, imprimindo a noção de ‘diminutivo’. Com esse sufixo foram encontradas 6 ocorrências na primeira fase e apenas dois na segunda fase, a saber: *fillelina* (A813), *fremosinna* (A832), *molhercinha* (A1108), *baroncinho* (A204), *falconcinho* (A772), *moçelinho* (A1105) e *madrinhas* (B750), *padrinhos* (B755).

No português arcaico, *-inho1* com valor diminutivo é relativamente produtivo, contudo, no português contemporâneo *-inho* parece ter assumido uma vitalidade nunca antes vista na história da língua, chegando a ser entendido como um morfema flexional de grau, o que indicava que ele era, potencialmente, *empregável* a todo e qualquer substantivo e adjetivo do português. Contudo, as reflexões feitas acerca do sufixo *-ão* (aumentativo), valem para o sufixo *-inho1*, colocando-o no quadro dos morfemas derivacionais e não dos flexionais, como equivocadamente se julgou durante muito tempo.

O sufixo latino *-inu*, que nos deu *-inho ~ -ino* no português arcaico e no português contemporâneo, segundo Coutinho (1958: 265), servia para formar adjetivos latinos, como *caninus*, e só posteriormente adquiriu o valor diminutivo.

Porém, conforme A. G. Cunha (1998), já no latim esse sufixo assumiu a função diminutiva que, segundo ele, decorre da noção de origem, descendência, que esse sufixo expressava em certos vocábulos latinos, como *sororinus*, uma vez que os descendentes, sendo mais jovens, seriam normalmente considerados menores. Isso nos remete,

diretamente, à única ocorrência do sufixo *-inho2*, em nossos dados, que é o caso da palavra *bizcainhos* (B754). Nessa ocorrência, vemos que *-inho2* funciona como formador de adjetivo a partir de base substantiva como a noção de ‘originário, proveniente de X’. Porém, vale ressaltar que, funcionando como um formador de adjetivo pátrio, o sufixo *-inho2* não assumiu a mesma vitalidade que *-inho1*, na língua portuguesa.

3.2.36 O sufixo *-io*

Os derivados em *-io* encontrados em nosso *corpus* são próprios da língua português, derivando do sufixo latino *-ivus*, e operam na formação de substantivos a partir de bases substantivas. Nos dados levantados encontramos apenas três lexias com esse sufixo: *poderio* (A1289) e *senhorio* (A1475), na primeira fase e *doentio* (B756), *poderio* (B758), *senhorio* (B761), na segunda fase, perfazendo um total de 12 ocorrências.

Segundo Maurer Jr. (1959:270), o sufixo latino *-ivus*, que nos deu em português *-io*, permaneceu no latim vulgar, embora não pareça ter grande vitalidade nesse período. O autor aponta *tardivos* (>*tardio*) como exemplo de derivado no latim vulgar, e afirma que este sufixo é mais produtivo no romeno, no rético e no francês que no português, sendo sua presença no romeno um forte indício de que *-io* possuía vitalidade no latim vulgar.

Sua vitalidade no português contemporâneo parece não ser muito mais significativa, ocorrendo cerca de três dezenas de formas, segundo levantamento no dicionário de rimas de Fernandes (1996).

3.2.37 O sufixo *-isa*

O sufixo *-isa*, que vem do latim *-issa* derivado do grego *-issa*, opera na formação de substantivos femininos a partir de bases substantivas masculinas, atualizando a noção de ‘nomes de títulos, funções ou cargos femininos’. Nos nossos dados, encontramos, na segunda fase do período arcaico a ocorrência de *sacerdotisa* (B765), única forma com esse sufixo em todo o *corpus*.

3.2.38 O sufixo *-isco*

O sufixo *-isco*, segundo os dicionários etimológicos consultados, pode vir do sufixo gótico *-isk* ou, com menos probabilidade, do sufixo grego *-iskós*. Esse sufixo funciona como formador de adjetivos a partir de bases adjetivas, atualizando a noção de ‘originário de X’. Encontramos uma única ocorrência com o sufixo *-isco* na segunda fase do português arcaico: *mouriscas* (B766), que foi empregada com o sentido de ‘de origem moura’

3.2.39 O sufixo *-ismo*

O sufixo *-ismo*, vem do latim *-ismus*, que, por sua vez, vem do grego *-ismós* e produz substantivos a partir de bases substantivas e adjetivas com noções variadas, entre elas ‘doutrinas filosóficas, políticas ou religiosas’, ‘modo de proceder, de pensar ou sentir’, ‘características de linguagem’ e ‘doença’. No caso de *bautismo* (B767), única ocorrência encontrada, na segunda fase do período arcaico, temos um vocábulo derivado no próprio grego, cujo sentido remete à noção de ‘ritual religioso’ empregada por esse sufixo.

3.2.40 O sufixo *-mento*

O sufixo *-mento* ~ *-men* ~ *-menta*, nominalizador, ou seja, formador de substantivos abstratos a partir de bases verbais, tem origem no latim *–mentum*, *–men*, e é empregado com a noção de ‘ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X’. Foram encontradas 79 ocorrências na primeira fase e 144 na segunda, dentre as quais: *acorrimento* (A19), *enduzemento* (A664), *vestimenta* (A1631), *falimen* (A774) e *fundamento* (B861), *garnimentos* (B862), *hordenamento* (B863), *julgamento* (B864).

O sufixo *–mento* apresenta-se com grande produtividade, permanecendo em inúmeras formações consagradas na história da língua, bem como com grande vitalidade, capaz de produzir novas formações nominalizadas de verbos, no português arcaico, sendo, não só o nominalizador com o maior número de ocorrências, mas também um dos componentes morfolexicais mais representativos do nosso *corpus*.

O sufixo *–mento* gera formas nominalizadas bastante regulares, apresentando a conservação da vogal temática verbal – *a* para a primeira conjugação e – *i* para as segunda e terceira conjugações. No entanto, no nosso *corpus*, notamos a presença de um caso em que a vogal temática verbal da segunda conjugação latina se mantém, *enduzemento* (1987).

O fenômeno que ocorre com vogal temática dos verbos de segunda conjugação pode ser entendido como alomorfia entre – *e* e – *i*, ou seja, pode-se considerar que há um fenômeno de neutralização em que as vogais temáticas da segunda e da terceira conjugações se tornam indistintas. Em todo caso, não é possível encontrarmos nominalizações de verbos de segunda conjugação com vogal temática – *e*.

No latim, o sufixo *–mentum* possuía um alomorfe *–men*, que não possui alta produtividade na história da língua, ocorrendo apenas uma vez nos dados da primeira fase, na lexia *falimen* (A774), e permanecendo em poucas palavras do português contemporâneo

como, por exemplo, em *regime* - do verbo latino *rego*. Esse alomorfe não se manteve com vitalidade, i.e., não existe mais como possibilidade de produzir novas nominalizações. Por sua vez, *-mento* possui uma alta produtividade e vitalidade na língua. Em levantamento de dados num dicionário de rimas da língua portuguesa (Fernandes, 1996) foram encontradas cerca de 1800 ocorrências de formas nominalizadas com *-mento*, o que aponta para um número considerável de produção, sobretudo se comparado às nominalizações com *-nça ~ -ncia*, por exemplo, que contabilizaram, no mesmo dicionário, apenas 540 ocorrências.

3.2.41 O sufixo *-nça*

Originalmente o sufixo *-ntia* latino constituiu-se da adjunção do sufixo *-ia* (latino de origem grega) aos participípios presentes cujas terminações eram em *-nte*, como esclarece Said Ali (1954:234). Porém, ainda no latim, *-ntia* adquiriu autonomia e se manteve vivo no latim vulgar, mesmo quando o participípio presente estava em decadência, passando ao português arcaico como sufixo autônomo. Isso justifica porque encontramos muitas formas derivadas em *-nça* no português arcaico sem termos encontrado os participípios presentes correspondentes a essas formas.

O sufixo *-nça ~ -ncia* é um nominalizador, ou seja, formador de substantivos abstratos a partir de bases verbais, com conteúdo semântico ‘ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X’.

Esse sufixo caracteriza-se como um nominalizador com bastante vitalidade no português arcaico, apesar dessa vitalidade estar muito reduzida no português contemporâneo, permanecendo produtivo em formas cristalizadas. A vitalidade de *-nça*, no

português atual, é, de fato, mínima (um único exemplo de formação recente é *frevança* < *frevar* – ‘dançar frevo’, Rocha (1999:28)), ficando a cargo do alomorfe *-ncia* a formação de algumas poucas novas formas - por exemplo: *aconchegância*, *acontecência* (Rocha, 1999:29). Apesar disso as formas estabelecidas com *-nça* ~ *-ncia* são numerosas no léxico do português, são as chamadas formas lexicalizadas ou cristalizadas que apontam para a vitalidade do sufixo numa época pretérita da língua.

Nesse caso específico, pudemos comprovar a sua vitalidade no período arcaico, sendo atestadas 174 ocorrências, dentre as quais 77 na primeira fase, por exemplo: *husança* (A908), *manteença* (A1043), *sabença* (A1432), *sofrença* (A1498); e 97 na segunda, por exemplo: *matança* (B956), *mostrança* (B957), *nembrança* (B960), *obediencia* (B999), *ordenança* (B961).

Sobre a alomorfia pode-se dizer que *-nça* tem sua origem na evolução popular do sufixo latino *-ntia*, enquanto *-ncia* tem uma origem posterior, através de uma formação latinizada, ou seja, modelada diretamente sobre a forma do sufixo latino. Isso justifica a baixa ocorrência do alomorfe *-ncia*.

3.2.42 O sufixo *-nda*

O sufixo *-nda*, segundo os dicionários etimológicos consultados, tem origem no sufixo latino *-nda*, nominativo plural do gerundivo *-ndus*, e é encontrado, em português, em alguns vocábulos de eruditos de imediata procedência latina, donde se pode inferir que não possua vitalidade na língua portuguesa. A única forma com esse sufixo, em nossos dados, foi encontrada na segunda fase do período arcaico: *vivenda* (B1010), em que

observamos a formação de um substantivo a partir de uma base verbal, com a noção de ‘locativo’.

3.2.43 O sufixo *-nte*

O sufixo *-nte*, formador de adjetivos e substantivos a partir de bases verbais com noção de ‘qualidade relativa X’, tem sua origem no sufixo de particípio presente latino *-ens*, *-entis*, que segundo Maurer Jr. (1959:13131), estava em decadência desde a língua latina arcaica. Segundo esse autor, o uso verbal desse sufixo nas línguas românicas tem sua origem no latim literário que conseguiu lhe dar certa vitalidade. Também sua produtividade e vitalidade como formador de adjetivos em português, de acordo com Maurer Jr. (idem), “tem em geral um cunho claramente literário.”

Portanto, a relativa produtividade desse sufixo na primeira e segunda fase do português arcaico não se deve ao latim vulgar, mas sim à influência erudita, sendo a maioria das formas já derivadas no latim. Encontramos 28 ocorrências na primeira fase e 21 na segunda, dentre elas: *fervente* (A801), *lucente* (A1006), *mendigante* (A1065), *negligente* (A1154), *obediente* (A1157) e *prudente* (B1025), *roçagantes* (B1026), *semelhamte* (B1027), *ynoramte* (B1034).

Em relação à sua configuração mórfica, alguns autores apresentam esse sufixo como **-ante*, **-ente*, **-inte*. No entanto, as vogais que precedem o sufixo são, de fato, as vogais temáticas verbais, como ocorre em grande parte dos derivados deverbais, e que não devem ser associadas ao constituinte sufixal.

As vogais temáticas correspondem, em geral, às conjugações verbais, *-a* para a primeira conjugação, *-e* para a segunda e *-i* para a terceira. Contudo, algumas lexias derivadas em *-nte* apresentam vogal temática *-e* mesmo sendo, aparentemente, derivadas de verbos da terceira conjugação, como por exemplo, *luzente* (A1006) < *luzir*.

Segundo Rio-Torto (1998:29), existem razões históricas que explicam a presença dessa vogal temática em derivados de verbos de terceira conjugação:

“A tal estado de coisas não é alheio o facto de a terceira conjugação portuguesa ter incorporado verbos latinos de terceira e segunda conjugações, em particular aqueles cuja 1ª pessoa do Presente do Indicativo termina em –io e em –eo, e que para ela transitaram. Ora, é plausível que, nas formas nominais, alguns desses verbos inseridos na terceira conjugação do português preservem a vogal temática latina que os caracterizava.”

Portanto, a presença de vogal temática *-e* em derivados em *-nte* de verbos de terceira conjugação se deve à forma original do verbo latino, como é o caso de *luzente* (1255) < *luzir* que, por sua vez, vem do verbo latino *lucere* da segunda conjugação.

3.2.44 O sufixo *-oiro*

O sufixo *-oiro*, proveniente do sufixo latino *-(t)orium*, foi encontrado em apenas uma ocorrência na segunda fase do português arcaico: *esposoiros* (B1035), cujo sentido pode ser identificado com ‘trâmites do casamento, contrato ou promessa recíproca de casamento’. Nesse caso podemos inferir que há formação de um substantivo que poderia advir tanto de uma base substantivo *esposa*, quanto de uma base verbal *esposar*. Segundo os dicionários etimológicos, tanto o substantivo quanto o verbo já existiam no latim

spo(n)sa, ae e *spo(n)sare*, sendo as correspondentes portuguesas registradas no século XIII. No entanto, pelo sentido com que a lexia derivada é empregada no texto, optamos por inferir que se trata de uma derivação a partir da base verbal *esposar*, uma vez que há a idéia de ‘processo de X’. Além disso, os sufixos divergentes de *-torium* latino, ou seja *-doiro1* ~ *-tório* e *-doiro2*, também selecionam bases verbais para suas derivações.

3.2.45 Os sufixos *-or*

São três os sufixos com o formato *-or*, originados do sufixo latino *-or* , *-oris*.

O sufixo *-or1*, formador de substantivos a partir de bases verbais, atualiza a noção de ‘resultado de X’, sendo X um verbo de estado que denota, sobretudo, sentimentos e sensações. Com esse sufixo encontramos quinze ocorrências na primeira fase, por exemplo, *amor* (A111), *clamor* (A363), *temor* (A1530) e oito ocorrências na segunda fase, como: *amor* (B1036), *louvor* (B1038), *temor* (B1042).

Said Ali (1964:237) e Maurer Jr. (1959:263) apontam a relação funcional que há entre *-or1* e *-ura2*, que apontamos como *sinmorfismo*. Segundo esses autores, ambos se unem a bases verbais obtendo-se nomes de ação.

O sufixo *-or2*, por sua vez, forma substantivos a partir de bases adjetivas operando a entificação de uma qualidade ou estado, selecionando bases adjetivas relacionadas a percepção sensorial. Esse sufixo foi identificado em oito ocorrências na primeira fase, entre as quais: *alvor* (A90), *amargor* (A100), *dulçor* (A619), e em apenas uma ocorrência na segunda: *duçor* (B1037).

A origem de substantivos em *-or2* a partir de bases adjetivos (*Dulçor* (1974)) é, para Maurer Jr. (1959:264), motivada pela coexistência de alguns adjetivos em *-us* com nomes em *-or* como *albus*, *albor*, ele exemplifica. Segundo ele, o sufixo *-or2*, já não tinha vitalidade no latim vulgar, sendo as formas portuguesas, derivadas já no latim, o que de certa forma justifica a relativa produtividade desse sufixo e a baixa vitalidade.

O sufixo *-or3*, seleciona bases participiais para a formação de substantivos com a noção de ‘agente’. Encontramos seis ocorrências desse sufixo na primeira fase, como em: *confessor* (A402), *defensor* (A511), *malfeitor* (A 1032) e dezesseis ocorrências na segunda fase, por exemplo: *amtecessores* (B1045), *censores* (B1048), *redemptor* (B1057).

Segundo Said Ali, ao contrario de *-or1*, que não possui grande vitalidade em português, *-or3*, formador de novos nomes agentivos, é bastante produtivo. Afirma ele: “Em geral há maior facilidade para formação dos nomes de agentes do que para os nomes de ação (...)” (1964:237-238).

Alguns nomes em derivados com esse sufixo tiveram seu significado estendido e passaram de nomes de pessoas agentes para o nome de objetos com que se pratica a ação, como em *cobertor* com o significado contemporâneo de ‘cobertura’, apontando para o sinmorfismo que existe entre esses dois sufixos em algumas instâncias. Assim, podemos observar contemporaneamente, que *-or3* apresenta a mesma polissemia que ocorre em *-dor1*, i.e., agente [+humano] e agente [-humano]. Vale ressaltar, que assim como em *-dor1* o valor agente [-humanos], não aparece nos dados do português arcaico.

3.2.46 O sufixo *-oso*

O sufixo adjetivador *-oso* possui uma vitalidade significativa no português arcaico, selecionando ora bases substantivas, ora bases adjetivas, ora bases verbais. Segundo os dicionários etimológicos consultados, ele provem do sufixo latino *-osus*, *-a*, *-um*, funcionado como um formador de adjetivos com noção de ‘cheio de x, provido de x’. Foram encontradas 174 ocorrências desse sufixo na primeira fase e 75 na segunda, dentre elas: *astroso* (A179), *bitumoso* (A227), *brioso* (A245), *cobiçoso* (A374) e *custosa* (B1074), *delleytosa* (B1075), *desejosos* (B1076), *espantoso* (B1083).

Sua vitalidade parece ser perene na história da língua, uma vez que muitas lexias atestadas em nosso *corpus* já tinham sido derivadas no latim, como *ociosa* (< *lat. otiosus*, *-a*, *-um*), outras derivadas no português arcaico como *homildosa*. O número bastante superior de ocorrências na primeira fase, talvez se deva à diferença de natureza dos textos, sendo as cantigas um terreno fértil para o uso desse adjetivador que, por vezes, pode funcionar com o traço pejorativo.

Os adjetivos derivados em *-oso* podem, por vezes, apresentar o sentido ativo, que pode ser parafraseado em “que é capaz de produzir X”, como é o caso de *odioso*. E em alguns casos, o derivado pode se apresentar com ambos sentidos, passivo e ativo, como em *temeroso* “que é cheio de temor” ou “que provoca temor”.

A presença de formas como *presuntuoso*, *frutuoso* e *gracioso* nos faz questionar se há uma alomorfia de *-oso* ~ *-uoso*, ~ *-ioso*. Sobre isso Rio-Torto (1998:44-45) considera que não há como determinar se a alomorfia se apresenta na base ou no sufixo. Contudo, preferimos encarar como uma alomorfia da base, uma vez que formas como *gracioso* (1577) (< *graça* < *lat. gratia*) apontam para uma motivação histórica, para a presença dessa vogal, que, por sua vez, se mostra associada à base lexical.

3.2.47 O sufixo *-udo*

O sufixo *-udo* caracteriza-se por formar adjetivos a partir de bases substantivas, com a noção de “provido de”, “cheio de” e que, por vezes, apresenta uma conotação pejorativa e/ou irônica. Esse sufixo foi encontrado em 11 ocorrências na primeira fase e em cinco ocorrências na segunda, como, por exemplo, em: *barvudo* (A206), *beyçudo* (A222), *cabelludo* (A257) e *sanhudo* (B1138), *sesudo* (B1141).

A etimologia do sufixo *-udo* nos parece revestida de algumas incógnitas. Segundo os dicionários consultados, o sufixo nominal tem origem no sufixo latino *-utu*, *-uta*. Antes de iniciarmos esse estudo, associávamos, impressionisticamente, a origem do sufixo derivacional *-udo* às mudanças ocorridas na formação do particípio passado. Contudo, em nenhuma das obras consultadas há menção associativa entre esse sufixo e antiga forma participial latina *-utu*. E diferentemente do esperado por nós, existem duas indicações que apontam para o homomorfismo entre dois morfemas. A primeira foi encontrada no *Dicionário Caldas Aulete* que oferece entradas distintas para o *-udo*, terminologia do antigo particípio passado, e o *-udo*, sufixo que denota quantidade ou posse e propriedade. A segunda foi encontrada em Mattoso Câmara (1975) em que ele se refere a variação e posterior mudança na terminação do particípio passado da segunda conjugação como decorrente da homonímia do morfema de particípio *-udo* com o sufixo nominal *-udo*, derivador de adjetivos a partir de substantivos.

Segundo Carolina Michäelis de Vasconcelos (1912), as origens do sufixo *-udo* são evidentemente latinas, contudo não podem ser apontadas como originário dos participípios em *-utus*, pois esses, de acordo com a autora, só formavam adjetivos a partir de bases verbais, participípios regulares dos verbos românicos em *-er*.

A origem do sufixo *-udo*, para Vasconcelos, tem como ancestrais as formas *nasutus*, *canutus* e *cornutus*. Dessas três formas teriam se originado as cento e tantas da língua portuguesa, atestando a fecundidade do processo derivacional, sendo este a fonte mais abundante e eficaz da riqueza lexical das línguas românicas.

Na língua portuguesa, atualmente o sufixo *-udo* tem um comportamento bastante específico. Genericamente designa a ‘posse de uma coisa grande ou de dimensões extravagantes’ ou ‘posse de intensiva de uma qualidade’. Não raro, no entanto, é o acréscimo de um traço pejorativo e irônico, em geral referindo-se a características físicas, sendo a base nominal ‘partes do corpo’.

A formação de adjetivos pelo sufixo *-udo*, no período arcaico, como mencionamos acima, tem como característica a associação a bases substantivas com o acréscimo semântico de “provido de”, “cheio de”, como por exemplo em *barbudo*, “provido de barba”; *chifrudo*, “provido de chifres”. O traço pejorativo vem acompanhado de uma idéia de excesso, afinal todos os seres humanos possuem, por exemplo, *barriga* ou *pelos* ou *boca*, mas *barrigudo* é aquele que a possui em protuberância contrariando padrões estéticos, *peludo* é o indivíduo que possui pelos em excesso e *bocudo* é alguém ‘que fala demais’, ‘que não controla o que diz’.

Apesar de estudiosos apontarem para a homonímia entre o morfema derivacional e o morfema flexional de participípio, ainda assim nós mantemos a interrogação acerca da

possível filiação do sufixo derivacional do particípio em *-udo*, pois observamos que muitos particípios passados, em *-ado* e em *-ido* do português atual possuem o traço “cheio de”, “provido de”, como por exemplo: *espelhado*, “provido de espelhos”; *estampado*, “provido de estampas”; *envergonhado* “provido de vergonha”, *esmiolado* “(des)provido de miolos” – donde a negação vem do prefixo *es-* –, etc. Note-se que a base dos exemplos citados é nominal e não verbal, o que aponta para uma similaridade no comportamento do morfema participial *-ado* com o funcionamento categorial do sufixo derivacional. Sem falar que alguns desses adjetivos assumiram também valor pejorativo (não necessariamente impostos pelo morfema derivacional): ex. *famigerado* “que possui fama > pessoa ruim. Assim, para nós, a questão permanece em aberto

3.2.48 O sufixo *-ume*

O sufixo *-ume*, que é apontado com originário do sufixo latino *-umen*, *-uminis*, aparece em nossos dados em apenas sete ocorrências, cinco na primeira fase e duas na segunda, todas da mesma lexia: *queixume* (A1361) e *queixume* (B1143).

Segundo as gramáticas históricas e manuais de morfologia, o sufixo *-ume* forma derivados a partir de bases verbais, gerando substantivos designativos de ação. No português contemporâneo, *-ume*, segundo Said Ali (1964:234), acrescenta ao termo que deriva o valor coletivo, selecionando bases substantivas, como em *cardume*, *chorume*, exemplifica ele (1964: 234).

Sendo *queixume* a única ocorrência em nosso *corpus*, não nos é possível estabelecer relações paradigmáticas que nos permitam inferir as operações sistemáticas do sufixo, restando-nos a análise particular da lexia.

Observando a lexia *queixume* sincronicamente não é possível determinar se a base selecionada pelo sufixo é verbal (*queixar*) ou substantiva (*queixa*). Contudo, diacronicamente, determina-se que só seria possível derivar *queixume* (século XIII) a partir da base verbal *queixar* (< *lat. vulg. *quassiare*), uma vez que o substantivo deverbal *queixa* só surge, segundo A. G Cunha., no século XIV, portanto posteriormente à criação de *queixume*. Assim sendo, no período arcaico, o sufixo *-ume* seleciona, então, bases verbais para a formação de substantivos abstratos, sendo, neste caso, um nominalizador, imprimindo a noção de ‘ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X’.

3.2.49 Os sufixos *-ura*

Os dois sufixos com o formato *-ura* provêm do étimo latino *-ura.*, possuem, contudo, função gramatical e conteúdos semânticos distintos.

O sufixo *-ura1*, formador de substantivos a partir de bases substantivas e adjetivas, opera a entificação de uma qualidade ou estado, e foi encontrado em 38 ocorrências na primeira fase e em 19 ocorrências na segunda, dentre elas: *amargura* (A103), *brancura* (A239), *grossura* (A883), *loucura* (A1000), *doçura* (B1157), *espessuras* (B1161), *estreitura*, (B1163), *formosura* (B1165).

O sufixo *-ura*², formador de substantivos a partir de bases participiais, imprime a noção de ‘ato, resultado, modo de X’, e foi encontrado em 53 ocorrências na primeira fase e em 17 na segunda, dentre elas: *creatura* (A470), *desapostura* (A541), *desmensura* (A562), *escriptura* (A724), e *apostura* (B1146), *bordadura* (B1147), *çerraduras* (B1150), *cortadura* (B1151).

Segundo Alvar e Pottier (1987:393), “*-ura deriva directamente del latín, sin ninguna complicación*” e em nota remetem a Celdrán (1973: 46-49), “el sufixo nomilizador ‘dura’”. No entanto, discordamos que haja uma alomorfia *-ura* ~ *-dura* e por vezes ~ *-tura*, como querem alguns autores, pois na verdade tanto o *-d-* quanto *-t-*, desses ditos alomorfes, não fazem parte do sufixo, mas sim da base participial.

Essa abordagem segue a interpretação de Maurer Jr. (1959:264) que afirma que em latim *-ura* era usado para formar nomes derivados de participios em *-tus* e *-sus*, o que, por sua vez, desfaz a existência de alomorfias em *-tura* e *-sura*.

Segundo Maurer Jr. (1959:264)), a continuidade do sufixos em toda a România, confirma que esse processo de formação morfolexical se manteve no latim vulgar.

A formação de substantivos derivados a partir de bases adjetivas, ou seja, o uso de *-ura*¹ é uma inovação própria do latim vulgar, “considerando-se que os participios são muitas vezes simples adjetivos, é fácil compreender como se deu a inovação”. (Murer Jr., 1959:264).

3.2.50 O sufixo *-vel*

O sufixo *-vel* ~ *-vil* ~ *-bil* tem origem no sufixo latino *-bilis- bili*, e opera como formador de adjetivos a partir de bases verbais com a noção ‘passível de ser X’. Foram encontradas 17 ocorrências desse sufixo na primeira fase do período arcaico e 14 na segunda fase, dentre elas: *convenavil* (A444), *deseauel* (A551), *durauel* (A631), *mudauel* (A1133) e *estaavel* (B1183), *favorável* (B1184), *notaveis* (B1188), *perduravell* (B1189).

O sufixo *-vel* tem uma regularidade funcional bastante significativa. É utilizado para formar adjetivos a partir de bases verbais, dando origem a derivados com significado “passível de x”, ora com sentido ativo, como em *durauel* (A631), ora com sentido passivo como em *deseiavel* (A551).

Sua vitalidade em português contemporâneo é notável, muito embora no português arcaico não se possa perceber grande atividade desse sufixo, com base em nossos dados. Esse aspecto parece ser confirmado pelas considerações de Maurer Jr. (1959:251-252), acerca desse sufixo:

“As línguas românicas não atestam a existência do sufixo no latim vulgar, a não ser pelo italiano -evole (...). Além disso, é muito comum com termos eruditos. Se ele não foi de todo desconhecido da língua vulgar em sua fase mais antiga, deve ter-se perdido cedo. A sua vitalidade posterior no romance se deve ao latim medieval”.

Um aspecto funcional de *-vel* interessante de observar é a manifestação de alomorfia em casos de sobrederivação, ou seja, quando formas já derivadas em *-vel* sofrem a adjunção de outros sufixos como *-idade*, *-ismo* ou *-izar*, apresenta-se alomorfia em *-bil* (*mobilidade*, *automobilismo*, *mobilizar*).

No português arcaico, no entanto, encontramos uma ocorrência isolada, em que o alomorfe *-bil* ocorre, porém fora do contexto de sobrederivação: *uisibil* (A1588).

Em *-vel* ocorre a manutenção da vogal temática verbal, o que gera algumas vezes um equivoco de descrição desse sufixo em alguns manuais ou gramáticas, que o descreve como *-ável*, ~ *-ível*. A adjunção do sufixo *-vel* a verbos de primeira conjugação acarreta na manutenção da vogal temática *-a*, quando os verbos são de segunda ou terceira conjugação a vogal temática é *-i*. Portanto, essas vogais fazem parte do tema verbal e não do sufixo, como querem alguns. Said Ali (1964:245) chama a atenção para a possibilidade de ocorrer, em formas derivadas do latim, a vogal temática *-u*, dos verbos de segunda conjugação, como *solúvel* e *volúvel*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de cada um dos sufixos encontrados, consideramos ter alcançado um nível de descrição do paradigma mórfico bastante abrangente, e, ainda que essa seja uma visão parcial do sistema lexical do português arcaico, podemos dizer que conseguimos atingir nossos objetivos, contribuindo para a sua descrição, através da análise das relações de sentido estabelecidas entre os componentes morfolexicais sufixais.

Acreditamos que as análises aqui realizadas podem ainda ser efetuadas sobre novas perspectivas, sobretudo se os estudos lingüísticos chegarem a uma definição mais precisa sobre os conceitos de *homonímia*, *polissemia* e *sinonímia*.

A dinâmica lexical de uma língua inclui mecanismos de mudança semânticas intimamente relacionados aos fenômenos da sinonímia, homonímia e polissemia, sobre os quais os lingüistas devem se debruçar de maneira mais aprofundada, a fim de que possamos entender como se processa essa dinâmica lexical.

Do ponto de vista dos falantes, não importa se as unidades lingüísticas se relacionam hominímicamente ou polissemicamente, pois, nos parece que, no acervo lexical do falante, não há relações simbólicas estanques, uma mesma forma pode estabelecer ora uma relação homonímica, ora uma relação polissêmica com outras formas, essas relações dependem de seu deslocamento na teia sêmica e de sua atualização no discurso.

O que nos toca, enquanto estudiosos da língua, é saber que relações de significado aparente as formas estabelecem. Uma vez que a gênese de tais processos depende de instâncias sociais, culturais e discursivas.

Com base nas nossas análises, consideramos que o paradigma mórfico do período estudado, segundo os dados coletados no *corpus* representativo dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, é composto pelos sufixos abaixo relacionados:

Sufixos	Classe-alvo	Classe-fonte	Sentido	Nº de ocorrências	
				PA I	PA II
Sufixos formadores de adjetivos a partir de bases nominais					
-isca	Adjetivo	Adjetivo	Gentílico	00	01
-oso	Adjetivo	Sub., Adj. e Verbo	Provido de X, cheio de X	174	75
-ado1:	Adjetivo	Substantivo	‘provido de X’ ou ‘provido de qualidade relativa a X’	11	06
-ano	Adjetivo	Substantivo	Gentílico	03	04
-ão2	Adjetivo	Substantivo	Gentílico	10	09
-ense	Adjetivo	Substantivo	Gentílico	01	00
-ês	Adjetivo	Substantivo	Gentílico	00	06
-ar	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	02	05
-ario2	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	03	07
-eira3	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	01	00
-eiro3	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	31	16
-ento	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	05	01
-ico1	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	04	07
-al2	Adjetivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	72	37

-ifero	Adjetivo	Substantivo	Que produz X	00	01
-igo	Adjetivo	Substantivo	Que parece X ou que age como X	00	01
-udo	Adjetivo	Substantivo	Provido de X, ou provido, em excesso, de X	11	05
Sufixos formadores de adjetivos a partir de bases verbais					
-do	Adjetivo	Verbo	Qualidade relativa a X	117	116
-doiro2	Adjetivo	Verbo	Qualidade relativa a X / que é passível de X	08	03
-nte	Adjetivo	Verbo	Agente	28	21
-vel	Adjetivo	Verbo	Passível de X	17	14
Sufixos formadores de substantivos a partir de bases adjetivas					
-ez	Substantivo	Adjetivo	qualidade, propriedade, estado, condição, modo de ser, relativo a X	04	00
-dade1	Substantivo	Adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado X	156	61
-eza	Substantivo	Adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado	67	43
-iça	Substantivo	Adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado	04	03
-idão	Substantivo	Adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado X	09	07
-or2	Substantivo	Adjetivo e Verbo	Entificação de uma qualidade relacionada à percepção sensorial	08	01
-iço	Substantivo	Adjetivo e PP de verbo	Qualidade relativa a X	09	01
-or3	Substantivo	PP de verbo	Agente	06	16
Sufixos formadores de substantivos a partir de bases substantivas					
-aça	Substantivo	Substantivo	Instrumento feito de X	00	02
-ada1	Substantivo	Substantivo	Grande quantidade de X	01	01
-ada2:	Substantivo	Substantivo	Duração prolongada de X	05	03
-ada3:	Substantivo	Substantivo	Ação praticada com X	05	04
-ada4:	Substantivo	Substantivo	Alimento feito com X	01	00
-ada5:	Substantivo	Substantivo	Medida equivalente a X	02	00

-ado2 :	Substantivo	Substantivo	Cargo ou função rel. a X	05	01
-agem1	Substantivo	Substantivo	Coletivo	12	08
-al1	Substantivo	Substantivo	Locativo (lugar onde existe X)	03	05
-al3	Substantivo	Substantivo	Instrumento, objeto	01	04
-ão3	Substantivo	Substantivo	Agente de atividade relacionada a X	05	07
-aria1:	Substantivo	Substantivo	Locativo	12	05
-aria2:	Substantivo	Substantivo	Qualidades ou atitudes próprias de certos indivíduos, ou resultado desses atos	06	00
-aria3:	Substantivo	Substantivo	Coletivo , conjunto de X	03	05
-aria4:	Substantivo	Substantivo	Atividade profissional, arte ou ofício	04	03
-ario1	Substantivo	Substantivo	Ocupação, ofício, profissão	00	02
-dade2	Substantivo	Substantivo	Designação de status	01	04
-edo	Substantivo	Substantivo	Coletivo	00	01
-eira1	Substantivo	Substantivo	Agente	02	00
-eira2	Substantivo	Substantivo	Locativo	09	01
-eira4	Substantivo	Substantivo	Árvore que dá fruto X	03	00
-eira5	Substantivo	Substantivo	Objeto	08	02
-eiro1	Substantivo	Substantivo	Agente	64	44
-eiro2	Substantivo	Substantivo	Locativo	03	10
-eiro4	Substantivo	Substantivo	Árvore que dá fruto	00	00
-eiro5	Substantivo	Substantivo	Objeto	05	04
-el	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	02	02
-ela	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	02	00
-esa	Substantivo	Substantivo	Nomes de título, função ou cargo femininos	00	02
-essa	Substantivo	Substantivo	Nomes de título, função ou cargo femininos	00	02
-eta	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	00	02
-ia2	Substantivo	Substantivo	Entidade, organização, corporação, colégio	03	04
-ia3	Substantivo	Substantivo	Forma de tratamento	02	02

-im	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	00	01
-ina1	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	02	00
-ina2	Substantivo	Substantivo	Feminino	03	00
-inha1	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	01	01
-inha2	Substantivo	Substantivo	Feminino	02	04
-inho1	Substantivo	Substantivo	Diminutivo	03	02
-inho2	Substantivo	Substantivo	‘Originário, proveniente de X	00	01
-io	Substantivo	Substantivo	Qualidade relativa a X	04	08
-isa	Substantivo	Substantivo	Nomes de títulos, funções ou cargos femininos	00	01
-ismo	Substantivo	Substantivo	Ritual religioso	00	01
Sufixos formadores de substantivos a partir de bases nominais					
-ura1	Substantivo	Substantivo e Adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado	38	19
-ia1	Substantivo	Substantivo e adjetivo	Entificação de uma qualidade ou estado	48	36
-ice	Substantivo	Substantivo e Adjetivo	Qualidade, propriedade, estado, condição, modo de ser, relativo a X	18	05
Sufixos Nominalizadores - formadores de substantivos a partir de bases verbais					
-(a)co	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	02	01
-(a)gem2:	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	02	01
-a, -e, -o	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	32	45
-ão4	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	07	05
-ção	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	87	110
-da	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo, qualidade de X	12	06
-doiro1	Substantivo	Verbo	Locativo	03	00
-dor1	Substantivo	Verbo	Agente	188	79
-dor2	Substantivo	Verbo	Locativo	01	00
-mento	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	78	144

-nça	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	77	97
-nda	Substantivo	Verbo	Locativo	00	01
-oiro	Substantivo	Verbo	Processo de X	00	01
-or1	Substantivo	Verbo	Resultado de ação (sentimento)	15	08
-tório	Substantivo	Verbo	Locativo	06	01
-ume	Substantivo	Verbo	Ato, resultado ou modo de X	05	02
-ura2	Substantivo	Verbo	Ato, resultado, modo de X	53	17
Sufixos formadores de substantivos e adjetivos a partir de bases nominais					
-ão1	Substantivo e Adjetivo	Substantivo e Adjetivo	Aumento	19	03

Quadro 04 – Tabela geral dos sufixos do português arcaico, em sua primeira e segunda fase

Esses dados revelam que, no português arcaico, as operações morfolexicais por sufixação assumem, muitas vezes, aspectos semânticos e/ou funcionais autônomos em relação ao sistema mórfico latino, reforçando o processo de individuação do português, e sua afirmação como um sistema lingüístico próprio, diferenciado do latim. Em relação ao paradigma sufixal do português contemporâneo, chama-nos a atenção a ausência, no português arcaico, de certos sufixos que, atualmente, têm produtividade e vitalidade, como por exemplo, os sufixos *-engo*, *-enho*, *-ivo*, *-ite*, *-ista*, entre outros.

Em que pese a escassez de bibliografia acerca da morfologia derivacional em uma perspectiva diacrônica, restrita às gramáticas históricas, as considerações, aqui, feitas foram baseadas em estudos contemporâneos de morfologia, semântica e variação e mudança lingüística.

O estudo dos aspectos semânticos e funcionais dos sufixos coletados no *corpus* revelou que, de fato, os usos mórficos do português arcaico se constituem a partir da reestruturação dos recursos e mecanismos derivacionais latinos. Por sua vez, as divergências apontadas entre o comportamento dos sufixos no português arcaico e o seu comportamento no português contemporâneo revelam que a organização das operações mórficas está em constante processo de reestruturação.

Enfim, as substituições de sufixos apontadas no item 3.2.5 são indícios que confirmam que o léxico de uma língua é um sistema em constante processo de estruturação. Essa concepção de funcionamento da língua é a que, no nosso entender, mais convém ao estudo, quer diacrônico, quer sincrônico, uma vez que não fere a noção de sistema heterogêneo e, no que tange, especificamente, à morfologia derivacional, não encerra os componentes morfolexicais em um modelo excludente da variação e da mudança, sejam elas funcionais ou semânticas.

Lamentamos, contudo, não ter os contextos em que as palavras da primeira fase do período arcaico ocorreram. Os dados da primeira fase foram coletados durante o Mestrado, quando recolhemos os dados em textos dos séculos XIII e XIV, cujas edições são, grandemente, providas de glossários. Imaginávamos que, se estávamos trabalhando com sufixos, a própria palavra serviria de contexto. De fato isso foi suficiente para o estudo da sufixação na primeira fase do português arcaico, uma vez que, naquele estudo, não estávamos interessados nas relações de sentido entre sufixos, e sim na descrição dos aspectos funcionais e semânticos de cada sufixo. No entanto, quando partimos para o estudo da sufixação nos séculos XV e XVI, verificamos que o número de edições de textos arcaicos providas de glossários é mais reduzido, e assim optamos por trabalhar diretamente

com os textos, coletando os dados de seus contextos de ocorrência. Essa prática revelou-se, extremamente, instigante e produtiva, uma vez que podíamos verificar a palavra em seu uso e depreender dela o sentido empregado. Quando partimos para a análise dos dados, comparativamente, entre a primeira e a segunda fase, verificamos, sobretudo, no desenvolvimento do capítulo sobre *doublets*, que teria sido muito interessante ter os contextos das ocorrências dos séculos XIII e XIV. Contudo, já não havia tempo hábil para fazê-lo. Assim, fica também, como perspectiva para estudos futuros a recolha dos contextos da primeira fase, para confirmar ou rever nossas análises.

Acreditamos que não há, de fato, outro modo de dar conta dos graus de regularidade e irregularidade que afetam as estruturas morfolexicais, sem encarar a atonicidade de certas formações derivacionais, bem como as relações semânticas desencadeadas por cada componente envolvido na derivação (base lexical e sufixo) e pela articulação destes.

Embora haja estratificação, funcional e semântica, dentro de um mesmo componente morfolexical, a sua relação com os demais componentes deve ser encarada de forma interativa, entendendo que base lexical e sufixo funcionam coarticuladamente, interagindo de forma complementar na constituição de uma dada lexia, que se tradicionaliza ou se convencionaliza.

Em suma, a instauração da convencionalidade faz-se pela interação dos diversos domínios sociais, relacionadas ao uso, com a estruturação sistêmica dos produtos lexicais, ou seja, a organização dos operadores morfolexicais. Em todo o caso, o papel do uso é fundamental para a modelagem final dos produtos lexicais, que assim adquirem uma configuração muito mais rica do que aquela que apresentaria se ficassem limitados às regras de formação de palavras impostas pelos componentes funcionais e semânticos de

bases e sufixos. O uso assegura, pois, a diversidade necessária a todo o sistema que, por inerência, é o lugar de paradigmas em constante estruturação, potencializando um sistema lingüístico heterogêneo. Diversidade esta, atestada pelos dados coletados sobre um *corpus* diversificado, representativo da primeira e segunda fases do português arcaico.

A descrição dos empregos sufixais no português arcaico, mais do que revelar conclusões, levantou uma série de questões a serem investigadas em estudos posteriores acerca do comportamento desses (e de outros) sufixos na história da língua portuguesa.

Revelou-se a necessidade de se buscar o conhecimento sobre os recursos e mecanismos utilizados para a formação de sistemas mórficos do português em diferentes momentos históricos; para começar, os séculos XVII e XVIII, em documentos notariais de Portugal e do Brasil, para se saber se, em etapas posteriores, os padrões de uso do português arcaico se mantiveram ou não, e, se mudaram, quais mudaram e porquê. Pretendemos investir nisso em pesquisas após o doutoramento.

Além disso, o comportamento de cada sufixo em particular, ainda, requer maior estudo considerando os dados já levantados, observados em todas as suas particularidades, que, aqui, não puderam ser estudadas, uma vez que envolveriam o estudo particular de cada lexia derivada, ou, ao menos, de pequenos grupos de lexias cujo comportamento morfossintático se revelam idênticos.

Não há como escapar da atomicidade do estudo lexical, no entanto, a morfologia derivacional, na primeira e segunda fase do português arcaico, revela, sem dúvida, a existência de padrões comportamentais, por vezes bastante regulares como é o caso de operadores sufixais como *-mento* e *-nte*, que selecionam, de modo sistemático, bases

verbaís, conservando a vogal temática dos verbos correspondentes, para a formação de substantivos abstratos e adjetivos deverbaís, respectivamente.

Um aspecto interessante revelado pelos dados do nosso *corpus* é o que envolve a produtividade e vitalidade de um determinado sufixo. Os dados revelaram que não há, necessariamente, uma relação de continuidade de usos entre diferentes sincronias, ou seja, a vitalidade de um sufixo num dado momento da história da língua não garante a manutenção dessa vitalidade num momento histórico subsequente. Isso se verificou em sufixos latinos mencionados como de grande vitalidade e que não produziram novas formas no português arcaico e em sufixos de bastante vitalidade no período arcaico que, hoje, não apresentam o mesmo desempenho no português contemporâneo. Por exemplo, podemos citar o sufixo latino *-tione-*, cuja vitalidade no latim é apontada como a mais significativa dentre os nominalizadores e que no português arcaico tem sua vitalidade/produtividade reduzida e superada por *-mento*. No entanto, atualmente, *-ção* parece reassumir o *status* de mais vivaz no português contemporâneo.

Esse caso nos leva a questionar que fatores sociais e/ou lingüísticos fizeram com que *-com*, no português arcaico, tivesse sua vitalidade reduzida e por que razões, lingüísticas e/ou sociais, ele retomou sua força produtiva, no português contemporâneo.

Esse é apenas um exemplo dos aspectos que ficam por serem estudados acerca da morfologia derivacional sufixal na história da língua portuguesa.

Como se pode ver, nesse trabalho não houve a adoção de um pensamento lingüístico voltado para uma única corrente teórica, pois as teorias lingüísticas atualmente disponíveis, sozinhas, não seriam suficientes para a abordagem da morfologia numa perspectiva histórica. Contudo, com o desenvolvimento futuro de novas teorias lingüísticas, é possível

retornar aos dados coletados, que no nosso entender são atemporais, e formular novas análises e novas reflexões.

Enfim, neste trabalho descritivo e interpretativo, não se pretendeu preconizar o estabelecimento de um estado de coisas, mas sim uma visão, ainda que parcial, de uma etapa de estruturação da língua, sobre a qual se desenham paradigmas operacionais mórficos que serão reestruturados em sincronias subseqüentes, servindo de base para estruturação de outros paradigmas, *ad infinitum*.

5 BIBLIOGRAFIA

CORPUS

BROCARD, Maria Teresa. *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, de Gomes Eanes Zurara. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, José de Azevedo. (1987) *Foro Real*. Volume II – glossário. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

LAPA, M. Rodrigues. (1965) *Cantigas d'escarnho e de mal dizer* – dos cancioneiros medievais galego-portugueses. Coimbra: Galaxia.

MACCHI, Giuliano. *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, Edizione critica, com introduzione e glosario a cura de Giuliano MACCHI. Roma: Ateneo, 1966.

MALER, Bertil. (1964) *Orto do esposo*. Volume III (glossário). Stockholm: Almqvist & Wiksell.

MATEUS Maria Helena Mira. (1971) *Vida e feitos de Júlio César*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1971) *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. Volume IV – Índice geral das palavras lexicais. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.

METTMANN, Walter. (1972) *Cantigas de Santa Maria*. Volume IV (glossário). Coimbra: Universitatis Conimbrigenis.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. (1990) *Cancioneiro da Ajuda*. Volume I – Glossário do Cancioneiro da Ajuda. Revista Lusitana, vol. XXIII, 1920 -. Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VERDELHO, Evelina. (1994) *Vida e feitos d'el Rey D. João II*, de Garcia de Resende. In: *Livro das obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

BIBLIOGRAFIA

ALVAR, Manuel e POTTIER, Bernard. (1987) *Morfologia histórica del español*. Madrid: Gredos.

ALVAR EZQUERRA, Manuel (1983). Vitalidad Y pervivencia del sufixo nominalizador -o. In: *Serta Philologica F. Lázaro Carreter. Natalem diem sexagesimum celebrant dicata*, vol.1. Madrid: Cátedra.

ALVES, Ieda M.^a (1990) *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática.

AMADO, Tereza. (1993) Crônica de D. Pedro. s.v. In: TAVANI, Giuseppe e LANCIANI, Giulia (Orgs). *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho.

ARISTÓTELES (1969) *Metafísica*. Trad. De L. Vallandro. Porto Alegre: Globo.

ARONOFF, Mark. (1984) *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts and London: The Mit Press.

ASSUMPTÃO Jr., Antônio P. (1986) *Dinâmica léxica portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

BALDINGER, Kurt. (1977) *Teoría Semántica: Hacia una semántica moderna*. Madrid: Ediciones Alcalá.

BARBOSA, Maria Aparecida. (1996) *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. 3. ed. São Paulo: Plêiade.

BARBOSA, Maria Aparecida. (1998) Relações de significação nas unidades lexicais In: CARVALHO, Nelly (Org.). *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas*. Rio de Janeiro: Cursos de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras/ UFRJ e em Letras e Linguística da Faculdade de Letras/UFPE: CNPq. p. 19-40.

BARBOSA, Maria Aparecida.(2001). Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA e ISQUERDO: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS.

BASÍLIO, Margarida. (1980) *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.

BASÍLIO, Margarida. (1995a) *Teoria lexical*. 4.ed. São Paulo: Ática.

BASÍLIO, Margarida. (1995b) "O fator semântico na fluidez substantivo/adjetivo em português". In: HEYE, Jürgen. *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: 34/ Nova Fronteira, p. 177-192.

BASÍLIO, Margarida. (1998) Morfológica e castilhamente: um estudo das construções X-mente no português do Brasil. In: *Delta*. v.14, nº. especial. São Paulo: Educ, p. 15-25.

BASÍLIO, Margarida. (1999) A morfologia no Brasil: indicadores e questões. In: *Delta*. v.15, nº. especial. São Paulo: Educ, p. 53-70.

BASÍLIO, Margarida (2004) *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

BAYLON, Christian & FABRE, Paul. (1994) *La semántica*. Barcelona : Paidós.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Nacional.

BOSQUE, Ignacio. (1991) *Las categorías gramaticales: relaciones y diferencias*. Madrid: Síntesis.

BOSQUE, Ignacio e DEMONTE, Violeta. (1999) Gramática descriptiva de la lengua española. V. 3. Morfología. Madrid: Real Academia Española. 4505-5093 pp.

BLOOMFIELD (1933), *Language*. New York: Henry Holt & Co. (Repr., with a Foreword by Charles F. HOCKETT, Chicago: Univ. of Chicago Press, 1934.)

BRÉAL, M. (1992) *Ensaio de Semântica: Ciência das Significações*. Tradução de Férras, A. et al. São Paulo: Educ & Pontes.

BYBEE, Johan L. (1985) *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação Histórica da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1973) *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1975a) *História da lingüística*. 2.ed. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1975b) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1986) *Manual de expressão oral e escrita*. 9. ed. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1997a) *Estruturas da língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1997b) *Problemas de lingüística descritiva*. 16. ed. Petrópolis: Vozes.

CARDEIRA, Esperança M. da Cruz Marreiros. (1999) *A língua portuguesa na primeira metade do século XV* – Elementos para uma caracterização do português médio. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dissertação de doutorado.

CARONE, Flávia de B. (1986) *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática.

CARVALHO, Maria José Simões Pereira de. (1996) *Do Português arcaico ao português moderno*: Contributos para uma nova proposta de periodização. Coimbra, Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Nelly (1986). *O que é neologismo*. São Paulo: Brasiliense.

CASTRO, Ivo et alii. (1991) Curso de história da língua portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, v. 1

COELHO, Juliana Soledade. (1997) A manufatura dionisiaca das palavras em 'Retrato de Cavalo', de Guimarães Rosa. In. *Todas as margens*: coletânea das letras nº 2 – uma obra aberta. Salvador: BDA, p. 64-67.

COELHO, Juliana Soledade. (1999) *Para um entendimento da morfologia lexical do português a partir de Guimarães Rosa*. Monografia final de pesquisa apresentada ao Salvador: PET – Programa Especial de Treinamento.

COELHO, Juliana Soledade. (2001) Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos séculos XIII e XIV. Dissertação de mestrado. 2v. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 400p.

CORBIN, Danielle (1987). *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille.

COSERIU, Eugenio. (1977). *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos.

COSERIU, Eugenio. (1980) *Lições de lingüística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

COSERIU, Eugenio. (1983) *Teoría del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. 2.ed. Madrid: Gredos.

COSERIU, Eugênio. (1979) A mudança lingüística como problema histórico: sentido e limites das explicações "genéticas". In: *Sincronia, diacronia e história*. Trad. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro. Presença, P.125-151.

COSTA, Sônia B.B. *Os conceitos de masculino e feminino e a categoria lingüística de gênero*. -Inédito. 12p.

COSTA, Sônia B.B. *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. 3v. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 637p.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1976) *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1962) *Gramática histórica*. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DUARTE, Paulo M. T. (1998) A identificação do prefixo em diversas abordagens lingüísticas. In: *Delta*, v. 14, N°. 1. São Paulo: Educ, p. 141-168.

DUARTE, Paulo M. T. (1999) *A formação de palavras por prefixo em Português*. Fortaleza: Editora da UFC.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. (2000) *Introdução à semântica*. Fortaleza: UFCED.

ELSON, B., PICKETT, Velma. (1973) *Introdução à morfologia e à sintaxe*. Trad. Aryon D. Rodrigues. Petrópolis: Vozes.

FARACO, Carlos Alberto. (1991) *Lingüística histórica*. São Paulo.

FARIA, Ernesto. (1970) *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

FREITAS, Horácio Rolim de. (1979) *Princípios de morfologia*. Visão sincrônica da derivação em português. Rio de Janeiro: Presença.

GLEASON JR., H. A. (1985) *Introdução à lingüística descritiva*. Trad. João Pinguêlo. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

GONZÁLES, Ángel, HERVÁS, Salvador & BAÉZ, Valério. (1984) *Introducción a la semántica*. 4.ed. Madrid: Cátedra.

GUILBERT, Louis. (1975) *La créativité lexicale*. Paris: Larousse.

HALLE, Morris. (1973) Prolegomena to a theory of word-formation. In: *Linguistic Inquiry*, vol. 4, n° 1, pp. 3-16.

HJELMSLEV, Louis (1976) *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, São Paulo: Perspectiva, Coleção Estudos.

- HOCKET (1947) *Problems of morphemic analysis*. New York: The Macmillan Company.
- HUBER, Joseph. (1986) *Gramática do português antigo*. Trad. Maria M. G. Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- JAKOBSON, Roman. (1960) *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix.
- KEHDI, Valter. (1990) *Morfemas do português*. São Paulo: Ática.
- KEHDI, Valter. (1992) *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática.
- KOCH, Ingedore V., SOUZA e SILVA, M. C. P. (1997) *Linguística aplicada ao português: Morfologia*. 9.ed. São Paulo: Cortez.
- LABOV, William. *Principles of language change*. Vol. I, Oxford/ Cambridge: Blackwell, 1994.
- LAKOFF, George e JOHNSON, Mark (2002). *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ.
- LANGACKER, Ronald W. (1987 e 1991) *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I e II. Stanford, Califórnia: Stanford University Press.
- LAROCA, M^a. N. de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas. Pontes, 1994.
- LEVIN, B., HOVAV, M. R. (1997) *Morphology and lexical semantics*. MIT Press, p. 248- 271.
- LYONS, John. (1963) *Semântica estrutural*. Lisboa: Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- LYONS, John. (1979). *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional; EDUSP.
- LIMA, Rocha. (1996) *Gramática normativa da língua portuguesa*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LUCCHESI, Dante. (1998) *Sistema, mudança e linguagem*. Lisboa: Colibri.
- LÜDI, Georges. (1984) Aspects énonciatifs de la neologie lexicale. In: *Recherches en pragma-semantique*. Centre d'analyse syntaxique. Faculté des Lettres et sciences humaines: Metz.
- LYONS, John. (1980) *Sémantique linguistique*. Trad. J. Durand e D. Boulonnais. Paris: Librairie Larousse.

- MACAMBIRA, J. Rebouças. (1974) A estrutura das palavras. In: _____. *Português estrutural*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade do Ceará.
- MACHADO, Luis Saavedra e OLIVEIRA, Corrêa de. (1969). *Textos portugueses medievais*. Coimbra: Coimbra.
- MAIA, M. Clarinda. (1986) *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: IN.L.C.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. (1995) Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 157-169.
- MARQUES, Maria Helena Duarte. (1996) *Iniciação Semântica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARQUILHAS, Rita. (1997) Mudança Linguística. IN: FARIA, L. H. et alii. (Org.) *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 563-588.
- MARTINET, André. (1978) *Elementos de linguística geral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- MARTINS, Ana Maria. (1999) Ainda "os mais antigos textos escritos e. português" – documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel (org.) *Lindley Cintra – homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 491-534.
- MATEUS, Maria Helena Mira, et alii (1998). *Gramática da Língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1991) *O Português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1993a) *O Português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1993b) Diálogos de São Gregório, s.v. In: TAVANI, Giuseppe e LANCIANI, Giulia (Orgs). *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1994a) Para uma caracterização do período arcaico do português. *Delta*, vol. 10. São Paulo: EDUC, p. 247-276.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1994b) Orientações atuais da linguística histórica brasileira. *Delta*, vol 10. São Paulo: EDUC, p. 147-166.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1996a) *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1996b) A emergência do tempo composto na história da língua portuguesa. *Comunicação ao XI Congresso da ALFAL. Las palmas*. Inédito.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1998) Alguma reflexão sobre a questão da unidade original galego-portuguesa. In: ALBÁN, Maria del Rosario S. *Língua e emigração galegas na América latina*. Salvador: EDUFBA/ CELGA, p.97-104

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (1999) *Memorial apresentado ao Concurso de Professor Titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia*. Inédito, UFBA.

MAURER JR. T. Henrique. (1959) *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

MELO, Mª de Fátima B. (1995) Possibilidades de formação de palavra no português com sufixo *-eiro*. In: HEYE, Jürgen. *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: 34/ Nova Fronteira, p. 58-67

MONTEIRO, José Lemos. (1987) *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: Vozes.

NIDA, Eugene Albert. (1949) *Morphology: the descriptive analysis of words*. 2. ed. Michigan: University of Michigan Press.

NUNES, José J. (1969) *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. fonética e morfologia. 7.ed. Lisboa: Clássica.

OLIVEIRA, Roberta Pires. (2001a) *Semântica formal*. Campinas: Mercado de Letras.

OLIVEIRA, Roberta Pires. (2001b) Semântica. In: Mussalim, Fernanda, Bentes Anna Christina (org). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, p. 17-46

OLTEAN, Florentina. (1992) La derivazione mediante sufissi nelle lingua neolatina ed "il vocabolario rappresentativo". In: LORENZO, Ramón. *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*. Universidade de Santiago de Compostela/ Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa": A Coruña, p. 845-852

ORTEGA, Soledad Varela. (1993) Líneas de investigación en la teoría morfológica. In: _____ (ed.) *La formación de palabras*. Madrid: Taurus Universitaria,

- PENA, Jesus (1980) La derivación en español. Verbos derivados y sustantivos verbales. In: *Verba*, Anuario Galego de Filoloxia, anexo16.
- PIEL, Joseph-Maria. (1989) *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PIETROFORTE, e LOPES. (2003) A homonímia, a polisemia, a sinonímia. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à Linguística II*. Principios de análise. São Paulo: Contexto.
- PHARIES, David A. (1992) El origen de los sufijos iberorrománicos –ango/-anco. In: LORENZO, Ramón. *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxia Románica*. Universidade de Santiago de Compostela/ Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”: A Coruña, p. 860-867
- PIMENTA-BUENO, Mariza do N. S. (1986) As formas [V+do] em português: um estudo de classes de palavras. In: *Delta*, v.2, nº 2. São Paulo: Educ, p. 207-229.
- PIMPÃO, Alvaro J. da Costa (1959) *História da Literatura Portuguesa*. Idade Média. 2 ed. Coimbra: Atlântida.
- POTTIER, Bernard. (1968) *Lingüística Moderna y filología hispánica*. Madrid: Gredos.
- PUTNAM (1978), Putnam, H. (1978) *Meaning and the Moral Sciences*, Part Two, London: Routledge & Kegan Paul
- REHFELDT, Gládis Knak. (1980) *Polissemia e campo semântico* – Estudo aplicado aos verbos de movimento. Porto Alegre: Ed. da URGs.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (1992) Para uma teoria da formação de palavras em português: análise dos locativos não-verbais. In: LORENZO, Ramón. *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxia Románica*. Universidade de Santiago de Compostela/ Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”. A Coruña, p. 869-891.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (1998) *Morfologia derivacional* – Teoria e aplicação ao português. Porto: Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (1999). *Fonética, fonologia e Morfologia do português*. Coimbra: Colibri – Faculdade de Letras de Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (1999-2000) *Configurações sufixais e Z- sufixais em português*. Revista portuguesa de filologia. Coimbra: Instituto de língua e literatura portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXIII, p. 151-182.
- ROBERTS, Ian, KATO, Mary A. (Orgs) (1996) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. (1992) *Teoria sufixal do léxico português aplicada às formações nominais de Guimarães Rosa*. Tese de Doutorado (Inédita) UFRJ.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. (1994) *Flexão e derivação no português*. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. (1998) *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. (1998) Guimarães Rosa e a terceira margem da criação lexical. In: MENDES, Lauro B., Oliveira, Luiz C. V. de. (Org.) *A astúcia das palavras: ensaios sobre Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. (1999) A nominalização no português do Brasil. In: *Estudos lingüísticos*. Belo Horizonte: UFMG. v.8, n.1, p.5-51

RODRIGUES, Alexandra. (2001) *A construção de postverbais em português*. Coimbra: Granito.

SAID ALI, Manuel. (1964) *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

SAID ALI, Manuel. (1971) *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7.ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos.

SANDMANN, J. A. (1991) *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto.

SANDMANN, J. A. (1988) *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba : Scientia et labor, Ícone.

SANDMANN, J. A. (1987) *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto

SANDMANN, J. A. (1988) Produtividade no léxico político do português do Brasil: *Delta* v. 4 , nº.1. São Paulo: Educ, p. 41-57.

SANDMANN, J. A. (1993) Caminhos da produção lexical. *Delta*. v. 9, nº.1. São Paulo: Educ, p. 59 – 81.

SANDMANN, J. A. (1994) Salto de etapa(s) na formação de palavras. In: *Delta* v.10 , nº.1. São Paulo: Educ, p. 83-87.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1969) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, EDUSP.

SCHENDL, Herbert. *Historical linguistics*. New York: Oxford University Press, 2001.

SCIULLO, A.M.di & WILLIAMS, E. (1987). *On the Definition of Word*. Cambridge. Cambridge University Press

SERBAT, Guy. (1971) *Les dérivés nominaux latins a suffixe mediatif*. Paris: Publications de La Sorbonne.

SILVA NETO, Serafim. (1960) *Língua, cultura e civilização – estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SPENCER, Andrew. (1991) *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. OxfordUK & Cambridge USA: Basil Blackwell.

TARALLO, Fernando. (1990) *Tempos lingüísticos – itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

TARALLO, Fernando. (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian, KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP.

TAYLOR, John R. (1992) *Linguistic categorization – prototypes in linguistic theory*. Oxford University Press,

TEYSSIER, Paul. (1997) *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes.

URIBEETXBARRIA, Tomás. (1992) *Palabras y lengua*. Bilbao: Universidad del país Vasco.

VASCONCELOS, Carolina M. de. (1911-12) *Lições de filologia portuguesa; seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro.

VASCONCELLOS, J. Leite de. (1959) *Lições de filologia portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

VEREZA, Solange Coelho. (2000) Contextualizando o léxico como objeto de estudo: considerações sobre sinonímia e referência. *Delta*. v. 16, nº.1. São Paulo: Educ, . p. 83–98.

VILELA, Mário. (1994) *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina.

VILLALVA, Alina. (2003) *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

ZANOTTO, Normélio. (1986) *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Caxias do Sul : Educ.

WARTBURG, Walter von. (1971) *La fragmentación lingüística de la Romania*. Madrid, Gredos.

WEINREICH, V. LABOV, W. & HERZOG, M. (1968) Empirical foundations for a Theory of language. In: LEHMAN, W. P. e MALKIEL, Y. (eds). *Directions for historical linguistics*. Austin & London : University of Texas Press. p. 95-188.

WILLIAMS, Edwin B. (1961) *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: INL.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS

AULETE, Caldas. (1958) *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, . 5v.

COROMINAS, J. E PASCUAL, J. A. (1980) *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.

CUNHA, A. Geraldo da. (1982) *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, A. Geraldo da. (1986) *Índice do vocabulário do português medieval*. Volume 1: A. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

CUNHA, A. Geraldo da. (1988) *Índice do vocabulário do português medieval*. Volume 2: B-C. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

FARIA, Ernesto. (1994) *Dicionário escolar latino-português*. 6.ed. Rio de Janeiro: FAE.

FERNANDES, José Augusto. (1996) *Dicionário de Rimas da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986) *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GAFFIOT, F. (1934) *Dictionaire latin-français*. Paris: Hachette.

HOUAISS, Antonio. (2001) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

MACHADO, J. P. (1967) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, . 2v.

NASCENTES, Antenor. (1955) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro.

MACHADO, L. Saavedra e OLIVEIRA, Corrêa de. (1969) *Textos portugueses medievais - Glossário*. Coimbra: Coimbra Editorial.

PEREIRA, Isidro. (1980) *Dicionário grego-português e português-grego*. Braga: Apostolado da Imprensa.

SARAIVA, F. R. dos Santos. (s/d) *Novissimo diccionario latino-portuguez*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

SILVA, Moraes. (s/d) *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Lisboa: Confluência.